

Universidade Federal de Juiz de Fora
Instituto de Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em História

Leonara Lacerda Delfino

***A FAMÍLIA NEGRA NA FREGUESIA DE SÃO BOM JESUS DOS
MÁRTIRES:***

**Incursões em uma Demografia de Escravidão no Sul de Minas
(1810-1873)**

Juiz de Fora
2010.

Leonara Lacerda Delfino

*A FAMÍLIA NEGRA NA FREGUESIA DE SÃO BOM JESUS DOS
MÁRTIRES:*

Incursões em uma Demografia de Escravidão no Sul de Minas
(1810-1873)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, Área de Concentração: História, Cultura e Poder, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial a obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: prof^a.dr^a. Mônica Ribeiro de Oliveira

Juiz de Fora
2010

Delfino, Leonara Lacerda.

A família negra na Freguesia de São Bom Jesus dos Mártires:
incursões em uma demografia de escravidão no Sul de Minas
(1810-1873) / Leonara Lacerda Delfino. – 2010.

267 f. : il.

Dissertação (Mestrado em História)—Universidade Federal de
Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2010.

1. Escravidão – Minas Gerais. 2. Demografia. I. Título.

CDU 326(815.1)

Leonara Lacerda Delfino

*A FAMÍLIA NEGRA NA FREGUESIA DE SÃO BOM JESUS DOS
MÁRTIRES:*

Incursões em uma Demografia de Escravidão no Sul de Minas
(1810-1873)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, Área de Concentração: História, Cultura e Poder, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial a obtenção do título de Mestre em História.

Aprovada em 23 de Outubro de 2009

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Prof^a.dr^a. Mônica Ribeiro de Oliveira (Orientadora)
Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

Prof. Dr. Ângelo Alves Carrara (Presidente)
Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

Prof. Dr. Tarcísio Rodrigues Botelho (Membro Titular)
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. PUC-BH

*Ao meu pai, “Tininho”, por ter
me ensinado valores como
persistência, humildade e justiça.*

À minha mãe Olívia,

“flor espatódia”.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais pelo auxílio incondicional, por todo suporte de significados que são e por idealizarem comigo a realização deste trabalho;

À professora Mônica, pela paciência e por me indicar caminhos decisivos, me auxiliando sempre à nunca perder o “fio condutor” de raciocínio, durante os desafios impostos pelos caminhos da pesquisa;

Aos professores, Ângelo Carrara e Carla Almeida, pelas observações imprescindíveis durante o processo de qualificação; e ao professor Tarcísio Botelho, por ter aceito prontamente o convite de participação à banca de avaliação;

Ao Programa de Pós-Graduação em História da UFJF pelo subsídio financeiro viabilizado pelo auxílio da bolsa de fomento à pesquisa;

Aos funcionários dos arquivos locais visitados da cidade, a saber: Museu Histórico Municipal Tuany Toledo, Cúria Metropolitana de Pouso Alegre, Matriz de São Bom Jesus (Catedral) e Fórum Municipal, a este último atribuo por viabilizadores de meu acesso à escritã Eliane Alvarenga e ao estagiário Thiago Pereira. Tolerância esta, nem sempre praticada em arquivos não regulamentados.

Agradeço ao Juliano Sobrinho, pela gentil disponibilidade de seu material pessoal levantado, mesmo antes de sua defesa;

Ao Eduardo Toledo, por disponibilizar seu arquivo pessoal;

À Ana Paula Costa, pelo auxílio bibliográfico;

Às pessoas fundamentais:

Meu namorado Felipe, por me acompanhar nos momentos de angústias e conquistas da escrita, manifesto aqui, minha gratidão especial.

Ao meu amigo Eduardo, “fiel escudeiro”, devo-lhe todas as gratificações que se contraem no decorrer de uma amizade de anos. Devo-lhe, além de inúmeras conversas “informais/ acadêmicas”, à minha iniciação ao universo da pesquisa. Velho “malungo” de travessia e irmão por escolha;

Ao professor Isaías Pascoal, referencial de dedicação e vocação ao trabalho investigativo, devo-lhe não só o interesse despertado em pesquisar, como também o carinho compartilhado pelo Sul de Minas;

Aos professores de graduação: Rubens Laraia, Edmar Lopes e Maria Lúcia Saponara;

Aos amigos conquistados em Juiz de Fora, registro aqui, em especial: Izabella, Michelle, Laurinha, Gisele, César, Fábio, Luís Mário e Cecília, “provas vivas” de que não estamos absolutamente sozinhos no “solitário” ofício de historiador.

À D.Léa e “Tia Regina”, que por muitas vezes me acolheram como filha, durante as pesquisas de campo em Belo Horizonte.

A todos que compuseram essa trajetória, ficam meus agradecimentos.

“O Escravo”

*“Detrás da flor me subjugam,
Atam-me os pés e as mãos.
E um pássaro vem cantar
Para que eu me negue.*

*Mas eu sei que a única haste do tempo
É o sulco do riso na terra
__a boca despedaçada que continua falando”*

*Ferreira
Gullar*

“Quando pais e mães voltam ao trabalho, a primeira que fazem é chamar os filhos ou procurá-los nos vizinhos e não comem até que os tenham achado [...] Os negros amavam seus filhos com tanta ternura que tiravam um pedaço de alimento da boca para lhes dar [...] Não sabiam também vê-los castigar ou vê-los chorar sem que, imediatamente, corresse e mostrasse um imenso desprazer do mal que lhes faziam, pois eles preferissem que lhes batessem que em seus filhos”

Dutert

Título da dissertação: A família negra na Freguesia de São Bom Jesus dos Mártires: incursões em uma demografia de escravidão no Sul de Minas. (1810-1873)

Palavras-chave: 1. Escravidão, 2. Minas Gerais, 3. Demografia.

RESUMO

Empreendemos neste trabalho, através do entrecruzamento de documentos como, recenseamentos (mapas de população e listas nominativas), junto ao conjunto de registros paroquiais (assentos de batismos e casamentos) e processos de inventários *post-mortem*, o esforço de avançarmos na discussão acerca da família escrava, sobretudo para as regiões que se dedicaram à economia interna de abastecimento.

O local eleito para esta investigação foi a freguesia de São Bom Jesus dos Mártires de Pouso Alegre, localidade sul-mineira, estrategicamente situada numa região de rotas de tropas e de dinâmica inserção na rede Centro-sul de abastecimento interno ao Rio de Janeiro nos Oitocentos.

O método utilizado efetuou-se em duas etapas: Na primeira, buscamos por meio da mensuração de dados, apreendemos elementos antecedentes às incursões da família escrava entre a população negra, tais como: distribuição de grupos em diferentes categorias, definidas pelo critério de condição social (livres/ escravos/libertos); origem: (crioulos/ africanos); cor (pretos/ pardos); composição de sexo e idade.

Na segunda etapa, efetuamos quantificações concernentes à composição da família escrava, propriamente dita. Procuramos visualizar pela frequência de legitimidade entre os “filhos inocentes” de escravos indicada pelos assentos batismais, entrecruzados aos mapas de população (1833-1835) e assentos de casamentos, a importância destas uniões oficialmente sancionadas para os escravos. Apreendemos deste resultado, uma alta incidência de uniões legítimas entre a população escrava no contexto social da Freguesia e Município de Pouso Alegre., até o presente, pouco identificada para o contexto da província de Minas. No que concerne aos “padrões de escolhas” efetuados entre os cônjuges cativos nestas uniões, constatamos o predomínio exogâmico por origem, ou seja, aquelas efetuadas entre pares africanos e crioulos, o que postulamos ser uma derivação resultante entre a conjugação do tráfico e crescimento natural da população escrava nesta especificidade Sul-mineira. Procuramos trabalhar, neste segundo momento, as redes de sociabilidades escravas –consangüíneas e rituais, através de análises quantitativas e longitudinais de propriedades eleitas.

Title of dissertation: The black family in the Parish of St. Bom Jesus dos Martires: forays into a demography of slavery in the South of Minas. (1810-1873)

Keywords: 1. Slavery, 2. Demography, 3. Minas Gerais.

ABSTRACT

We undertook this work, through the interweaving of documents such as censuses (population maps and lists of named), along the set of parish registers (baptisms and marriages seats) and processes of postmortem inventories, the effort to advance the discussion of slave family, especially for regions that have dedicated themselves to the domestic supply.

The site chosen for this research was the parish of Bom Jesus dos Martires de Pouso Alegre, south-mining town, strategically located in a region of routes of troops and dynamic integration in Central-south network of domestic supply to Rio de Janeiro in the nineteenth century .

The method used was effected in two steps: First, we search through the measurement of data, apprehend evidence of family history to the slave raiding among the black population, such as group distribution in different categories defined by the criterion of social status (free / slave / freed) Source: (Creole / African), color (black / brown), sex and age composition.

In the second step, we performed measurements concerning the composition of the slave family, itself. We seek to visualize the frequency of legitimacy among the "innocent children" slave indicated by the baptismal seats, crossed to the maps of population (1833-1835) and seats of marriages, the importance of these officially sanctioned marriages for slaves. Apprehend this result, a high incidence of marriages between the legitimate slave population on the social context of Town and City of Happy Landing., To date, little identified for the context of the Province of Minas. With respect to "patterns of choices" made between the spouses in these marriages captives, we note the predominance exogamic by origin, ie those made between pairs Africans and Creoles, which postulate be a derivative resulting from the combination of traffic and natural growth specificity of the slave population in this South-mining. We seek to work in this second phase, the networks of sociability slave-consanguineous and rituals, through analysis of quantitative and longitudinal properties elected.

QUADRO DE TABELAS

TABELA 1: População do Termo de Campanha (1826).....	67
TABELA 2: Quadro Populacional do Termo de Sapucaí (1831).....	68
TABELA 3: Distribuição de Indivíduos por Fogos (1831).....	69
TABELA 4: Evolução da Participação de Batizados na Freguesia (1811-1873)....	70
TABELA 5: População do Termo de Pouso Alegre (1833-1835).....	70
TABELA 6: Distribuição da População Livre e Cativa por Paróquia (1826).....	71
TABELA 7: Distribuição da População do Termo de Pouso Alegre, segundo a condição social. (1833-1835).....	72
TABELA 8: Vila de Campanha (1831-1833-1835).....	73
TABELA 9: População Livre e Escrava em áreas aproximadas.	74
TABELA 10: Distribuição da População por Paróquia no Sul de Minas, segundo a condição social (1873)	75
TABELA 11: Distribuição da População do Município de Sul de Minas, segundo a condição social (1873).....	76
TABELA 12: População Escrava dos Municípios Sul-Mineiros (1876, 1883, 1885).....	77
TABELA 13: Estrutura de Posses de Escravos em Pouso Alegre (1820-1888).....	106
TABELA 14: Distribuição da População Cativa por sexo e origem (Pouso Alegre, 1820- 1888).	107
TABELA 15: Distribuição de batizados cativos por origem (1812-1873).	108
TABELA 16: Distribuição da População cativa por sexo. Município de Pouso Alegre (1820-1888).	108
TABELA 17: Razão de Masculinidade em períodos distintos.	109
TABELA 18: Africanidade e Razão de Masculinidade. (Município de Pouso Alegre (1820-1888).	109
TABELA 19: Distribuição da População Cativa, segundo o sexo, por Distrito. (Município de Pouso Alegre, 1833-1835).....	110
TABELA 20: Distribuição da População Cativa, segundo a idade, por Distrito. (Município de Pouso Alegre, 1833-1835).....	110
TABELA 21: Distribuição da População Cativa, por faixa etária. (Município de	111

Pouso Alegre, 1820-1888).....	
TABELA 22: Distribuição da População por Idade (Distrito de Pouso Alegre, 1833-1835).....	111
TABELA 23: Distribuição da População Cativa por Idade (Distrito de Pouso Alegre, 1838).....	112
TABELA 24: Distribuição da População Cativa no Município de Pouso Alegre, por sexo e idade (1873).	112
TABELA 25: Razão de Crianças por Mulheres em idade reprodutiva. (Município de Pouso Alegre, 1820-1888).	113
TABELA 26: Distribuição da População Cativa de no Termo de Pouso Alegre, segundo a cor (1833-1835).	113
TABELA 27: Batizados de Escravos “Adultos”, segundo a Procedência Africana. Freguesia de São Bom Jesus dos Mártires de Pouso Alegre (1812-1851).	114
TABELA 28: Distribuição de escravos, segundo a Procedência Africana. (Município de Pouso Alegre, 1833-1850).	115
TABELA 29: Estado Conjugal de Cativos e Pretos Livres. (Município de Pouso Alegre, 1833-1835).	202
TABELA 30: Legitimidade dos Batizados cativos e ingênuos, (Freguesia de São Bom Jesus dos Mártires de Pouso Alegre, 1812-1873).	203
TABELA 31: Distribuição de casamentos segundo à condição social (Freguesia de São Bom Jesus dos Mártires de Pouso Alegre, 1810-1888).	204
TABELA 32: Uniões Endogâmicas e Exogâmicas, segundo à origem. (Freguesia de São Bom Jesus dos Mártires de Pouso Alegre, 1810-1888).	205
TABELA 33: Padrões de compadrio entre cativos na Freguesia de São Bom Jesus dos Mártires de Pouso Alegre (1812-1873).	206
TABELA 34: Padrões de compadrio entre africanos na Freguesia de São Bom Jesus dos Mártires de Pouso Alegre (1812-1853).	207
TABELA 35: Padrões de compadrio entre inocentes cativos na Freguesia de São Bom Jesus dos Mártires de Pouso Alegre (1812-1873).	208
TABELA 36: Padrões de compadrio entre inocentes cativos do sexo masculino na Freguesia de São Bom Jesus dos Mártires de Pouso Alegre (1812-1873).	209
TABELA 37: Padrões de compadrio entre inocentes cativos do sexo feminino na Freguesia de São Bom Jesus dos Mártires de Pouso Alegre (1812-1873).	210

TABELA 38: Padrões de compadrio entre mulheres africanas na Freguesia de São Bom Jesus dos Mártires de Pouso Alegre (1812-1853).	211
TABELA 39: Padrões de compadrio entre homens africanos na Freguesia de São Bom Jesus dos Mártires de Pouso Alegre (1812-1853).	212
TABELA 40: Padrões de compadrio entre filhos legítimos na Freguesia de São Bom Jesus dos Mártires de Pouso Alegre (1812-1873).	213
TABELA 41: Padrões de compadrio entre filhos naturais de escravas na Freguesia de São Bom Jesus dos Mártires de Pouso Alegre (1812-1873).	214
TABELA 42: Relações compadrescas intra-cativeiro na Freguesia de São Bom Jesus dos Mártires de Pouso Alegre (1812-1873).	215
TABELA 43: Relação anual de batizados na Freguesia de São Bom Jesus dos Mártires de Pouso Alegre (1812-1841).	248
TABELA 44: Relação anual de batizados na Freguesia de São Bom Jesus dos Mártires de Pouso Alegre (1845-1873).	249
TABELA 45: Lista de Ocupação de Chefes de Domicílios (Distrito de Pouso Alegre, 1838).	266

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1: População escrava no Termo de Campanha (1826).....	71
GRÁFICO 2: Distribuição de escravos no Termo de Pouso Alegre (1833-35).....	72
GRÁFICO 3: Estrutura de Posse de Escravos. Distrito de Pouso Alegre (1838).....	107
GRÁFICO 4: Distribuição da população cativa por idade (1838).....	112
GRÁFICO 5: Distribuição da população escrava, segundo a cor (1838).....	114

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1: Razão Criança/ Mulher em diferentes localidades.	100
QUADRO 2: Uniões “Mistas” na Freguesia de São Bom Jesus dos Mártires de Pouso Alegre (1811-1888).	154
QUADRO 3: Relação nominal de integrantes do Domicílio de Coronel Manoel Leite Ferreira de Mello (1838).	193
QUADRO 4: Relação nominal de escravos pertencentes à Fazenda do Capão Grosso (1869).	194
QUADRO 5: Divisão de escravos entre os herdeiros da Fazenda do Capão Grosso.	221
QUADRO 6: Composição do termo da Vila de Campanha (1810).	242
QUADRO 7: Composição dos limites administrativos da Vila de Pouso Alegre (1831).	243
QUADRO 8: Vila de Pouso Alegre (1840).	244
QUADRO 9: Município de Pouso Alegre (1848).	245
QUADRO 10: Município de Pouso Alegre (1868).	246
QUADRO 11: Freguesia de Pouso Alegre (1874).	246

LISTA DE MAPAS

Mapa I: Caminhos do Ouro	44
Mapa II: Composição dos Distritos Rurais da Freguesia de Pouso Alegre	247

LISTA DE DIAGRAMAS

DIAGRAMA 1: Trajetória familiar de João Francisco Vaz e Marcelina Parda Forra.....	156
DIAGRAMA 2: Família escrava estendida, identificada através das “interdições consangüíneas”	167
DIAGRAMA 3: Relações de parentesco na Fazenda das Limeiras.....	169
DIAGRAMA 4: Rede de compadrios na Fazenda Engenho da Serra (pertencente ao Pe. Senador José Bento L. F, de Mello).....	188
DIAGRAMA 5: Rede de parentesco de escravos tecida na Fazenda do Capão Grosso.....	216
DIAGRAMA 6: Teias compadrescas tecidas pelo escravo Malaquias.	219

LISTA DE SIGLAS

APM - Arquivo Público Mineiro- MG

BNRJ - Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro – RJ

CMPA - Cúria Metropolitana de Pouso Alegre-MG

CMSP - Cúria Metropolitana de São Paulo - SP

FMPA - Fórum Municipal de Pouso Alegre-MG

MHTT - Museu Histórico Tuany Toledo (Pouso Alegre- MG)

MSBJ - Matriz de São Bom Jesus (Pouso Alegre) – MG

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	20
2	DELINEAMENTOS POPULACIONAIS: OCUPAÇÃO E FORMAÇÃO OCUPAÇÃO E FORMAÇÃO DA FREGUESIA NO EXTREMO-SUL DA PROVÍNCIA.....	33
2.1	PROCESSO DE OCUPAÇÃO DO EXTREMO-SUL DE MINAS: DE “ROTAS” E “FAISCAÇÃO” ÀS “ROÇAS E CAMPOS DE CRIAR”.....	33
2.2	O CRESCIMENTO POPULACIONAL NO SUL DE MINAS; INDICADORES GERAIS.....	44
2.3	POPULAÇÃO ESCRAVA NA PROVÍNCIA DE MINAS OITOCENTISTA: APONTAMENTOS HISTORIOGRÁFICOS.....	51
2.4	A POPULAÇÃO ESCRAVA EM POUSO ALEGRE E NO EXTREMO-SUL DA PROVÍNCIA.....	58
3	PADRÃO DE POSSES NO MUNICÍPIO DE POUSO ALEGRE: ENQUADRAMENTOS DA POPULAÇÃO ESCRAVA.....	78
3.1	A ESTRUTURA DE POSSES DE ESCRAVOS NA HISTORIOGRAFIA: PRECEDENTES.....	78
3.2	PADRÃO DE POSSES DE ESCRAVOS NO MUNICÍPIO DE POUSO ALEGRE NO SÉCULO XIX.....	84
3.3	CARATERÍSTICAS DA POPULAÇÃO ESCRAVA: SEXO, IDADE E ORIGEM.....	89
3.4	DESÍGNIOS DE COR E DE PROCEDENCIA AFRICANA.....	101
4	A REDE DE PARENTESCO E DE SOCIABILIDADE ESCRAVA NA FREGUESIA DE SÃO BOM JESUS DOS MÁRTIRES.....	116
4.1	A FAMÍLIA ESCRAVA E SUAS INCURSÕES NA HISTORIOGRAFIA DE MINAS GERAIS.....	126
4.2	EM FACE DA UNIÃO LEGÍTIMA: ASPECTOS CONJUGAIS DA FAMÍLIA NEGRA NA FREGUESIA DE SÃO BOM JESUS DOS MÁRTIRES.....	138
4.3	O CASAMENTO CATIVO NA FREGUESIA E OS “PADRÕES DE ESCOLHAS” ENTRE OS CÔNJUGES.....	146
4.4	UNIÕES LEGÍTIMAS ENTRE LIVRES E ESCRAVOS E AS 225	152

	INCURSÕES DESTE “ARRANJO” NO PLANO CONSENSUAL.....	
4.5	OS IMPEDIMENTOS MATRIMONIAIS E AS UNIÕES ESCRAVAS.....	158
4.6	FAZENDA DAS LIMEIRAS.....	168
4.7	SOB A UNÇÃO DOS SANTOS ÓLEOS: SIGNIFICADOS DO PARENTESCO FICTÍCIO E SOCIABILIDADE ESCRAVA NA FREGUESIA DE SÃO BOM JESUS DOS MÁRTIRES.....	173
4.8	FAZENDA DO CAPÃO GROSSO.....	191
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	222
6	FONTES MANUSCRITAS.....	225
7	FONTES IMPRESSAS.....	229
8	FONTES DIGITAIS.....	230
9	REFERÊNCIAS.....	230
	ANEXO 1 (Tabelas e Gráficos do Capítulo 1).....	67
	ANEXO 2 (Tabelas e Gráficos do Capítulo 2).....	106
	ANEXO 3 (Tabelas e Diagramas de Capítulo 3).....	202
	ANEXO 4: Evolução dos limites administrativos no Sul de Minas.....	242
	ANEXO 5 (Relação Nominal de Inventários <i>post-mortem</i> localizados nos Cartórios dos 1 e 2 Ofícios do FMPA.).....	250
	ANEXO 6: (Relação de Domicílios escravistas arrolados pelo Recenseamento de 1838).....	258

1. INTRODUÇÃO

Saber que uma pessoa era escravo não diz tudo sobre ele ou ela. Em outros termos, os proprietários de escravos circunscreviam rigidamente as vidas das pessoas escravizadas, mas nunca as definiram plenamente. A história dos escravos – como toda história humana – não foi feita apenas pelo que se fez a eles, mas também pelo que eles próprios fizeram por si. (BERLIN, 2006, p. 16)

A pesquisa que ora se apresenta insere-se na perspectiva desenvolvida pela história social da escravidão surgida nos anos 80¹, que entende o escravo como agente histórico, sendo, portanto, capaz de atuar e se mover dentro de espaços estabelecidos pelas relações de poder engendradas no interior da sociedade escravista. Lê-se “poder” constituído através de relações assimétricas, não como uma instância definida unicamente pelo lado mais forte da contenda. Desta forma, a inclusão da experiência escrava nestas novas abordagens insere-se num quadro de renovação teórico-metodológica em que permite tanto a politização de ações cotidianas, quanto o redimensionamento das relações de dominação. Não obstante, visões dicotômicas referentes à relação senhor-escravo perderam qualquer sustentabilidade nestas novas abordagens. (REIS & SILVA, 1989).

Nesse sentido, o tema da família escrava, junto à análise dos significados construídos em torno desta instituição, adquiriu relevo principalmente quando estudos demográficos, iniciados no final dos anos 70,² em consonância às tais novas abordagens acerca da

¹ Me refiro principalmente aos trabalhos como: MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. Em torno da autonomia escrava: uma nova direção para a história social da escravidão. *Revista Brasileira de História*, 8:16, mar./ago. 1988, p.143-160. LARA, Silvia. *Campos da violência. Escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro – 1750-1808*. Rio de Janeiro: paz e terra, 1988; _____, Silvia Hunold. Blowin' In The Wind: Thompson e A Experiência Negra No Brasil. *Projeto História*, São Paulo, v. 12, p. 43-56, 1995. GOMES, Ângela de Castro. —Questão social e historiografia no Brasil do pós-1980: notas para um debate (Ensaio bibliográfico). *Revista Estudos Históricos*, 34:2, 2004. REIS, João José & SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: cia das letras, 1989; MATTOS [Castro], Hebe Maria. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista – Brasil, século XIX*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

² Entre os principais trabalhos demográficos que demonstraram empiricamente o nível de estabilidade das famílias escravas estão: GRAHAM, Richard. *Escravidão, Reforma e Imperialismo*. SP: Perspectiva, 1979. COSTA, Iraci dl Nero. *Populações mineiras: sobre a estrutura populacional de alguns núcleos mineiros no alvorecer do século XIX*. SP: IPE/USP, 1981. COSTA, Iraci del Nero. GUTIERREZ, Horácio. Nota sobre casamentos de escravos em São Paulo e no Paraná (1830). In: *História: Questões e Debates*. Curitiba. 5 (9): 313-321. Dez/ 1984. COSTA, I. & SLENES, R. Notas sobre alguns elementos estruturais da família escrava. (Lorena, 1801). *Revista do SBPH*. SP, 4:9-16, 1988. COSTA, I. SLENES, R. & SCHWARTZ, S. A família escrava em Lorena (1801). In: *Estudos Econômicos*. SP: 17(2), 297-314, mai/ago, 1987. LEWCOWICZ, Ida. Herança e relações familiares: os pretos forros nas Minas Gerais do século XVIII. *Revista Brasileira de História*. SP: 9 (17), 101-114. set. 1988/fev. /1989. LUNA, F. V. & COSTA, I. Vila Rica: nota sobre casamentos de

experiência do cativo no Brasil suplantaram definitivamente o paradigma da *licenciosidade moral e anomia social na senzala*.³

Não obstante, constatada a existência do estabelecimento efetivo das relações parentais intra-cativeiro acentuaram-se vertiginosamente os avanços investigativos em torno da organização familiar escrava assentada, sobretudo, em grandes unidades voltadas para economia agro-exportadora.⁴ Nesse sentido, o propósito deste estudo consiste em contribuir na análise acerca dos significados políticos e sociais construídos em torno da família escrava em regiões voltadas para a economia de abastecimento interno,⁵ haja vista que ainda são

escravos (1727-1826). *África*. SP. (4): 105-109, 1981. MARCÍLIO, Maria Luíza (org). *População e sociedade*. Petrópolis: Vozes, 1984. METCALF, A. C. Vida familiar dos escravos em São Paulo no século XVIII: o caso de Santana do Parnaíba. *Estudos Econômicos*. SP. 17 (2), 229-243, mai/ago, 1987. SLENES, R. W. *The demography and Economics of Brazilian Slavery: 1850-1888*. Tese de Doutorado em História.. Stanford University, 1976.

³ Anomia social foi um conceito que previa a despersonalização do indivíduo, desenvolvido por Florestan Fernandes, principal integrante da “Escola de Sociologia Paulista”, seguimento de pesquisas sobre a escravidão fundada por um grupo de sociólogos e historiadores da USP, nos anos 60, que pretendia “rever” a “história da benevolência” de Freyre. Esta tendência, identificou no materialismo histórico seu principal fundamento de análise. Ao enfatizar a violência como elemento cerne das relações escravistas, afirmava que os escravos chegaram assumir para si, um estado de coisificação que a sociedade os impunha juridicamente. Desta aceitação teriam perdido qualquer capacidade de atuação histórica, reconquistada somente com atos de rebeldia. Outros nomes importantes foram: Otávio Ianni, Roger Bastide, Fernando Henrique Cardoso e outros. Cf.: GOMES, Ângela. Questão social e historiografia no Brasil do pós-1980: notas para um debate. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n° 34, jul/dez, 2004, p. 157- 183

⁴ Cf.: ANDRADE, R. *Limites impostos pela escravidão à comunidade escrava e seus vínculos de parentesco: Zona da Mata de Minas Gerais, século XIX*. Tese de Doutorado em História. São Paulo: USP, 1995. FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento: fortuna e famílias no cotidiano colonial*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. FLORENTINO & GÓES. José Roberto. *A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico Atlântico no Rio de Janeiro*: Civ. Brasileira, 1997. FLORENTINO & FRAGOSO. Marcelino, filho de Inocência Crioula, neto de Joana Cambinda: um estudo sobre as famílias escravas em Paraíba do Sul (1835-1872). In: Revista *Estudos Econômicos*. Número 17 (2) São Paulo IPE-USP, 1987. RIOS, Ana Maria Lugão, “ *Família e transição* (Famílias negras em Paraíba do Sul, 1889-1920) Dissertação de Mestrado em História, UFF, 1990. ROCHA, Cristiany Miranda. *Histórias de famílias escravas em Campinas ao longo do século XIX*. Dissertação de Mestrado em História. Campinas: UNICAMP/ IFCH, 1999. SLENES, Robert, *Na senzala uma flor*. Esperanças e recordações na formação da família escrava. Brasil, Sudeste, século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. MATTOS de CASTRO, Hebe Maria. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

⁵ A economia interna de abastecimento, no âmbito geral, tornou-se discussão de fôlego no Brasil quando, a partir dos anos 70, pioneiros trabalhos como os de Ciro Cardoso e Jacob Gorender passaram dar um novo enfoque à estrutura mercantil interna na colônia, ao priorizar o entendimento de suas lógicas internas de funcionamento. Questionando, portanto, seu total nível de atrelamento aos ritmos internacionais, antes atribuídos pela clássica vertente que propunha entendê-lo pelo viés macro-estrutural de formação do mercantilismo moderno europeu. A constatação do processo de acumulação endógena por esses autores, juntamente com a intensificação de pesquisas de cunho regional, como as de João Fragoso, Alcir Lenharo, Keneth Maxwell e Stuart Schwartz contribuíram para o lançamento de bases empíricas mais sólidas para afirmação da tese dinâmica mercantil interna, por identificarem o desenvolvimento de áreas exclusivamente especializadas neste setor, sem vínculos necessariamente diretos com o mercado exportador. Cf.: CARDOSO, Ciro F. S. *Agricultura, escravidão e capitalismo*. Petrópolis: Vozes, 1979. GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. 4ª ed. São Paulo: Ática, 1985. FRAGOSO, João Luis R. *Homens de Grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998. LENHARO, Alcir. *Tropas da moderação. O abastecimento da Corte na formação política do Brasil (1808- 1842)*. São Paulo: Símbolo, 1979. MAXWELL, Kenneth, *Devassa da devassa: a Inconfidência Mineira, Brasil- Portugal, 1770- 1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. SCHWARTZ, Stuart. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru: EDUSC, 2001.

pouco desenvolvidos os estudos sobre esta temática em regiões desprovidas de ligações diretas com o mercado agro-exportador.

Desta forma, a localidade eleita para esta investigação, no âmbito de escala reduzida de análise,⁶ constitui-se no espaço da freguesia de São Bom Jesus dos Mártires de Pouso Alegre. Localidade Sul-mineira, erigida no contexto de deslocamentos populacionais em meio ao intenso influxo de tropas durante o processo rearticulação econômica demarcado pela expansão de fronteiras, ocupação agrária e sedimentação dos primeiros núcleos populacionais estáveis na região. Acentua-se aqui, o importante papel de mediação do povoado aos grandes centros mercantis como Sorocaba e Lorena, pela entrada paulista e Rio de Janeiro, pela entrada das Vertentes. Não obstante, vale esclarecer, que embora o espaço eleito para acompanharmos o comportamento da família escrava – em suas várias frentes analíticas, tais como, o casamento, o consórcio informal, o nível de estabilidade familiar, as possibilidades de *ganhos* (pecúlio, terras e alforria) e o parentesco fictício (compadrio) – seja a referida paróquia, dialogamos, ao longo de nossa reflexão, com outras definições de espaço para além dos limites territoriais e administrativos escalados para aquela categoria. Desta forma, quando nos dedicamos aos levantamentos quantitativos da população escrava (razão de masculinidade, africanidade, estrutura etária, índices de nupcialidade e estrutura dos plantéis escravistas) utilizamos como recorte territorial aquele indicado pelo recenseamento provincial de 1833-1835, que agregava ao município de Pouso Alegre, dez distritos de ordenança, a saber: Capivari, Cambuí, Santa Rita do Sapucaí, Camanducaia, Antas, Ouro Fino, São José das Formigas, Cotias, Bom Retiro e Pouso Alegre.⁷

No que diz respeito ao recorte temporal proposto em nossa pesquisa, definimos como marco inicial a década de 1810 – período que marcou a fundação da freguesia de São Bom Jesus dos Mártires de Pouso Alegre – a 1873, ano em que a província de Minas foi recenseada recebendo uma cobertura quase completa pelo Recenseamento Geral do Império em 1872.⁸ Não obstante, este período eleito foi marcado por profundas mudanças na sociedade escravista do Império. Além das leis de cerceamento ao tráfico negreiro (Lei de 1831 e “Lei Eusébio de

⁶ Nos referimos a abordagem metodológica proposta pela microhistória italiana. Como pondera G. Levi a microhistória pode ser definida como “uma prática (...) essencialmente baseada na redução de escala de observação, em uma análise microscópica e em um estudo intensivo do material documental. Cf.: LEVI, G. Sobre a microhistória. In: BURKE, Peter. *A escrita da história: novas perspectivas*. SP: Ed. UNESP, 1992, p. 136.

⁷ Fonte: Mapa de População de Município de Pouso Alegre (1833- 1835) Notação MP, CX 06 doc 02., localizados no APM.

⁸ Fonte: Banco Digital do Recenseamento Geral do Império de 1872-1873. Dados referentes à Minas Gerais foram corrigidos e coordenados por Pedro Puntoni e Equipe CEDEPLAR-UFMG. In: Diretoria Geral de Estatística. Recenseamento Geral do Império de 1872. Rio de Janeiro. Typ. Leuzinger. Tip. Comercial, 1876. 12 vol., localizados na BNARJ.

Queiroz”-1850), a sociedade escravista conheceu durante a segunda metade do século XIX o processo de redefinição das relações escravistas, resultante deste conjunto de transformações (extinção do tráfico-atlântico, promulgação da Lei de Terras e aceleração do tráfico inter/intraprovincial) inerentes direta ou indiretamente à perda de legitimidade da escravidão.⁹

Dada à natureza do estudo e das fontes utilizadas (inventários *post mortem*, listas nominativas, registros paroquiais, mapas de população, etc.), buscamos na demografia e nos métodos quantitativos os aportes técnicos necessários para tecermos e avaliarmos as dimensões acerca dos enquadramentos demográficos da população escrava. Não obstante, vale salientar que a demografia histórica no Brasil¹⁰ instituiu-se, por excelência, a partir das necessidades metodológicas de se obter meios de tratamentos adequáveis às especificidades do corpo documental denominado pré-censitário ou proto-estatístico, ou seja, aquele que antecede o primeiro recenseamento oficial do Império promovido em 1872. Este conjunto de

⁹ Entre os acontecimentos que refletem esta perda de legitimidade da instituição escravista vale ressaltar as leis abolicionistas que estiveram diretamente ligadas à questão da família escrava. Em 1869 foi aprovado, pelo artigo da Lei 16.965 de 15 de setembro daquele ano, a proibição de separação familiar de escravos casados ou de pais e filhos pequenos nos processos de vendas ou partilhas de heranças. Não obstante, em 1871 a Lei Rio Branco ou Lei do Ventre Livre previa além da não separação familiar, o reconhecimento legal do pecúlio e o fim da revogação da alforria por ingratidão. Entretanto, com a promulgação desta surge outra categoria social: os ingênuos. Segundo esta Lei, todo filho de escrava nascido após o ato da promulgação seria considerado legalmente livre. Não obstante, cada ingênuo deveria permanecer junto à mãe até os 07 anos de idade, sob responsabilidade do proprietário daquela. Entretanto, este teria direitos sobre seus serviços entre os 07 e 21 anos, caso não resolvesse entregá-lo ao Estado, quando completasse 14 anos, em troca de uma indenização. Conforme aventamos, todo este conjunto de mudanças assinalou o quadro de reestruturação das relações escravistas naquela sociedade.

¹⁰ A chamada Demografia Histórica teve sua origem na França, durante a denominada “revolução quantitativa”, quando historiadores, demógrafos e economistas preocupados com o vertiginoso crescimento da população mundial durante a década de 50, passaram a se dedicar com afinco à História das Populações. Foi por meio da incitação destas questões que demógrafos como Louis Henry e Michel Fleury elaboraram a partir de registros paroquiais, o primeiro método de “reconstituição de famílias” (1956-1965), com rigores sistemáticos capazes de apreender o comportamento de populações que viviam em antigos regimes demográficos. Na Inglaterra, a partir de 1966, surge o *Cambridge Group for the History of Population and Social Structure* dedicado, sobretudo, à análise da composição das estruturas domiciliares. Na rara presença de registros paroquiais, estes estudiosos readaptaram os métodos franceses às especificidades documentais dos recenseamentos produzidos naquele país. Cf: MARCÍLIO, Maria Luíza (org.). *Demografia Histórica: Orientações e técnicas e metodológicas*. São Paulo: novos umbrais, 1973. Não obstante, outras formas que se seguiram de adaptações do mencionado método padrão Henry-Fleury foram também acompanhadas por uma série de reações à intensa quantificação e ao apego excessivo ao regular e à dimensão macro-social de análise, em detrimento das ações dos sujeitos. No bojo destas reações, podemos reunir o terceiro nível da História Serial da Escola dos Annales _ responsável pela apropriação e revisão de métodos quantitativos aos interesses levantados pela História Cultural_ o Núcleo de Estudos de População e Sociedade da Universidade do Minho em Portugal e a micro-história italiana, que mesmo optando pela construção de trajetórias de indivíduos, não escamoteou recursos disponibilizados pela prosopografia ou outros métodos quantitativos de nível mais abrangente na escala de análise. Cf.: BURKE, Peter. *A Escola dos Annales (1929-1989)*. A Revolução Francesa da Historiografia. São Paulo: UNESP, 1997. No Brasil, um dos trabalhos precursores a desenvolver demografia histórica foi “Cidade de São Paulo. Povoamento e População (1750-1850)”, tese de doutoramento empreendida por Maria Luíza Marcílio, na França, sob orientação de F. Braudel e L. Henry. Entretanto, entre os principais núcleos acadêmicos dedicados à esta abordagem de pesquisa podemos mencionar o CEDEPLAR-UFMG (Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional de Minas) e o CEDOP (Centro de Documentação e Pesquisa dos domínios portugueses), coordenado pelo professor Nadalin, membro titular da UFPR. Cf.(NADALIN, 2004.)

documentos relaciona-se tanto aos oriundos de contagens populacionais ordenadas pelo governo central ou provincial, quanto àqueles referentes aos recenseamentos eclesiásticos, definidos a partir do regimento Tridentino (registros paroquiais de batismo, óbito e casamento). Entretanto Nadalin assevera que este campo de estudos, estabeleceu-se enquanto disciplina no Brasil, a partir da reelaboração de “ferramentas” metodológicas da demografia *stricto sensu*, para dar conta de uma documentação que não foi elaborada para este fim. Reiterando este argumento, pondera Iraci del Nero da Costa que a demografia histórica:

“ (...) [que teria] como objeto de estudo as populações do período pré-censitário (o que engloba os períodos pré e proto estatístico, é o campo da ciência social que, estabelecendo in totum ou parcialmente, o estudo e os movimentos daquelas populações procura identificar as causas e conseqüências dos mesmos, bem como explicitar as inter-relações destes, com outros elementos da vida em sociedade. Para tanto lança mão também das técnicas e dos acontecimentos das demais ciências e desenvolve técnicas e modelos próprios, utilizando, além de dados tradicionalmente considerados pela demografia, todas e quaisquer fontes que passam a servir ao seu escopo. (COSTA, 1994, p. 1 apud NADALIN, 2004, p. 74)

Não obstante, a demografia histórica pode ser definida como um campo de estudos estatísticos e populacionais, que procura avaliar as dimensões de variáveis como um campo de estudos estatísticos que procura basicamente, através de confrontos entre nascimentos e mortes, acompanhar a capacidade de expansão de uma determinada população ao longo de um período histórico. Entretanto, quando se tratando de uma população aberta, outros fatores além de nascimentos e mortes são levados em conta, como o fator de movimentos migratórios demarcados tanto pelas entradas (imigração), quanto pelas saídas (emigração) de setores da população. (MARCÍLIO, 1978).

Tarcísio Botelho, em seu estudo para a população escrava de Montes Claros, salienta que numa sociedade de estratificação social como a escravista é necessário atermos às peculiaridades de comportamentos demográficos atinentes a cada seguimento social¹¹ que compunha aquela população. Não obstante, o autor assevera que para o entendimento da evolução de uma população qualquer:

(...) a variação do número de habitantes de uma determinada região é igual

¹¹ Entre a população escrava, o índice de mortalidade era bem elevada em relação à população livre, devido às péssimas condições de cativeiro, do mesmo modo que o índice de natalidade era bem inferior em relação àquela, tanto em função do desequilíbrio sexual entre homens e mulheres, quanto pelos problemas relativos à fecundidade, relacionados as precárias condições de vida e de trabalho das mulheres escravas. Cf: BOTELHO, Famílias e escravarias: demografia e família escrava no Norte de Minas Gerais no século XIX. Dissertação de Mestrado em História. São Paulo: USP, 1994. p.19.

aos nascimentos nela ocorridos somado ao número de indivíduos que aí entraram, devendo-se diminuir neste total o número de óbitos e de pessoas que daí saíram. Portanto, a população de uma região após certo tempo é a soma de sua população inicial com o número de nascimentos e entradas menos o número de mortes e saídas. (BOTELHO, 1994, p. 18)

Referente ao corpo documental censitário que vem sendo utilizado nas pesquisas de cunho demográfico no Brasil, vale ressaltar que grande parte deste material de natureza censitária (estamos nos referindo especificamente aos recenseamentos do governo provincial) foi produzida durante o processo de estruturação da máquina burocrática administrativa após a independência.¹²

Não obstante, Minas Gerais esteve entre as províncias que apresentaram uma das coberturas de inquérito mais completa do território nacional. Segundo Botelho, o governo provincial de Minas, principalmente entre o período entre 1830 e 1840, primou, sobretudo, pela dedicação na definição da divisão política administrativa e na “organização do aparelho burocrático e constituição de um sistema de fluxo de informações estatísticas”. (BOTELHO, 1994, p. 22).

Neste contexto, as autoridades eclesiásticas exerceram papel fundamental, de modo que eram estas responsáveis pelo recolhimento de grande parte de informações censitárias. A partir de 1836, cada pároco tinha por obrigação encaminhar semestralmente mapas resumos de levantamentos como registros de nascimentos (batismos), casamentos e óbitos, ao juiz de paz de sua paróquia, para que em seguida fossem encaminhados ao governo provincial. Deste conjunto de inquéritos originaram-se os mapas de população, pela utilização destes é possível distinguir a população por idade, cor sexo, estado conjugal e condição social. (NADALIN, 2004).

Neste trabalho, utilizamos o conjunto de mapas de população de 1833-1835, referentes ao Município de Pouso Alegre e seus dez distritos de ordenanças, localizados no Arquivo Público Mineiro.¹³ Este conjunto de mapas de população resultou-se do Decreto de 17 de

¹² Com o processo de independência política do Brasil, o recém Estado criado efetuou pela Lei de 20 de outubro de 1823, art. 24, parágrafo 7, que cada presidente da província se comprometesse em realizar levantamentos censitários em seus territórios. Entretanto, a partir desta data até o período de 1872-73, os governos provinciais efetuaram várias tentativas de contagem, porém de caráter ineficaz para a cobertura total do território. Vale ressaltar que anterior a estes levantamentos provinciais houveram outras tentativas de recenseamento efetuados pelas Companhias de Ordenanças, que tinha por objetivo recrutar homens aptos à prestação de serviço militar. (NADALIN, 2004).

¹³ Fonte: Mapa de População de Município de Pouso Alegre (1833- 1835) Notação MP, CX 06 doc 02., localizados no APM.

julho de 1832, que encarregou os juízes de paz de cada distrito à preencherem um mapa padrão que era impresso e enviado pelo governo provincial. Nestes mapas, os habitantes foram discriminados em quatro faixa etárias (até 15 anos, de 15 a 30 anos, de 30 a 60 anos e de 60 anos ou mais), segundo a cor (branca, parda ou preta), a condição social (livre, escrava ou forra) e o sexo. (BOTELHO, 1994).

Outro conjunto de recenseamento que adquiriu relevo nesta pesquisa foram as listas nominativas de 1838.¹⁴ Para o Distrito de Pouso Alegre foram arrolados 1.151 domicílios, dos quais apenas 359 (31,1%) destes apresentaram posse escravista. Por meio destas fontes foi possível adquirir informações individualizadas de cada domicílio interrogado, tais como: nome dos componentes, estado conjugal, cor idade, ofício ou ocupação, número de pessoas residentes em cada domicílio, além de informações referentes à presença de agregados e escravos, incluindo todos os atributos acima mencionados. Para este estudo priorizamos, sobretudo, o levantamento referente exclusivamente ao distrito de Pouso Alegre, a fim de não só extrairmos uma abordagem quantitativa deste material, mas de acompanharmos, pela redução de escala, a trajetória longitudinal de algumas propriedades eleitas, que adquiriram relevo neste estudo justamente por alcançarem maior potencial analítico, quando entrecruzadas com o maior número de fontes disponíveis, tais como: inventários *post mortem*, testamentos, assentos de batismo e de casamentos e cartas de alforria.

Não obstante, vale ressaltar que eram várias precondições que incidiam na confecção destes inquéritos, podendo alterar decisivamente a contagem de homens e mulheres, uma delas, refere-se ao temor ao fisco e ao recrutamento militar, este último foi a principal causa de um evidente sub-registro do contingente masculino em períodos de conflitos militares. O desleixo burocrático, a vastidão do território e as precárias condições de locomoção apresentavam bastantes dificuldades para efetuação do recenseamento, assim como a precisão das informações dependia, em parte, da preocupação do juiz de paz em detalhá-las ou omiti-las.

Entretanto, é preciso entender que estes documentos exigem do pesquisador alguns cuidados prévios para que não se corra os riscos em aceitá-los como prontos, ou integralmente fidedignos, alheios às refrações contextuais, ou intencionais em sua composição, por se tratar de fontes de natureza quantificável. Como qualquer outra fonte histórica, estes dados censitários integram em si, visões parciais do passado. Não obstante, estes implicadores

¹⁴ Fonte: Listas Nominativas do Distrito de Pouso Alegre de 1838. Localizados no APM, Notação MP, CX 06 doc 01.

presentes no ato da confecção precisam ser retomados com “críticidade” para que não se atribua um teor de legitimidade absoluta sem antes submetê-los à um processo de problematização capaz de trazer à luz às “reais” potencialidades dessas amostragens. (BACELLAR, 2008).

Além dos mencionados recenseamentos, dispusemos nesta pesquisa de um corpo de 377 inventários *post-mortem* arrolados entre 1820-1888, localizados nos “porões adormecidos” do Fórum Municipal da cidade de Pouso Alegre. Cabe salientar aqui, que todos estes documentos não estão organizados sob nenhum processo de classificação ou catalogação. Deste modo, parte do acervo se encontra precariamente armazenada em caixas primariamente separadas por datas. Enquanto que a outra está aleatoriamente dispersa à revelia de cupins e traças, à espera que alguma autoridade local tome iniciativa de preservação deste patrimônio local.

Quanto à natureza desta fonte, vale ressaltar que o inventário *post-mortem* era resultado do processo que se abria após o falecimento de qualquer indivíduo possuidor de bens. Cada processo era composto invariavelmente pelo termo de abertura, avaliação de bens e pelo auto de partilha. Os elementos que sofriam variação e não se faziam obrigatoriamente presentes na abertura de cada auto, eram: contas de tutela, declaração de herdeiros, procedimentos de herança, adições de bens, contendas, justificativas, cartas precatórias, lista de devedores, testamentos, etc. (TEIXEIRA, 2006, p. 19.)

Não obstante, nosso objetivo em explorar essa fonte se firmou na necessidade em mapearmos as dimensões específicas das propriedades escravistas. Entretanto, para a composição de nossa amostra foi selecionado somente o conjunto dos 377 processos que arrolaram alguma propriedade escrava do total de 678 processos identificados para o município de Pouso Alegre, entre o período de 1820-1888.¹⁵

Além da coleta de dados referentes à estrutura dos plantéis escravistas, nos preocupamos em explorar os dados quantitativos concernentes à população escrava inventariada. Deste modo, procuramos quantificar a distribuição da população escrava, avaliada no total de 3.340 escravos, segundo à origem, sexo, faixa etária e, quando mencionada, a procedência étnica. Outra preocupação colocada consistiu na avaliação de índices de africanidade, masculinidade, como também das razões calculadas entre crianças de 0-09 anos para mulheres em idade fértil. Estas estimativas foram importantes para enquadrarmos nossa análise ao debate historiográfico, que se instaurou em Minas após

¹⁵ Fonte: Inventários *post-mortem*. (1820-1888). Cartórios do 1 e 2 Ofícios, localizados no FMPA.

incitações provocadas por Roberto Borges Martins, quanto às origens do plantel escravista mineiro (tráfico ou reprodução natural).

Outra frente metodológica explorada nesta investigação consiste na exploração intensiva de registros paroquiais. Conforme mencionamos, estes registros (assentos de batismo, óbito e casamento) generalizaram-se a partir do Concílio de Trento (século XVI), promulgação de leis canônicas que receberam uma leitura própria na América Portuguesa, pela confecção das *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* em 1707. Para esta pesquisa foram levantados 18.229 assentos de batismo para o período de 1812, ano de abertura do primeiro livro de batismos, até 1873.¹⁶ Deste total estimado, 3.533 (19,3%) referiam-se aos batizando escravos, enquanto que 14.696 (80,6%) referiam-se aos inocentes livres. Além deste levantamento inicial procuramos averiguar a presença do tráfico nestes registros, por meio da quantificação dos chamados “Adultos”, como eram denominados os escravos africanos. A avaliação concernente à frequência de legitimidade e de nascimentos naturais entre os inocentes cativos também foram frentes de abordagens priorizadas. Não obstante, obtivemos do conjunto de 3.180 assentos abertos para inocentes cativos, uma participação de 53,3% de filhos legítimos, o que demonstra uma elevada frequência de legitimidade entre a população escrava na freguesia.¹⁷ Outras estimativas que foram de encontro à esta constatação foram os elevados índices de nupcialidade averiguados para o município de Pouso Alegre entre 1833-1835. Segundo o Recenseamento deste período, o município mencionado apresentou uma participação de 36,8% de homens e mulheres cativos, acima de 15 anos, com estado civil de casados.¹⁸

Outra frente de abordagem disponibilizada pela exploração dos assentos batismais consistiu na averiguação dos “padrões de compadrio” construídos pelos escravos na Freguesia de São Bom Jesus dos Mártires de Pouso Alegre. Pela exploração intensiva destas fontes foi possível mapearmos as possibilidades de apadrinhamento engendradas por aqueles agentes, de modo que avaliássemos os níveis de construção de redes horizontais (intra-cativeiro) e verticais (entre escravos com livres/libertos). Nesse sentido, tomado com uma forma de extensão dos laços parentais, o parentesco fictício, estabelecido pela instituição do compadrio,

¹⁶ Fonte: Assentos de Batismo. Livro 1 (1812-1821); Livro 2 (1821-1825); Livro 3 (1825-1837); Livro 4 e 7 (1837-1858); Livro 5 (1841-1843); Livro 6 (1847-1853); Livro 7 (1857-1861); Livro 8 (1861-1866); Livro 9 (1866-1873). Localizados na MSBJ.

¹⁷ Fonte: Assentos de Batismo. Livro 1 (1812-1821); Livro 2 (1821-1825); Livro 3 (1825-1837); Livro 4 e 7 (1837-1858); Livro 5 (1841-1843); Livro 6 (1847-1853); Livro 7 (1857-1861); Livro 8 (1861-1866); Livro 9 (1866-1873). Localizados na MSBJ.

¹⁸ Fonte: Mapa de População de Município de Pouso Alegre (1833- 1835) Notação MP, CX 06 doc 02., localizados no APM.

era tão valorizado por aquela sociedade, quanto o parentesco consanguíneo ou aquele instituído pela instituição legítima do casamento ou pelo consórcio informal duradouro.

Desta forma, consideramos a família escrava não só aquela formada pela célula conjugal, ou pelo grupo nuclear, mas aquela que leva em conta a inserção de parentes espirituais ou fictícios, pela instituição do compadrio. Não obstante, além do caráter biológico, é preciso pensar a família a partir de seus significados políticos e sociais construídos naquela sociedade. Da mesma forma que se faz necessário entendê-la enquanto instituição que promovia a criação e recriação de identidades de grupos sociais. (SLENES, 1999).

Baseando-se nas reflexões de Giovanni Levi (2000), privilegamos nesta análise o conceito de família enquanto grupo social capaz de responder às condições opressivas impostas pelas pressões cotidianas no cativeiro. Desta forma entendemos que as relações familiares podem ser entendidas a partir de uma política de *maximização de ganhos*, ou seja, o indivíduo enquanto cativo encontrava na família recursos estratégicos, mesmo que restritos, para tomar suas decisões individuais frente às imposições coletivas. Nesse sentido, é possível pensarmos estas estratégias como caminhos que tangenciavam também alguma potencialização no aprimoramento de *previsibilidade*, capaz de assegurar, portanto, espaços de segurança em meio ao ambiente hostil da escravidão.

Outra frente investigativa explorada nesta pesquisa foram os autos de casamento arrolados entre 1810-1888 para a freguesia de São Bom Jesus dos Mártires. Do total de 1.854 assentos levantados para este período, 1.638 destes referiam-se aos casais livres, enquanto que apenas 187 (10%) destes referiam-se aos casais que envolviam escravos.¹⁹ Desta leitura foi possível analisar as práticas referentes à endogamia e exogamia por origem a fim de incorporarmos nossa reflexão a tradicional discussão acerca da dissensão entre africanos e crioulos através da aceitação ou repulsão de parceiros de outra origem ou procedência étnica. Outra forma de analisarmos estas práticas se deu por meio da avaliação das imposições demográficas daquela localidade no campo de possibilidades de escolha entre os cônjuges. Deste modo constatamos pela predominante frequência de casais mistos (homem africano e mulher crioula) um desdobramento do reflexo da conjugação entre tráfico-atlântico e crescimento natural. Procuramos também através de estudos individualizados destes

¹⁹ Fonte: Assentos de casamento: Livro de Casamentos (1832-1856); MSBJ; Autos de Casamentos, Maços: 35 (1811-1812); 36 (1813-1814); 37 (1815-1816); 38 (1817-1819); 39 (1820-1824); 40 (1823); 41 (1825-1826); 42 (1827); 43 (1828-1829); 44 (1830-1832); 45 (1833-1834); 46 (1835-1837); 47 (1838-1839); 48 (1840-1842); 49 (1843-1844); 50 (1845-1847); 51 (1848); 52 (1849); 53 (1850-1851); 54 (1852-1854); 55, (1855-1857); 56 (1858-1859); 57 (1860-1864); 58 (1865-1869); 59 (1870-1874); 60 (1875-1884); 61 (1885-1901), localizados na CMPA.

processos matrimoniais, entendermos os “motivos” que incitariam ou repeliriam os escravos a buscar o recurso do casamento legítimo. Além disso, procuramos refletir, através dos impedimentos identificados nestes processos, os embates entre normas costumeiras e as imposições eclesiásticas no cotidiano daqueles escravos. Pra empreendermos tal análise, lançamos mão das reflexões de E.P. Thompson acerca dos conceitos como *economia moral* e *costumes*. Desta forma entendemos por costumes/economia moral aqueles “sistemas de atitudes, valores e significados compartilhados” que edificados em confronto entre grupos sociais, visava assegurar tanto uma política de moralização quanto de redefinição das relações de poder de acordo com as reivindicações emergentes de cada “lado da disputa”. Deste modo, entendemos como economia moral o resultado desta apropriação conflitante dos direitos comuns, em que cada grupo procurava *maximizar* suas vantagens em torno do terreno de disputas da experiência cotidiana. (THOMPSON, 1998, p. 19.).

Para exposição desta pesquisa, estruturamos nossa dissertação em três capítulos. O primeiro “Delineamentos Populacionais: ocupação e formação da Freguesia no Extremo-Sul da Província” apresentamos inicialmente a região eleita. Discorremos acerca do surgimento do povoado sob inserção de intensos deslocamentos populacionais propiciado pelo movimento de tropas na região, seja pela “corrida do ouro”, seja pela posterior inserção mercantil à praça da corte. Feita esta contextualização, buscamos reconstruir e analisar as principais características da composição demográfica entre a população livre e escrava, a partir dos levantamentos censitários, referente às primeiras contagens para o Termo de Campanha, e Termo do Sapucaí (posterior Vila de Pouso Alegre), dos períodos de 1826, 1831, 1833-1835, 1838 e 1873²⁰. Estabelecemos desta forma, uma análise comparativa entre a localidade eleita com outros levantamentos já estudos para a região do Sul de Minas.

²⁰ O primeiro recenseamento mencionado foi extraído do Relatório da “Câmara da Vila de Campanha em 1826” ao governo da província, referente ao detalhamento do Termo quanto sua composição por paróquias e Distritos de Ordenança. Neste, obtivemos a população da Freguesia, junto ao Termo de Campanha, discriminada por estrutura de sexo e condição social distribuída por paróquia. Fonte: Censo de 1826. In: *RAPM*, Fascículo 2, julho a setembro de 1896, p. 630. O Levantamento de 1831, refere-se às Listas Nominativas de 1831-32, este recenseamento constitui o levantamento mais completo para Minas. A cobertura foi de aproximadamente 60 distritos de paz, equivalente à uma ampla parcela do território mineiro. Para a região do extremo-Sul, estes recenseamentos abrangeram o Termo de Campanha e seus 13 Distritos. Fonte: Listas Nominativas de 1831-1832. Banco de dados elaborados pela Dra. Clotilde Paiva (CEDEPLAR/UFMG), a partir dos Mapas de População de Campanha. Pasta 1, doc 12; Pasta 7, doc 1; Pasta 10, docs 2 e 6; 14-22. Censo realizado entre 10/1831 e 02/01832. Entretanto, este inquérito não incluiu o Distrito de Pouso Alegre, justificamos esta ausência, ao fato deste distrito ter-se desmembrado da Vila de Campanha este ano, por conta de sua emancipação política. Certamente esta mudança administrativa explica a exclusão dos recenseadores à esta localidade. Como recurso alternativo, utilizamos a Corografia Histórica da Província de Minas de 1837, para posicionar o genérico quadro populacional mencionado neste documento, em relação ao “Termo de Sapucaí”, pelo qual incluía a freguesia de Pouso Alegre e sua distribuição de indivíduos por fogos, sem discriminar condição social ou outro estatuto de distinção. Fonte: MATOS, Raimundo José da Cunha, *Corografia histórica da Província de Minas Gerais (1837)*. Belo Horizonte: editora Itatiaia; São Paulo: editora USP, 2º vol., 1981, p. 145-147. E por fim

No segundo capítulo - “O padrão de posses no município de Pouso Alegre: enquadramentos da população escrava” - procuramos desenvolver um mapeamento da estrutura da propriedade escravista no município de Pouso Alegre. Neste capítulo, dedicamos também à avaliação da inserção da localidade ao tráfico de escravos e as possibilidades de reprodução natural. Para este fim recursos indiretos como: estrutura etária, distribuição entre os sexos e razões criança/mulher, foram fundamentais diante do silenciamento censitário, quanto à origem do escravo, após a Lei de proibição de 1831.

No terceiro capítulo, dedicamos nossa análise à família escrava propriamente dita, analisamos o debate que integra este tema na historiografia e adentramos na reflexão acerca dos significados da união legítima no cativo. Não obstante, dedicamos neste estudo à família escrava na Freguesia de São Bom Jesus dos Mártires, sobretudo pelo seu comportamento frente à instituição oficial do casamento católico. Procuramos delinear reflexões acerca dos significados elaborados desta instância, a partir da perspectiva de “senzala”, por entendermos que estas adoções de ritos, símbolos e instâncias oficiais nunca se davam de forma passiva, nem estavam alheias aos conflitos permeados também nos enquadramentos simbólicos.

Desta forma, privilegiamos nesta análise, os resultados obtidos da quantificação dos registros paroquiais de batismo, localizados na Matriz de São Bom Jesus, junto aos assentos de casamentos localizados na Cúria Metropolitana de Pouso Alegre. Deste modo, empreendemos neste, a averiguação da incidência da união legítima entre a população escrava através do entrecruzamento de dois seguimentos documentais, (registros paroquiais de batismo e casamentos, mapas de população de 1833-35). Dedicamos também, espaço especial à análise das denominadas “uniões mistas” efetuadas entre cativos e livres/libertos, destacando sua possibilidade na Freguesia, além dos possíveis significados construídos por estes agentes. Tecemos considerações concernentes aos “padrões gerais de escolhas”, referente à endogamia e exogamia, (entendido aqui, segundo os critérios de estatuto jurídico e de origem).

No item “Sob a unção dos santos óleos: significados do parentesco fictício e sociabilidade escrava na Freguesia de São Bom Jesus dos Mártires” dedicamos espaço

utilizamos os mencionados mapas de população (1833-35) e listas nominativas de 1838, referentes ao município e distrito de Pouso Alegre, junto ao Recenseamento Geral do Império, efetuado em Minas Gerais no ano de 1873. Fonte: Mapa de População de Município de Pouso Alegre (1833- 1835) Notação MP, CX 06 doc 02., localizados no APM. Referente ao Recenseamento, Cf: Banco Digital do Recenseamento Geral do Império de 1872-1873. Dados referentes à Minas Gerais foram corrigidos e coordenados por Pedro Puntoni e Equipe CEDEPLAR-UFGM. In: Diretoria Geral de Estatística. Recenseamento Geral do Império de 1872. Rio de Janeiro. Typ. Leuzinger. Tip. Comercial, 1876. 12 vol., localizados na BNRJ.

exclusivo aos padrões de compadrio tecidos no âmbito da Freguesia. Constituiu-se nosso objetivo a tessitura de reflexões acerca dos fatores que influenciavam os padrões das relações compadrescas, tais como: capacidade de inserção ao tráfico, dimensão das escravarias, fatores de legitimidade e distribuição entre os sexos entre a população escrava. Tomados pela historiografia da escravidão como tradicionais “códigos sociais” possíveis de serem lidos, procuramos analisar os significados construídos em torno das formas de apadrinhamento, principalmente no que diz respeito a suas articulações em torno do engendramento de relações verticais e horizontais no contexto social da escravidão eleito para este estudo.

Por fim encerramos nossa análise por meio de estudos de caso nas propriedades denominadas “Fazenda das Limeiras” e “Fazenda do Capão Grosso”. Nesta primeira, empreendemos reflexões para além das relações familiares intra-domiciliares. Observamos algumas experiências de liberdade entrelaçadas aos projetos familiares intra-cativeiros. Na segunda, reconstituímos as relações de parentesco consangüíneo e fictício engendrados no interior da propriedade pertencente ao Tenente cel. Manoel Leite Ferreira de Mello. Procuramos, através do entrecruzamento do inventário *post-mortem* e testamento do referido proprietário,²¹ junto ao alistamento domiciliar de 1838²² e assentos paroquiais referentes à sua escravaria, desenvolvermos uma análise longitudinal desta micro-comunidade escrava de modo que condensamos as principais frentes de análise trabalhadas ao longo desta reflexão, tais como: as uniões legítimas e ilegítimas; as redes de parentesco consangüínea e fictícia e nível de estabilidade familiar no cativeiro.

²¹ Cf.: Inventário *post-mortem*: Coronel Manoel Leite Ferreira de Mello (inventariado). Data de abertura: 22/04/1869. Testamento de Coronel Manoel Leite Ferreira de Mello. Data de abertura: 09/10/1944. (anexo ao Inventário). Localizados no FMPA.

²² Domicílio nº 133 pertencente ao Tenente Cel. Manoel Leite Ferreira de Mello. Cf.: Listas Nominativas do Distrito de Pouso Alegre de 1838. Localizados no APM, Notação MP, CX 06 doc 01.

2. DELINEAMENTOS POPULACIONAIS: OCUPAÇÃO E FORMAÇÃO DA FREGUESIA NO EXTREMO SUL DA PROVÍNCIA

A sede insaciável de ouro estimulou a tantos a deixarem suas terras e a meterem-se por caminhos tão ásperos como são os das minas, que dificilmente só poderá dar conta do número das pessoas que atualmente lá estão. Contudo, os que assistiram nelas nestes últimos anos por longo tempo, e as correram todas dizem que mais de trinta mil almas se ocupam, umas em catar nos ribeiros do ouro e em outras em negociar, vendendo e comprando o que se há mister não só para a vida, mas para o regalo, mais que nos portos do mar. (ANTONIL, 1982. p.167)

2.1 PROCESSO DE OCUPAÇÃO DO EXTREMO-SUL DE MINAS: DE “ROTAS” E “FAISCAÇÃO” ÀS “ROÇAS E CAMPOS DE CRIAR”

O deslocamento intensivo de pessoas vindas de todas as partes da colônia em busca do “eldorado” nas regiões das minas no final do século XVII foi responsável pela formação do primeiro núcleo de povoamento do Sul de Minas. A abertura das primeiras picadas, estradas (antigas trilhas abertas por indígenas, redefinidas pelos desbravadores), foram cedendo espaço à formação aos primeiros ranchos, estalagens, povoados isolados que viabilizavam a mobilidade daqueles homens que percorriam caminhos quase inóspitos, geograficamente acidentados, repletos de imprevistos a toda sorte.²³

Era preciso oferecer o mínimo de segurança nestes caminhos impregnados de incertezas. Além dos acidentes geográficos, os perigos tornaram-se cada vez mais crescentes. Na medida em que a população adentrava-se, aumentava a ocorrência de salteadores, quilombolas e a insurgência de “negros da terra”, que passaram a compor o roteiro dessas viagens. O estabelecimento de ranchos, vendas e estalagens, foram neste contexto, oferecendo

²³ Não se coaduna aqui com a tão criticada noção de “vazio demográfico”. Estes movimentos de fronteira, sempre acompanhados de confrontos, nunca ocorriam em áreas despovoadas, mas em regiões ocupadas por indígenas e/ou quilombolas. Cf: VENÂNCIO, Renato P. Comércio e Fronteira em Minas Gerais. In: FURTADO, Júnia Ferreira, (org) *Diálogos Oceânicos*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001. Para o caso específico do sul de Minas, Paulo Araújo de Almeida identificou em seu trabalho arqueológico, a presença de índios cataguazes que ocuparam a região e que tiveram seus últimos redutos e aldeamentos extintos na segunda metade do século XIX no município de Conceição dos Ouros. Cf: ALMEIDA, Paulo. *Arqueologia em Conceição dos Ouros- MG. Pré-história e história, identidade, museu e espacialidade*. Dissertação de Mestrado: MAE/USP, 2004, p. 118.

o mínimo de estrutura possível para que a viagem pudesse ser prosseguida. Além de servirem como instalações de descanso para os viajantes, foram, com o tempo, se configurando em entrepostos comerciais de envergadura, na medida em que uma ampla rede mercantil se avolumava continuamente por conta do intenso fluxo migratório que se direcionou a caminho das minas, fazendo do abastecimento, um problema colocado desde o princípio.

Foi nestes caminhos e descaminhos do ouro, que a freguesia de São Bom Jesus dos Mártires de Pouso Alegre, estrategicamente situada, entre as capitanias do Rio de Janeiro e São Paulo, teve sua origem. Como muitos outros pontos de paragem, o povoado foi, gradualmente, se formando junto às estradas tortuosas que compunham o Caminho Velho²⁴, primeira via de comunicação que ligou o Sul do Brasil aos sertões das Minas.

Spix e Martiuns, viajantes alemães, ao relatarem sua viagem de São João de Ipanema, interior de São Paulo à Vila Rica, descrevem, com riqueza de detalhes, o penoso trajeto de uma viagem que consumia em média 60 dias, da província de São Paulo ao destino final das minas. Ao chegarem às proximidades do arraial de São Bom Jesus, os alemães relataram a dificuldade da travessia do rio Mandú, afluente do Sapucaí, que cortava o povoado, o que obrigava muitos de seus transeuntes ali se estabelecerem em períodos forçados, até as águas baixarem para o prosseguimento da viagem.

Debaixo de chuva incessante e forte cerração, no dia seguinte, só pudemos percorrer quatro léguas na estrada atoladiça. Caminhar adiante era perigoso, segundo aconselhava nosso guia, pois o rio Mandu, com a chuva estava tão cheio que só de dia poderia ser feito a passagem. (SPIX & MARTIUNS, 1976, p. 159)

Nestes pontos de paragem, tornou-se cada vez mais crescente o plantio de roças e à criação de animais às margens de estradas, como fonte de garantia ao estoque de artigos como, o milho, a carne seca, queijos, lingüiça, toucinho para serem comercializados em vendas. Alcir Lenharo (1979) menciona como foi se tornando recorrente o consórcio entre fazenda, rancho, venda e pastagens nestes empreendimentos locais que, desde cedo, davam sinais para evoluírem ao patamar de entrepostos em potencial neste negócio promissor. Com o tempo, os mineiros logo perceberam que além do suprimento básico às necessidades vitais daquela população cada vez mais numerosa nos centros mineradores, a produção de víveres

²⁴ Formaram-se três caminhos principais de acesso às Minas no período colonial: O *Caminho dos Currais dos Sertões*, o mais antigo, acompanhava a extensão do rio São Francisco pela Bahia; O *Caminho Velho*, ou de São Paulo que ligava Santos às Minas; o *Caminho Novo*, pela Zona da Mata, mais tarde conhecido como Estrada Real, encurtou a viagem para o Rio de Janeiro de 60 para 45 dias. Ver: ANASTASIA, Carla M. J. & FURTADO, Junia F. *A Estrada Real na história das Minas Gerais*. In *Revista: História & Perspectivas*, n/ 20/21, 1999, UFU, p.33-55.

impunha-se como oportunidade por excelência de enriquecimento e acúmulo de fortunas neste mercado ascendente.

Durante o auge da mineração, o nascente povoado era uma improvisada estalagem a fim de receber aqueles homens que para cá eram trazidos, atraídos naquele momento pelo fascínio que o ouro exercia. Ao explicar o movimento inicial de deslocamentos populacionais na região, Isaías Pascoal acentua de início, que a abertura de picadas, minas de extração local, isto é, anterior ao estabelecimento de um mercado ativo na região, não foi capaz de dar origem à povoamentos estáveis.

Se o extremo Sul de Minas foi, conhecido, se houve alguma exploração de ouro, se as pessoas aí se instalaram já no século XVII, o ouro foi apenas o arcabouço que permitiu a constituição de seu primeiro núcleo demográfico. Foi o cenário que tornou possível o conhecimento da região. Não fosse a exploração do ouro teria sido conhecida e povoada muito mais tarde, mas não deve a ele a consolidação da região como pólo de produção econômica em grande escala, não lhe serviu para a estabilidade social, nem lhe assegurou a continuidade no tempo. Não foi a base do progresso econômico, do adensamento populacional, do surgimento das primeiras vilas (...). (PASCOAL, 2000. p. 22)

Não obstante, logo após as primeiras descobertas de jazidas de ouro no extremo sul de Minas, região que tão logo seria genericamente denominada de Minas do Rio Verde, tornou-se alvo de sangrentas disputas travadas entre as capitânicas de Minas e São Paulo pela posse das minas, recém descobertas. Até que na primeira metade do século XVIII, a câmara de São João del Rei decide pela criação dos Julgados de Santana do Sapucaí e de Soledade de Itajubá²⁵ com o propósito de implantar a presença oficial da comarca do Rio das Mortes assegurando assim o domínio desta região, para capitania de Minas. Sobre esses confrontos relata a câmara daquela vila que:

Em 1743 despedio duzentos e sessenta e quatro oitavas de ouro quando acompanhada de muita gente armada foi ao Rio Verde defender seus moradores da violência com que D. Luiz Mascarenhas, Governador da Praça de Santos e de São Paulo quis apossar-se daquele terreno, onde já estava Bartholomeu Correa Breno feito Superintendente; e 1746 setecentos e noventa e duas para o estabelecimento do Julgado de Sapucahy para auzentar da jurisdição de São Paulo, que já tinha lá posto Francisco Martins Lustosa²⁶

Em 1755 arrojando as medidas na tentativa de frear os descaminhos do ouro, a

²⁵ Sobre a edificação do Julgado de Itajubá, cf: SOBRINHO, Juliano Custódio. *Negócios Internos: estrutura produtiva, mercado e padrão social em uma freguesia sul mineira de Itajubá (1785-1850)*. 2009. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas: Juiz de Fora, 2009.

²⁶ VEIGA, Xavier. Revista do Arquivo Público Mineiro. Ano I, Fascículo 3. Ouro Preto: Imprensa Oficial de Minas Gerais, jul-set de 1896, p.465.

câmara de São João del Rei reforça a presença dos órgãos administrativos da Coroa, com a fundação de um registro fiscal no povoado de Pouso Alegre visando reprimir os “abusivos desvios clandestinos de ouro das minas de Santana do Sapucahy e de Ouro Fino” (GOUVÊA, 2004, p.16). Esses registros fiscais ²⁷ além de servirem como meio de controle fiscal para cobrança de tributos a todo tipo de mercadoria que circulava na capitania, inclusive de escravos, funcionavam também como verdadeiras guarnições militares a fim de apreenderem mercadorias contrabandeadas, destruir picadas clandestinas (frequentemente abertas para facilitar a circulação ilegal do metal), combatendo assim o próprio extravio do minério. (RESTITUTTI, 2006).

Não obstante, nem sempre essas medidas foram integralmente eficazes. A região, mesmo sob intensas intervenções dos órgãos administrativos representantes da Coroa, tornou-se um pólo em potencial para o extravio do minério. Sobre esses ‘descaminhos’ no extremo sul da Capitania, reclamam os representantes da câmara de São João del Rei sobre o que ocorria em Campanha do Rio Verde em 1798:

O Ilmo e Exmo Sr Visconde de Barbacena quis evitar o extravio pelas representações desta Câmara e mandou pra lá um deslocamento (...) mas o extravio continua(...). A vizinhança em que estão da capitania de São Paulo, a facilidade da passagem para a cidade do Rio de Janeiro ou da praça de Santos, a comunicação de tantas estradas e a multidão de tantos atalhos, são cauzas que ajudam o extravio (...) ²⁸

Neste contexto de intensas disputas entre autoridades e representantes das mencionadas capitanias vizinhas pelo monopólio do minério, a região também se fez palco de acirradas querelas no que concerne ao processo de definição de fronteiras ²⁹. Desta formam

²⁷ Os principais impostos cobrados nestes postos fiscais eram as Entradas (taxas de importações dos produtos que entravam na capitania) e os dízimos eclesiásticos (taxado em cima de qualquer mercadoria que circulava, esteve em vigor até 1831), haviam outros postos de recolhimento do dízimo nos arraiais e vilas em todo território nacional, porém caso o comerciante não apresentasse o guia de quitação regularizado, teria que pagá-lo no ato da saída. A partir da Lei nº 154 de 1839 os Registros passaram a se chamar Recebedorias, porém não localizamos nenhuma recebedoria de Pouso Alegre no século XIX, provavelmente o registro foi desativado ou transferido a uma recebedoria próxima que atendesse melhor às necessidades do fisco provincial. As recebedorias localizadas para o Extremo- sul de Minas foram: Jaguari, Sapucaí Mirim, Soledade de Itajubá, Mantiqueira, Ouro Fino, Jacuí, Caldas e Campanha de Toledo. Cf: RESTITUTTI, Cristiano Corte. *As fronteiras da província. Rotas de comércio interprovincial (1839- 1884)*. 2006. Dissertação de Mestrado História. Araraquara: UNESP, 2006. p. 37- 144.

²⁸ Fonte: VEIGA, Xavier. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Ano I, Fascículo 3. Ouro Preto: Imprensa Oficial de Minas Gerais, jul-set de 1896, p.462.

²⁹ Entende-se aqui por fronteira, toda região que antes despovoada, foi sendo ocupada por intenso movimento de migração impulsionada por diversos fatores tais como: esgotamento de terras em regiões mais antigas, crises econômicas, ou simplesmente como recurso de sobrevivência de grupos sociais de pobres livres que lutavam por algum tipo de acesso a terra. Cf: OLIVEIRA, Mônica, Ribeiro, *Negócios de Família: mercado, Terra e poder na formação da cafeicultura mineira- 1780-1870*. Niterói. UFF. Tese de Doutorado, 1999.

mesmo com o limite oficial estabelecido pela Coroa em 1749, em favor da capitania de Minas, a administração eclesiástica, em virtude do regime do padroado, manteve a região sob jugo do bispado de São Paulo.³⁰ Deste modo, a maioria das freguesias do Sul de Minas, inclusive o povoado de São Bom Jesus, até o final do século XIX, com a criação do Arcebispado de Pouso Alegre, era pertencente ao Bispado de São Paulo. Desta forma, a região do sul de Minas pertencia, em termos político-administrativos, à província de Minas, e em termos eclesiásticos, ao bispado de São Paulo, tendo que prestar contas tanto ao governo provincial, pelo cumprimento de impostos e outras obrigações burocráticas, como ao bispado, na prestação de dízimos ou fundação de capelas, curatos.

Não obstante, no plano régio-administrativo, entre os anos de 1749 até 1799, o arraial do Mandu, como era vulgarmente denominado a antiga freguesia, era pertencente ao termo de São João del Rei, sede da comarca do Rio das Mortes. A partir deste ano, passa a pertencer ao termo de Campanha, primeira vila recém fundada do sul de Minas, localizada a 35 léguas de São João Del Rei, que já se despontava no ano de 1800 como entreposto comercial em potencial do extremo sul da capitania. Segundo as atas desta vila para este ano:

(...) exportava-se para outras partes desta capitania (...) os gêneros da terra mais abundantes (...) caxaças e fumo, que vulgarmente chamavam de agozardente e tabacoz (...). Da mesma forma como das criações que se fazia nos largos campos deste termo, se exportava anualmente para outras capitanias um grandiozo número de cabessaz tanto de gados, como de toucinhos³¹

No decorrer dos anos, com o aumento significativo de moradores, atraídos pela expansão que as atividades agropecuárias desempenhavam, logo fizeram com que seus homens de mando local pleiteassem, junto ao rei de Portugal, a criação de uma nova paróquia, desmembrada de Santana do Sapucaí. Este arraial, mais antigo das proximidades, erigido em função de suas jazidas ao longo do Sapucaí, atingiu o século XIX, com um cenário bastante decadente e de desolamento social³², ocasionado tanto pelo abandono de suas lavras já

³⁰ Pertenciam à jurisdição do Bispado de São Paulo as seguintes freguesias do sul de Minas: Pouso Alegre, Ouro Fino, Jaguary, Caldas, Cabo Verde, Campestre, São José de Alfenas, Jacuy, Carmo do Rio Claro, Ventania, Senhor Bom Jesus dos Passos, Santa Ana do Sapucay, Carmo da Escaramuça, Douradinho e Freguesia Nova de Itajubá. Cf: Mapa da Província de 1843. Disponível em: www.crl.edu-content-brazil-mina.htm. Acesso em 12. jun. 2008.

³¹ VEIGA, Xavier. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Ano I, Fascículo 3. Ouro Preto: Imprensa Oficial de Minas Gerais, jul-set de 1896, p.479.

³² Op. Cit, SPIX & MARTIUS, p. 161.

exauridas, quanto pela topografia local, que bastante acidentada não favorecia o empreendimento de um empresa agrária promissora. (SPIX & MARTIUNS, 1976)

Não obstante, atendendo as solicitações referidas, engajadas pela insistente intervenção do padre José Bento Ferreira de Mello³³, futuro pároco do povoado, que articulou-se, através de estreitas influências que gozava junto ao bispo D. Mateus, o vilarejo foi elevado, pelo bispado de São Paulo, à categoria de freguesia. Pelo alvará de 06 de novembro de 1810, podemos apreender as dimensões territoriais da recém fundada Freguesia de São Bom Jesus dos Mártires de Pouso Alegre:³⁴

A sede da freguesia está situada sobre o rio Mandu, em 22° e 29' de latitude, a 14 léguas de Campanha, trinta de São Paulo e setenta e duas de Ouro Preto. A Freguesia é composta, na maior parte dos campos e mattas, é fértil em todo gênero de cultura do paiz. O local da povoação é de uma amenidade aprazível, apesar de circundado por vargens cortadas por alguns rios. (QUEIROZ, 1933, p.16)

Nas décadas seguintes a elevação da paróquia, a ampla concessão de sesmarias, oferecidas às antigas famílias, remanescentes do ouro, que ocuparam o Vale do Rio Verde, em virtude do crescimento regional ocasionado pelas propícias possibilidades de se fazer fortunas pela dedicação no negócio de víveres, fez com que em poucos anos, o povoado conseguisse reunir condições mínimas para pleitear ao governo da província, sua emancipação política, o que implicaria no seu desmembramento do termo de Campanha.

Neste processo de expansão do povoado, passado pouco mais de vinte anos da fundação da freguesia, o arraial elevou-se à vila, pela lei de 13 de outubro de 1831. No ato da edificação da Vila, entre as principais medidas sancionadas destacaram-se às relacionadas à

³³ Segundo Pascoal, o padre José Bento Leite Ferreira de Mello, não se firmou apenas como líder local. Muito cedo se envolveu na política, antes de se ordenar pároco em São Paulo, foi vereador por mais de um mandato na Câmara municipal de Campanha onde nasceu. Em 1821, participou do Colégio Eleitoral da província que elegeu seus representantes à Corte de Lisboa antes da Revolução do Porto e participou, no mesmo ano, da primeira Junta Administrativa da província. Além de intervir na elevação da freguesia e depois, na emancipação da Vila em 1831, se tornou um dos expoentes do Sul de Minas de maior expressão na política da Corte. Deputado em duas legislaturas (1826 e 1830), foi grande porta-voz do movimento Liberal no Sul de Minas, ao fundar na vila, uma filial da Sociedade Defensora da Liberdade e independência Nacional, juntamente com a publicação do primeiro jornal da região Pregoeiro Constitucional (1831), que possuíam propósitos oposicionistas claros à D. Pedro. Integrou como um dos líderes, junto com Feijó a tentativa de golpe liberal em 1832, promovida pela Câmara de Deputados que elaborou a constituição não aprovada que, por ter sido impressa na sua tipografia da vila, ficou conhecida como Constituição de Pouso Alegre. Foi eleito senador em 1834, cargo que exerceu até sua morte em 1844, quando foi assassinado “a queima roupa” nos arredores da vila por questões de terras. Cf: PASCOAL, Isaías. *A economia agrária e poder político no Sul de Minas: formação de uma identidade política conservadora na primeira metade do século XIX*. Dissertação de Mestrado: UNICAMP, 2000.p.22

³⁴ Há vários contos populares sobre a toponímia “Pouso Alegre”, o mais reproduzido pelos memorialistas é o presente no Amanack de 1874 escrito por Bernardo Saturnino da Veiga. Segundo este, o nome local, foi atribuído por Conde de Sarzedas, quando, numa viagem que fazia de São Paulo à Minas Gerais, precisou se instalar no povoado mencionou, no encontro que teve com o Juiz de Fora de Campanha, que o local deveria se chamar Pouso Alegre e não Pouso do Mandu. Cf: VEIGA, Bernardo Saturnino da. *Almanaque sul-mineiro*. Campanha: Tipografia do Monitor Sul-Mineiro, 1874.

infra-estrutura, tais como, a drenagem de lamaçais, canalização de água potável, criação de uma cadeia pública, a abertura de um correio eficiente que comunicasse o povoado com as vilas de Lorena e São Paulo, como também a ereção do pelourinho.³⁵

A vila recém fundada possuía uma grande extensão no extremo- Sul da província, fazia limites com o termo de Campanha, pelo o qual fora pertencente até então, e compunha-se das seguintes freguesias: Caldas, Ouro Fino, Douradinho, Camanducaia, São José do Paraíso, Sapucaí e Pouso Alegre. Reconhecendo as dificuldades em estabelecer uma definição clara, ou mesmo de se distinguir os limites precisos entre *espaço rural e urbano* no século XIX, optamos por distinguir, a critério de análise, como “espaço urbano” concernente ao distrito do arraial de Pouso Alegre, abrangendo seu centro administrativo e econômico, e “distritos rurais” compostos pelos distritos circunvizinhos a este e pertencentes à freguesia, que eram em seu conjunto cinco: Pântano, Vargem Grande, Cervo, Entre Rios e Capivari (Itaim)³⁶. (Cf.: ANEXO 4).

Segundo o recenseamento da região apresentado por Cunha Matos para o ano de 1831, o arraial absorvia 25,2% do total da paróquia com o total de 1772 “almas”, ao passo que, dentre os distritos rurais, o mais populoso era o distrito do Pântano (1119 ‘almas’, 24,1%), seguido do Itaim (899 ‘almas’, 19,4%) e Cervo (585 ‘almas’, 12,6%)³⁷. Isto significa que embora quase 75% da população concentrassem em áreas agrárias, o arraial apresentava uma concentração populacional notória em relação aos outros núcleos urbanos do termo, superado apenas por Ouro Fino, que aglomerava um número de 1.511 habitantes³⁸, condensando 34% de sua população em seu arraial, por se constituir como recebedoria fiscal, ponto de intenso movimento mercantil de entrada e saída de mercadorias, na fronteira do extremo - sul com São Paulo. (Cf.: TABELA 3, p.69)

Esta atração de pessoas em direção ao distrito do arraial, se deve não só por abrigar em seu núcleo, o aparato político-administrativo da vila, (câmara municipal, guarda nacional, etc.), mas por exercer um papel participativo, enquanto praça comercial, na dinâmica mercantil de subsistência pelo engajamento que se fez toda extensão da Comarca do Rio das Mortes na política de abastecimento à praça da Corte. Nesse sentido, embora o seu ritmo de crescimento estivesse acentuadamente atrelado aos ritmos da expansão agrária, é certo que,

³⁵ Fonte: Livro de Atas Municipais (1831). Localizados no MHTT.

³⁶Fonte: MATOS, Raimundo José da Cunha, *Corografia histórica da Província de Minas Gerais (1837)*. Belo Horizonte: editora Itatiaia; São Paulo: editora USP, 2º vol., 1981, p. 145-147

³⁷ Fonte: MATOS, Raimundo José da Cunha, *Corografia histórica da Província de Minas Gerais (1837)*. Belo Horizonte: editora Itatiaia; São Paulo: editora USP, 2º vol., 1981, p. 145-147.

³⁸ Fonte: MATOS, Raimundo José da Cunha, *Corografia histórica da Província de Minas Gerais (1837)*. Belo Horizonte: editora Itatiaia; São Paulo: editora USP, 2º vol., 1981, p. 145-147.

estas unidades não eram integralmente auto-suficientes, isto é, estavam também subordinadas ao movimento que se articulava entre *vilarejo-fazenda*, no que se refere ao abastecimento de suprimentos, que iam desde a mão-de-obra escrava até artigos como o sal, ou instrumentos de trabalho, movimento este que indicava uma relação de complementaridade destes dois espaços.

Em 1833 com o desmembramento da comarca do Rio das Mortes surgem duas comarcas: a do Rio Paraybuna, agrupando os municípios de Baebendi, Barbacena e Pomba; e a comarca do Sapucaí, tendo Campanha como sede; mais os termos de Pouso Alegre e São Carlos do Jacuí. O termo de Pouso Alegre, que abrangia seis freguesias; Santana do Sapucaí, Caldas, Jaguary, São José do Paraíso, Ouro Fino e Borda da Mata, em 1854 passa a pertencer a comarca de Jaguary, já com um território bem menor em função das emancipações dos distritos de Jaguary e Caldas. (Cf.: Quadros 6, 7, 8, 9, 10 e 11 em ANEXO 4).

O movimento e expansão de fronteira ao sul estiveram intrinsecamente subordinados ao papel primordial cumprido enquanto rota obrigatória aos grandes centros mineradores, juntamente à formação de um incipiente “mercado de retalho” fomentado por vendeiros, taverneiros, tendeiros, caixeiros e mascates ambulantes atraídos para região em função das possibilidades lucrativas que o movimento contínuo de tropas foram oferecendo.³⁹

Com a instalação da Corte no Rio de Janeiro, medidas como, abertura de novas estradas (antes proibida pelo alvará de 1733 aprovado no intuito de conter os extravios do ouro), acompanhada pela concessão de sesmarias ao longo dos trechos, serviram de incentivos tanto à intensificação do processo expansão de fronteiras, quanto a ampliação do mercado interno de abastecimento⁴⁰, onde o Sul de Minas se estabeleceu como principal pólo abastecedor à Corte.

³⁹ Já no decorrer do século XVIII, estabeleceu-se uma estalagem, aos arredores do arraial de Pouso Alegre, conhecido como Barra dos Ouros, nela havia as atividades extração do minério conjugadas à produção de víveres e outros artigos como fumo, rapadura e cachaça de consumo local, mas que atendia ao fornecimento dos transeuntes. ALMEIDA, P. *Arqueologia em Conceição dos Ouros (...)*, 1994. Op. Cit. p. 118.

⁴⁰ A economia de abastecimento interno, no âmbito geral, tornou-se discussão de fôlego no Brasil quando, a partir dos anos 70, pioneiros trabalhos como os de Ciro Cardoso e Jacob Gorender passaram dar um novo enfoque a estrutura mercantil interna da colônia, ao priorizar o entendimento de suas lógicas internas de funcionamento, questionando, portanto, seu total nível de atrelamento aos ritmos internacionais, antes atribuídos pela clássica vertente que propunha entendê-la pelo viés macro estrutural de formação do mercantilismo moderno europeu. A constatação do processo de acumulação endógena, por esses autores, juntamente com a intensificação de pesquisas de cunho mais regional como as de João Fragoso, Alcir Lenharo, Keneth Maxwell e Stuart Schwartz, contribuíram para o lançamento de bases empíricas mais sólidas para a firmação da tese da dinâmica mercantil interna por identificarem o desenvolvimento de áreas exclusivamente especializadas neste setor, sem vínculos necessariamente diretos com o mercado exportador. CF: CARDOSO, Ciro F. S. *Agricultura, escravidão e capitalismo*. Petrópolis: Vozes, 1979. GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. 4ª ed. São Paulo: Ática, 1985 LENHARO, Alcir. *Tropas da moderação. O abastecimento da Corte na formação política do Brasil (1808- 1842)*. São Paulo: Símbolo, 1979. FRAGOSO, João L. *Homens de Grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790- 1830)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

Os reflexos destas medidas foram logo sentidos a partir da edificação de novas estradas, abrindo novos acessos ao mercado da corte. O prolongamento da estrada da Polícia e do Comércio, ligando o interior de Minas ao Rio de Janeiro, construído entre 1811 a 1817, juntamente com a estrada do Picú, (esta financiada por proprietários de Campanha, Pouso Alegre e Baependi), construída em 1820, como alternativa ao longo caminho Mantiqueira - Passa Quatro, constituíam importantes vias de comunicação que definiram nova dinâmica à articulação mercantil Sul de Minas-Corte.⁴¹

Não obstante, o postulado do Sul de Minas, enquanto área por excelência de abastecimento, estabeleceu-se como consenso historiográfico a partir de Lenharo, que chamou atenção para o olhar singular de Caio Prado Júnior, ao apurar à especialização da pecuária abaixo da bacia do rio Grande, na comarca do Rio das Mortes. Foi simultâneo a este processo de expansão agrícola e da pecuária na região que o vilarejo de Pouso Alegre se despontara como pólo promissor desta economia interna dedicada à produção de feijão, milho, arroz, mandioca, gado, porcos, chá e, em especial o fumo.⁴²

Ratificando os impactos gerados pela vinda da família real na região do Sul de Minas, a vila de Campanha registrou em suas atas municipais, que houve uma prontificação imediata pelas autoridades da região do Extremo-sul, em fornecer víveres à recém instalada comitiva de Dom João. Seriam remetidos à Corte só naquele ano, 730 cabeças de gado e 250 capados. A tropa desta viagem seria conduzida pelo Tente de Milícias Joaquim Inácio Vilas Boas da

MAXWELL, Kenneth, *Devassa da devassa: a Inconfidência Mineira, Brasil- Portugal, 1770- 1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. SCHWARTZ, Stuart. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru: EDUSC, 2001.

⁴¹ Lenharo assevera que as medidas incitadas pela denominada ‘política de incentivos’ da corte recém instalada incrementou, intensivamente, um setor mercantil de abastecimento já existente, que alcançou proporções continuamente crescentes com a expansão da ampla rede mercantil do Centro-Sul articulada por três grandes vias principais: a externa, que interligava o Rio aos grandes centros do mercado externo, como Lisboa, Porto e Prata; a interna de cabotagem, feita por embarcações, ligando as praças de Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Campos e Parati ao Rio de Janeiro; e a terceira via, também interna circunscrita entre as rotas terrestres que ligavam São Paulo, Minas, Goiás, Mato Grosso ao Rio, nesta via o Sul de Minas “celeiro da província” foi o principal responsável pela demanda de víveres à praça mercantil da corte. LENHARO, Alcir. *Tropas da moderação. O abastecimento da Corte na formação política do Brasil (1808- 1842)*. São Paulo: Símbolo, 1979 p. 85.

⁴² Sobre a historiografia do Sul de Minas cf: PASCOAL, Isaias. A economia agrária e poder político no Sul de Minas: formação de uma identidade política conservadora na primeira metade do século XIX. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. IFCH: UNICAMP, 2000._____, Reprodução e força de trabalho no Sul de Minas_século XIX_ no contexto de uma formação econômica não exportadora. Tese de Doutorado em Ciências Sociais, IFCH: UNICAMP, 2005. GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. A Princesa do Oeste e o Mito da Decadência de Minas Gerais. São Paulo: Annablume, 2002; ANDRADE, Marcos Ferreira. Família, fortuna e poder no Império do Brasil. Minas Gerais. Campanha da Princesa, (1799-1750). Niterói: Tese de Doutorado em História: UFF, 2005. RESTITUTTI, Cristiano Corte. *As fronteiras da província. Rotas de comércio interprovincial (1839- 1884)*. Dissertação de Mestrado: Araraquara UNESP, 2006. SOBRINHO, Juliano Custódio. *Negócios Internos: estrutura produtiva, mercado e padrão social em uma freguesia sul mineira de Itajubá (1785-1850)*. 2009. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas: Juiz de Fora, 2009. CASTILHO, Entre a Locomotiva e o Fiel da Balança: A transição da mão de obra no Sul de Minas. Dissertação de Mestrado. ICH: UFJF, 2009.

Gama.⁴³ Em 1811 um registro da câmara reclama a preocupação desta vila no atraso do envio de víveres à Corte, justificando o ato, menciona o documento:

Na ocasião da feliz chegada de sua Alteza Real ao Brasil, muitos moradores desta vila e seu termo desejando dar alguma demonstração de seu júbilo, contentamento por tão glorioso motivo, se oferecem a ofertar cavalos, rezes para o Serviço de sua Alteza Real (...) E porque entre as mesmas rezes ofertadas, umas eram novilhas pequenas, outras, pouco depois, produziram e não podiam marchar com as crias, foi preciso fazermos conserva-las até ficarem como estão agora, em estado de viajar, e portanto, nesta ocasião a fazermos conduzir todas (...) ⁴⁴

Em trabalho recém defendido, Juliano Sobrinho (2009) destaca o importante papel exercido pela freguesia de Itajubá, localizada a 70 quilômetros da freguesia de São Bom Jesus dos Mártires de Pouso Alegre, no circuito mercantil integrado ao abastecimento à Corte. Com seu registro fiscal ativo desde o final do século XVIII, esta paróquia, constituiu um importante canal de escoamento da produção regional sul-mineira, para o Vale do Paraíba Paulista e Rio de Janeiro (pela via do porto de Santos). Segundo o autor, este povoado esteve, desde muito cedo, articulado economicamente, com o norte de São Paulo, importando desta província, principalmente artigos como sal e cachaça e exportando, ao longo do XIX, boa parte da grande demanda produzida na região de artigos como o fumo e gêneros alimentícios para as províncias vizinhas, principalmente ao centro urbano da Corte, durante a vigência de sua política de abastecimento.

Ângelo Carrara, notificou também a proeminência econômica da referida localidade no eixo extremo-sul da província, ao constatar para o ano de 1826, sua ampla participação no pagamento de impostos de dízimos, com o maior percentual de contribuintes (19,4%) e a segunda maior participação, em termos absolutos, no total da arrecadação, sendo superada apenas pela sede de Campanha. Já os valores destes quesitos coligidos para Pouso Alegre, demonstraram que embora a freguesia possuísse, em relação a estas, um percentual menor de contribuintes (13,6%), se posicionaria logo em seguida, com a terceira maior participação, em termos absolutos, na arrecadação de impostos do dízimo do Termo.⁴⁵

⁴³ Fonte:VEIGA, Xavier. Revista do Arquivo Público Mineiro. Ano I, Fascículo 3. In: Memórias Municipais. Ouro Preto: Imprensa Oficial de Minas Gerais, jul-set de 1896, p.479

⁴⁴ Fonte:VEIGA, Xavier. Revista do Arquivo Público Mineiro. Ano I, Fascículo 3. In: Memórias Municipais. Ouro Preto: Imprensa Oficial de Minas Gerais, jul-set de 1896, p.479.

⁴⁵ As freguesias que apresentaram arrecadações de dízimos mais elevadas para o termo de Campanha foram a sede da vila com 1:982\$804, Itajubá (1:975\$028) e Pouso Alegre (1:866\$180), já referente ao número absoluto de contribuintes, Itajubá apresentou a maior participação (451), seguida de Campanha (331) e Pouso Alegre

Nesse sentido, a freguesia de São Bom Jesus dos Mártires integrava, junto com Itajubá e Campanha, as maiores participações na arrecadação de impostos do dízimo, neste período. Sua estreita articulação mercantil com outras praças regionais, como Campanha, São João del Rei, pela frente das Vertentes (que dava acesso à Corte); Ouro Fino, pelo Oeste Paulista e Itajubá, pelo Vale do Paraíba Paulista, abria vias de acesso, de potencial alcance aos circuitos mercantis maiores, sendo capaz de articular a região, direta ou indiretamente às praças tradicionais de relevo, como Lorena, Sorocaba, Santos e Rio de Janeiro. Spix Martius, ao passarem pela região, registraram suas impressões desta movimentação, relatando que:

A aldeia do Mandu, região baixa e em grande parte coberta de matas, havia sido fundada a vinte e cinco anos por um capitão, por sua situação favorável para o comércio de Taubaté e Guaratinguetá com Minas. Os paulistas transportam por essa estrada mercadorias européias e trazem de volta queijos, marmelada, algum fumo e tecido grosseiro de algodão. (SPIX & MARTIUNS, 1976, p. 182)

Esta elevada concentração de negociantes justifica-se tanto pela expansão de atividades da agropecuária, elevada produção do fumo⁴⁶, plantio do chá, e mantimentos, como também pela dinamização de entrepostos já estabelecidos nesta região, favorecidos pelo movimento contínuo de tropas propiciado pela proximidade e acesso as principais vias de comunicação aos grandes centros. (GRAÇA FILHO, 2002).

Abordamos aqui, uma síntese acerca das principais atividades sócio-econômicas regionais e suas inserções no mercado de abastecimento interno no eixo centro-sul, após o advento da “política de integração” incitada a partir da instalação da corte. Neste sentido, procuramos demonstrar que além da supremacia do fumo, outras produções, como a criação de porcos e plantio de grãos, sobretudo do milho, “múltiplo de porcos”, desempenharam importante papel na economia regional.⁴⁷

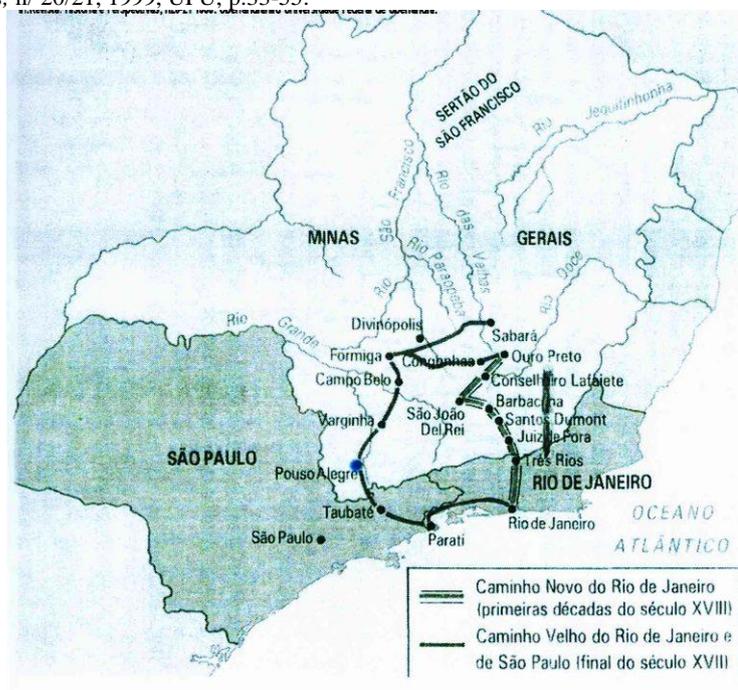
(317). Fonte: RAPM, vol. 2, p. 630. Cf: CARRARA, Ângelo. *Minas e Currais*. Produção Rural e mercado interno de Minas Gerais- 1674-1807. JF: EDUFJF. 2006., p. 277-279.

⁴⁶ A produção deste artigo seja em rama ou preparado para o consumo (tabaco) fez do extremo sul de Minas a segunda maior região fumageira do império. Cultivado inicialmente nos altos do vale do rio Verde, após o declínio do ouro de aluvião na segunda metade do século XVIII, logo se expandiu em direção a oeste e sul se fixando no vale do Sapucaí. O fumo sul mineiro era absorvido principalmente pelo mercado interno paulista e fluminense, ao passo que o produto baiano era predominantemente, utilizado como moeda de escambo no mercado Atlântico de escravos. Sua contínua expansão até a década de 1870, comprova a autonomia deste vigoroso mercado interno deste produto no sudeste, em relação ao tráfico internacional de escravos. O não abalo de seu fluxo mercantil no período posterior ao fechamento do tráfico em 1850 e sua relativa estabilidade no período seguinte até a década de 1870, indica o não nível de atrelamento acirrado com este mercado internacional. No entanto a queda averiguada no período seguinte se justifica tanto pelo acentuado declínio dos preços internacionais, quanto, pela busca de ofertas mais vantajosas do artigo fora do país. Cf: RESTITUTTI, Cristiano Corte. *As fronteiras da província. Rotas de comércio interprovincial (1839- 1884)*. Dissertação de Mestrado: Araraquara UNESP, 2006.

⁴⁷ No final do século XIX, constatou-se pelo Almanack Sul Mineiro, várias fabriquetas de chapéus, uma inclusive em Pouso Alegre. Outros estabelecimentos especializados na fabricação de cera, cigarros e vinhos

Mapa I Os Caminhos do Ouro (século XVIII)

Fonte: ANASTASIA, Carla M. J. & FURTADO, Júnia F. *A Estrada Real na história das Minas Gerais*. In *Revista: História & Perspectivas*, n/ 20/21, 1999, UFU, p.33-55.



2.2 O CRESCIMENTO POPULACIONAL NO SUL DE MINAS; INDICADORES GERAIS.

Postulando de antemão estas observações concernentes à expansão econômica do Extremo-Sul da província, identificamos a primeira contagem de homens para ampla região da comarca do Rio das Mortes, efetuada por Cláudio Manuel da Costa, quando este era secretário do governo da capitania, para os anos de 1772-82. Estudada, em primeira mão por Kenneth Maxwell (1978), este constatou para esta comarca, no ano de 1776, uma presença de 82.781 pessoas, que compunha aproximadamente 25,9% do total de 319.769 da província. Num período de menos de dez anos esta população quase triplicou para 213.617 habitantes,

também se fizeram presentes na freguesia e arredores. Outro produto altamente valorizado no mercado da Corte era o chá, "*ulgado de excelente qualidade*", principalmente a espécie advinda da freguesia de Pousos Alegre. Não obstante, o principal produto de exportação da freguesia em 1874 ainda era o fumo, contudo o plantio do café começava ser substituído nos arredores da freguesia, como em Congonhal e Santa Rita do Sapucaí. Cf.: VEIGA, Bernardo Saturnino da. *Almanaque sul-mineiro*. Campanha: Tipografia do Monitor Sul-Mineiro, 1874.

passando concentrar 41,6% do total da província, em outras palavras, este aumento significou um vertiginoso crescimento de 158%.⁴⁸

Tarcísio Botelho, utilizando as listas de proprietários, produzidas para orientar a cobrança de quintos reais no século XVIII, constatou um aumento significativo da população de São João del Rei, que passou a disputar a preponderância populacional da província com a comarca da Vila de Sabará, na segunda metade do século XVIII. Avaliando os dados de 1721, 1722 e 1776, o autor demonstra um decréscimo populacional para a comarca de Vila Rica de 44,7%, ao passo que para a comarca do Rio das Mortes, demonstra-se, neste mesmo período, um crescimento anual de 2,19%, ocupando, em 1776 um percentual de 26% do total da província. (BOTELHO, 2000)

Nesta mesma confluência, Carla Almeida acentua que, esta expansão demográfica verificada para tal comarca, corrobora o processo de rearticulação econômica, quando a produção voltada para agropecuária assumiria o papel de “carro-chefe” da economia durante o período de transição entre 1780- 1810. Tomando como ponto de partida, três momentos (1767, 1776 e 1821), a autora mostra uma evolução de 23,7% para 41,5% , no índice de população na comarca do Rio das Mortes nos anos de 1767 a 1821, respectivamente. Ao passo que seus dados encontrados para Vila Rica ratificam o consenso historiográfico apontado para o declínio demográfico, ao verificar uma queda contínua de 28,9%, 24,8% e 14,7% no período referente. (ALMEIDA, 2001, p. 48-51).

Clotilde Paiva, ao desenvolver trabalho pioneiro acerca da composição demográfica de toda província, demonstrou através de um estudo intensivo das listas nominativas 1831-32, que a ampla região Sul de Minas, (que abarcava em sua análise, os municípios de Jacuí, Campanha, Baependi, parte de São João del Rei e a porção além da Serra da Mantiqueira do município de Barbacena), concentrava, no período 1831-32 um total de 105.881 pessoas aproximadamente, compreendendo uma estimativa percentual de 26,6% em relação ao total de 397.282 habitantes neste período. (PAIVA, 2006, P. 201-209).

Douglas Libby, em sua amostragem verificada a partir dos mapas de população e censos provinciais, verificou para um recorte mais definido para a região do Sul de Minas, um total de 110.343 no período de 1854-57, correspondente a 11,4% da soma estimada em 961.582 do total da província e um crescimento de 31,3% deste período até o ano de 1872, quando esta população alcançou uma estimativa de 352.000 pessoas, se posicionando como a

⁴⁸ Este total foi revisado por Bergad, chegando a 341.869 habitantes, por incluir nesta soma, os dados apresentados para o distrito de Minas Novas da comarca do Serro Frio, omitidos neste mesmo Censo. Cf.: BERGAD, Laird. *Escravidão e História Econômica. Demografia de Minas Gerais. 1720-1888*. Bauru: EDUSC, 2004., p. 157.

terceira região mais populosa da província ⁴⁹, superada apenas pela região da Metalúrgica Mantiqueira (473.749), que centrava o mercado atívisimo do Campo das Vertentes, por contar com os dois maiores entrepostos comerciais da província (São João del Rei e Barbacena); e Zona da Mata (373.765), região agro-exportadora do café, que atingia no final do século seu apogeu econômico. (LIBBY, 1988, p.43)

Como podemos observar, já existe um consenso bastante consolidado na historiografia acerca da expansão demográfica na comarca do Rio das Mortes. A mineração instalada na Vila de São João del Rei, desde a primeira metade do século XVIII, abriu frente - junto a ampla movimentação demográfica que seguia em direção aos principais centros auríferos da capitania, por meio das rotas do “Caminho Velho” - aos primeiros deslocamentos populacionais que se fizeram em sentido inverso, em direção ao sul da província.

Não obstante, esta movimentação, não se exauriu com o esgotamento da mineração, muito pelo contrário, tornou-se muito mais intensa, à medida que avançava-se as fronteiras agrícolas, fazendo com que “roças”, “vendas” e “campos de criar” perdessem o seu caráter provisório de outrora e tomassem as rédeas do crescimento econômico regional demarcando o que seria definido como o “celeiro” da economia provincial no século XIX. Neste sentido, quando a região tornou-se uma alternativa, em potencial, durante o declínio do ouro, ou como bem definiu Caio Prado Jr., durante o movimento centrífugo populacional, na segunda metade do século XVIII, a comarca do Rio das Mortes já apresentava uma sólida estrutura sócio-econômica assentada no mercado de abastecimento de gêneros, desenvolvido muito precocemente na região. (PRADO Jr., 1983)

Desenvolvendo uma análise pormenor desta expansão na Comarca do Rio das Mortes, Alexandre Cunha constatou para esta, crescimento anual equivalente a 3,54% entre 1808 a 1820, maior apresentado pela província. Elaborando um mapeamento cauteloso acerca da distribuição da população nesta comarca, para o período de 1808, 1820 e 1835, este estudo Cunha constatou a impressionante concentração para o termo de Campanha com 55.375 pessoas, o equivalente a 35,76%, maior percentual de toda a comarca, seguida de São João (16,43%) e São José del Rei (13,87%). Esta predominância se mantém ao longo do período analisado, mesmo com a perda de Baependi, Jacuí e Pouso Alegre nos anos seguintes⁵⁰.

⁴⁹ Segundo o Censo de 1872-1873, a província alcançou uma estimativa de 2.039.735. Cf: LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988., p. 367.

⁵⁰ O percentual observado para Campanha em 1808, inclui os totais relativos de Jacuí e Baependi. Nas estimativas que se seguiram para os anos de 1820 e 1835, o autor constatou para o termo de Campanha, uma presença de 49.246 e 64.543 pessoas, respectivamente. Cf: CUNHA, Alexandre. *Paisagem e população: algumas vistas de dinâmicas espaciais e movimentos das populações nas Minas do começo do dezenove*.

Partindo para uma análise de âmbito mais local, identificamos que o primeiro censo para a localidade, realizado no ano de 1826, constatou para a Vila de Campanha, incluindo todos seus distritos, uma estimativa total de 46.494 habitantes e um crescimento de 16,3% comparado ao ano de 1821, quando foi computada com uma proximidade de 38.912 pessoas, fato que corrobora a expansão do termo, que já concentrava no ano de 1808, a maior população da comarca do Rio das Mortes com 35,76%.⁵¹ Ainda a partir desta estimativa, a freguesia de Pouso Alegre, neste censo de 1826, aparece como a segunda mais populosa do termo, com 6.490 “almas”, ocupando um percentual de 14% do total, perdendo somente para a sede da vila de Campanha (8.587 “almas”), que concentrava 18,4% na soma do Termo.⁵² (Cf.: TABELA 1, p. 67)

Confrontando estes dados com o levantamento feito por Cunha Matos para o termo de Sapucaí em 1831, identificamos uma estabilização relativa deste crescimento ao observarmos uma elevação de 327 habitantes, neste intervalo de cinco anos. Analisando a média de pessoas por domicílio na freguesia, verificamos que esta se posicionava pouco acima da média do termo com 5,6 pessoas por fogo. A maior média do termo foi calculada para a freguesia de Douradinho, com 10,1, seguida de Caldas do Rio Verde (5,9) e Camanducaia (5,3)⁵³. (Cf.: TABELAS 2 e 3, p. 68-69)

Contudo, quando nos voltamos para especificidades dos distritos da própria paróquia, encontramos outra distribuição de pessoas por fogo, nem sempre correspondente ao cômputo total da freguesia. Na paróquia de Pouso Alegre, por exemplo, alguns distritos apresentaram uma média menor por domicílio, do que a apresentada pelo computo geral da freguesia, como foi o caso do próprio distrito (sede), com 4,7 pessoas. Já os distritos que apresentaram domicílios maiores foram: Pântano e Itaim, ambos com 6,6 pessoas⁵⁴ (Cf.: TABELA 3, p 69.)

Atinente ao Termo, a menor média identificada foi para o distrito de São João Batista com 2,7 pessoas por fogo, ao passo que Douradinho apresentou o maior número, com 10,1 pessoas por domicílio. Em linhas gerais, a estrutura domiciliar da freguesia de Pouso Alegre, ainda se situa um pouco abaixo do padrão avaliado para a província verificado em uma média de 5 a 9 livres e 1 a 4 cativos. (LIBBY, 1988). O que não deixa de ratificar a proliferação de

Anais eletrônicos do XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais – ABEP, Ouro Preto, ABEP, 2002.p.17.

⁵¹ Fonte: Censo de 1826. In: *RAPM*, Fascículo 2, julho a setembro de 1896, p. 630

⁵² Fonte: Censo de 1826. In: *RAPM*, Fascículo 2, julho a setembro de 1896, p. 630

⁵³ Fonte: MATOS, Raimundo José da Cunha, *Corografia histórica da província de Minas Gerais (1837)*. Belo Horizonte: editora Itatiaia; São Paulo: editora da USP, 2º vol., 1981, p 145- 147.

⁵⁴ Fonte: MATOS, Raimundo José da Cunha, *Corografia histórica da província de Minas Gerais (1837)*. Belo Horizonte: editora Itatiaia; São Paulo: editora da USP, 2º vol., 1981, p 145- 147.

domicílios com estruturas familiares bem distintas do modelo de família extensa ou patriarcal encontrado para os engenhos do nordeste, como já identificou a historiografia demográfica principalmente para os domicílios paulistas. (MARCÍLIO, 1972).

Já outros apontamentos, como o dado primário de elevação de crianças sendo levadas à pia batismal na primeira metade do XIX⁵⁵, juntamente com os mapas de população (1833-1835) indicam uma elevação contínua da população da freguesia, com curtas interrupções, durante as primeiras décadas, confirmando seu papel dinâmico e atrativo que exercia na região do extremo sul da província, em virtude de sua expansão da fronteira agrícola concomitante às atividades produtivas voltadas para o mercado interno de abastecimento.⁵⁶ (Cf.: TABELAS 4 e 5, p.70)

Neste período (1833- 1835), desmembrada do termo de Campanha, a localidade atingiu a maior densidade demográfica da Vila recém fundada, por concentrar 24,3% (6.817 habitantes) do total, o equivalente a 5,7% de toda comarca do Sapucaí estimada em 119.509 “almas” no ano de 1833. (BERGAD, 2004, p. 167). Os distritos de ordenança mais populosos subseqüentes foram Cotias e Ouro Fino que apresentaram um percentual de 15,8% e 12,0% respectivamente. Os menores distritos identificados foram Antas, Capivari e Bom Retiro, este distrito, o menor do termo, ocupava 1,8% da população.⁵⁷ (Cf.: TABELA 5, p.70)

Para freguesia de Itajubá, Juliano Sobrinho apresentou uma conformação demográfica relativamente semelhante. Tomando por base os dados coligidos a partir das listas nominativas de 1831-32, o autor demonstrou uma composição total de 5.247 pessoas aproximadamente, isto é, somando-se em valores absolutos da população observada para Nova Itajubá (4.630) e seu curato, Soledade de Itajubá (617), o povoado assumiria a segunda maior concentração demográfica da Vila de Campanha, com 14,3% da população de 36.467 habitantes, superado somente pela freguesia de Santo Antônio Vale da Piedade, sede da Vila que compunha 15,0% do total do termo, com 5.500 “almas”. (SOBINHO, 2009, p.73). (Cf. TABELAS 8 e 9, p. 73-74)

Entretanto, o crescimento desta freguesia se impôs de forma positiva, durante as primeiras décadas do XIX, ao ponto de superar a própria sede do termo, ao apresentar no

⁵⁵ Fontes: (Assentos de Batismo). Livro 1 (1812-1821); Livro 2 (1821-1825); Livro 3 (1825-1837); Livro 4 e 7 (1837-1858); Livro 5 (1841-1843); Livro 6 (1847-1853); Livro 7 (1857-1861); Livro 8 (1861-1866); Livro 9 (1866-1873). Localizados na MSBJ.

⁵⁶Fonte: Mapa de População do Município de Pouso Alegre (1833- 1835). Ver APM, Notação MP, CX 06 doc 02.

⁵⁷ Fonte: Mapa de População do Município de Pouso Alegre (1833- 1835). Ver APM, Notação MP, CX 06 doc 02

período de 1833-35, uma estimativa de 6.650 pessoas (18,2%), enquanto que Santo Antônio do Vale da Piedade apresentou uma queda de 32,3% em relação ao censo anterior.⁵⁸ Esta rearticulação demográfica ocorrida não só no termo de Campanha, como na própria região do sul de Minas, se explicaria em, em termos gerais, pela expansão de outros povoados como Itajubá (6.650) e Pouso Alegre (6.817), que passaram a centralizar as atividades sócio-econômicas no Extremo-sul, exercendo na região, grande pólo de atração, principalmente durante a primeira metade do século XIX.⁵⁹ (Cf.: TABELAS 5 e 8, p.)

O município de Pouso Alegre chega ao final do século, em 1873, com uma população total de 22.004, correspondente a 9,2% da comarca (119.509) e 1,0% da província (2.102.689). No que tange a distribuição desta população por freguesia nas proximidades do município, identificamos como as mais populosas, São José do Paraíso (10.176), Santa Rita do Sapucaí (9.698) e Ouro Fino (9.197). Dentre as quatorze freguesias eleitas nas proximidades do município, a paróquia de Pouso Alegre se situava na sexta posição com 7.339 pessoas, ao passo que, Itajubá (4.740), Cambuí (4.264) e Jaguari (3.368) apresentaram as menores densidades populacionais nas proximidades para o mesmo ano. Ampliando a análise para o quadro regional referente aos municípios, encontramos uma presença significativa, para o Extremo-Sul nos municípios de Campanha, Ouro Fino, Itajubá e Pouso Alegre.⁶⁰ (Cf.:TABELAS 10, 11, e 12 p. 75-77)

Este movimento demográfico, que tendeu ao crescimento nas primeiras décadas do século XIX, com sucessivas oscilações de ritmos e relativas quedas após a segunda metade, indica que o processo de migração intensiva para a região, tenha ocorrido no período que vai do final do século XVIII até meados do XIX, apresentando um relativo declínio na décadas consecutivas.

⁵⁸ Tomando as estimativas elaboradas a partir dos mapas de população do Termo de Campanha (1833-35) as freguesias mais densamente povoadas desta vila eram na seqüência: Itajubá (6.650 pessoas/ 18,2%), Santana do Sapucaí (4.394 pessoas/ 12,0%), Campanha (3.727 pessoas/ 10,2%), e São Gonçalo (3.473/ 9,5%). Em contrapartida, as freguesias menores eram: Mundo Novo (1.031 pessoas/ 2,8%) e S. Dom da Bocaina (764 pessoas/ 2,1%). Fonte: Apud: Mapas de população de 1833-35. Documentação pertencente ao APM, reproduzida e corrigida pelos pesquisadores Clotilde Paiva e Maria do Carmo Salazar Martins, CEDEPLAR/UFMG. In: MARTINS, Maria do Carmo Salazar. *Revisitando a província: comarcas, termos e distritos e população de Minas Gerais em 1833-35*. Anais do V Seminário sobre Economia Mineira. Diamantina: CEDEPLAR, 1990. p.12-29.

⁵⁹ Fonte: Mapa de População de Pouso Alegre (1833- 1835). APM, Notação MP, CX 06 doc 02. Mapas de população de 1833-35. Documentação pertencente ao APM, reproduzida e corrigida pelos pesquisadores Clotilde Paiva e Maria do Carmo Salazar Martins, CEDEPLAR/UFMG.

⁶⁰ Fonte: Banco Digital do Recenseamento Geral do Império de 1872-1873. Dados referentes à Minas Gerais foram corrigidos e coordenados por Pedro Puntoni e Equipe CEDEPLAR-UFMG. In: Diretoria Geral de Estatística. Recenseamento Geral do Império de 1872. Rio de Janeiro. Typ. Leuzinger. Tip. Comercial, 1876. 12 vol., localizados na BNARJ.

Numa acepção mais ampla, Bergad sintetiza o comportamento demográfico para a província durante o século XIX. Avaliando o quadro das comarcas no território mineiro, o autor observou um crescimento estável de 1,8 % para a comarca do Sapucaí, estimado, como o segundo mais lento da província. A explicação para este comportamento demográfico o autor atribui à dinamização intensa da economia de outras regiões, como o vale do Paraíba, que se consolidou numa potencial área de exportação cafeeira, por apresentar em relação àquela, quase o dobro do crescimento, com um índice de 3,4% de crescimento anual, enquanto que a comarca do Sapucaí apresentou um declínio de 15,5% em 1833 para 11,4% em 1872 no total da província. (BERGAD, 2004).

Em síntese, podemos considerar que a mencionada aceleração do crescimento populacional no eixo do Extremo-sul de Minas, destacando o crescimento das freguesias de Pouso Alegre e Itajubá, explica-se tanto pela expansão mercantil de subsistência - que tomou força durante o período de rearticulação econômica que se estabeleceu em Minas durante o declínio do ouro em aluvião - quanto pela maior facilidade de acesso aos grandes centros mercantis do sudeste, como São Paulo e Rio de Janeiro.

Neste processo, vale ressaltar que o desmembramento de vilas e o surgimento de novos centros administrativos na região do Extremo-sul foi um advento que acompanhou tanto a intensificação da dinamização da economia local, pela sedimentação de uma estrutura agrária especializada, sobretudo, na produção de mercado interno de abastecimento, quanto pelo incentivo administrativo na ocupação de terras produtivas em localizações estratégicas para o abastecimento da capital promovida pela política de integração que se impôs após o estabelecimento da corte de D. João VI no Brasil.

No item que segue abordaremos os principais apontamentos historiográficos acerca do contingente escravo mineiro no século XIX. Teceremos considerações acerca do “debate revisionista”⁶¹ que se instaurou na década de 80 em torno do nível de mercantilização da economia mineira e capacidade de importação de mão de obra compulsória.

⁶¹ O “Debate Revisionista” teve início a partir das polêmicas publicações de Martins na década de 1980, dentre suas principais assertivas lançadas estavam:

Em primeiro lugar, a existência da *plantation* exportadora não é considerada condição *sine qua non* para a viabilização da escravidão; haja vista que a maioria esmagadora da mão de obra cativa estava sendo empregada na diversificada economia de subsistência da província. Sendo assim o café exercia papel secundário no emprego do trabalho compulsório neste contexto, passando a exercer papel hegemônico nas exportações provinciais a partir da década de 1870;

Não houve evasão maciça da mão de obra cativa remanescente da mineração para a expansão cafeeira do Vale do Paraíba paulista e porção mineira da Zona da Mata, ao invés de exportar, Minas importava mão de obra cativa, participando ativamente do tráfico-atlântico de escravos;

A manutenção deste contingente escravo se fez fundamentalmente via tráfico de africanos em função da taxa de crescimento natural ter permanecido sempre negativa ao longo do período;

2.3 POPULAÇÃO ESCRAVA NA PROVÍNCIA DE MINAS OITOCENTISTA: APONTAMENTOS HISTORIOGRÁFICOS

Durante a primeira metade do século XIX, o Brasil importou o maior contingente de africanos de toda sua história da escravidão. Estima-se que 1,5 milhão de “almas” desembarcaram em portos brasileiros entre 1800-1850. A grande maioria tomou como destino final a região do sudeste. Calcula-se que um “número bem superior a um milhão de africanos” tenha desembarcado em portos do Rio de Janeiro e Santos no período mencionado. (MARTINS, 1980, 186).

João Fragoso, utilizando registros de saída de tropeiros, juntamente com despachos de escravos da Intendência da Polícia da Corte, constatou que, pelo menos, 48% destes cativos foram absorvidos pela província de Minas, no período de 1822-1833, ao passo que, as regiões cafeeiras do Vale do Paraíba e Norte Fluminense somadas, assimilaram 36,5% deste influxo. (FRAGOSO, 1998, p. 144-146).

No entanto, foi Roberto Martins que acendeu o pavio da discussão acerca do contingente escravo mineiro, quando constatou para mencionada província, a presença do maior contingente mancipio do Império, posição que manteve durante todo século XIX. Utilizando inicialmente os recenseamentos publicados pelas *Revistas do Arquivo Público Mineiro*, o autor demonstrou um crescimento contínuo, em valores absolutos, que chegou a representar o dobro da média nacional no período de 1819 a 1872. De 148.772 escravos em 1808, o contingente passou para 168.543 em 1819, chegando a 381.893 em 1872. (MARTINS, 1980, p. 187)

Comparando este contingente com outras províncias, também ativamente integradas ao tráfico negreiro, o autor constatou uma presença significativamente menor nestas, exceto no Rio de Janeiro, província que disputava com Minas Gerais a contenção da mão de obra compulsória. Relacionando os períodos de 1819 e 1872, Martins verificou para o Rio de Janeiro 91.070 e 306.425, respectivamente; enquanto que São Paulo, 77.667 e 156.612; ao passo que Bahia, 147.263 e 167.824. Referente à média de crescimento deste mancipio, Minas apresentou ao ano um percentual de 1,53%, ao passo que São Paulo, uma média inferior de 1,28% e Bahia, 0,24%, sendo superado somente por Rio de Janeiro (2,31%), província

A abundância de terras livres, concomitante a ausência de um mercado de trabalho livre assentada na edificação de um setor camponês autônomo, constituem o cerne de sua tese envergada em explicar o acentuado “apego de Minas à escravidão”.

diretamente vinculada ao tráfico internacional de escravos e principal responsável pela distribuição pelo território brasileiro. (Idem. *Ibidem*)

Em termos de participação cativa em relação ao total de pessoas da província, houve um declínio relativo. Em 1776, os escravos representavam a maior parcela da população da capitania, com 52,2%. Em 1786, esta participação caiu para 47,9%. Durante o século XIX, embora as importações fossem crescentes até o fechamento do tráfico, o que impactava também de forma positiva no aumento deste contingente, sua participação declinou-se em relação ao contingente livre. De 46,4% em 1805, esta participação caiu para 34,3% em 1808; 27,0% em 1823, chegando a 22,19% em 1872.⁶²

Nesse sentido, embora a população escrava aumentasse em termos absolutos a uma taxa de 1,53% ao ano, sua participação em relação ao total da população reduziu-se consideravelmente. Dado que se atribui tanto ao cerceamento do tráfico após 1850, como ao crescimento expressivo de 3,3% anuais de brancos, junto à elevação estável de pretos e pardos livres na composição demográfica ao longo do século XIX. (BERGAD, 2004, P. 163)

Não obstante, o debate que se desenvolveu acerca do maior contingente escravo do Império, em torno da capacidade da economia em importar mão de obra compulsória, nasce no bojo da historiografia revisionista que vem questionar, no início da década de 1980, a tese de que Minas Gerais teria entrado em crise a partir da segunda metade do século XVIII, com o esgotamento das reservas auríferas de aluvião. De fato, não era procedente que uma região que abrigava tão numeroso contingente de mão-de-obra cativa pudesse estar completamente estagnada, tendo revertido para a agricultura doméstica de subsistência, com quase total desligamento com uma economia de mercado.

Foram precisamente estas questões que incitaram as pesquisas de Roberto Martins, autor precursor nos estudos sobre o tema. Nesse sentido, Martins foi e continua sendo uma figura crucial na polêmica em torno do volume das importações mineiras de escravos. Em sua Tese de Doutorado, Martins (1980) argumenta que a Minas Gerais oitocentista teria sido o único sistema escravista de peso, no Novo Mundo, a ser altamente auto-sustentável, não dependendo, portanto, de uma produção voltada para o mercado externo. Com o declínio da produção aurífera, Minas teria prosperado com base na agricultura e pecuária para consumo interno, sendo a economia mineira marcada por uma diversidade de atividades produtivas, tanto no nível das unidades de produção, quanto no nível regional. Não obstante, o autor

⁶² Dados extraídos de: “População de Província de Minas Gerais- documentos diversos. In: Revista APM- documentos diversos. Vol IV, 1899. p. 294-295. Cf: *Reprodução e força de trabalho no Sul de Minas_século XIX_ no contexto de uma formação econômica não exportadora*. Tese de Doutorado Em Ciências Sociais, IFCH: UNICAMP, 2005, p. 38.

conclui, a partir de estimativas elaboradas com dados extraídos de Mapas de População de 1819 e 1822, que Minas Gerais fora um maciço importador de escravos, superando até mesmo outras províncias como São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia. Além disto, o autor coloca em “xeque” a noção, antes largamente difundida pela historiografia, de que a mão-de-obra cativa mineira, remanescente da força de trabalho das minas, teria sido remanejada ou suprido, parte da mão de obra concentrada nas zonas cafeeiras das províncias do Rio de Janeiro e de São Paulo, no século seguinte. Em síntese, o autor adverte que durante grande parte do século XIX, “os escravos estavam sendo importados do Rio de Janeiro (ou melhor, da África via Rio de Janeiro) para Minas Gerais e não no sentido inverso”. (MARTINS, 1982, p.24)

Minas teria continuado a importar escravos, embora em menor escala, após o fechamento do tráfico internacional. Todavia, ao contrário do que normalmente se supunha, as zonas produtoras de café da província não seriam as maiores responsáveis pela demanda por braços escravos, uma vez que esta cultura só alcançaria grande importância na Província de Minas nas últimas décadas do século XIX. Ou seja, mesmo durante a segunda metade do Oitocentos, a grande consumidora de mão-de-obra escrava continuaria sendo a agricultura não exportadora.

As reações a estas proposições foram múltiplas e adversas. A primeira acionada foi por Robert Slenes, em seu artigo “*Múltiplo de porcos e diamantes...*”. Neste estudo o autor assevera que somente uma acentuada dinâmica mercantil da província seria capaz de explicar o potencial de aquisição escrava via-tráfico. Uma economia vicinal, aos moldes propostos por Martins obviamente não geraria recursos suficientes para manter a demanda de importação vigente na província. Nesse sentido, somente os “efeitos multiplicadores”, gerados como refrações do intenso dinamismo econômico do complexo agro-exportador, explicaria o “apego dos mineiros à escravidão durante boa parte do século XIX”. (SLENES, 1985, p. 9).

Numa outra frente do debate, Wilson Cano e Francisco Vidal Luna, tomando como base a presença significativa de escravos com menos de dez anos e de outros “sem ocupação declarada”, no recenseamento de 1831 para os municípios de Ouro Preto, Minas Novas, Pitangui e Baependi, foram precursores em aventar as possibilidades de uma reposição via reprodução natural ⁶³ do plantel mineiro. Segundo os autores, somente mudanças substanciais

⁶³O primeiro trabalho de peso empírico no Brasil a sustentar uma conformação demográfica da população cativa, anterior ao cerceamento do tráfico, foi desenvolvido por Horácio Gutierrez para a província do Paraná. Segundo o autor, o crescimento endógeno do município desta província tivera uma importância muito maior do que a compra de africanos, o que se comprova pela elevada presença de crioulos para as primeiras décadas do século XIX, (só em Castro registrou-se 70%), de crianças 27% e um índice de 20% e 25% de casamento entre os

das relações escravistas, propiciadas pela inversão à economia de subsistência, gerariam condições capazes de viabilizar a reprodução natural desta escravaria. Sendo assim, o potencial de fecundidade da população escrava estava diretamente atrelada à alguma melhoria de condições de sobrevivência no cativeiro. Nesse sentido os autores divergiam enfaticamente de Martins ao rechaçarem a unilateralidade do tráfico como fator exclusivo responsável pelo crescimento do plantel mineiro, mas se aproximavam parcialmente deste, ao assumirem uma economia de baixo nível mercantil, que inversamente nesta leitura, foi tomada como pressuposto para se entender a reprodução da referente escravaria. (CANO & LUNA, 1983).

Para o termo de Mariana, Carla Almeida assegurou em sua amostragem de inventários, que a população escrava foi capaz de se reproduzir com a diminuição da atividade aurífera. Isso foi observado mediante o aumento de participação de crianças, que de 20,9% no período de 1750-1770, para 22,3% no período subsequente de 1780-1810; somado ao aumento proporcional de mulheres em idade fértil, de 25,1% para 30,5% nos períodos respectivos⁶⁴. No entanto, um alto nível de fecundidade também foi identificado para o período auge da mineração, observação que exige cuidados ao relacionarmos diretamente capacidade de reprodução e nível de exploração da força de trabalho. Não obstante, esta relação deve ser tomada, levando em consideração a historicização do contexto inserido determinada atividade produtiva, como também o nível de organização econômica em que se situa o plantel. Consoante esta questão, menciona autora que:

O declínio da mineração aurífera, a condução da economia para as atividades de subsistência para abastecer o mercado interno, o predomínio dos pequenos e médios plantéis e a conseqüente proximidade entre senhores e escravos daí advinda, devem ter contribuído para reduzir os níveis de exploração da mão-de-obra cativa. Esses fatores aliados às características históricas seculares da atividade mineradora (...), podem ter facilitado o crescimento natural entre os escravos. (ALMEIDA, 1994, p. 129-130).

cativos, percentuais bem acima dos registrados nas produções de grande lavoura, sem contar que o equilíbrio entre os sexos foi uma regra durante todo seu período analisado. Cf: GUTIÉRREZ, Horacio. Demografia escrava numa economia não-exportadora: Paraná, 1800-1830. *Estudos Econômicos*, v. 17, n. 2, p. 297-314, 1987. Outros trabalhos para província de São Paulo trouxeram contribuições consideráveis. LUNA & COSTA, para o início do século XIX, encontraram também um relativo equilíbrio entre as razões de sexo, excetuando-se os distritos açucareiros; e uma enfática presença de crianças, junto a um elevado índice de nupcialidade. Cf: LUNA, Francisco Vidal & COSTA, Iraci del Nero da. Posse de Escravos em São Paulo no Início do Século XIX. *Estudos Econômicos*, São Paulo, IPE-USP, 13(1):211- 21, 1983. Em estudo comparativo entre São Paulo e Minas colonial, LUNA & KLEIN, reafirmam esta tendência reprodutiva após o afrouxamento de importações durante o final do século XVIII em Minas e redução da atividade de importação, como também em São Paulo anterior a difusão dos engenhos do açúcar e do café, além de constar uma alta incidência de casamentos entre mancebos desta província, embora considerasse que este fator não incidisse diretamente no potencial de fecundidade, já que a ilegitimidade era uma condição de regra entre os inocentes cativos. Cf: LUNA & KLEIN, Economia e sociedade escravista: Minas Gerais e São Paulo em 1830. In: *Estudos Populacionais*, Campinas, v. 21, n. 2, p. 173-193, jul./dez. 2004. p. 173-193.

⁶⁴ ALMEIDA, op. Cit. p.129-130.

Para os mesmos centros mineradores tradicionais, Luna e Kleim, corroboram esta assertiva, ao identificar, através de análise de recenseamentos locais de 1830, uma significativa presença de crianças, mesmo levando em conta o elevado desequilíbrio entre homens e mulheres. Segundo este estudo, havia uma média de 1.078 crianças até 09 anos para cada 1.000 mulheres em idades de reprodução, situadas entre 15 e 49 anos, índice superior à São Paulo e Paraná, embora esta última atingiu a maior porcentagem de cativos nascidos no Brasil, com 77% da população escrava em seus limites. (LUNA & KLEIN, 2004, p. 180-181).

Já o trabalho de Heloísa Maria Teixeira, para o município de Mariana, ratifica a importância da reprodução natural para o crescimento da população cativa, no período posterior à cessação do tráfico internacional, quando o incentivo à procriação no cativo tornou-se uma das frentes buscadas para perpetuação do regime escravista. Pela sua amostragem de inventários, a autora constatou o predomínio significativo de crioulos, ao coligir um percentual variável de 60% a 82,7%, entre 1850-1888, número bastante destoante às outras áreas que sofreram maiores efeitos do tráfico, como a região fluminense de Paraíba do Sul, onde a presença crioula foi estimada em um percentual bem inferior de 35,5% em 1850-1854 e, 57% entre 1865-1869. (TEIXEIRA, 2001, p. 64).

Recuando ao século XVIII, Tarcísio Botelho, a partir de registros paroquiais para as localidades de Catas Altas e Mato Dentro, identifica que o processo de naturalização da população escrava não foi, em primeira instância, resultante do cerceamento do tráfico, mas teve sua origem muito precocemente na província mineira. Não obstante, este autor assevera que em momento de aquecimento econômico, a província não deixou de recorrer ao tráfico para repor sua mão de obra. (BOTELHO, 2006, p.223-251). Em seu estudo anterior (1994), o autor já havia aventado para conformação de uma população eminentemente de reprodução natural, ao associar o advento deste fenômeno com nível de inserção ao mercado agro-exportador. Não obstante, salienta ainda que esta não ocorrera fortuitamente, mas assentava-se, sobretudo, numa política de incentivos buscada pelos senhores a fim de manter e ampliar seus plantéis de escravos, quando não poderiam recorrer ao mercado internacional para repor sua mão de obra.

Numa outra vertente mais ampla, tomada para todo conjunto da província, Clotilde Paiva e Douglas Libby, também contestaram a postura unilateral de Martins concernente à dependência maciça do tráfico mineiro. Para estes autores, o processo de naturalização do município mineiro, ocorrera com diferentes ritmos e oscilações regionais. No entanto, o estabelecimento de uma economia de mercado interno, teria favorecido a intensificação deste processo, mesmo durante a vigência do tráfico - atlântico de escravos. Nesse sentido, a

importação e/ou crescimento natural de escravos, não foram processos mutuamente excludentes. Outrossim, Libby assevera que posições unilaterais não são apropriadas para elucidar as influências exercidas pelo tráfico, concomitante as possibilidades de crescimento natural da população cativa, mas a conjugação destas duas vias, avaliando a relevância de cada uma, conforme o dinamismo econômico e inserções mercantis à economia de exportação, se faz necessário para entender as especificidades de cada região. (LIBBY & PAIVA, 1995).

Utilizando um denso banco de dados de inventários post-mortem para Mariana, São João del Rei, São José Del Rei, Ouro Preto e Sabará, Laird Bergad, foi defensor assíduo do processo de reprodução, como condição *sine qua non* do crescimento da população escrava da província. De toda sua amostra, computada em 70.000 escravos para o período de 1790-1880, 67% foram identificados como escravos nascidos no Brasil, ao passo que somente 33% , como africanos. Segundo o autor, a expansão natural foi fator que mais impactou na conformação demográfica cativa, principalmente durante a “transição bem sucedida da mineração à economia de subsistência de alimentos”. Concernente as importações assevera o autor que:

(...) as importações de escravos para Minas Gerais haviam sido reduzidas a números pouco significativos, na segunda metade do século XVIII (...) o comércio escravagista para a província, nas primeiras décadas do século XIX, embora reanimado em breves períodos, praticamente nada significava, se comparando com o processo natural, responsável pela maioria de uma população de escravos, que aumentava firmemente e com o passar do tempo, constituía cada vez mais nascidos no Brasil. (BERGAD, 2004, p. 206).

Em outro trecho mais enfático, o autor conclui que:

(...) houve período de breves surtos de comércio escravagista na província, especialmente na década de 1820. Contudo, a chegada de africanos em Minas Gerais, foi obscurecida pelo impressionante processo de reprodução que resultava mais mulheres, mais escravos jovens e mais escravos nascidos no Brasil a cada década (...). (Idem, p. 312).

Em críticas contundentes à este estudo, Libby considerou, em primeiro lugar, bastante perigosas estas generalizações para todo corpo da província. Questionando a credibilidade acirrada atribuída por este autor ao uso de inventários, Libby faz apontamentos acerca dos limites imputados no uso de fontes desta natureza para avaliar índices de africanidade, como também chama atenção aos cuidados que se devem tomar em relação aos dados indiretos,

como razão de masculinidade, fecundidade, dentre outros, para inferir a presença ou ausência de africanos⁶⁵. Comparando estes resultados com outros coligidos em estudos anteriores, a partir de listas nominativas, Libby assevera uma presença substancialmente maior de africanos para as mesmas localidades estudadas por Bergad. Consoante estas proposições, menciona o autor:

(...) tudo indica que, para a região de São João/ São José, no final do século XVIII, os dados provenientes dos inventários não coadunam com os disponíveis em uma lista nominativa que arrola 10.929 indivíduos, entre os quais 5.319 escravos (LIBBY e PAIVA, 2000). Segundo o levantamento de Bergad (1999, p. 250), no quinquênio 1795-1799 os inventários arrolam 1.264 (57,8%) escravos nativos e 1.002 (42,2%) africanos. No censo eclesiástico da freguesia de São José, de 1795, os nativos eram 2.094 (40,0%), e os africanos, 3.147 (60,0%), ou seja, cifras exatamente opostas. (LIBBY, In: BOTELHO (org), 2001, p. 294.)

Em posição conciliatória às duas vias de fornecimento de mão de obra escrava, o autor e uma boa parte da recente historiografia mineira,⁶⁶ sustentam que somente o aumento de pesquisas de cunho regional, será capaz de averiguar o peso que cada uma confere na conformação demográfica, de acordo com os ritmos de desenvolvimento econômico a cada região averiguada. No entanto, vale acentuar que a intensificação da participação de Minas nas importações cativas, durante todo período de vigência do tráfico, não pode ser

⁶⁵ LIBBY, Douglas Cole. *Minas na Mira dos Brazilianistas: reflexões sobre os trabalhos de Higgins e Bergad*. In: BOTELHO, Tarcísio R. (Org.) *História Quantitativa e Serial: um balanço*. Belo Horizonte: ANPUH-MG, 2001, p. 279-304.

⁶⁶ Cf: Dentre os trabalhos em Minas que vem apontando evidências de reprodução natural entre a população escrava destacam-se: LANNA, A. L. D. *A transformação do trabalho: a passagem para o trabalho livre na Zona da Mata Mineira, 1870-1920*. Campinas (SP): Ed. da Unicamp, Brasília: Cnpq, 1988; LIBBY, D. & GRIMALDI, M. *Economia e estabilidade: economia e comportamento demográfico num regime escravista, Minas Gerais no século XIX. Papéis Avulsos*, 7: 26-43, dez. 1988. PAIVA, C.; LIBBY, D. & GRIMALDI, M. *Crescimento da população escrava: uma questão em aberto. IV Seminário sobre economia mineira, Anais*, Belo Horizonte: CEDEPLAR/FACE/UFMG, 1988. LIBBY & PAIVA, *Caminhos alternativos: escravidão e reprodução em Minas Gerais no século XIX. Estudos Econômicos*: São Paulo: IPE/USP, 25(2), mai/ago, 1995, pp 203-233. LUNA & KLEIN, *Economia e sociedade escravista: Minas Gerais e São Paulo em 1830*. In: *Estudos Populacionais*, Campinas, v. 21, n. 2, p. 173-193, jul./dez. 2004. p. 173-193. CANO, Wilson & LUNA, Francisco Vidal. *Economia escravista em Minas Gerais* In: *Cadernos IFCH*. Unicamp. 10, out. 1983. ALMEIDA, Carla M.C. de. *Alterações nas unidades produtivas mineiras: Mariana – 1750-1850*. Dissertação de Mestrado. Niterói: UFF, 1994. BOTELHO, T. R. *Famílias e escravarias: demografia e família escrava no Norte de Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: USP. Departamento de História, 1994. (Dissertação de Mestrado). _____, Tarcísio. *População e escravidão nas Minas Gerais, c. 1720*. Anais eletrônicos do 12º Encontro da Associação Brasileira de Estudos de População – ABEP. Belo Horizonte: ABEP, 2000. _____, T. *Família e escravidão em uma perspectiva demográfica: Minas Gerais (Brasil), século XVIII*. In: LIBBY & FURADO (orgs), *Trabalho Livre, trabalho escravo. Brasil e Europa, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Annablume, 2006. pp.223-251. PAIVA, C. A. & KLEIN, H. S. *Escravos e livres nas Minas Gerais do século XIX: Campanha em 1831*. *Revista Estudos Econômicos*. São Paulo: V.22, nº 1, p. 129-151. 1992. TEIXEIRA, Heloísa Maria. *Reprodução e famílias escravas em Mariana, (1850-1888)*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: USP, 2001. FREIRE, Jonis. *Escravidão e família escrava na Zona da Mata Mineira Oitocentista*. Campinas. IFCH:UNICAMP, 2009. (Tese de Doutorado em História).

desconsiderada, muito pelo contrário, deve ser tomada como pressuposto para apurar criteriosamente sua redistribuição pela província.

No entanto, esta direção ao tráfico, torna-se “inequívoca”, tratando-se de regiões como Sul e Zona da Mata da província. Não obstante, em áreas mais afastadas como Paracatu, Triângulo Mineiro e o Sertão do Alto São Francisco, como também os tradicionais centros mineradores, como Vila Rica e Mariana, é reconhecível o peso crucial alcançada pela reprodução natural na definição destes plantéis. No entanto, vale salientar o avanço deste processo de naturalização da escravaria em toda província após 1850, o que não deixa de estar relacionado ao avanço do setor camponês, quando a mão de obra cativa passa cumprir papel de força de trabalho complementar. (LIBBY, 1988).

Para a nossa localidade identificamos o avanço acentuado desta tendência, mesmo situando-se a freguesia de estudo, numa área de intensas influências do tráfico, o que vamos desenvolver no próximo item. No entanto, podemos apurar, além da dinâmica destes dois processos, procuramos tangenciar os significados construídos, quando estímulo ao crescimento natural era buscado como recurso senhorial, quando o acesso ao tráfico se demonstrava dificultoso. Nesse sentido, mais do que nos atermos aos cálculos econômicos advindos desta “política de incentivos”, nos preocupamos em delinear para os sujeitos envolvidos, os “ganhos” auferidos tanto aos senhores quanto aos escravos, pensando o processo inevitavelmente situado numa via de “mão-dupla” das relações de poder.

2.4 A POPULAÇÃO ESCRAVA EM POUSO ALEGRE E NO EXTREMO-SUL DA PROVÍNCIA

A região do Extremo-sul da província, como assegurou Pascoal (2005), sempre demonstrou forte “apego” à força de trabalho escrava desde sua ocupação até o esfacelamento da instituição escravista. Numa acepção regional mais ampla, a Comarca do Rio das Mortes, foi a divisão administrativa que apresentou maior crescimento da população escrava da capitania, durante as primeiras décadas do século XIX. Em 1821, aquela já concentrava o maior contingente, com 71.147 escravos, ou seja, 41,5% do total de escravos da capitania,⁶⁷ superando outros tradicionais centros escravistas como a comarca do Sabará, como também a soma do contingente de Vila Rica e Vila do Serro, chegando a constituir quase o dobro de escravos da comarca do Rio das Velhas.

⁶⁷ Neste ano a província de Minas apresentou um total de 171.204 cativos, 33,2% do total de 514.797 habitantes estimados. Cf.: ALMEIDA, Carla M.C. de. *Alterações nas unidades produtivas mineiras: Mariana – 1750-1850*. Dissertação de Mestrado. Niterói: UFF, 1994, p. 105.

Seguindo esta tendência de expansão da mão-de-obra cativa na comarca do Rio das Mortes, o termo de Campanha registrou as primeiras remessas de entrada de africanos em seu território a partir de 1780, o que revela uma precoce inserção ao tráfico negreiro, como também uma possível assimilação de parte do contingente dos centros tradicionais mineradores, já que o Sul de Minas neste período, constituía-se numa região de fronteira aberta, exercendo forte atração viabilizada por sua promissora “vocação” às atividades agropecuárias, naquele contexto de rearticulação econômica da província. (ANDRADE, 2005).

Em estudo pioneiro para o Termo de Campanha em 1831, Paiva e Klein demonstraram que dos 5.500 domicílios do município, 29% eram propriedades escravistas, embora este percentual estimado esteja abaixo da província (33,3%), não resta dúvidas de que este município esteve francamente inserido na força de trabalho escrava. A estrutura da população escrava identificada por estes autores, revelou estimativas próximas aos padrões encontrados para os EUA, por trazer elementos como: crescimento positivo da população escrava, apesar da elevada presença de africanos; e grande difusão da pequena e média propriedade escrava apesar da alta concentração em plantéis maiores na definição do quadro populacional do município. (PAIVA & KLEIN, 1992, p. 143)

Quanto à ocupação destes escravos, a maioria era empregada na “agricultura de alimentos diversos”, como também nas atividades artesanais como a fiação e tecelagem de algodão cru. Dentre as escravas mulheres adultas, metade delas ocupavam-se do ofício de tecelã. (Idem) Marcos Andrade, em estudo para os termos de Campanha e Baependi, atribuiu também, amplo destaque em conjunto à produção de gêneros alimentícios, aos engenhos e à produção de fumo, no que confere as atividades de ocupação destes cativos. (ANDRADE, 2005).

Referente à freguesia de São Bom Jesus dos Mártires de Pouso Alegre, o primeiro recenseamento regional identificado, que nos disponibilizaram informações sobre a população escrava para nossa localidade de estudo foi o Censo de Campanha de 1826.⁶⁸ Segundo este levantamento, a freguesia, ocupava a posição de segunda paróquia mais populosa do termo, constituindo a terceira maior participação da população escrava da vila com 1.285 cativos, seguida das paróquias de Campanha e Santa Catarina (Natércia). Não obstante, com relação à participação escrava para todo o termo, a vila de Campanha apresentou uma soma de 11.337

⁶⁸ Fonte: Censo de 1826. In: *RAPM*, Fascículo 2, julho a setembro de 1896, p. 630.

escravos, ou seja, 24,3% no cômputo de 35.157 “almas” para toda extensão da vila.⁶⁹ (Cf.: GRÁFICO 1, p. 71)

Consoante à participação escrava em cada núcleo populacional, merecem destaque as freguesias de São Gonçalo, Itajubá e Santa Catarina, por apresentarem percentuais superiores a 30%, acima, portanto, da média estimada para o total do termo. Já a freguesia de Pouso Alegre, embora apresentasse a terceira maior participação escrava do Termo, compreendia uma participação de escravos relativamente inferior ao total de sua população, com 19,7%.⁷⁰

Ângelo Carrara, ao empreender uma relação entre escravismo e contribuição de dízimos para o termo de Campanha, atribui destaque à Pouso Alegre ao pagamento do tributo, condição esta justificada não em razão de uma alta inserção à força de trabalho escrava, mas em função de sua elevada concentração populacional, que absorvia quase um quarto da vila, o que lhe permitiu especular a participação de uma produção camponesa excedente produzindo para o mercado. Argumento inverso foi utilizado para a freguesia de Itajubá, que possuía elevado número de contribuintes, o maior do termo, mas uma pequena densidade populacional, o que explica uma maior dependência desta localidade à força de trabalho escrava, já que esta compreendia a maior participação da mão de obra compulsória em relação ao total da freguesia, depois de São Gonçalo. (CARRARA, 2006, p. 177).

Comparando estes dados com o próximo recenseamento, obtidos pelas listas nominativas de 1831, é possível notar considerável aumento da participação escrava da vila de Campanha, que de 24,3%, passou a concentrar 35,2%, o que corresponde a 17,7% dos 171.204 recenseados na província para este ano.⁷¹

Marcos Andrade, analisando a participação escrava de cada distrito dos termos de Baependi e Campanha, constatou uma incidência bem mais elevada do que a média calculada para a província, em distritos como São José do Favacho e Capela de Varadouro, pertencentes ao termo de Baependi, por apresentarem uma participação cativa predominantemente maior que a da população livre com 61,4% e 67,1% respectivamente. (ANDRADE, 2005, p. 273-283).

Já para o termo de Campanha, embora esta incidência tenha sido menor em relação à Baependi, muitos distritos que compunham seus limites, atingiram elevações próximas aos padrões encontrados para as regiões de *plantation*, como foram os casos dos distritos de Nossa Senhora da Soledade (69,7%), Santo Antônio do Vale da Piedade (47,1%) e Espírito

⁶⁹ Fonte: Censo de 1826. In: *RAPM*, Fascículo 2, julho a setembro de 1896, p. 630

⁷⁰ Fonte: Censo de 1826. In: *RAPM*, Fascículo 2, julho a setembro de 1896, p. 630

⁷¹ Fonte: MATOS, Raimundo José da Cunha, *Corografia histórica da província de Minas Gerais (1837)*. Belo Horizonte: editora Itatiaia; São Paulo: editora da USP, 2º vol., 1981, pp 145- 147.

Santo de Mutuca (42,8%), que apresentaram elevados percentuais de concentração escrava. No cômputo total do Termo, apresentou cada distrito mencionado 4,0%; 17,5% e 7,0% respectivamente, em relação a soma de 10.673 escravos para a Vila de Campanha. (Idem. *Ibidem*, p. 274).

Segundo o autor, estes dados não só corroboram a forte inserção desta economia, orientada para o abastecimento interno, na instituição escravista, como também indicam uma ativa participação regional no tráfico negreiro na política de reposição de seu plantel. Discriminando em sua análise a população escrava em crioulos e africanos, o autor constatou uma alta incidência africana para os dois termos. Em distritos como Pouso Alto (Termo de Baependi), esta presença foi estimada em 69,4%. No Termo de Campanha, os distritos que demonstraram maior inserção no tráfico, ao ponto do elemento africano se sobrepôr ao contingente crioulo foram: Nova Itajubá (65,4%), Lambari (67,5%), Santa Rita (56,1%), Santa Catarina (55,1) e Nossa Senhora da Soledade (50,6%). Em contrapartida, os distritos com menor participação africana, que tiveram na reprodução natural, o fator mais relevante para a reposição de sua mão-de-obra, mesmo durante o período de apogeu do tráfico foram: Bom Retiro (71,6 %) e Antas (69,9%) de população crioula. Enquanto que os distritos de Três Corações (64,0%) e Santana do Sapucaí (65,1%), embora apresentassem também forte incidência crioula em suas escravarias, mantiveram uma presença africana superior a 30% em seus plantéis. Outras localidades como São Gonçalo (51,5%), São José das Formigas (57,5%) e São Sebastião da Capituba, (57,6%) apresentaram uma participação crioula aproximadamente nivelada à participação africana, o que não deixa de expressar forte inserção ao tráfico-atlântico. (Cf.: TABELA 8, p. 73)

O próximo levantamento populacional para a região, refere-se aos mapas de população de 1833-1835, recenseamento ordenado por Limpo de Abreu, Visconde de Abaeté e presidente da província entre 1833-1834, para toda extensão do território de Minas. Através destes, foi possível estabelecermos, uma análise comparativa entre o termo de Campanha com a recém fundada Vila de Pouso Alegre, após sua emancipação e conseqüente desmembramento daquela em 1831.

O Termo recém fundado era composto por dez distritos de ordenanças. Além de Pouso Alegre (sua sede), foram desmembrados do termo de Campanha, os distritos de São Bom Jesus das Antas, São José das Formigas, São Roque do Bom Retiro e Santa Rita para

composição da vila.⁷² Segundo este levantamento, identificou-se uma estimativa de 28.165 “almas”, o que corresponde à 23,5% da Comarca do Sapucaí, (divisão administrativa recém desmembrada da comarca do Rio das Mortes) e 3,6% de toda província.⁷³ (Cf.: QUADRO 6, Anexo 4).

Com relação à sua população escrava, foram estimados 7.396 cativos, correspondente à 26,2% de sua participação total do termo e 27,2% de toda população escrava da comarca do Sapucaí. A maior participação do Termo foi identificada para o distrito de Pouso Alegre com, 2.011 escravos, equivalente a 27,1% da vila. No entanto, embora este apresente uma alta participação, em termos absolutos, em relação à vila, o distrito aparece em quarto lugar, com uma participação de 29,4% do total, em relação à sua população distrital, seguida de Camanducaia (28,2%), Cambuí (27,1%) e Ouro Fino (19,7%). Neste critério, observamos uma participação acima de 30%, para os distritos de São José das Formigas, Cotias e Bom Retiro. Este último, apesar de ser avaliado como o menor distrito do Termo, apresentou uma participação elevada de 32,2% de escravos em relação ao cômputo total de indivíduos em seu distritos⁷⁴. (Cf.: TABELA 7 e GRÁFICO 2, p. 72).

Já a análise empreendida por Sobrinho para o Termo de Campanha, através da utilização do conjunto de mapas de população de 1833-1835 para esta vila, revelou uma concentração de escravos maior em relação ao nosso Termo estudado. Segundo seu levantamento, foram estimados 36.465 habitantes, com percentual 22,8% mais elevado que para o Termo de Pouso Alegre. Deste total, havia 11.335 escravos, correspondente a 31,1% da soma do termo. Empreendendo uma relação da vila com seus distritos, o autor constatou que a maior participação coube ao distrito de Itajubá, com 1.840 escravos, ou seja, 16,3% em relação à população cativa de toda extensão do Termo, superior até mesmo à sua sede, estimada, neste mesmo período, em 1.431 escravos. (SOBRINHO, 2009, p. 73).

Analisando separadamente esta participação para cada distrito, verificamos que mais da metade destes, possuíam percentuais de escravos acima de 30%. Distritos como Santo Antônio do Vale da Piedade (sede da vila), Lambari e Espírito Santo de Mutuca alcançaram, cada um, quase 40% de participação escrava. Já o distrito de São Domingos de Bocaína, constituiu uma população semelhante à Bom Retiro, pertencente à Vila de Pouso Alegre, pois,

⁷² Segundo os mapas de população levantados para o período de 1833-1835. Pouso é identificado como município. Cf.: Fonte: Mapa de População de Município de Pouso Alegre (1833- 1835) Notação MP, CX 06 doc 02., localizados no APM.

⁷³ BERGAD, Lair. *Escravidão e História Econômica. Demografia de Minas Gerais. 1720-1888*. Bauru: EDUSC, 2004.

⁷⁴ Fonte: Mapa de População de Município de Pouso Alegre (1833- 1835) Notação MP, CX 06 doc 02., localizados no APM.

apesar de constituir o menor distrito do Termo, representou a maior concentração, neste critério com 43,9% de participação escrava.⁷⁵ (Cf.: TABELA 8, p.73)

Na tabela 8, expomos uma comparação entre a Lista nominativa de 1831 com o Mapa de População de 1833-1835 para o Termo da Vila de Campanha. Através desta é possível acompanhar algumas modificações na estrutura administrativa e populacional da Vila num período curto de tempo, após a perda de alguns distritos em função do desmembramento daquela, decorrente em parte, da emancipação da Vila de Pouso Alegre.

No âmbito geral da Vila de Campanha, houve um acréscimo de 20,2% da população total e um aumento de 2,0% da participação escrava. Distritos como, Itajubá, Santa Catarina, Lambari e Santo Antônio do Vale da Piedade, sofreram relativa queda na participação escrava, não em razão de diminuição de valores absolutos, mas devido ao aumento da população livre. Santa Rita foi o distrito que apresentou o maior crescimento neste critério. Seu plantel elevou-se de 494 para 899 escravos, quase o dobro da estimativa apresentada em 1831. (Cf.: TABELA 8, p.73)

Referente ao distrito de Pouso Alegre em 1838, identificamos também um relativo decréscimo da população escrava, semelhante a alguns distritos de Campanha, que tiveram sua participação percentual diminuída em função do aumento significativo do contingente livre. Não obstante, esta queda pode estar relacionada também ao aumento das pressões do tráfico após 1831 e uma conseqüente diminuição da importação da força de trabalho escrava para o distrito. Neste ano, dos 7.715 habitantes distribuídos em 1.151 domicílios, 26,6% eram escravos, distribuídos em 359 domicílios.⁷⁶ (Cf.:TABELA 9, p. 74)

A tabela 9 sintetiza mais claramente o movimento da distribuição populacional regional entre livres e escravos nas primeiras décadas do século XIX. Em síntese, podemos assinalar que houve crescimento progressivo da população cativa para ambos os Termos (Pouso Alegre e Campanha). No entanto, este processo foi mais intenso para o segundo, por se constituir como praça mercantil hegemônica na região e possuir fortes inserções ao tráfico negreiro. Com relação às divisões administrativas, nota-se uma participação relativamente inferior da comarca do Sapucaí em relação à do Rio das Mortes, que mesmo depois de

⁷⁵ Fonte: Mapas de população de 1833-35 (Município de Campanha). Documentação pertencente ao APM, reproduzida e corrigida pelos pesquisadores Clotilde Paiva e Maria do Carmo Salazar Martins, CEDEPLAR/UFMG. In: MARTINS, Maria do Carmo Salazar. Revisitando a província: comarcas, termos e distritos e população de Minas Gerais em 1833-35. Anais do V Seminário sobre Economia Mineira. Diamantina: CEDEPLAR, 1990. p.12-29. Fonte: Mapa de População de Município de Pouso Alegre (1833- 1835) Notação MP, CX 06 doc 02., localizados no APM.

⁷⁶ Fonte: Listas Nominativas do Distrito de Pouso Alegre de 1838. Ver APM, Notação MP, CX 06 doc 01.

sucessivos desmembramentos após 1833, alcança, no período seguinte (1833-35), uma concentração de 38,6% de escravos. (TEIXEIRA, 2007, p. 63).

No que tange ao período da segunda metade do século XIX, é necessário frisar a escassez de censos provinciais disponíveis para este período quando comparado às primeiras décadas do século XIX. Excluindo-se os mapas de população de 1862-63 e Censo Geral de 1872, nota-se uma ausência de fontes desta natureza, para o conjunto da província. Limitação esta, que ocasionou certo hiato referente ao conhecimento produzido acerca do comportamento demográfico em Minas neste período. (MARTINS, LIMA & CRUZ, 2002). Diante do exposto, procuramos discutir, premilinarmente este período, nos baseando ao conjunto de informações indiretas, para o período abrangido pelos mapas; e pelo levantamento referente ao Censo Geral de 1873.⁷⁷

Segundo o primeiro levantamento de 1862-1863, o Sul de Minas concentrava a segunda maior participação escrava da província com 18.712 escravos, correspondente a 22,7% do plantel mencionado, chegando a superar economias dinâmicas como a região das Vertentes (16,6%) e Zona da Mata (13,4%), superada apenas pelo Centro (27,9%) entre os anos de 1862-1863. (Idem).

Consoante à distribuição escrava na região, municípios como Pouso Alegre, Caldas e Itajubá, possuíam uma participação cativa variável entre 13% a 20%; já outros municípios, como Lavras, Alfenas, Aiuruoca e Campanha, atingiram níveis percentuais acima de 25,1% estimado para a província, que possuía, aproximadamente, 82.586 escravos. Quanto esta categoria de distribuição por paróquia, os autores demonstraram alguma disparidade entre freguesias como Machado e Aiuruoca que apresentaram, estimativas bem acima do percentual verificado para região, chegando à alcançar uma variável entre 35% a 39% da participação cativa. Já outras freguesias como Santa Catarina, Santana do Sapucaí, São Sebastião do Capitiba, Itajubá, São João Batista e Caldas, mantiveram uma participação escrava variável entre 20% a 24%. (Idem, Ibidem).

Já na década seguinte, em pleno contexto de erosão da instituição escravista no sudeste, a paróquia ainda mais “apegada” à escravidão na região do Extremo- Sul, era Santo Antônio de Jacutinga, com 2.088 escravos. A este apego, atribui-se à rápida expansão cafeeira do Leste Paulista para o Sudoeste e Sul de Minas. Nesta ordem de concentração escrava, em níveis absolutos, seguem-se as paróquias de São João Batista das Cachoeiras, São José do

⁷⁷ Fonte: Banco Digital do Recenseamento Geral do Império de 1872-1873. Dados referentes à Minas Gerais foram corrigidos e coordenados por Pedro Puntoni e Equipe CEDEPLAR-UFMG. In: Diretoria Geral de Estatística. Recenseamento Geral do Império de 1872. Rio de Janeiro. Typ. Leuzinger. Tip. Comercial, 1876. 12 vol., localizados na BNARJ.

Paraíso, Santa Rita do Sapucaí, Ouro Fino, Campanha e Pouso Alegre. (Cf.: TABELAS 10, e 11, p. 75-76)

O Censo Geral de 1873 nos forneceram também a composição social de cada município. Dentre os 17 municípios eleitos em nosso agrupamento regional⁷⁸, cinco apresentaram um percentual de participação escrava acima de 20% e a grande maioria apresentou uma variação de 15% a 20% neste quesito. Neste segundo seguimento, situa-se o município de Pouso Alegre, ao apresentar uma estimativa de 4.075 escravos, correspondente à 18,5% em relação à população total do município. Neste critério, Três Pontas e Campanha apresentaram as maiores concentrações, com 24,8 e 24,5%, respectivamente. Já Baependi, com o percentual bastante próximo aos mencionados, se sobrepunha na região, em termos absolutos com 9.130 cativos.⁷⁹ (Cf.: TABELA 11 p. 76)

Em estudo sobre as quotas do fundo de emancipação de escravos, entre o período de 1876 a 1886, Prado Costa (2002) em seu levantamento, demonstra que apesar do decréscimo contínuo da população cativa para o Sul de Minas, fenômeno que refletia uma tendência nacional, a região reassume, a partir de 1880, seu posto de segunda maior presença cativa da província, depois de Zona da Mata. De 21,3% em 1873, a região passou a concentrar 22,1%, ou seja, 71.682 escravos, em relação ao total da província, que apresentava para este ano um contingente de 324.538 escravos, o maior plantel escravista do império. De 1876 a 1885 a população escrava do município de Pouso Alegre caiu para quase sua metade, de 4.075, ou seja, de 5,4% do total de escravos do sul de Minas, representou nas vésperas da abolição, em 1885, um contingente de 3,8%, ou seja, de 1.227 escravos. Já o município de Campanha, apresentou o maior contingente da região com 5.222 escravos para este ano. (Cf.:TABELA 12, p. 77)

Em síntese, podemos considerar que mesmo no bojo deste processo de intensificação do esfacelamento da instituição escravista, o Sul de Minas esteve fortemente atrelado ao “apego” à escravidão e não se constituiu como exportador maciço de escravos para às regiões cafeeiras paulistas, mesmo com o aumento da demanda de procura da mão-de-obra nesta região, enquanto esteve em vigor o tráfico interprovincial. Nesse sentido, a constituição do

⁷⁸ Agrupamos nesta análise os seguintes municípios: Lavras, Baependi, Campanha, Alfenas, Cristina, Ouro Fino, Três Pontas, Passos, Itajubá, Pouso Alegre, Boa Esperança, São Sebastião do Paraíso, Ayuruoca, Caldas, Cabo Verde, Jaguari e São Roque. Cf.: Tabela 11, p.

⁷⁹ Fonte: Banco Digital do Recenseamento Geral do Império de 1872-1873. Dados referentes à Minas Gerais foram corrigidos e coordenados por Pedro Puntoni e Equipe CEDEPLAR-UFGM. In: Diretoria Geral de Estatística. Recenseamento Geral do Império de 1872. Rio de Janeiro. Typ. Leuzinger. Tip. Comercial, 1876. 12 vol., localizados na BNARJ.

segundo maior contingente escravista da província às vésperas da abolição, confirma a ampla capacidade que tiveram determinadas economias orientadas ao mercado interno de abastecimento, em manter e ampliar seu contingente mancipio, durante todo período de vigência do regime compulsório. É certo que o plantio do café começava ser implantado nas últimas décadas do século XIX, mas o produto consolidou-se, como artigo de exportação da província, somente a partir das primeiras décadas do século XX.

ANEXO I

TABELA 1:

População do Termo de Campanha em 1826.

PARÓQUIAS	TOTAL ÍNDIVÍDUOS	%
Campanha	8.587	18,4
Pouso Alegre	6.490	14,0
Santana do Sapucaí	4.637	9,9
Santa Catarina	4.610	9,9
Camanducaia	4.317	9,2
Ouro Fino	4.117	8,8
Itajubá	3.819	8,2
São Gonçalo	3.702	7,9
Caldas	3.302	7,1
Douradinho	2.913	6,2

Fonte: Censo de 1826. In: *RAPM*, Fascículo 2, julho a setembro de 1896, p. 630.

TABELA 2
Quadro populacional do Termo do Sapucaí em 1831:

*Sapucaí aparece neste registro como cabeça do termo referido, este dado indica que tais limites geográficos apontadas por Cunha Matos se referem ao período anterior à edificação do termo e Vila de Pouso Alegre ocorrida em outubro de 1831.

** Dourado/ Machado: Segundo Cunha Matos a repetição de nomes do respectivo arraial se deu pelo fato de pertencer tanto à Paróquia de Sapucaí quanto à própria paróquia de mesmo nome. Ver: MATOS, Raimundo José da Cunha, *Corografia histórica da província de Minas Gerais (1837)*. Belo Horizonte: editora Itatiaia; São Paulo: editora da USP, 2º vol., 1981, p 145- 147.

PARÓQUIAS	TOTAL ÍNDIVÍDUOS	%
CAMANDUCAIA	4.724	20,1
POUSO ALEGRE	4.634	19,7
OURO FINO	4.434	18,9
SAPUCAÍ	3.585	15,2
CALDAS DO RIO VERDE	3.055	13,2
DOURADINHO	3.023	12,8
TOTAL DO TERMO	23.455	100

Fonte: MATOS, Raimundo José da Cunha, *Corografia histórica da província de Minas Gerais (1837)*. Belo Horizonte: editora Itatiaia; São Paulo: editora da USP, 2º vol., 1981, pp 145- 147.

TABELA 3:
Distribuição de indivíduos por fogos no Termo do Sapucaí (1831)

Distritos/ arraiais	fogos	Indivíduos	Indivíduos/ fogo
POUSO ALEGRE	817	4634	5,6
Pouso Alegre	251	1172	4,7
Pântano	170	1119	6,6
Cervo	114	585	5,1
Entre Rios	99	567	5,7
Vargem Grande	47	292	6,2
Capivari/ Itaim	136	899	6,6
SAPUCAÍ	623	3585	5,7
Sapucaí	122	613	5,0
Coroado	113	661	5,8
Água Lima	130	750	5,8
Dourado/ Machado**	105	680	6,5
Dourado	153	881	5,8
DOURADINHO	483	3023	6,2
Douradinho	107	1077	10,1
São João Batista	173	474	2,7
Dourado/ Machado	66	437	6,6
Espírito Santo	137	1035	7,6
CALDAS DO RIO VERDE	520	3055	5,0
CAMANDUCAIA	872	4724	5,4
Camanducaia	201	1075	5,3
Lopo	216	988	4,6
Rio do Peixe/ Cambuí	134	794	5,9
São Domingos	222	1301	5,9
Selado/ Sapucaí Mirim	99	566	5,7
OURO FINO	322	4.434	4,7
Ouro Fino	322	1.511	?
São Pedro	75	402	5,4
Campanha do Toledo	189	1321	7,0
Santa Isabel	?	1200	?

Fonte: MATOS, Raimundo José da Cunha, *Corografia histórica da província de Minas Gerais (1837)*. Belo Horizonte: editora Itatiaia; São Paulo: editora da USP, 2º vol., 1981, pp 145- 147.

TABELA 4:
Evolução da participação de batizados na Freguesia de São Bom Jesus dos Mártires de Pouso Alegre:

Período	Escravos	%	Total de batizados
1812- 1815	105	11,25	934
1816- 1819	187	17,07	1095
1820- 1823	305	23,35	1306
1824- 1827	363	22,77	1594
1828- 1831	364	26,05	1397
1832- 1835	315	22,27	1414
1836- 1839	236	22,45	1051
1840- 1841*	132	25,73	513
1845- 1847*	101	19,31	523
1848- 1851	248	20,52	1208
1852- 1855	305	20,00	1525
1856- 1859	336	18,00	1877
1860- 1863	228	16,70	1365
1864- 1867	143	14,21	1006
1868- 1871	91	10,47	869
1871-1873 (Ingênuos)	74	13,40	552

*Nota-se a presença de sub-registro explicado pela ausência de batismos dos anos de 1842, 1843 e 1844.
 Fonte: Livros de batismos de 1812- 1870 (Livro1, 2 3 4 e 5), localizados na MSBJ.

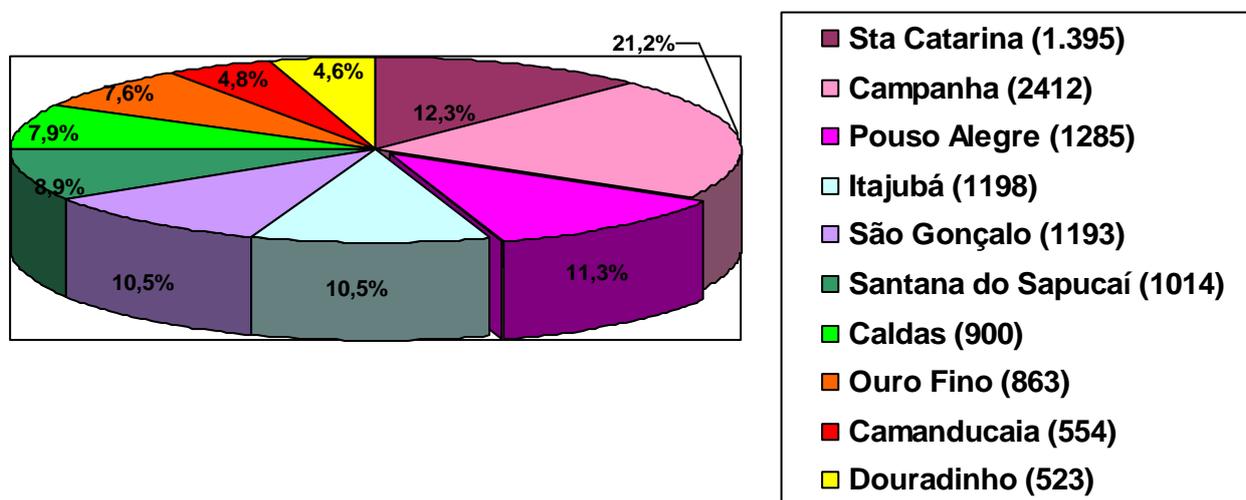
TABELA 5:
População do Município de Pouso Alegre (1833- 1835):

Distritos	Total	%
Capivari	1.115	4,0
Cambuí	2.504	9,0
Santa Rita	1.827	6,5
Camanducaia	3.174	11,3
Bom Retiro	531	1,8
Antas	1.397	5,0
Ouro Fino	3.369	12,0
São José das Formigas	2.821	10,0
Cotias	4.441	15,8
Pouso Alegre	6.817	24,3
Total do Termo	27.996	100

Fonte: Mapas de População do Município de Pouso Alegre (1833- 1835). Ver APM, Notação MP, CX 06 doc 02.

Gráfico 1. População escrava no Termo de Campanha (1826)

*Percentual calculado em relação ao total de cativos do termo (11.337)



Fonte: Censo de 1826. In: *RAPM*, Fascículo 2, julho a setembro de 1896, p. 630.

TABELA 6:
Distribuição da população livre e cativa por paróquia (Termo de Campanha- 1826)

PARÓQUIAS	Livres		Escravos	
		%		%
São Gonçalo	2.509	67,7	1.193	32,2
Itajubá	2.621	68,6	1.198	31,3
Santa Catarina	3.215	69,7	1.395	30,2
Campanha	6.175	72,0	2.412	28,0
Caldas	2.402	72,7	900	27,2
Santana do Sapucaí	3.623	78,1	1.014	21,8
Ouro Fino	3.254	79,0	863	20,9
Pouso Alegre	5.205	80,2	1.285	19,7
Douradinho	2.390	82,0	523	17,9
Camanducaia	3.763	87,1	554	12,8
total	35.157	75,6	11.337	24,3

Fonte: Censo de 1826. In: *RAPM*, Fascículo 2, julho a setembro de 1896, p. 630

TABELA 7:**Distribuição da população do Município de Pouso Alegre (1833- 1835), segundo a condição social:**

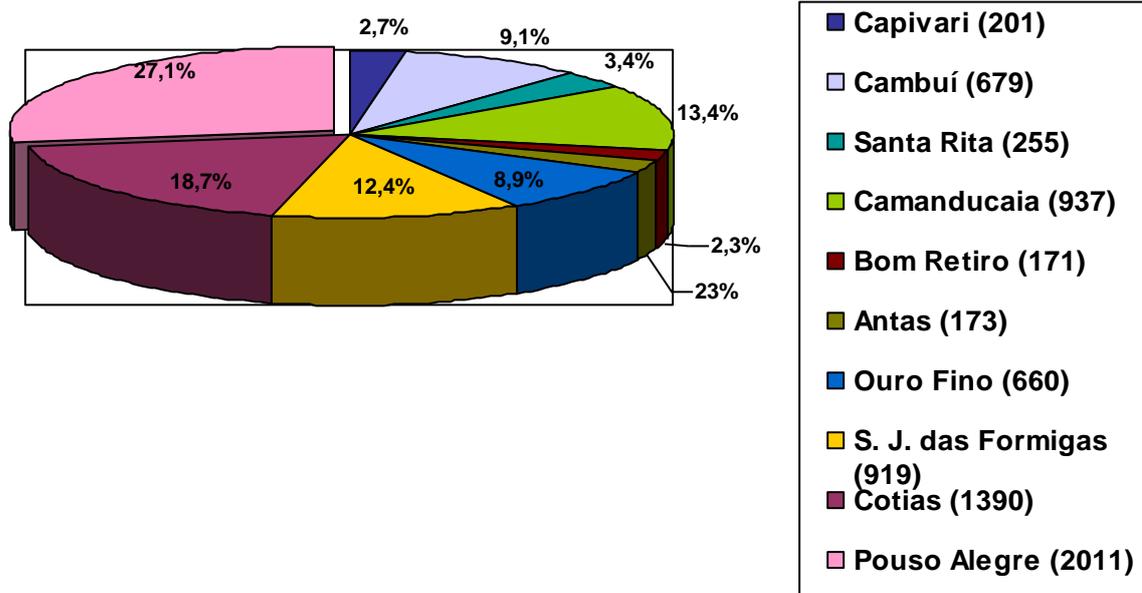
* Percentual em ralação ao número total de indivíduos por Distrito

Distritos	Livres	%	Escravos	% *	Total
Capivari	914	81,9	201	18,02	1.115
Cambuí	1.825	72,8	679	27,1	2.504
Santa Rita	1.572	86,0	255	14,0	1.827
Camanducaia	2.379	71,7	937	28,2	3.316
Bom Retiro	360	67,7	171	32,2	531
Antas	1.224	87,6	173	12,3	1.397
Ouro Fino	2.736	80,5	660	19,7	3.396
São José das Formigas	1.902	67,4	919	32,5	2.821
Cotias	3.051	68,7	1.390	31,2	4.441
Pouso Alegre	4.806	70,5	2.011	29,4	6.817
Termo	20.769	73,7	7.396	26,2	28.165

Fonte: Mapa de População de Pouso Alegre (1833- 1835). Ver APM, Notação MP, CX 06 doc 02.

Gráfico 2: Distribuição de escravos no Município de Pouso Alegre (1833-1835)

* Percentual em relação ao cômputo total do Termo (7.396 escravos).



Fonte: Mapa de População de Pouso Alegre (1833- 1835). Ver APM, Notação MP, CX 06 doc 02.

TABELA 8:
Vila de Campanha (1831, 1833-1835)

1831				1833-1835			
Distrito	Total	Escravos	%	Distrito	Total	Escravos	%
Espírito Santo do Mutuca	1.725	738	42,8	Espírito Santo do Mutuca	1.897	725	38,2
Itajubá	4.627	1.632	35,3	Itajubá**	6.650	1.840	27,6
Lambari	1.596	579	36,3	Lambari	2.097	574	27,3
Santa Catarina	2.054	769	37,4	S. Catarina	2.479	915	36,9
Santa Rita	1.156	494	31,7	Santa Rita***	2.765	899	32,5
Santo Antonio Vale da Piedade	3.984	1.875	47,1	Sto. A. Vale da Piedade	3.727	1.431	38,3
São Gonçalo	3.558	1.300	36,5	São Gonçalo	3.473	1.269	36,5
São José das Formigas	2.020	398	19,7	Mundo Novo	1.031	195	18,9
São Sebastião da Capituba	1.455	413	28,4	São Sebastião da Capituba	1.389	395	28,4
São Roque do Bom Retiro	530	155	29,2	Carmo do Dourado	1.619	427	26,3
Senhor Bom Jesus das Antas	969	167	17,2	Dourado	2.271	575	25,3
Três Corações	1.839	719	39,1	Rio Verde (Três Corações)	1.821	722	39,6
Santana do Sapucaí	3.806	1.004	26,4	Santana do Sapucaí	4.394	1.032	23,4
Distrito Na. Sra. da Soledade	617	430	69,7	S. Domingos da Bocaina	764	336	43,9
Total do Termo	30.336	10.673	29,1	Total do Termo	36.465	11.335	31,1

*Os Distritos em destaque, foram inseridos à Vila de Campanha, após o desmembramento da desta decorrente do surgimento da Vila de Pouso Alegre que absorveu, com sua emancipação, os distritos de São José das Formigas, São Bm Jesus das Antas e São Roque do Bom Retiro.

** Para o distrito de Itajubá foram somados os números de habitantes para a Matriz Nova de Itajubá (5.006 habitantes) e o Curato de Soledade do Itajubá (1.644 habitantes). Cf.: (SOBRINHO, 2009, p. 73)

*** O Distrito de Santa Rita aparece recenseado nos termos de Campanha e Pouso Alegre com valores díspares. Para o primeiro, aparece com o total de 2.765 pessoas e 899 escravos, para o segundo, apresentou um valor estimado em 1.827 pessoas e 255 escravos. Diante disso, não podemos afirmar ao certo se a nomenclatura refere-se a mesma localidade.

****Tabela modificada a partir de ANDRADE, 2005, p. 274 e SOBRINHO, 2009, p.73.

Fonte: Listas Nominativas de 1831/1832- banco de dados elaborado pela Dra. Clotilde Paiva CEDEPLAR/UFMG, a partir de Mapas de População de Campanha, Pasta 1 doc. 12, Pasta 7, doc. 1; Pata 10, docs., 2,6; 14-22 Censo realizado entre 10/1831 e 02/1832; Mapas de população de 1833-35. Documentação pertencente ao APM, reproduzida e corrigida pelos pesquisadores Clotilde Paiva e Maria do Carmo Salazar Martins, CEDEPLAR/UFMG.

TABELA 9:
População Livre e Escrava em áreas aproximadas:

Ano	Área	Livres	%	Escravos	%	Total
1808	Comarca do Rio das Mortes	116.785	75,4	38.084	24,5	154.869*(a)
1821	Comarca do Rio das Mortes	138.517	66,1	71.147	33,9	209.664 (b)
1826	Termo de Campanha	35.157	75,6	11.337	24,3	46.494 (c)
1831	Termo de Campanha	19.663	64,8	10.673	35,2	30.336 (d)
1833	Comarca do Sapucaí	92.382	77,3	27.127	22,6	119.509 (e)
1833-35	Comarca do Rio das Mortes	67.829	61,4	42.636	38,6	110.465 (f)
1833	Minas Gerais	559.591	72,8	209.075	27,1	768.666 (g)
	Termo de Campanha	25.130	69,0	11.335	31,0	36.465 (h)
1833-35	Freguesia de** Itajubá	4.810	72,3	1.840	27,6	6.650 (i)
1833-35	Termo de Pouso Alegre	20.769	73,7	7.396	26,2	28.165 (j)
1833-35	Freguesia de Pouso Alegre	4.806	70,5	2.011	29,4	6.817 (l)
1.838	Distrito de Pouso Alegre	5.541	71,8	1.974	26,6	7.715 (m)

*Fonte: Na seqüência de cada área e período apresentados: (a), Censo de 1808, localizados no APM, seção SG, Caixas Avulsas, Caixa 77, docs, 62-84. Cf.: BERGAD, 2004p.197-239; b) “População da Província de Minas Gerais- 1821, Cf.:ANDRADE, 2005, p. 32; c), Revista APM, 2:630. Cf.: CARRARA, 2006, p. 278; d) Lista nominativa para o termo de Campanha da Princesa, 1831-32. APM. Banco de dados montado por pesquisadores do CEDEPLAR/UFMG, sob coordenação da Profª. Drª Clotilde Paiva. Cf.: ANDRADE. 2005, p. 274; e), Fonte: Mapas de população de 1833-35. Documentação pertencente ao APM, reproduzida e corrigida pelos pesquisadores Clotilde Paiva e Maria do Carmo Salazar Martins, CEDEPLAR/UFMG. In: MARTINS, Maria do Carmo Salazar. Revisitando a província: comarcas, termos e distritos e população de Minas Gerais em 1833-35. Anais do V Seminário sobre Economia Mineira. Diamantina: CEDEPLAR, 1990. p.12-29. Sobre os dados de Comarca do Sapucaí e Rio das Mortes Cf: BERGAD, 2004. f), Idem; g)Ibidem; h) Mapas de população de 1833-35. Documentação pertencente ao APM, reproduzida e corrigida pelos pesquisadores Clotilde Paiva e Maria do Carmo Salazar Martins, CEDEPLAR/UFMG. In: MARTINS, Maria do Carmo Salazar. *Revisitando a província: comarcas, termos e distritos e população de Minas Gerais em 1833-35*. Anais do V Seminário sobre Economia Mineira. Diamantina: CEDEPLAR, 1990. p.12-29. i), SOBRINHO, 2009, p. 73. Idem; j), l). Foram consultados os originais para o Termo de Pouso Alegre. Ver: Mapa de População de Pouso Alegre (1833- 1835). Localizados no APM, Notação MP, CX 06 doc 02., m) Lista Nominativas do Distrito de Pouso Alegre de 1838. Localizados no APM, Notação MP, CX 06 doc 01.

**Os dados originais para esta freguesia foram apresentados distinguindo-se a Matriz de Nova Itajubá (3.646 livres e 1.360 escravos) do seu curato, Soledade de Itajubá, atual Delfim Moreira (1.164 livres e 480 escravos). Cf.: SOBRINHO, 2009, p. 71.

TABELA 10:
Distribuição da população por Paróquia no Sul de Minas, segundo a condição social (1873).

Paróquias	Livres	%	Escravos	%	População
São José do Paraíso	8.273	81,2	1.903	18,7	10.176
Santa Rita do Sapucaí	7.976	82,2	1.722	17,7	9.698
São Francisco de Paula de Ouro Fino	7.497	81,5	1.700	18,4	9.197
São João Batista das Cachoeiras	6.012	75,6	1.936	24,3	7.948
Santo Antonio do Vale da Piedade de Campanha	6.023	79,8	1.533	20,3	7.546
São Bom Jesus de Pouso Alegre	5.992	81,6	1.347	18,3	7.339
Santo Antônio de Jacutinga	4.458	68,1	2.088	31,8	6.546
Nossa Senhora do Carmo de Borda da Mata	4.546	81,7	1.017	18,2	5.563
Nossa Senhora da Soledade de Itajubá	4.251	82,0	930	17,9	5.181
Senhor Bom Jesus do Campo Místico	4.905	96,9	153	3,0	5.058
São Roque	4.018	84,1	754	15,8	4.772
Nossa Senhora da Conceição de Itajubá	3.786	79,8	952	20,1	4.740
Nossa Senhora do Cambuí	3.940	92,4	324	7,5	4.264
Nossa Senhora da Conceição de Jaguary	2.876	85,3	492	14,6	3.368

Fonte: Banco Digital do Recenseamento Geral do Império de 1872-1873. Dados referentes à Minas Gerais foram corrigidos e coordenados por Pedro Puntoni e Equipe CEDEPLAR-UFGM. In: Diretoria Geral de Estatística. Recenseamento Geral do Império de 1872. Rio de Janeiro. Typ. Leuzinger. Tip. Comercial, 1876. 12 vol., localizados na BNARJ.

TABELA 11:
Distribuição da população por Município no Sul de Minas, segundo a condição social
(1873)

Município	Livres	%	Cativos	%	Total
Lavras	39.925	81,7	8.793	18,2	48.088
Baependi	28.323	75,6	9.130	24,3	37.453
Campanha	20.771	75,4	6.750	24,5	27.521
Alfenas	21.135	83,5	4.170	16,7	25.305
Cristina	19.865	81,3	4.547	18,6	24.412
Ouro Fino	20.595	85,2	3.574	14,7	24.169
Três Pontas	18.139	75,1	5.997	24,8	24.136
Passos	19.306	82,6	4.063	17,3	23.369
Itajubá	18.765	80,6	4.496	19,3	23.261
Pouso Alegre	17.229	78,2	4.075	18,5	20.004
Boa Esperança	15.713	76,7	4.764	23,2	20.477
São Seb. do Paraíso	15.830	81,4	3.598	18,5	19.428
Ayuruoca	13.110	78,6	3.564	21,3	16.674
Caldas	11.407	82,6	2.391	17,3	13.798
Cabo Verde	11.091	88,0	1.510	11,2	12.601
Jaguari	11.520	91,5	1.070	8,5	12.590
São Roque	5.289	82,7	1.107	17,3	6.396

Fonte: Banco Digital do Recenseamento Geral do Império de 1872-1873. Dados referentes à Minas Gerais foram corrigidos e coordenados por Pedro Puntoni e Equipe CEDEPLAR-UFMG. In: Diretoria Geral de Estatística. Recenseamento Geral do Império de 1872. Rio de Janeiro. Typ. Leuzinger. Tip. Comercial, 1876. 12 vol., localizados na BNARJ.

TABELA 12:
População Escrava dos Municípios Sul-Mineiros (1873, 1883 e 1885):

Municípios	1876		1883		1885	
	Nº Escravos	%	Nº Escravos	%	Nº Escravos	%
Alfenas	4.170	5.6	5.022	8.0	4.495	7.7
Ayruoca	3.564	4.8	3.092	4.9	2.654	4.5
Baependy	7.248	9.7	6.306	10.0	3.877	6.6
Cabo Verde	1.510	2.0	1.510	2.4	1.385	2.4
Caldas	2.391	3.2	2.720	4.3	2.492	4.3
Campanha	6.750	9.1	3.379	5.3	5.422	9.3
Carmo de Rio Claro	-	-	1.227	1.9	1.227	2.1
Christina	4.547	6.1	5.599	8.9	4.610	7.9
Dores da Boa	4.764	6.4	2.455	3.9	2.477	4.2
Esperança						
Itajubá	4.496	6.0	3.960	6.3	4.048	6.9
Jaguary	1.070	1.4	1.172	1.8	1.069	1.8
Lavras	8.380	11.2	6.322	10.0	5.417	9.3
Passos	4.065	5.4	5.623	8.9	4.792	8.2
Pouso Alto	-	-	2.439	3.9	2.282	3.9
Pouso Alegre	4.075	5.4	3.465	5.5	2.227	3.8
S. José do Paraíso	4.164	5.6	1.890	3.0	1.778	3.0
S. Gonçalo	-	-	37	0.05	151	0.2
S. Sebastião do Paraíso	3.598	4.8	3.814	6.0	3.537	6.1
Três Pontas	5.997	8.0	2.817	4.4	2.313	4.0
Ouro Fino	3.574	4.8	-	-	1.694	2.9
Total	74.363	100.	62.849	100.	57.947	100.

Fonte: Apud :CASTILHO, Fábio Francisco, “*Entre a locomotiva e o fiel da balança: a transição da mão-de-obra no Sul de Minas (1870-1902)*”. Dissertação de Mestrado. Juiz de Fora: UFJF, 2009. Modificado pelo autor a partir de COSTA, Maria Lúcia Prado. *Fontes para o Sul de Minas: Os trabalhadores de Paraguaçu e Machado (1850-1900)*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2002 (grifo meu).

3. PADRÃO DE POSSES NO MUNICÍPIO DE POUSO ALEGRE: ENQUADRAMENTOS DA POPULAÇÃO ESCRAVA

No mesmo Pernambuco, a tradição guarda a memória de certo fidalgo rural muito sabido que não punha nome em seus negros: era tudo número 'Dez', 'Quinze', 'Vinte'. Quando o representante de comissário o visitava o manhoso senhor, dono de dez ou doze negros magros simulava a maior opulência deste mundo gritando para o capataz: 'Mande dez para o trabalho.' 'Quinze para isto.' 'Vinte para aquilo.' Com o que, dizem que assegurava o crédito: o homem da cidade deixava-se emprenhar pelos ouvidos. (FREYRE, Gilberto, 1951, vol. 1, p. 142)

3.1 A ESTRUTURA DE POSSES DE ESCRAVOS NA HISTORIOGRAFIA: PRECEDENTES.

A posse de escravos na sociedade escravista, perpassava necessariamente pelo ideal aristocrático. Como bem documentou Gilberto Freyre, era prática recorrente no Brasil colonial, dar-se maior importância à aquisição de escravos do que ao requinte interno dos casarios, ostentação das mobílias, ou quaisquer outros distintivos de riqueza propriamente. (Idem). Neste sentido, mais do que força de trabalho, a mão de obra escrava constituiu-se como verdadeiro distintivo de poder simbólico e material personificado no empreendimento hierárquico do costume de se reverter ganhos em “terras, homens e sobrados”. (FRAGOSO & FLORENTINO, 1997, p. 13-30).

A posse de terras sancionadas por sesmarias, herança, posse ou compra, possuía uma liquidez relativamente inferior, quando comparada à propriedade escrava. Dada à ausência de um grande mercado de mão de obra livre, o aumento da produtividade requeria investimentos em escravos, que, sob efeito, eram revertidos em parcela de riqueza considerável no arrolamento total de bens inventariados de propriedades escravistas. Nesse sentido, estabelecia-se um hiato entre extensão de terras e potencial da propriedade escravista, que nem sempre possuíam uma relação diretamente proporcional, quando constatada a ampla difusão da pequena e média propriedade escravista, até mesmo em grandes extensões de terras. (LUNA & KLEIN, 2004).

Esta constatação abriu frente aos estudos que passaram questionar a profunda disparidade entre senhores e pobres livres, aí incluímos também, pardos e pretos forros quanto à acessibilidade da propriedade escravista, como também colocou em pauta de

discussão a capitalização da economia interna de subsistência e seu potencial de aquisição de mão-de-obra cativa via importação ou capacidade de reprodução natural interna da escravaria.

Precursor em delinear fronteiras de discussões acerca da estrutura de posse de escravos, Stuart Schwartz nos chama atenção ao fato de que, para além das possibilidades de se mensurar riquezas, o estudo da propriedade escrava, constitui-se como um dos elementos basilares para o entendimento das diversidades sócio-econômicas no contexto social escravista na América Portuguesa, e posteriormente no império brasileiro. (SCHWARTZ, 2005, 3 ed., p. 356-357.)

Relacionando padrão de posse e atividade econômica ou “uso da terra”, o autor abriu frente a outras especificidades que destoam do padrão clássico sustentado pelo modelo *plantation* agro-exportador. Sendo assim, características como altas razões de masculinidade, elevada mortalidade, baixos índices de nupcialidade e natalidade ou estrutura etária voltada predominantemente para idades produtivas, definidas como padrão para regiões intrinsecamente interligadas ao tráfico-Atlântico, não comportam modelo a ser aplicado às áreas de subsistência ou tipicamente voltadas para o abastecimento interno.

Ao questionar a tipicidade do grande plantel na própria região agro-exportadora do Recôncavo baiano, o autor não só lança luzes a outras conformações demográficas viabilizadas pela presença maior de crianças, mulheres e equilíbrio entre sexos, mas também coloca em “xeque” o elevado teor de concentração de escravos. Segundo Schwartz, a propriedade escrava, constituiu, até 1850, uma instituição amplamente difundida entre e a população livre. Demonstrando esta constatação através da medição do índice de gini,⁸⁰ seu estudo indica como a propriedade escrava se estabeleceu como um investimento acessível. Ao comparar o coeficiente encontrado para o Recôncavo Baiano (0,59), com os calculados para outras localidades como Minas Gerais, que apresentou uma variação de 0,40 a 0,57⁸¹ e São

⁸⁰ O coeficiente de Gini constitui uma medida estatística que demonstra a distribuição de escravos numa sociedade escravista. O cálculo é expresso numa escala que vai de 0,0 a 1,0. Quanto mais próximo do 1,0 maior é a concentração da posse de escravos e, conseqüentemente, menor a distribuição entre escravos e proprietários. Cf.: SCHWARTZ, *Segredos internos*. Engenhos e escravos na sociedade colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 3 ed, 2005, p. 359.

⁸¹ Schwartz utilizou os dados obtidos por Francisco Vidal Luna para Minas Gerais no século XVIII extraídos de uma amostragem de listas de quintos reais e censos populacionais para dez distritos da região aurífera. Cf.: Apud, SCHWARTZ, *Segredos internos*. Engenhos e escravos na sociedade colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 3 ed, 2005, p. 368-376. LUNA, Francisco Vidal. *Minas Gerais: Escravos e Senhores- análise da estrutura populacional e econômica de alguns centros mineratórios (1718- 1804)*. São Paulo: IPE/USP. *Ensaio Econômico*, 1981. ___*Estrutura da posse de escravos*. Cf.: LUNA & COSTA.. *Minas colonial: economia e sociedade*. São Paulo Fipe Pioneira, 1982.p. 31-35. ___*Economia e sociedade em Minas Gerais (período colonial)*. Revista do Instituto dos Estudos Brasileiros. São Paulo: IEB/USP, 1982, n, 24, p.33-40. ___*Estrutura de posse de escravos em Minas Gerais (1718)*. In BARRETO, A. *História Econômica: ensaios*. São Paulo: IPE/USP, 1983. pp. 25-41. ___*Estrutura de posse de escravos em Minas Gerais (1804)*. In: COSTA, (Org). *Brasil: história econômica e demográfica*. São Paulo, Ipê/USp, 1986. p. 157- 171.

Paulo 0,50⁸², o autor constatou índices bastante próximos ao calculado para o Sul dos EUA (0,60), em contraposição ao apresentado para Jamaica (0,83), onde foram obtidas as maiores concentrações para as Américas. (SCHWARTZ, 2005).

João Fragoso, a partir de sua amostragem para a região agro-fluminense, indicou a presença da propriedade escrava em 90% dos inventários arrolados entre 1810 a 1830. (FRAGOSO, 1998, p. 76). Helen Osório utilizando uma amostragem de 541 inventários para a capitania de Rio Grande entre 1765 a 1825, constatou uma presença de 87%. (OSÓRIO, 2007). Num levantamento pioneiro para a província de Minas, Francisco Vidal Luna, ao verificar a “elevada porcentagem de senhores com reduzido número de escravos”, também trouxe contribuições importantes concernentes ao padrão de posses para a região mineradora da província. Consoante esta questão salienta o autor que nesta sociedade:

(...) predominavam incontestavelmente os pequenos proprietários, indivíduos possuidores de escravaria de um, dois ou no máximo, cinco escravos. Raros os proprietários de grande escravaria; assim, por exemplo, dentre todos os senhores computados (...), que compreendem cerca de 3.400, apenas vinte e seis possuíam mais de quarenta cativos; acima de sessenta anotara-se seis pessoas e com massa superior a cem, encontramos, tão somente um proprietário (com 126 cativos). Assim, a nosso ver, em Minas, as grandes lavras devem ter constituído a exceção e não a regra quanto à organização da estrutura produtiva. (LUNA, 1981, p. 126)

Não obstante, Carla Almeida verificou que este processo de desconcentração da posse de escravos em Minas Gerais se intensificou no período de “acomodação evolutiva”, (1780-1820), em que ocorreria a inversão das atividades aurífera para agropecuária, ou seja, durante o processo de rearticulação econômica da província. Para a autora, esta ampla difusão da propriedade escrava “trouxe implicações decisivas para a base de sustentação política do sistema escravista”, como também “esteve intimamente relacionada à lentidão do processo abolicionista.” (ALMEIDA, 1994, p. 133).

Douglas Libby, ao elaborar um extenso banco de dados baseado no levantamento empírico de 20.000 domicílios para a província de Minas, constatou que, ao lado da grande quantidade de pequenas propriedades escravista, havia uma significativa massa excluída da participação da instituição escravista. Para o autor, este indício traz certamente, a constatação de dois modos de produção co-existentes na província, o primeiro assentado na mão de obra escrava e o segundo, no setor camponês. (LIBBY, 1988).

⁸² Os dados de São Paulo para o ano de 1804 foram extraídos por LUNA & COSTA de suas amostragens de censos populacionais para esta província. Cf: Apud, SCHWARTZ, *Segredos internos*. Engenhos e escravos na sociedade colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 3 ed, 2005, p. 368-376. In: LUNA & COSTA. *Posse de escravos em São Paulo no início do século XIX. Estudos econômicos*. Economia Escravista Brasileira. São Paulo IPE/ UDP, 1983, 23: pp: 105-109.

Em outro estudo, desenvolvido em 25 localidades paulistas, entre 1777 a 1804, Francisco Vidal Luna, ratifica o padrão encontrado por Libby, ao verificar que apenas 24% dos domicílios possuíam cativos. (LUNA, 1998, p. 104). Consoante esta tendência, Bacellar constatou para a vila de Sorocaba uma presença de 22,5% dos domicílios na participação escravista. (BACELLAR, 2008). Enquanto que, Horácio Gutierrez, em seu estudo para província do Paraná, constatou uma variação de 18,4% a 20,5% de domicílios escravistas em suas amostragens tomadas a partir de nove localidades, onde predominavam “primordialmente” a agricultura de subsistência e a pecuária. (GUTIERREZ, 1987, p. 314)

Estes dados, no entanto, relativizam parcialmente a elevada dispersão da propriedade escrava, ao trazer outras matizes acerca do potencial de aquisição de escravos. Por outro lado, esta constatação do predomínio de pequenas e médias posses de escravos entre a população livre faz contrapeso à enfática concentração de escravos tão exaustivamente frisada pela historiografia tradicional,⁸³ ao mesmo tempo que, a grande massa de despossuídos, expressa pelo setor camponês, não participante desta instituição, nos incita a pensarmos os campos tangíveis às possibilidades ao acesso e os limites colocados à sua dispersão.

Ao explicar o processo de intensificação da propriedade escrava nas mãos de poucos senhores na vila de Porto Feliz, na capitania de São Paulo, durante o aquecimento de sua economia ocasionada pelo desenvolvimento da produção açucareira, Roberto Guedes Ferreira acentua que “seria errôneo supor que a participação mais intensa dos grandes senhores se fez em detrimento dos pequenos e médios escravistas”. (FERREIRA, 2009, p. 6)

Justificando argumento, por meio de dados empíricos, o autor demonstrou que durante todo período analisado (1798-1843), os pequenos e médios continuaram sendo majoritários, mas no intervalo de 1824 a 1843, foram reduzindo gradualmente sua participação no cômputo total de escravos daquela localidade, em razão do aumento dos “grandes senhores” que passaram deter um nível de concentração crescente daquela escravaria. Consoante este processo, argumenta o autor:

⁸³ Dentre os clássicos da historiografia que alinham-se ao paradigma da supremacia da grande propriedade, podemos citar Gilberto Freyre, Caio Prado Junior e Celso Furtado. Em Casa Grande & Senzala menciona Freyre que “*de modo geral, em toda parte onde vingou a agricultura, dominou no Brasil escravocrata o latifúndio (...)*”. Caio Prado Junior, elabora o modelo tripé da unidade produtiva (grande propriedade, monocultura e trabalho escravo), assentado nesta mesma confluência. Já Celso Furtado embora relativize a grande propriedade na atividade mineratória, acentua sua “*utilização intensiva*” nas empresas cafeeira e açucareira. Cf.: FREYRE, G. Casa Grande & Senzala. 42. ed. Rio de Janeiro:ed:Record, 2001, p. 68.. Cf.: PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1983. p. 122. FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Ed. Nacional, 1976. p. 114..

Ademais, os resultados sublinham que a posse de escravos era centralizada, mas com significativa participação de pequenos e médios escravistas. Os pequenos senhores jamais deixaram de ser a maioria, demonstrando que a aquisição da mão-de-obra cativa era, até certo ponto, facilitada enquanto durou o tráfico-atlântico. Neste sentido, a propriedade escrava era, ao mesmo tempo concentrada e disseminada. (FERREIRA, 2009, p. 6)

Não obstante, este estudo salienta que, embora a propriedade escrava tenha se difundido consideravelmente entre a população livre, por meio da hegemonia contínua que se assistiu dos pequenos e médios plantéis, há que se considerar a presença significativa de não proprietários. Neste sentido, a tendência crescente de aumento deste setor, somada a intensificação da propriedade escrava nas mãos de poucos “grandes senhores”, corrobora o processo de imposição de barreiras à esta propriamente.

Em Minas, vários estudos efetuados⁸⁴ a partir de recenseamentos populacionais e quantificação de inventários, vêm demonstrando um padrão aproximado consoante às produções de abastecimento interno assentadas no predomínio de pequenas e médias posses, relativa concentração da propriedade, somada à significativa presença de “despossuídos”. Tal arcabouço permite corroborar a assertiva lançada por Martins nos anos 80, de que nas Minas oitocentista, o típico escravo nunca teria trabalhado num numa fazenda de café, nem na extração aurífera. (MARTINS, 1983)

Esta constatação corrobora a paisagem comum testemunhada por viajantes na província, ao relatarem o cotidiano de senhor e membros de sua família trabalhando lado a lado de seus poucos escravos, como bem observou Caio Prado Jr. em seu clássico *Formação do Brasil Contemporâneo*. (PRADO JÚNIOR, 1983). De fato eram poucos senhores que possuíam cativos suficientes para viver exclusivamente do trabalho escravo. A coabitação

⁸⁴ Cf: ALMEIDA, Carla M.C. de. *Alterações nas unidades produtivas mineiras: Mariana – 1750-1850*. Dissertação de Mestrado. Niterói: UFF, 1994; BOTELHO, Famílias e escravarias: demografia e família escrava no Norte de Minas Gerais no século XIX. Dissertação de Mestrado em História. São Paulo: USP, 1994.; CUNHA, Alexandre. *Paisagem e população: algumas vistas de dinâmicas espaciais e movimentos das populações nas Minas do começo do dezenove*. Anais eletrônicos do XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais – ABEP, Ouro Preto, ABEP, 2002. LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988. LUNA, Francisco Vidal. Minas Gerais: escravos e senhores – análise da estrutura populacional econômica de alguns centros mineratórios (1718-1804). In: Ensaio Econômico. São Paulo: IPE/USP. V. 8, 1981. LUNA & KLEIN, Economia e sociedade escravista: Minas Gerais e São Paulo em 1830. In: *Estudos Populacionais*., Campinas, v. 21, n. 2, p. 173-193, jul./dez. 2004. p. 173-193 . MARTINS, Roberto Borges. *Growing in Silence: the slave economy of nineteenth-century Minas Gerais, Brazil*. PhD Dissertation, Vanderbilt University, 1980. MARTINS, Maria do Carmo Salazar. *Revisitando a província: comarcas, termos e distritos e população de Minas Gerais em 1833-35*. Anais do V Seminário sobre Economia Mineira. Diamantina: CEDEPLAR, 1990. p.12-29. MARTINS, Maria do Carmo Salazar, LIMA, Maurício Antônio de Castro, SILVA, Helenice Carvalho Cruz. *População de Minas Gerais na segunda metade do século XIX: novas evidências*. Artigo apresentado no X Seminário sobre economia mineira. UFVJM. 2008. Disponível: www.cedeplar.ufmg/diamantina.2002/textos/doc.pdf. PAIVA, Clotilde Andrade. *População e Economia nas Minas Gerais do século XIX*. Tese Doutorado. São Paulo:USP, 1996.

num mesmo espaço domiciliar e o fenômeno do “feitor ausente” foi mais comum do que se supunha. Não obstante, mesmo diante da presença de um forte setor camponês, a disseminação do trabalho escravo foi considerável. Não havia atividade econômica em que o escravo não estivesse inserido. Desde as atividades mais complexas e lucrativas, até as mais precárias voltadas exclusivamente à subsistência ou ao pequeno artesanato, aquele se fez presente. Não foi caso *sui generis* encontrar pela província, ou outras partes do Brasil a presença de alforriados proprietários de escravos. Francisco Vidal Luna identificou um número surpreendente deste grupo nas regiões tradicionais de mineração, além de enfatizar grupos de pessoas livres de cor e mulheres livres pertencentes à esta categoria de proprietários. A dispersão da propriedade escrava, portanto, assegurou a supremacia de pequenas posses. (LUNA, 1981).

Retomaremos este debate com maior atenção, quando adentrarmos nas características destas propriedades, apresentando o perfil localizado para nosso objeto de estudo. Neste capítulo procuramos acompanhar os enquadramentos gerais da população escrava, tais como taxa de africanidade, média entre crianças e mulheres em idade produtiva, estrutura etária, razão de masculinidade, dentre outros apontamentos elucidativos à conformação estrutura de posses de escravos no município sul-mineiro.

Para efetuarmos estes apontamentos, utilizamos como fonte norteadora os inventários *pos-mortem* do período de 1810-1888. Reconhecendo o universo de possibilidades e restrições que esta natureza de fontes apresenta, procuramos entrecruzá-las ao conjunto de fontes pré-censitárias (mapas de população, 1833-1835; ⁸⁵ listas nominativas, 1838; ⁸⁶ recenseamento de 1872 ⁸⁷), no intuito de elaborarmos assim, um mapeamento da população escrava desta localidade. Não obstante, utilizamos como critério para a construção de nossa amostra, apenas os distritos de paz que compunham o município de Pouso Alegre ⁸⁸, segundo o recenseamento de 1833-35. Dentre estes, consideramos os seguintes: Capivari, Santa Rita,

⁸⁵ Fonte: Mapas de População do Município de Pouso Alegre (1833- 1835) Notação MP, CX 06 doc 02, localizados no APM.

⁸⁶ Fonte: Listas Nominativas do Distrito de Pouso Alegre de 1838. Ver APM, Notação MP, CX 06 doc 01.

⁸⁷ Fonte: Banco Digital do Recenseamento Geral do Império de 1872-1873. Dados referentes à Minas Gerais foram corrigidos e coordenados por Pedro Puntoni e Equipe CEDEPLAR-UFGM. In: Diretoria Geral de Estatística. Recenseamento Geral do Império de 1872. Rio de Janeiro. Typ. Leuzinger. Tip. Comercial, 1876. 12 vol., localizados na BNARJ.

⁸⁸ Apesar do município de Pouso Alegre ter adquirido sua emancipação somente em 1848, observamos que em registros anteriores, como os Mapas de População (1833-1835), já mencionavam a localidade como município, mesmo antes desta ter recebido esta jurisdição administrativa. Não obstante, este advento explica-se pelo fato de que naquele contexto (primeira metade do século XIX), toda localidade, quando se elevava à condição de Vila, recebia uma autonomia e extensão administrativa equivalente à de uma cidade. Sobre a circunscrição para o Município de Pouso Alegre e seus distritos de paz, cf.: Fonte: Mapa de População de Município de Pouso Alegre (1833- 1835) Notação MP, CX 06 doc 02., localizados no APM.

Cambuí, Camanducaia, Cotias, São José das Formigas, Antas, Ouro Fino, Bom Retiro e Pouso Alegre.

3.2. PADRÃO DE POSSES DE ESCRAVOS NO MUNICÍPIO DE POUSO ALEGRE NO SÉCULO XIX

Conforme mencionamos acima, a propriedade escravista mineira vigente no século XIX descrita pela literatura, era constituída, majoritariamente por circunscritos plantéis e sua posse, acessível à uma parcela minoritária da população livre. No entanto, estabeleceu-se de início, o consenso de que a existência de extensas posses de escravos constituiu-se presença rara na paisagem mineira oitocentista.⁸⁹ Este padrão, portanto, vem sendo confirmado, sobretudo em regiões orientadas para economias de abastecimento interno, como foram os casos registrados para às província de São Paulo⁹⁰, anterior à expansão cafeeira, Paraná e zonas agricultoras periféricas do Rio de Janeiro. Vale salientar, contudo, à relevância que essas posses menores também cumpriram em plena região aurífera até mesmo em economias açucareiras, como demonstrou Schwartz para o Recôncavo Baiano.

Não obstante, considerando estudos mais específicos para o Sul de Minas, trabalhos como de Marcos Andrade (2005); Paiva & Klein (1992), para o Termo de Campanha; e

⁸⁹ Douglas Libby, pioneiro em aventar este padrão para o conjunto da província de Minas, demonstrou, através de sua amostragem censitária, que do total de fogos levantados, ou seja, 66,7% não possuíam um escravo sequer, ao passo que, dos 6.583 domicílios escravistas, 67,8% eram representados pelo grupo de senhores possuidores de 1 a 5 escravos, que concentravam somente, 26,5% do total de cativos. Não obstante, este grupo quando somado à categoria média (6-10 escravos), atingia, nada menos, uma concentração de 48,2% da população cativa entre 1831-1840. Esta ampla dispersão da propriedade de pequeno porte, conjugada à equilibrada concentração em propriedades de 1 a 10 cativos, descortina, segundo o autor, a participação recorrente de grupos menos abastados na instituição da escravidão, fato que não deixa de ser pensado como elemento-base no processo de sustentação do regime escravista. Analisando este quadro de distribuição da propriedade, considerando o amplo quadro de oscilações regionais, Libby assegurou que regiões como, Zona da Mata, Metalúrgica Mantiqueira e Triângulo, uma presença mais acentuada de médios e grandes plantéis e maior concentração escrava em propriedades com mais de 30 escravos. No entanto, em regiões como Oeste, Alto do Parnaíba, Montes Claros - São Francisco, Jequitinhonha e Sul, as categorias de pequenos e médios proprietários detinham mais da metade de suas escravarias. Observando esta conformação para o Sul, o autor ponderou que 64% dos proprietários eram possuidores de plantéis de 1 a 5 escravos, enquanto que a maior concentração da população cativa foi atribuída à propriedade média de 6 a 10 escravos. Cf.: LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

⁹⁰ O advento da desconcentração de propriedade cumpriu papel mais relevante para outras províncias como Paraná e São Paulo. Costa & Luna constataram, através do Censo paulista de 1804, uma predominância de 70% de plantéis com até 05 escravos e uma concentração superior a 50% da população cativa em plantéis de 1 a 10 escravos. Outrossim, para a região do Paraná, esta desconcentração atingiu proporções ainda maiores, quando Gutierrez demonstrou que 56% dos cativos estavam estabelecidos em posses de 01 a 13 escravos. Cf.: LUNA, F.V. São Paulo: população, atividades e posse de escravos em vinte e cinco localidades (1777-1829). *Estudos Econômicos*, São Paulo, 28(1): 99-169, jan-mar 1998. p. 104. LUNA & COSTA, Iraci del Nero da. Posse de Escravos em São Paulo no Início do Século XIX. *Estudos Econômicos*, São Paulo, IPE-USP, 13(1):211- 21, 1983. GUTIERREZ, Demografia escrava em economias não-exportadoras: Paraná, 1800-1830. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 17, n. 3, p. 297-314, 1987.

Sobrinho (2009) para a freguesia de Itajubá, contribuíram incisivamente para a historiografia mineira, ao demonstrarem que estas localidades, orientadas ao setor de abastecimento interno, estavam muito mais próximas aos padrões da grande lavoura de exportação, do que das tradicionais economias de mercado interno, baseada na pequena e média propriedade, que caracterizavam-se mais pela dependência de um setor camponês do que de um sistema escravista propriamente dito. Desta forma, a elevada média de escravos por propriedade junto à disseminação de extensos plantéis, demonstradas para a região, relativizam a concepção de que a capacidade de estabelecimento de extensas escravarias em uma localidade estaria diretamente atrelada à uma economia orientada para agro-exportação.⁹¹

Entretanto, nosso objetivo neste item consiste em posicionar nossos resultados concernentes à estrutura de propriedade escrava para o município de Pouso Alegre com as demais pesquisas regionais, que vem disponibilizando um modelo alternativo de posses escravas, avesso, portanto ao padrão inicial indicado para todo território de Minas, ou seja sustentado na rara presença de extensas propriedades.

Acompanhando a estrutura de posse de escravos vigente no município de Pouso Alegre, constatamos que dos 678 inventários levantados para o período de 1820-1888, menos da metade, ou seja, 301 (44,3%) não arrolaram escravo algum, enquanto que a maioria (55,6%) demonstrou presença de alguma posse escrava, o que nos permite inferir esta estabelece-se como uma localidade eminentemente escravista. No que tange à variação por faixa de plantel, elegemos o padrão utilizado por Clotilde Paiva (2006), que classificou estes níveis em: pequeno plantel (1 a 3 escravos), médio (4-10 escravos) e grande (11-49 escravos) e muito grande (+ de 50 escravos).⁹² Do total de 377 proprietários identificados, entre o

⁹¹ Graça Filho, em estudo para o Termo de São João del Rei, localidade de conformação sócio econômica próxima ao Sul de Minas, foi pioneiro em sustentar a hipótese de que havia se estabelecido na Comarca do Rio das Mortes unidades escravistas alinhadas aos padrões das propriedades voltadas para agroexportação. A partir de uma amostra de 103 inventários *post mortem* arrolados entre 1831-1885, o autor averiguou uma média de 36 escravos por propriedade, proporção elevada em se tratando de uma economia interna de abastecimento. Deste conjunto, mais da metade destes (52,4%), foram arrolados plantéis acima de 30 escravos. Padrão este ratificado pelos dados censitários de 1831-32, que constataram uma majoritária concentração mancipia de 53,8% em propriedades acima de 30 escravos, ao passo que em propriedades médias situadas na faixa de 10 a 30 cativos, este percentual de concentração foi estimado em 16,4% para o total dos nove distritos componentes da mencionada Vila. No que confere à este padrão atípico de propriedade escrava para uma região de abastecimento interno, assevera o autor: “Diferente dos municípios paulistas a maior parte dos escravos do eito se localizava em propriedades com mais de 30 escravos. Nesse ponto, São João del Rei mostrava uma concentração maior da posse de escravos, com peculiaridade dos proprietários de porte médio (10 a 30 escravos), se igualem aos de grande porte (+30 de escravos) na porcentagem sobre o total de escravos. Ambos os grupos detinham 31% dos braços cativos empregados na lavoura.” Cf.: GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A Princesa do Oeste e o Mito da Decadência de Minas Gerais*. São Paulo: Annablume, 2002, p. 125-128.

⁹² Geralmente esta classificação observada para proporção do tamanho do plantel é pensada a partir da relação entre posse de escravos e uso da terra, que faz refletir na média de escravos contraída por propriedade numa determinada região. Sendo assim é provável que em regiões de grande lavoura, identifica-se uma média elevada

período aventado, apenas o Capitão João Pinto da Fonseca apresentou um plantel superior a 100 escravos.⁹³ Para todo período abarcado, encontramos forte dispersão de pequenos e médios plantéis, apesar da hegemônica concentração em grandes propriedades e supremacia, do que classificamos como médio plantel. A média de escravos por propriedade apresentou no total, uma proporção de 8,8 escravos por propriedade, acompanhada de uma variação entre 5,2 a 10, 6 escravos; conforme o sub-período avaliado entre 1820-1888.⁹⁴ (Cf.: TABELA 13, p.106)

Relacionando os resultados obtidos, no que confere à distribuição da propriedade escrava na localidade, observamos que do total de 3.340 escravos arrolados ao longo do período de 1820-1888, 49,7% destes concentraram-se em grandes propriedades, situadas na faixa de plantel entre 11 a 49 escravos e apenas 6,4% do total da escravaria do município pertenciam a planteis menores.⁹⁵ (Cf: TABELA 13, p. 106)

Quanto à dimensão das propriedades, observamos que não houve uma disparidade tão acirrada entre pequenas (30,5%) e grandes (27,0) propriedades. Não obstante, esta comparação nos mostra que o nível de concentração em propriedades maiores não instituiu-se como barreira aos proprietários de menor porte de terem acesso à mão-de-obra compulsória. No entanto, quando observamos o comportamento desta variação ao longo do período, logo

e conseqüentemente classificações de maiores proporções, assim como o inverso se verifica para regiões de subsistência. Deste modo, em regiões agro- exportadoras como Campinas, o padrão de posse fora classificado como: pequeno (1 a 9 escravos), médio (10- 49 escravos) e grande (+ de 50 escravos). Cf.: SLENES, Robert, *Na senzala uma flor*. Nova Fronteira, 1999, p. 72. Para grande lavoura Fluminense, Florentino e Góes utilizaram padrões semelhantes: pequeno (1- 9 escravos), médio (10- 20) e grande + de 20 escravos). Cf: FLORENTINO, Manolo & GÓES. José Roberto. *A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico Atlântico no Rio de Janeiro: Cív. Brasileira*, 1997.,p. 93. Para o município de Vassouras, Gomes estabeleceu: pequeno (1-9), médio (10-40) e grande (+ de 40 escravos). Para Porto Feliz, Guedes utilizou: pequeno (0-10), médio (11-20) e grande (+ de 20 escravos). Cf.: GOMES, Flávio dos Santos. *Histórias de quilombolas: Mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX*. São Paulo: Cia. das Letras, 2006. Em regiões de abastecimento, encontramos classificações relativamente menores. Para o Termo de Mariana, entre 1750-1850, Almeida classificou como: pequeno (1-5/ 6-10 escravos), médio (11-20) e grande (+ de 20 escravos. Cf.: ALMEIDA, Carla M.C. de. *Alterações nas unidades produtivas mineiras: Mariana – 1750-1850*. Dissertação de Mestrado. Niterói: UFF, 1994. Para Campanha, Andrade utilizou: pequeno (1 a 5), médio (6-19) e grande (+ de 20 escravos). Esta mesma classificação também foi utilizada por Sobrinho. Cf.: ANDRADE, *Família, fortuna e poder no Império do Brasil*. Minas Gerais. Campanha da Princesa, (1799-1750). Niterói: Tese de Doutorado em História: UFF, 2005. SOBRINHO, Juliano Custódio. *Negócios Internos: estrutura produtiva, mercado e padrão social em uma freguesia sul mineira de Itajubá (1785-1850)*. 2009. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas: Juiz de Fora, 2009. Para São João del Rei, esta classificação foi pensada em: pequeno (1-9 escravos), médio (10-30) e grande (+ de 30 escravos). Cf.: GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A Princesa do Oeste e o Mito da Decadência de Minas Gerais*. São Paulo: Annablume, 2002. Para São José dos Pinhais: pequena posse (1 a 4 escravos), média (5 a 9 escravos), e grande (15 a 19 escravos). Cf: MACHADO, A trama das vontades. Negros, pardos e brancos na produção da hierarquia social (São José dos Pinhais, passagem do século XVIII para XIX). Rio de Janeiro. Tese de Doutorado em História: UFRJ/IFCH, 2006.

⁹³ Inventário *post mortem* de Capitão João Pinto da Fonseca (inventariado), localizado no Cartório do 2 Ofício do FMPA. (28/02/1859)

⁹⁴ Fonte: Inventários *post-mortem*. (1820-1888). Cartórios do 1 e 2 Ofício, localizados no FMPA.

⁹⁵ Fonte: Inventários *post-mortem*. (1820-1888). Cartórios do 1 e 2 Ofício, localizados no FMPA

percebemos a intensificação deste processo de concentração escrava, principalmente após 1840, quando constatamos que apenas oito proprietários detiveram mais de 15% de toda escravaria estimada ao longo do período.⁹⁶ (Cf.: TABELA 13, p. 106).

Dando prosseguimento a análise que optamos por dividi-la em sub-períodos correspondentes à décadas, avaliamos que entre os intervalos situados entre 1820 a 1839 não foi localizado nenhuma propriedade superior a 50 escravos. Não obstante, foi observado elevado nível de concentração escrava em grandes propriedades (73,4%), que representavam o conjunto de 42,8% do total de proprietários escravos entre o sub-período de 1820-1829.⁹⁷ Referente às listas nominativas para o ano de 1838, encontramos para o distrito urbano de Pouso Alegre (sede) do município, uma conformação maior para às propriedades de pequeno e médio porte, que somadas atingiam um percentual de 87,6%, enquanto que, domicílios acima de 10 escravos atingiram uma representação bem inferior de 12%, ratificando a caracterização de pequenas posses em áreas urbanas indicada pela historiografia⁹⁸. (Cf.: TABELA 13 e GRÁFICO 3, p.106-107)

Retomando ao corpo de inventários, referente ao período que segue (1830-1839), observamos relativo declínio tanto na participação de grandes proprietários de 42,8% para 29,2%, quanto na concentração da população cativa que passaram representar 58,0% de participação nestas propriedades. Já entre os pequenos proprietários, houve uma elevação de 25% para 34,1% na participação no total de posses, junto ao nível de concentração de sua população escrava, de 6,2 para 9,5%.⁹⁹ (Cf.: TABELA 13, p.106)

Na década seguinte, apreendemos maior participação da média propriedade, que chega compor quase a metade de todas as propriedades, apresentando uma concentração de 36,6% escravos para o período indicado.¹⁰⁰ No período posterior ao fechamento do tráfico internacional, esta concentração manteve níveis elevados, de modo que apenas proprietários possuíam quase 27,5 do total da escravaria. Na década seguinte, as grandes propriedades superaram, isoladamente, as pequenas e médias, com quase 40% de participação, correspondente a uma concentração de 66,5% da população escrava.¹⁰¹ (Cf.: TABELA 13, p.106)

⁹⁶ Fonte: Inventários *post-mortem*. (1820-1888). Cartórios do 1 e 2 Ofício, localizados no FMFA

⁹⁷ Fonte: Inventários *post-mortem*. (1820-1888). Cartórios do 1 e 2 Ofício, localizados no FMFA

⁹⁸ Fonte: Listas Nominativas do Distrito de Pouso Alegre de 1838. Ver APM, Notação MP, CX 06 doc 01.

⁹⁹ Fonte: Inventários *post-mortem*. (1820-1888). Cartórios do 1 e 2 Ofício, localizados no FMFA.

¹⁰⁰ Fonte: Inventários *post-mortem*. (1820-1888). Cartórios do 1 e 2 Ofício, localizados no FMFA

¹⁰¹ Fonte: Inventários *post-mortem*. (1820-1888). Cartórios do 1 e 2 Ofício, localizados no FMFA.

Embora tenhamos partido de uma classificação distinta para avaliar a estrutura de posses em nossa localidade eleita, é possível tecermos comparações com os resultantes averiguados para Campanha e Itajubá, localidades mais próximas de nosso objeto.

Marcos Andrade demonstrou para o município de Campanha, elevados índices de concentração escrava, ao constatar que aproximadamente 12% dos senhores detiveram mais de 45 % da escravaria do município. No que tange às faixas dos plantéis, sua amostra revelou que embora 44% dos proprietários estivessem escalados na faixa de 1 a 5 cativos, esta categoria concentrava apenas 12% do total da escravaria. Já os senhores de porte médio, escalados na faixa de 06 a 19 cativos, detiveram 42% da escravaria, ao passo que, 13% dos detentores de plantéis acima de 20 escravos concentraram 46% do total estimado em 5.517 escravos de sua amostra. (ANDRADE, 2005, p. 36)

Comparando esta estrutura de posses de Campanha com o padrão constatado para o município de Pouso Alegre, verificamos que este último apresentou níveis menores de concentração, ao apresentar uma variação de 5,2 a 10,6 escravos por proprietário, enquanto que o primeiro apresentou uma média de superior de 37 escravos por plantel. No que compete à dimensão dos plantéis, observamos patamares não muito díspares, pelo fato desta amostra averiguada para Campanha apresentar uma acentuada proliferação de pequenos (44%) e médios (43,2%) plantéis, mesmo levando em consideração o maior potencial de concentração da mão-de-obra para estas propriedades. (Idem).

Não obstante, os estudos realizados por Juliano Sobrinho para a freguesia de Itajubá, nos oferecem uma conformação da propriedade escravista mais próxima à realidade confrontada para o município de Pouso Alegre. Exemplo disso, reflete-se na média de escravos por proprietário, avaliada em 11,5 para o total de 103 inventários *post mortem*, arrolados entre 1785-185. Quanto à variação desta medida, segundo a faixa do plantel de escravos, o autor assevera que entre as pequenas propriedades (1-5 escravos) o resultado obtido foi de 2,7 escravos, ao passo que, nas propriedades acima de 20 cativos, esta proporção atingiu níveis de maior escala, por apresentar uma média de 37,8 escravos por proprietário. (SOBINHO, 2009, p. 89).

Conforme já observamos acima, nosso município, neste critério, atingiu uma variação entre 5,2 a 10,6 escravos por propriedade; conforme o sub-período analisado. Não obstante, quando consideramos esta medida por nível do plantel, adquirimos um elevado potencial de concentração. Nesse sentido, propriedades acima de 50 escravos apresentaram uma

capacidade de possuir 64,8 escravos em média.¹⁰² Esta constatação, nos permite alinhar o município de Pouso Alegre à um padrão intermediário entre a lavoura agro-exportadora e tradicionais economias internas de abastecimento, sustentadas numa economia familiar camponesa e mão de obra escrava complementar. Não obstante, apesar de identificarmos uma média relativamente inferior de escravos para a localidade (8,8) em relação à Campanha (37) e Itajubá (11,5), constatamos também que este município enquadrava-se aos padrões peculiares de estrutura de propriedade escrava regional, no que diz respeito a capacidade de agregar extensos plantéis dedicados exclusivamente à uma produção diversificada de alimentos.

Nesse sentido, podemos considerar que o padrão de posses no município de Pouso Alegre mostrou-se acima da média mineira, uma vez que em nenhum momento analisado as propriedades menores superaram os médios e grandes proprietários. A demonstração da instituição escravista em mais da metade dos inventários arrolados, junto ao estabelecimento significativo de plantéis de grande porte coloca o município numa posição ativa de destaque no complexo mercantil de abastecimento no Sudeste. Não obstante, a disseminação de médias e grandes propriedades no município estudado, revela o estabelecimento de uma economia local, dependente, em larga escala, de um sistema escravista de produção. No item que segue procuramos, através da análise de variáveis como faixa etária, razões de masculinidade, africanidade, média entre crianças e mulheres em idade produtiva, avaliar a influência do tráfico-atlântico, como também as possibilidades de reprodução natural na caracterização demográfica da população escrava no município de Pouso Alegre.

3.3 CARACTERÍSTICAS DA POPULAÇÃO ESCRAVA: SEXO, IDADE E ORIGEM.

Para avaliarmos as características interna da população escrava utilizamos como recursos metodológicos, além do cruzamento de inventários, mapas de população (1833-35)¹⁰³ e listas nominativas (1838),¹⁰⁴ os assentos de batismo, como recurso alternativo, a fim de rastrear a presença africana através da identificação dos denominados escravos “Adultos”, por percebermos neste registro, excelente possibilidade investigativa, justamente por ter

¹⁰² Fonte: Inventários *post-mortem*. (1820-1888). Cartórios do 1 e 2 Ofício, localizados no FMFA.

¹⁰³ Fonte: Mapa de População de Pouso Alegre (1833- 1835). Ver APM, Notação MP, CX 06 doc 02.

¹⁰⁴ Fonte: Listas Nominativas do Distrito de Pouso Alegre de 1838. Ver APM, Notação MP, CX 06 doc 01.

constituído a instituição do batismo, via de acesso quase universal de iniciação cristã, entre todos os setores da sociedade escravista.¹⁰⁵

Não obstante, o objetivo desta análise, consiste em posicionarmos frente ao debate travado concernente à forma de reposição da mão de obra cativa na província, que ganhou fôlego nos últimos 25 anos, a partir das considerações de Martins acerca do potencial de importação da mão-de-obra escrava na província. No entanto, o avanço de pesquisas de âmbitos regionais em Minas, vem permitindo a construção de “caminhos alternativos” capazes de conciliar tráfico e crescimento natural conforme a localidade e conjuntura aventada.

Fábio Pinheiro, em estudo acerca das influências do tráfico na Zona da Mata Mineira, ratificou o “direcionamento inequívoco” do tráfico-Atlântico para a província mineira durante as primeiras décadas do século XIX, ao demonstrar uma entrada aproximada de 54.478 escravos na província. Consoante os registros de despachos de escravos novos saídos do Rio de Janeiro, pondera o pesquisador que:

Minas teria importado entre 1809-1830 40% dos cativos redistribuídos na praça mercantil carioca. As capitanias do Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul, que em conjunto com Minas eram as principais economias escravistas da América portuguesa, adquiriam neste mesmo período, respectivamente 36%, 15,5% e 8,5% das “almas” disponíveis no mercado carioca. Destes 40% com destino à Minas, nada mais que 97,8% eram africanos novos, escravos recém chegados da África no Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul, esta proporção foi de 39,9%, 94,7% e 72,2%, respectivamente. (PINHEIRO, 2008, p. 74)

Esta maciça entrada de africanos na província direcionou-se não só para a Zona da Mata, mas para algumas áreas da extensão Metalúrgica – Mantiqueira (Vertentes), como também para o Sul da província. Em trabalhos recém-produzidos para o Sul de Minas, Andrade (2005) e Sobrinho (2009) já aventaram a relevância do tráfico no quadro de reposição da mão-de-obra na região, no início do século XIX. A elevada participação africana impressa em distritos como Nova Itajubá (65,4%), Lambari (67,5%), Santa Catarina (55,1%), Santa Rita (40,7%) e Soledade (50,6%), no ano de 1831, pertencentes ao Termo de Campanha, não deixam dúvidas quanto à inserção regional sul-mineira ao tráfico trans-atlântico de escravos.¹⁰⁶ No entanto, em pesquisas anteriores, Paiva e Klein (1992) indicaram,

¹⁰⁵ Fonte: Livro 1 (1812-1821); Livro 2 (1821-1825); Livro 3 (1825-1837); Livro 4 e 7 (1837-1858); Livro 5 (1841-1843); Livro 6 (1847-1853); Livro 7 (1857-1861); Livro 8 (1861-1866); Livro 9 (1866-1873). Localizados na MSBJ.

¹⁰⁶ Sobre os dados de Campanha, cf.: ANDRADE, *Família, fortuna e poder no Império do Brasil*. Minas Gerais. Campanha da Princesa, (1799-1750). Niterói: Tese de Doutorado em História: UFF, 2005, p. 273-279. Acerca dos dados de Itajubá, cf.: SOBRINHO, Juliano Custódio. *Negócios Internos: estrutura produtiva,*

sem postergar a agência do tráfico na composição da escravaria regional, dados provocativos atinentes à uma possível reprodução natural, como importante elemento de reposição e até mesmo de expansão da escravaria no mencionado município sul-mineiro.

Feita estas considerações, apresentaremos a seguir a distribuição entre africanos e crioulos do município, mensurada a partir do corpo de inventários, ao longo do período (1820-1888), a fim de contribuímos para o entendimento dos delineamentos tomados destas duas assertivas (importação/reprodução) na esfera da população cativa de nossa localidade, sem perder de vista, portanto, suas articulações com o contexto regional. De modo geral, pudemos identificar que no primeiro contato com este corpo documental, estabeleceu-se uma significativa presença de crioulos, para uma região em que se esperava mais “africanos”, em vista da forte inserção do Sul de Minas ao tráfico-negreiro. (ANDRADE, 2005), desde as primeiras décadas do século XIX, como maioria absoluta entre os escravos arrolados nos 377 inventários. Considerando a taxa de africanidade, ou seja, o número de africanos para cada 100 crioulos, verificamos uma estimativa, variável entre 41,9 a 60,2, entre as décadas anteriores ao cerceamento do tráfico¹⁰⁷. (Cf.:TABELA 14, p. 107)¹⁰⁸ Entretanto, observando o percentual de participação desta categoria, visualizamos uma nada desprezível participação de 37,5% nas duas primeiras décadas, enquanto que nos dois intervalos seguintes, uma estimativa nunca inferior a 25%, representando dinâmica participação do município de Pouso Alegre, junto às praças regionais de Campanha, Itajubá e Baependi na aquisição de africanos nestas três primeiras décadas.¹⁰⁹

Esta tendência se confirma parcialmente mediante à avaliação da chamada ocorrência dos batismos de “Adultos” africanos, durante o período de vigência do tráfico no âmbito da

mercado e padrão social em uma freguesia sul mineira de Itajubá (1785-1850). 2009. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas: Juiz de Fora, 2009. .p. 64-74.

¹⁰⁷ Fonte: Inventários *post-mortem*. (1820-1888). Cartórios do 1 e 2 Ofício, localizados no FMPA.

¹⁰⁸ Para composição da tabela, procuramos distinguir cada sub-período em decênio, a fim de acompanharmos as nuances conjunturais. Vale salientar que, os intervalos de 1820-1850 foram marcados, no âmbito conjuntural do Império, por uma entrada maciça de africanos, que alcançou maior pico de elevação entre 1826-1830, quando a importação atingia em média 37.200 escravos africanos ao ano. Cf.: FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras*. Uma história do tráfico de escravos entre África e o Rio de Janeiro. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. Não obstante, este período também ficou conhecido pelo acirramento das pressões inglesas para o cerceamento do tráfico internacional de escravos, que refletiram no Brasil, nas formas das Leis de 1831 e “Eusébio de Queiroz” em 1850. No quinquênio seguinte, o período foi marcado pelo processo de intensificação da “naturalização” da população escrava, acompanhada pelo conseqüente “envelhecimento” e diminuição do grupo africano. Nesta conjuntura, assistiu-se também a degradação paulatina do sistema de relações escravistas, impressa principalmente na deslegitimação e erosão gradativa do poder senhorial. Estas mudanças refletiram-se na promulgação de leis favoráveis à preservação da família escrava, como a Lei de 1869 e a “Lei do Ventre Livre”, em 1871, que ao mesmo tempo em que visavam assegurar o interesse senhorial através da garantia do processo de abolição “lento e seguro”, assegurava também antigos direitos costumeiros conquistados ao longo dos anos, no embate cotidiano, da sociedade escravista.

¹⁰⁹ Fonte: Inventários *post-mortem*. (1820-1888). Cartórios do 1 e 2 Ofício, localizados no FMPA.

freguesia de São Bom Jesus dos Mártires. Analisando a TABELA 15 (p.108), podemos perceber baixa frequência do sacramento envolvendo tanto “adultos” quanto pais africanos.

¹¹⁰ Vale salientar que, apesar da prática do batismo em massa nos portos de embarque ou de chegada, aqui no Brasil, estes cativos, muitas vezes, recebiam oficialmente a benção cristã, logo após o estabelecimento na localidade recém-instalada, como ato de precaução e confirmação da posse do senhor, tendo em vista que estes assentos poderiam servir como prova de propriedade até mesmo em processos judiciais. Esta preocupação evidencia-se quando identificamos a prática recorrente de batizar estes escravos em série, logo após o ato da aquisição ou compra. Além disso, era hegemônico o temor generalizado vigente no imaginário social daquela sociedade, que privar qualquer do rito cristão, poderia condenar sua alma à um estado de danação perene.

Tendo em vista esta importância conferida pelo rito, acreditamos que, mesmo tratando-se de um recurso indireto, este caminho constitui-se uma importante via auxiliar e adquire maior potencial metodológico quando cruzado com outros indícios que rastreiam a presença africana de uma dada localidade. Analisando a composição da tabela 15 averiguamos que do período de 1812, quando é aberto o primeiro livro de batismo na freguesia, até 1853, quando é registrado o último escravo “adulto” nos assentos, oito escravos africanos eram batizados anualmente nesta localidade. ¹¹¹ O pico de participação desta categoria, se efetivou entre o período de 1818 a 1820, quando registrou-se uma participação de 37,8% do total de assentos. No entanto, caso único identificou-se para o ano de 1818, quando constatou-se o registro de 50 assentos, equivalente ao percentual de 66,6% de presença africana, do total de 75 batismos de escravos para este ano. No entanto esta participação, quando avaliada no longo prazo, não ultrapassou o percentual de 40% de participação de “adultos” no quadro de composição de batizados. ¹¹² (Cf.: TABELA 15, p.108)

¹¹⁰ A avaliação de pais africanos, aí incluímos, “mães de Nação” e/ou “pais de Nação”, quando tratando-se de uniões legítimas ou quando reconhecia-se a paternidade na pia batismal, deve ser tratada como recurso auxiliar, tomando em consideração o conjunto de limitações que se impõem, pois seria evidente que mães africanas levaria vantagem sobre pais africanos, tendo em vista que muitos dos chamados filhos “naturais” não recebiam oficialmente o reconhecimento paterno, sendo difícil deduzirmos se trataria de uma paternidade africana ou não, ou rastreamos esta paternidade africana. Outro problema que se coloca, refere-se ao fato de que as mulheres africanas eram, necessariamente, menos proporcionais aos homens africanos, o que nos leva crer, ser este recurso parcialmente favorável à frequência de mães africanas.

¹¹¹ Fonte: Livro 1 (1812-1821); Livro 2 (1821-1825); Livro 3 (1825-1837); Livro 4 e 7 (1837-1858); Livro 5 (1841-1843); Livro 6 (1847-1853); Livro 7 (1857-1861); Livro 8 (1861-1866); Livro 9 (1866-1873). Localizados na MSBJ.

¹¹² Fonte: Livro 1 (1812-1821); Livro 2 (1821-1825); Livro 3 (1825-1837); Livro 4 e 7 (1837-1858); Livro 5 (1841-1843); Livro 6 (1847-1853); Livro 7 (1857-1861); Livro 8 (1861-1866); Livro 9 (1866-1873). Localizados na MSBJ.

Retomando nossa amostra de inventários, outros apontamentos levantados, sustentam esta tendência em direção a algum papel da reprodução endógena, no quadro de manutenção ou até mesmo ampliação do contingente escravo cogitada para o conjunto da Vila. Para o histórico de estudos demográficos, já se tornou unânime como método, relacionar equilíbrio entre os sexos, percentual de crianças, razões positivas entre crianças e mulheres férteis, à ocorrência de reprodução natural de uma dada população específica. Sendo assim, pode-se considerar que a presença de crianças e mulheres está para a reprodução natural, assim como, elevadas razão de masculinidade está para a capacidade de se inserir ao tráfico. Em outras palavras, quanto maior a proporção de africanos, menor a possibilidade de crescimento natural, pois o desequilíbrio sexual gerado em função da seletividade do tráfico, influiria como empecilho à capacidade reprodutiva da mesma escravaria.

Levando em consideração estes pressupostos identificamos os seguintes padrões: médias elevadas entre crianças e mulheres em idade produtiva, elevada presença de crianças entre 0 a 14 anos, e a já mencionada majoritária presença crioula, apesar da tendência à elevação dos índices de masculinidade identificados no corpo de inventários, que contrastaram, em certa medida, com a tendência de equilíbrio verificado através dos levantamentos censitários de 1833-1835. (Cf.: TABELAS 16, 17, 18, 19, 20, 25, p.108-113)

Pelo censo de 1826, verificamos elevada razão de masculinidade, impressa na presença de 198,1 homens cativos para cada 100 mulheres escravas do total de 1.285 escravos estimados para freguesia de Pouso Alegre.¹¹³ Já os mapas de população (1833-35), registraram uma relativa queda, tanto para o distrito (sede), por apresentar uma razão de 155,8; quanto para o conjunto do município, que apresentou uma média de 144,4 no mesmo quesito, o que é traduzível num percentual de 59% de homens e 41% de mulheres, dentre o total de cativos para a mesma¹¹⁴. Para o nível mais localizado do distrito de Pouso Alegre, identificamos o percentual de 41,5% de mulheres e 58,4% de homens dentre o total de 1.974 escravos, relacionados numa média de 140,7 homens para cada 100 mulheres para o ano de 1838.¹¹⁵ (Cf. TABELAS, 16, 17 e 19, p.108-110)

Retomando aos mapas de população (1833-1835), onde visualizamos esta distribuição para cada distrito componente do município de Pouso Alegre, obtivemos dentre os 10 distritos mencionados, com exceção de Antas e Bom Retiro, vantagem de homens sobre as mulheres

¹¹³ Fonte: Censo de 1826. In: *RAPM*, Fascículo 2, julho a setembro de 1896, p. 630

¹¹⁴ Fonte: Mapas População do Município de Pouso Alegre (1833- 1835). Localizados no APM, Notação MP, CX 06 doc 02.

¹¹⁵ Fonte: Listas Nominativas do Distrito de Pouso Alegre de 1838. Localizados no APM, Notação MP, CX 06 doc 01.

no quadro de composição de suas escravarias. Dentre as maiores elevações de razão de masculinidade, podemos destacar o distrito de Santa Rita do Sapucaí, por apresentar uma taxa de 218,7 e quase 70% de participação masculina, junto com Cotias que apresentou 172,0 de razão de masculinidade e 63,2% de participação masculina.¹¹⁶ (Cf.: TABELA 19, p.110)

Os núcleos populacionais que atingiram maior equilíbrio entre os sexos em suas escravarias foram: Capivari, com uma razão de 105,1 de homens para cada 100 mulheres, portanto uma participação de 51,2% e 48,7% para homens e mulheres respectivamente; e São José das Formigas, que apresentou uma razão de 106,9 e 51,6% de participação masculina. Os distritos de Antas e Bom Retiro, conforme mencionado, foram as únicas escravarias que apresentaram razões negativas, computada cada uma em uma média de 84,0 e 81,9, respectivamente.¹¹⁷ (Cf.: TABELA 19, p.110)

A média calculada para o município de Pouso Alegre, expôs uma participação de 144,4 homens para cada 100 mulheres escravas durante o período 1833-35, aproximando-se, portanto, da estimativa proposta por Bergad, que calculou este índice para o conjunto da província em 142. (BERGAD, 2004) Estabelecendo uma comparação entre as estimativas apresentadas, à nível da província para outros períodos, inferimos que, apesar da desproporção entre os sexos no município de Pouso Alegre, ainda nossos índices foram estimados abaixo das médias provinciais. (Cf.: TABELAS 16, 17 18 e 19, p. 108-110)

Em direção oposta, os resultados verificados para a freguesia vizinha de Itajubá apresentaram médias relativamente mais elevadas, superando até mesmo os padrões da província. Entre 1785 a 1820 a razão de masculinidade para a mencionada localidade foi de 188,6; enquanto que no período seguinte, apesar da queda para 162,5 manteve uma proporção ainda superior aos padrões estimados para a província. (SOBRINHO, 2009, p. 173) Não obstante, esta elevação das médias de RM* para a freguesia de Itajubá, pode ser atribuída principalmente ao alto nível de concentração africana identificada por Sobrinho para esta localidade. Em 1831, esta freguesia, com seu curato (Soledade), registraram os mais altos patamares de população africana do Termo de Campanha, que juntos, somaram o percentual de 62,3% desta participação, sendo superados somente pela freguesia de Lambari, que apresentou para o mesmo ano, uma participação de 67,5%. (ANDRADE, 2005, p. 276)

* RM: Razão de Masculinidade.

¹¹⁶ Fonte: Mapas de População do Município de Pouso Alegre (1833- 1835). Localizados no APM, Notação MP, CX 06 doc 02.

¹¹⁷ Fonte: Mapas de População do Município e Pouso Alegre (1833- 1835). Localizados no APM, Notação MP, CX 06 doc 02.

Tomando como medida a estrutura de faixa etária para a população cativa, observamos que tanto os enquadramentos extraídos do corpo de inventários, quanto dos levantamentos censitários (1833-35 e 1838), obtivemos outro forte indicador em direção ao crescimento natural: elevados percentuais de crianças e jovens de 0-14 anos, se tomarmos como pressuposto a raríssima incidência de crianças transportadas pelo tráfico-atlântico.¹¹⁸

Considerando o total de escravos arrolados nos inventários consultados ao longo do período (1820-1888), obtemos uma participação de crianças e jovens de 0-14 anos, estimada em 31,7%.¹¹⁹ (Cf.: TABELA 21, p. 111). Não obstante, esta estimativa apresentou variações, alcançando picos de elevação no período de 1820/29 e 1830/39, quando constatamos uma participação de 35% a 36,5% de cativos inseridos nesta mesma faixa etária.¹²⁰ Padrão próximo, verificou-se em dois sub-períodos (1785-1820 e 1821-1850) para a freguesia vizinha de Itajubá, ao apresentar, respectivamente, uma variação de 28,3% a 35,2%. (SOBRINHO, 2009, p. 173)

Analisando o padrão de faixa etária extraído dos mapas de população (1833-35), para o conjunto do município de Pouso Alegre, obtemos a seguinte distribuição: 36,3% de cativos situados na faixa dos 06 aos 14 anos; 41,8%, na faixa dos 15 aos 29 anos; 19,7% na faixa dos 30 aos 60 anos; e somente 2% de cativos, acima dos 60 anos. Como podemos perceber, trata-se de uma população cativa jovem, com alta incidência de crianças de 06 aos 14 anos, considerando que os menores de 06 anos não foram recenseados neste levantamento provincial.¹²¹ (Cf.: TABELA 20, p. 110)

Dentre os distritos com maior presença de crianças, destacam-se: Ouro Fino e Capivari que tiveram cada um, quase a metade de suas populações escravas situadas na faixa de 06-14 anos; Santa Rita, que apesar da alta razão de masculinidade (218,7) apresentou uma surpreendente participação com 45,8% de cativos nesta mesma faixa etária. Bom Retiro também se destacou neste quesito, ao apresentar 39,1% de crianças, percentual proporcional

¹¹⁸ Segundo Florentino & Góes, quatro em cada cinco recém chegados no porto do Rio de Janeiro eram escravos “Adultos”, ou seja, situados na faixa etária entre 15 a 40 anos. Não obstante apenas 4,1 eram escravos com menos de 10 anos, fato que confirma a assertiva de que eram raríssimas as importações de crianças escravas. Cf.: FLORENTINO, Manolo & GÓES. José Roberto. *A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico Atlântico no Rio de Janeiro*: Civ. Brasileira, 1997, p. 59-73

¹¹⁹ Para calcular este percentual, eliminamos a incidência de 189 escravos que não apresentaram nenhuma indicação de idade nos arrolamentos de inventários. Não obstante, baseamos este cálculo no total de 1045 crianças e jovens escravos entre 0-14 anos. Fonte: Fonte: Inventários *post-mortem*. (1820-1888). Cartórios do 1 e 2 Ofício, localizados no FMFA.

¹²⁰ Fonte: Inventários *post-mortem*. (1820-1888). Cartórios do 1 e 2 Ofício, localizados no FMFA.

¹²¹ Fonte: Mapa de População de Pouso Alegre (1833- 1835). Localizados no APM, Notação MP, CX 06 doc 02.

ao nível apresentado de sua razão de masculinidade, estimada entre as mais baixas do termo com 81,9.¹²² (Cf.:TABELA 20, p. 110)

Não obstante, o distrito de Pouso Alegre apresentou ascendência contínua desta participação, na primeira metade do século XIX. De 35% em 1833-35, o número de escravos situados na escala de 06-14 anos, elevou-se para 38,7% do total da população cativa, chegando em 1873, com uma participação, á nível do município, inferior a quase 10%, em virtude dos reflexos da Lei de Ventre Livre. Considerando os intervalos de 1820 a 1859 referente aos dados extraídos de nossa amostra de inventários, esta estimativa nunca esteve abaixo de 30%.¹²³ (Cf.: TABELAS 20 e 21, p 110-111)

Desta forma, a alta incidência de crianças averiguada em pleno a agência do tráfico, para o município de Pouso Alegre (35% entre 1820/29 e 36,5% entre 1830/39) e para seu Distrito (35% em 1833-35 e 38,7% em 1838), está à altura de padrões de escravarias que atingiram, de alguma forma, níveis de reprodução natural, seja para manutenção de seu contingente, ou até mesmo para ampliação deste.¹²⁴ (Cf.: TABELAS 20, 21, 22, e 23 p.110-112 e GRÁFICO 4, p. 112).

Não obstante, este processo não deve ser tomado isento às influências do tráfico. As altas razões de masculinidade identificadas para localidades como em Santa Rita (218,7) e

¹²² Fonte: Mapa de População de Pouso Alegre (1833- 1835). Localizados no APM, Notação MP, CX 06 doc 02.

¹²³ Cf.: Mapa de População de Pouso Alegre (1833- 1835). Localizados no APM, Notação MP, CX 06 doc 02. Cf.: Banco Digital do Recenseamento Geral do Império de 1872-1873. Dados referentes à Minas Gerais foram corrigidos e coordenados por Pedro Puntoni e Equipe CEDEPLAR-UFGM. In: Diretoria Geral de Estatística. Recenseamento Geral do Império de 1872. Rio de Janeiro. Typ. Leuzinger. Tip. Comercial, 1876. 12 vol., localizados na BNARJ. Cf.: Inventários *post-mortem*. (1820-1888). Cartórios do 1 e 2 Ofício, localizados no FMFA.

¹²⁴ Padrão similar foi verificado pioneiramente em pesquisas para Montes Claros, quando Botelho avaliou uma participação de 37,1% de crianças e jovens entre a população escrava crioula, a partir das listas nominativas de 1831-1832 para este distrito. Cf: BOTELHO, T.R. *Famílias e escravarias: demografia e família escrava no Norte de Minas Gerais no século XIX*. Dissertação de Mestrado em História. São Paulo: USP, 1994, p. 80. Não obstante, em outro estudo desenvolvido para os termos de Mariana, São João e São José del Rei, Bergad, calcula, a partir de uma densa amostra de 70.000 inventários, uma participação de 30% da mesma faixa etária para o período de 1715 a 1888. Cf.: BERGAD, Lair. *Escravidão e História Econômica. Demografia de Minas Gerais. 1720-1888*. Bauru: EDUSC, 2004. Clotilde Paiva, para a ampla região do Sul-central, estimou 32,6% de participação, acima, portanto, do padrão verificado para a província, estimado em 29% para o período 1831-32. PAIVA, Clotilde Andrade. *População e Economia nas Minas Gerais do século XIX*. Tese Doutorado em História. São Paulo: FFLCH/USP, 1996. São José del Rei, através da amostra de Graça Filho, Fábio Pinto e Carlos Malaquias apresentaram a elevada participação de 34% de crianças, entre 1743 a 1850. Cf.: GRAÇA FILHO, A., PINTO, F., MALAQUIAS, C. Famílias escravas em Minas Gerais nos inventários e registros de casamento. O caso de São José do Rio das Mortes. In: *Vária História*, Belo Horizonte, vol. 23, n. 37: p. 184-207, jan/jun 2007. Outro estudo em que se comprovou a ocorrência de processos de reprodução natural, a partir da alta incidência da participação de crianças foi desenvolvido em conjunto por Paiva & Libby para a o Termo de Mariana. Estes autores demonstraram que após o período de rearticulação econômica nesta localidade, a participação de crianças cativas atingiu percentuais próximos aos 30%. Paracatu e Oeste Mineiro também atingiram padrões similares, estimados em uma participação de 32,3% e 30,7%, respectivamente. Cf.: PAIVA & PAIVA, *Caminhos alternativos: escravidão e reprodução em Minas Gerais no século XIX*. *Estudos Econômicos*: São Paulo: IPE/USP, 25(2), mai/ago, 1995, p. 203-233.

Itajubá (170,6), não impediram a conformação de elevadas participações de crianças - 45% e 35,2%, respectivamente em períodos anteriores a 1850. Para Pouso Alegre (Município/Distrito), embora estas estimativas fossem mais equilibradas, acompanhada de uma ampla vantagem de escravos nativos sobre os africanos, nos apresentam fortes indícios de uma reposição de mão-de-obra via reprodução natural nesta localidade.¹²⁵

Outra frente relevante que vai de encontro com essas assertivas acerca de uma possível conciliação entre fatores tráfico e crescimento natural da população cativa do Município/Distrito de Pouso Alegre, consiste na medição do potencial reprodutivo desta escravaria. A média calculada entre mulheres cativas em idade produtiva e o número de crianças, tem sido uma importante ferramenta da história demográfica para avaliar a capacidade de reprodução natural de uma população escrava, quando levada em conta o fenômeno raro da importação infantil, dentre os africanos. Não obstante, é preciso salientar que este recurso é considerado uma *proxi* grosseira para avaliar a capacidade de crescimento de uma população, tendo em vista que somente o confronto criterioso entre nascimentos e óbitos, junto às entradas e saídas, ocasionadas pela movimentação populacional, seria capaz de orientar uma resposta mais direta e detalhada acerca do potencial de fecundidade e crescimento de uma dada população.

Considerando estes pressupostos, podemos observar, a partir da média extraída entre o total de crianças de zero a nove anos e a soma de mulheres inseridas na faixa etária de 15 a 44 anos, uma variação de 32,1 a 138,4 crianças para cada 100 mulheres e uma razão total de 1.056 crianças para cada 1000 mulheres entre o período de 1820-1888, segundo a amostra de 3.340 escravos.¹²⁶ Não obstante, as médias obtidas entre 1820-1829 a 1830-1839, oscilantes entre 114,5 a 138,4 para cada cem mulheres; indicam que a ativa inserção da localidade ao tráfico-atlântico de escravos não se impôs como barreira definitiva ao advento das escravarias locais. (Cf.: TABELA 25, p. 113)

No entanto, nas décadas seguintes estas razões sofreram declínio. Não obstante, é preciso salientar que após a Lei de 1871 não tornou-se raro a omissão da idade dos ingênuos ou a prática de torna-los “mais velhos”, com o intuito de burlar certas obrigações que esta Lei impunha, não só durante o ato da partilha, ao terem que preservar os laços de parentesco entre pais e filhos menores de 12 anos, mas também em outras obrigações, tais como a não

¹²⁵ Fonte: Inventários *post-mortem*. (1820-1888). Cartórios do 1 e 2 Ofício, localizados no FMPA; Cf.: Mapa de População de Pouso Alegre (1833- 1835). Ver APM, Notação MP, CX 06 doc 02; Listas Nominativas do Distrito de Pouso Alegre de 1838. Ver APM, Notação MP, CX 06 doc 01.

¹²⁶ Esta média de fecundidade foi obtida através do total de 689 crianças de zero a nove anos dividida pelo total de 652 mulheres entre 15 a 44 anos, cf.: Inventários *post-mortem*. (1820-1888). Cartórios do 1 e 2 Ofício, localizados no FMPA

barragem do pecúlio, uma vez era adquirido pelo próprio mancipio ou oferecido por uma terceira pessoa em favor de sua liberdade. Outrossim, outra explicação atribuída refere-se ao impacto gerado pela desvalorização da mão-de-obra infantil escrava, em decorrência da perda de credibilidade em relação a reprodução como recurso alternativo para aquisição da mão-de-obra. (TEIXEIRA, 2001, p. 74)

Consoante ao aspecto expressivo de valores obtidos na razão criança/mulher, referentes ao período anterior do esfacelamento da instituição escravista, vale salientar que esta proporção não constituiu-se como comportamento isolado, mas como uma tendência da população escrava que vem sendo comprovada em áreas diversificadas da província mineira. Outrossim, uma série de pesquisas já mencionadas, atesta evidências de reprodução natural referentes até mesmo ao período que antecede o cerceamento do tráfico. Nesse sentido, estes dados apontam para direções da historiografia mineira, que levam a constatação de que as elevadas razões de crianças por mulheres verificadas para o âmbito geral da província são compatíveis aos padrões comprovados para a população escrava norte americana, tratados como os maiores índices de fecundidade da história da escravidão moderna. (BERGAD, 2004, p. 220)

Nesse sentido, as médias encontradas para localidades mineiras como: Pouso Alegre (1.056); Oeste Paracatu de Minas (734),¹²⁷ Mariana (925),¹²⁸ Campanha (894)¹²⁹ e para ampla região de Ouro Preto, Diamantina, São João e São José del Rei (1.230)¹³⁰ em períodos distintos, demonstram que na maioria dos casos, estas regiões foram capazes de superar índices de todas as demais escravarias já estudadas para o restante do Brasil¹³¹, atestando desta

¹²⁷ Paiva e Libby consideraram as mulheres escravas de 15 a 49 anos e crianças de 0 a 09 anos, a partir do Recenseamento de 1872-1873. Cf.: PAIVA & PAIVA, *Caminhos alternativos: escravidão e reprodução em Minas Gerais no século XIX. Estudos Econômicos*: São Paulo: IPE/USP, 25(2), mai/ago, 1995, p 203-233.

¹²⁸ Heloísa Teixeira considerou as mulheres escravas de 15 a 49 anos e crianças de 0a 09 anos, entre o período de 1850-1888, a partir de sua amostra de 393 inventários *post-mortem* para o município de Mariana. Cf.: TEIXEIRA, Heloísa Maria. *Reprodução e famílias escravas em Mariana, (1850-1888)*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: USP, 2001, p. 124.

¹²⁹ Paiva & Klein, consideraram, a partir das Listas Nominativas de 1831-1832, as mulheres de 15 a 49 anos e crianças, os escravos inseridos na faixa etária de 0 a 09 anos. Cf.: PAIVA. & KLEIN, Herbert S. *Escravos e Livres nas Minas Gerais do século XIX: Campanha, 1831*. São Paulo: *Estudos Econômicos*, 22 (1): 133-134, jan-abr. 1992. p. 140.

¹³⁰ Bergad considera as mulheres, a partir de sua amostra de 70.000 escravos inventariados, aquelas situadas entre a faixa etária de 15 a 45 anos e crianças, os filhos de escravos de 0 a 09 anos. Cf.: BERGAD, Lair. *Escravidão e História Econômica. Demografia de Minas Gerais. 1720-1888*. Bauru: EDUSC, 2004, p. 219.

¹³¹ Em estudos desenvolvidos para três distritos paulistas, Luna e Klein constataram que a presença de elevadas taxas de nupcialidade entre os cativos, não foram sinônimos de altos índices de fecundidade. A razão evidenciada em suas amostras foi de 560 crianças para cada mil mulheres entre 15 a 49 anos, portanto, bem inferior às estimativas mineiras. LUNA & KLEIN, *Economia e sociedade escravista: Minas Gerais e São Paulo em 1830*. In: *Estudos Populacionais.*, Campinas, v. 21, n. 2, p. 173-193, jul./dez. 2004. p. 173-193. Stuart Schwartz, em estudo para o Recôncavo Baiano, acentuou uma razão próxima à media verificada para a província de São Paulo, ao ponderar uma razão de 597 crianças de 0-9 anos para cada 1000 mulheres. Já o caso Paraná, até

forma, singularidade da escravidão mineira, por ter se constituído, na afirmação de Bergad (2004), como único sistema escravista da América Latina que mais se aproximou dos padrões norte-americano de reprodução e expansão natural da escravaria. Pela exposição do quadro que segue podemos comparar a relação de crianças por mulheres obtidas para o município de Pouso Alegre com outras localidades. A partir desta analogia é possível situarmos nossa localidade de estudo como a segunda região que apresentou as maiores médias entre crianças e mulheres em idade produtiva na província, inferior, portanto apenas às estimativas averiguadas para os tradicionais centros auríferos averiguados por Bergad:

o momento constitui-se o único sistema escravista mais próximo de Minas Gerais, no tocante à capacidade de reprodução natural. SCHWARTZ, Stuart. *Segredos internos*. Engenhos e escravos na sociedade colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 3 ed, 2005, p. 356-376. Gutierrez assegurou uma média de 840 crianças para cada mil mulheres, só no ano de 1824. Cf.: GUTIERREZ, H. Demografia escrava em economias não-exportadoras: Paraná, 1800-1830. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 17, n. 3, p. 297-314, 1987.

QUADRO I
Razão criança/mulher em diferentes localidades:

Localidade	Período	Razão
EUA ¹³²	1820	1.482
Jamaica ¹³³	Século XIX	399
Mogi das Cruzes ¹³⁴	1829	664
São Paulo ¹³⁵	1829	560
Recôncavo Baiano ¹³⁶	1788	597
Paraná ¹³⁷	1824	840
Ouro Preto, São João/ São José del Rei e Diamantina ¹³⁸	1770-1888	1.201
Pouso Alegre ¹³⁹	1820-1888	1.056
Mariana ¹⁴⁰	1850-1888	925
Campanha ¹⁴¹	1831	894
Oeste Paracatu Mineiro ¹⁴²	1873	734
Ouro Preto ¹⁴³	1823	406

Em síntese, podemos apreender nesta discussão que a composição demográfica que se descortina na primeira metade do século XIX para o município de Pouso Alegre assenta-se

¹³² R. Steckel considerou as mulheres escravas de 15 a 49 anos e crianças de 0-09 anos de idade. Cf.: STECKEL, Richard. *A children and Choice: A Comparative Analysis of slave and White Fertility in the Antebellum South*. In: *Without Consent or Contract: conditions of slave and transition of freedom*, Technical Papers. Edited by Robert William Fogel and Stanley L. Engerman. New York: WW Norton, 1992, v.2, p. 371

¹³³ Segundo Higman, a razão da Jamaica, esta considerada a maior população escrava das Índias Ocidentais Britânicas, foi calculada a parti do critério do total de crianças de 0-04 anos para o total de mulheres entre 15 a 44 anos. Cf.: HIGMAN, B. W. *Slave populations of the British Caribbean, 1807-1839*. Baltimore: Johns H. University Press, 1984, p. 356.

¹³⁴ Para Mogi das Cruzes, a faixa etária trabalhada foi de 15-44 anos para as mães e de 0- 09 anos para as crianças. Cf.: LUNA, F. V. Casamentos em São Paulo. In: NADALIN, S., MARCÍLIO, M. & BALHANA, A. (orgs). *História da População: estudos sobre a América Latina*. São Paulo, abep, 1990, p. 226-236. Apud. TEIXEIRA, Heloísa Maria. *Reprodução e famílias escravas em Mariana, (1850-1888)*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: USP, 2001, p. 124.

¹³⁵ Luna e Klein consideraram crianças de 0-09 anos e mulheres de 15- 49 anos para o estudo de três distritos paulistas. Cf.: LUNA & KLEIN, *Economia e sociedade escravista: Minas Gerais e São Paulo em 1830*. In: *Estudos Populacionais.*, Campinas, v. 21, n. 2, p. 173-193, jul./dez. 2004, p. 173-193

¹³⁶ Para a soma de escravos de três paróquias do Recôncavo Baiano (Taperagoa, Água Fria e Inhambupe), Schwartz considerou as mulheres de 15 a 45 anos e crianças de 0- 09 anos. Cf.: SCHWARTZ, Stuart. *Segredos internos*. Engenhos e escravos na sociedade colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 3 ed, 2005, p. 296.

¹³⁷ Gutierrez utilizou a faixa etária de 10-49 anos para mulheres e de 0-09 anos para crianças. Cf.: GUTIERREZ, *Demografia escrava em economias não-exportadoras: Paraná, 1800-1830*. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 17, n. 3, p. 309.

¹³⁸ Cf.: nota 130.

¹³⁹ Fonte: Inventários *post-mortem*. (1820-1888). Cartórios do 1 e 2 Ofício, localizados no FMPA.

¹⁴⁰ Cf.: nota 128

¹⁴¹ Cf.: Nota 129

¹⁴² Cf.: Nota 127

¹⁴³ Para esta localidade Ramos considerou crianças de até 05 anos e mulheres escravas entre 20 e 40 anos. Cf. RAMOS, Donald. *Vila Rica: profile of a colonial Brazilian urban center*. *The Americas*, Washington, v. 35, n 4, p. 495-526, abr. 1979, p. 518.

numa elevada presença de escravos nativos e crianças e jovens na faixa de 1-14 anos, elevado potencial de fecundidade, pelo menos capaz de manter o plantel escravo local e relativo equilíbrio entre os sexos, observando que a desproporção de homens e mulheres, foi uma característica que acompanhou toda vigência da escravidão. No entanto, observamos também neste tópico, que nosso trabalho oferece elementos antecedentes, que permite aventar o elemento de reprodução natural como elemento conciliador à reposição via-tráfico no processo de manutenção, ou porque não da expansão da escravaria local. Não obstante, não pretendemos aludir aqui o problema de forma conclusiva, haja vista, o forte apelo regional à inserção ao tráfico, já atestado em outros trabalhos, como também pela necessidade de se apurar uma equação mais cautelosa entre nascimentos e óbitos, para assim averiguarmos com maiores suportes, a capacidade de expansão endógena da população cativa local. Não obstante, vale também aludir, a atual necessidade que se coloca sob agendamento, em averiguar o mapeamento construído pelo movimento de redistribuição deste contingente africano no quadro regional. Assim como Paiva e Libby, aceitamos que somente pesquisas locais serão capazes de trazer à tona o quadro de diversidade regional, lapidando nuanças, descortinando singularidades, do que era a pouco, genericamente tratado como “Sul de Minas”.

3.4 DESÍGNIOS DE COR E DE PROCEDENCIA AFRICANA

As classificações de categorias atinentes à “cor” ou à “nações” africanas, se colocam, em primeiro momento num nível problemático na historiografia da escravidão, justamente porque receberam ambas as categorias, inúmeras ressignificações ao longo do escravismo. Grosso modo, teríamos dois grandes grupos: crioulos, ou nascidos no Brasil, indicados pela cor (crioulos, pardos, cabras, e mulatos) e africanos, que poderiam ser classificados genericamente como “pretos” ou identificados por grupos de procedência como “mina”, “angola”, “benguela”, “cabinda”, “cassange”, dentre outros.

Vale de início esclarecer dois pontos importantes. Primeiro: quando nos referimos a “cor” numa sociedade escravista remanescente do “antigo regime”, estamos nos referindo muito mais ao *locus* social ocupado pelo indivíduo dentro ou fora do cativo, já que estes atributos se estendiam ao “mundo livre”, do que à pigmentação da pele propriamente. (MATTOS, 1998). Segundo: o que era até pouco tempo tratado como etnias africanas, não imprimem diretamente identidades culturais de origem, mas à identidades posteriores “aqui”

recriadas a partir das nomenclaturas adotados por colonizadores, durante a prática do tráfico. (SOARES, 2000).

Referente à primeira categoria, Sheila de Castro Faria demonstrou que aqueles atributos de cor foram recebendo novas significações de acordo com o contexto. Tradicionalmente atribuía-se a nomenclatura “preto” para referir-se a escravo africano, já o termo “pardo”, era mais polissêmico, referia-se, no primeiro momento aos descendentes de crioulos, mais precisamente aos netos de africanos, ou seja, a segunda geração de escravos nascidos no Brasil. Com o tempo, esta categoria, passou também, designar o processo de miscigenação. (FARIA, 1998, p. 135-139)

No entanto, vale salientar que estas atribuições, significaram muito mais um artifício de sociedade remanescente de “antigo regime nos trópicos”, que se via constantemente engajada em criar e recriar classificações no intuito de definir novas posições adequáveis às “velhas” hierarquias sociais, do que categorizar o indivíduo pela cor. Exemplo disso é o termo “pardo livre” criado para categorizar filhos de libertos, ou seja, de indivíduos que nunca havia experienciado o cativeiro, mas que teriam que carregar o “estigma” social da escravidão até as gerações seguintes.

Nesse sentido, as mudanças que poderiam ocorrer nas escalas de hierarquia desta classificação, incidiriam diretamente na posição social ocupada por determinado indivíduo naquela sociedade. Sendo assim, a mudança de cor, demarcaria o processo de mobilidade social no sentido de afastamento em relação ao cativeiro. Este “silêncio” em remontar o desígnio da cor, foi uma experiência assinalada na trajetória o caso de Mariano Pinto Tavares, filho de escrava e de “pai incógnito”, denominado “pardo” em sua certidão de batismo, registrado pelo sobrenome de seu senhor, era mencionado em seu processo de *Genere et Moribus*, como filho da “serva”, não “escrava” Theodósia. No entanto, este silêncio não era aleatório, Mariano Tavares nascido em São Paulo, alcançou postos mais elevados da hierarquia na Vila de Pouso Alegre, assumindo em 1831, a presidência da Câmara Municipal da Vila. Além de sua ordenação sacerdotal, ampliou redes de relações para fora da Vila, destacando-se como um dos principais ativantes do movimento de emancipação do município vizinho de Camanducaia. Em seu referido processo atesta-se o seguinte:

Diz Marianno Pinto Tavares, natural e batizado na Freg^a. Da Sé de São Paulo, filho de Pae incógnito e de Theodozia Maria, serva que foi do falecido José Pinto Tavares, neto por parte materna de Ignacia, serva que foi do falecido José Francisco Guimaraens, natural e baptizado na Freguesia da Sé desta cidade, que elle suppe, para melhor servir a Deus, a Igreja, e salvar sua alma, tem grande desejo declarar o estado sacerdotal.

Anexo ao processo, o assento de batismo:“(...) batizou e pos os santos óleos o Rvdo João Sabino da Fonseca, a Marianno pardo, filho de Theodózia solteira e de pai incógnito, escrava de José Pinto Tavares (...)”¹⁴⁴

Como é possível apreender, este “esquecimento” concernente a origem e a cor tinha significações políticas, como bem aventou Guedes Ferreira, esta demarcação acerca da cor do indivíduo na sociedade escravista traz “percepções de hierarquias sociais” expressas nas cores. (FERREIRA, 2009) Acompanhando este sentido hierárquico, este atributo manifestava-se como sinônimo direto à origem social. Conforme mencionado, a referencia “preto” invocava indícios de significar origem africana. No entanto, essa inferência permanece como um recurso indireto para se “decifrar” a origem dos cativos.

Considerando essas assertivas, verificamos para a população cativa do município de Pouso Alegre em 1833-35, uma presença absoluta de 88% de pretos e, apenas 11,8% de pardos. Analisando esta distribuição na composição particular de cada distrito, conferimos a maior participação de pardos em Ouro Fino com 21,2% e a menor, em Capivari, com 2,0%. Dentre os livres obtemos uma participação significativa desta categoria, em 23% para o conjunto do termo. Entretanto, na observância dos distritos, as maiores participações referem-se à Ouro Fino (36%), Cotias (33,5%) e Antas (29,1%).¹⁴⁵ Quanto às representações destas categorias ao distrito de Pouso Alegre, observamos, dentre os cativos, uma participação de 7,2% de pardos e 92,7% de pretos, no período de 1833-35. Para o ano de 1838 esta distribuição pouco modificou: 86,1% de pretos, 8,5% de crioulos, 4,7% de pardos e 0,5% de cabras arrolados pelas Listas Nominativas daquele mesmo ano. Em 1872, esta participação parda, eleva-se à este mesmo grupo à 35%, no quadro do município.¹⁴⁶ (Cf.: TABELA 26, p. 113)

Diante do resultado coligido, não se torna seguro associarmos diretamente o atributo “preto” ao grupo “africano”, ou o atributo “pardo” ao grupo nativo. A ampla participação da população escrava nativa sugerida pela hegemônica frequência de crioulos arrolados pelos inventários, coloca-nos certa medida de cautela nesta afirmação, sobretudo no que condiz a

¹⁴⁴ Fonte: Processo de Generet et Moribus (Mariano Ointo Tavares), nº 2-42-1086 (1815), transcrito p/ Yansen Vieira. Localizado na CMSP.

¹⁴⁵ Fonte: Mapa de População de Pouso Alegre (1833- 1835). Localizados no APM, Notação MP, CX 06 doc 02.

¹⁴⁶ Fonte: Mapa de População de Pouso Alegre (1833- 1835). Localizados no APM, Notação MP, CX 06 doc 02. Listas Nominativas do Distrito de Pouso Alegre de 1838. Localizados no APM, Notação MP, CX 06 doc 01. Banco Digital do Recenseamento Geral do Império de 1872-1873. Dados referentes à Minas Gerais foram corrigidos e coordenados por Pedro Puntoni e Equipe CEDEPLAR-UFGM. In: Diretoria Geral de Estatística. Recenseamento Geral do Império de 1872. Rio de Janeiro. Typ. Leuzinger. Tip. Comercial, 1876. 12 vol., localizados na BNARJ.

correspondência entre a nomenclatura “preto” à origem africana. Diante deste impasse, consideramos que a “cor” não corresponde ao critério mais seguro para se caracterizar a origem do contingente escravo da localidade estudada. Nesse sentido, o acentuado equilíbrio entre homens e mulheres sugerido em alguns distritos como Capivari, São José das Formigas e outros como Bom Retiro e Antas, que tiveram sua população escrava feminina superior a masculina, demonstram que se a classificação de pretos correspondessem à população africana, a referência de pardos teria que ser, nestes casos, proporcionalmente correspondente, ou seja, superior à população de pretos, se tomarmos como critério a preferência pelo braço masculino adotado pela seletividade do tráfico como pressuposto de análise. (Cf. TABELAS 14, p. 107; 19, p.110 e 26, p.113)

Referente ao atributo de procedência africana, adotamos o padrão já consolidado pela historiografia ¹⁴⁷ dedicada aos estudos acerca das “identidades africanas” indicadas pelo tráfico. Neste critério, pertencem ao Centro-oeste africano os grupos: benguelas, ganguelas, angolas, cambindas, cassanges, rebolos e congos. À Costa Ocidental ou Costa da Mina, pertenciam, sobretudo, os denominados “pretos-minas”; à Costa Oriental, refere-se, genericamente a procedência de negros de nação “Moçambique”. Vale salientar que essas terminologias embora sejam atributos do colonizador e resultantes, sobretudo, do processo de movimentação do tráfico, designando genericamente os principais pontos de embarque, foram bases de sustentação de novas organizações e formas de sociabilidade edificadas pelos cativos no outro lado do Atlântico. (KARASCH, 2000)

Segundo os estudos realizados por Mary Karasch (2000), os escravos africanos enviados para a província de Minas no período de 1831-32, advinham, majoritariamente com 40,6%, do Centro-Oeste Africano; seguidos da África Oriental (38,4%) e, por último, da África Ocidental (7,5%), ou os chamados “pretos-minas”. No entanto, pondera Libby (1988) que até 1730, predominava a procedência deste último grupo, reconhecidos pela habilidade na prática de extração aurífera. Graça Filho e Fábio Pinto (2007) reconheceram também grande presença deste grupo em São José del Rei, durante a segunda metade do século XVIII, que somaram, ao lado dos benguelas, congos e angolas a terceira maior participação entre os escravos inventariados. No entanto, a predominância, coube ao grupo de procedência da África Centro-Oeste. Fábio Pinheiro (2008), em estudo da Zona da Mata Mineira, identificou

¹⁴⁷ KARASCH, Mary. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro, 1808-1850*. São Paulo: Cia das Letras, 2000. SOARES, Mariza de Carvalho. *Devotos da cor*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. LIBBY, Douglas. *As Populações escravas das Minas setecentista: um balanço preliminar* (mimeo). PINHEIRO, PINHEIRO, Fábio. *Os condutores de almas africanas: concentração e famílias no tráfico de escravos para Minas Gerais*. C. 1809-C. 1830. In: *XIII Anais do XIII Seminário Sobre a Economia Mineira*. Disposto no www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/seminario_diamantina/2008

padrões aproximados, ao constatar uma presença de 70,2% de escravos provenientes da África Central. No entanto este estudo demonstra maior inserção do grupo da Costa Oriental, de nação Moçambique (21,6%), em detrimento dos chamados “minas”, provenientes da África Ocidental (8,2%).

Marcos Andrade, a partir dos assentos de batismos de três freguesias sul-mineiras (Aiuruoca, Baependi e Campanha) ratificou a hegemonia do grupo Centro-Oeste Africano, superior a 90% de participação, com destaque às referências angola, banguela, benguela. Em segundo plano, situavam-se os “minas”, procedentes da África Ocidental, neste ponto aproxima-se do padrão identificado por São José del Rei. E por último, com uma presença quase nula, atesta-se a presença de apenas dois escravos Moçambiques: um na Paróquia de Aiuruoca e outro na Paróquia de Campanha. (ANDRADE, 2005, p. 27-28)

Em nossa amostra de inventários e assentos de batismos, apesar de depararmos com grande número de escravos identificados genericamente como “..de Nação”, “...da Costa” ou “Africano”, localizamos uma procedência muito próxima ao padrão ratificado por trabalhos regionais, no que tange a conformação destes grupos para Minas Gerais. Referente ao corpo de inventários, verificamos que 882 africanos identificados, apenas 153 (17,30%) apresentaram classificação de procedência. Já os assentos de batismo registraram 44,7 % das procedências étnicas do total de 353 africanos arrolados entre 1812-1853. Destes cativos identificados, verificamos 95% para o conjunto do município eram procedentes do grupo Centro-Oeste Africano, enquanto que para o corpo da freguesia este índice cai para 84,7%. Dentre os sub-grupos desta categoria, destacam-se a proeminência da participação cambinda em 33,7% para a freguesia e 31,8% para o município. Em segundo lugar destacamos a participação do sub-grupo “congo”, representando 20,5% para a freguesia e 22,9% ao município. À participação minoritária se reservaram aos sub-grupos, monjolo, cassange e angola. No entanto, o grupo benguela que aparece com o percentual de 8,6% nos assentos de batismos, compõem para o conjunto do município, a terceira participação com 17,1% do total de africanos. Entretanto, vale ressaltar que a ocorrência de oscilações entre os grupos conforme o período aventado, mas sem alterar a hegemonia do grupo Centro-Oeste Africano.¹⁴⁸ (Cf.: TABELAS 27 e 28, p.114-115).

¹⁴⁸ Fonte: Inventários *post-mortem*. (1820-1888). Cartórios do 1 e 2 Ofícios, localizados no FMPA. Cf. Livros de Batismo Livro 1 (1812-1821); Livro 2 (1821-1825); Livro 3 (1825-1837); Livro 4 e 7 (1837-1858); Livro 5 (1841-1843); Livro 6 (1847-1853). Localizados na MSBJ.

ANEXO II

TABELA 13:
Estrutura de Posses de Escravos em Pouso Alegre (1820- 1888)*:

Período	Faixa do Plantel												Soma						
	Pequeno 1 a 3				Médio 4 a 9				Grande 11 a 49				Muito grande 50 a +				Proprietários	Escravos	Média
Proprietários	%	Escravos	%	Proprietários	%	Escravos	%	Proprietários	%	Escravos	%	Proprietários	%	Escravos	%	Proprietários			
1820- 29	7	25.0	18	6.2	9	32.1	59	20.3	12	42.8	213	73.4	-	-	-	-	28	290	10.3
1830- 39	14	34.1	28	9.5	15	36.5	95	32.4	12	29.2	170	58.0	-	-	-	-	41	293	7.1
1840- 49	27	30.6	51	7.0	43	48.8	267	36.6	16	18.1	304	41.7	2	2.2	106	14.5	88	728	8.2
1850- 59	37	33.9	68	7.2	44	40.3	267	28.4	25	23.0	345	36.7	3	2.7	258	27.5	109	938	8.6
1860- 1869	20	26.3	37	4.5	24	31.5	133	16.7	30	39.4	529	66.5	2	2.6	96	12.0	76	795	10.4
1870- 79	5	23.8	7	3.1	9	42.8	65	29.1	6	28.5	92	41.2	1	4.7	59	26.4	21	223	10.6
1880- 88	5	37.5	7	9.5	8	57.1	56	76.7	1	7.1	10	13.6	-	-	-	-	14	73	5.2
Total	115	30.5	216	6.4	152	40.3	942	28.2	102	27.0	1663	49.7	8	2.1	519	15.5	377	3340	8.8

Fonte: Inventários post-mortem. (1820-1888). Cartórios do 1 e 2 Ofícios, localizados no FMPA.

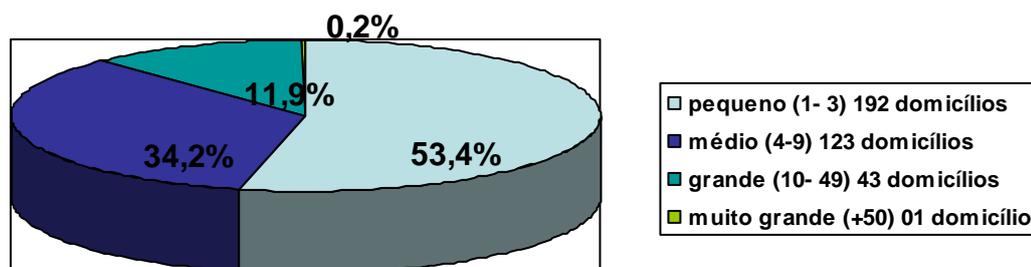
* Do total de 678 inventários post-mortem, 301 não mencionaram escravos. Para construção desta tabela consideramos somente os 377 proprietários escravistas identificados para o período de 1820-1888.

* De 1871 a 1888 foram identificados apenas 20 ingênuos (06 meninos e 14 meninas).

Gráfico 3:

Estrutura de posses de escravos no Distrito de Pouso Alegre (1838).

*Foram arrolados no total 1151 domicílios para o Distrito de Pouso Alegre dos quais 792, ou seja 68,8% dos domicílios não possuíam escravos e 31,1%, ou seja, 359 possuíam.



** Fonte: Listas Nominativas do Distrito de Pouso Alegre de 1838. Ver APM, Notação MP, CX 06 doc 01.

TABELA 14:
Distribuição da população cativa por sexo e origem
(Pouso Alegre, 1820-1888):

Período	AFRICANOS						CRIoulos						Total
	Homem		Mulher		Soma		Homem		Mulher		Soma		
	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	
1820- 29	79	72.4	30	27.5	109	37.5	85	47.0	96	53.0	181	62.4	290
1830- 39	73	66.3	37	33.6	110	37.5	84	46.0	99	54.0	183	62.4	293
1840- 49	165	76.7	50	23.2	215	29.5	240	46.7	273	53.2	513	70.4	728
1850- 59	164	66.1	84	33.8	248	26.4	359	52.0	331	48.0	690	73.5	938
1860- 69	103	54.7	85	45.2	188	23.6	330	54.3	277	45.6	607	76.3	795
1870- 79	8	72.7	3	27.2	11	5.0	111	49.7	101	45.2	212	95.0	223
1880- 88	—	—	1	—	1	—	33	45.8	39	53.4	72	71.2	73
Total	592	67.1	290	32.8	882	26.4	1242	50.5	1216	49.4	2458	73.5	3340

Fonte: Inventários post-mortem. (1820-1888). Cartórios do 1 e 2 Ofícios localizados no FMPA.

* De 1871 a 1888 foram identificados apenas 20 ingênuos (06 meninos e 14 meninas).

TABELA 15:
Distribuição de batizados cativos por origem
(Freguesia de Pouso Alegre, 1812-1873)

Período	crioulos	%	Africanos	%	Total
1812-14	61	80.2	15	19.7	76
1815-17	72	86.7	11	13.2	83
1818-20	118	62.1	72	37.8	190
1821-23	177	71.3	71	28.6	248
1824-26	240	89.2	29	10.7	269
1827-29	190	76.3	59	23.6	249
1830-32	226	75.8	72	24.1	298
1833-35	212	93.8	14	6.1	226
1836-38	185	96.8	6	3.1	191
1839-41	176	99.4	1	0.5	177
1845-47	101	100	–	–	101
1848-50	165	98.8	2	1.1	167
1851-53	208	99.5	1	0.4	209
1854-56	253				253
1857-59	260				260
1860-62	194				194
1863-65	120				120
1866-68	86				86
1869-71	62				62
1871-73	74				74
Ingênuos					
Total	3180	90.0	353	10.0	3533

Fonte: Assentos de Batismo: Livro 1 (1812-1821); Livro 2 (1821-1825); Livro 3 (1825-1837); Livro 4 e 7 (1837-1858); Livro 5 (1841-1843); Livro 6 (1847-1853); Livro 7 (1857-1861); Livro 8 (1861-1866); Livro 9 (1866-1873). Localizados na MSBJ.

TABELA 16:
Distribuição da população cativa por sexo:
(Município de Pouso Alegre, 1820-1888)

Período	Homens	%	Mulheres	%	Total
1820- 1829	164	56.5	126	43.4	290
1830- 1839	157	53.5	136	46.4	293
1940- 1849	405	55.6	323	44.3	728
1850- 1859	523	55.7	415	44.2	938
1860- 1869	433	54.4	362	45.5	795
1870- 1879	119	53.3	104	46.6	223
1880- 1888	33	45.2	40	54.7	73
Total	1834	55.0	1506	44.0	3340

Fonte: Inventários post-mortem. (1820-1888). Cartórios do 1 e 2 Ofícios, localizados no FMPA.

* De 1871 a 1888 foram identificados apenas 20 ingênuos (06 meninos e 14 meninas).

TABELA 17:
Razão de Masculinidade em períodos distintos
(Pouso Alegre e Província)

Período	RM* Município	Período	RM** Província
1820- 1829	130	1808	175
1830- 1839	115.4	1821	148
1840- 1849	125.3	1833	142
1850- 1859	126.0	1855	135
1860- 1869	119.6		
1870- 1879	114.4	1872	116
1880- 1888	82.5		

*RM: a Razão de Masculinidade foi obtida através da divisão do número de homens pelo número de mulheres multiplicado por 100.

Fonte: Inventários *post-mortem*. (1820-1888). Cartórios do 1 e 2 Ofícios, localizados no FMPA.

**Censos de 1808,1821,1833, 1855 e 1872. Cf.: BERGAD, 2004, p. 206.

**** De 1871 a 1888 foram identificados apenas 20 ingênuos (06 meninos e 14 meninas).

TABELA 18:
Africanidade e Razão de Masculinidade
(Pouso Alegre 1820-1888)

Período	RM Crioulos	RM Africanos	T . A.*
1820- 29	88.5	263.3	60.2
1830- 39	84.8	197.2	60.1
1840- 49	87.9	330.0	41.9
1850- 59	108.4	195.2	35.9
1860- 69	119.1	121.1	30.9
1870- 79	109.9	266.6	5.1
1880-88	84.6	—	—

* T. A Taxa de Africanidade foi obtida através do número de africanos dividido pelo número de crioulos, multiplicado por 100.

** * De 1871 a 1888 foram identificados apenas 20 ingênuos (06 meninos e 14 meninas).

Fonte: Inventários *post-mortem*. (1820-1888). Cartórios do 1 e 2 Ofícios, localizados no FMPA.

TABELA 19:
Distribuição da população cativa por Distrito, segundo o sexo.
(Município de Pouso Alegre, 1833- 1835)

Distrito	Homem	%	Mulher	%	RM	Cativos
Capivari	103	51,2	98	48,7	105,1	201
Sta. Rita	175	68,6	80	31,3	218,7	255
Cambuí	415	61,1	264	38,8	157,1	679
Camanducaia	465	58,4	330	41,5	140,9	795
Cotias	879	63,2	511	36,7	172,0	1390
S. J. Formigas	475	51,6	444	48,3	106,9	919
Antas	79	45,6	94	54,3	84,0	173
Ouro Fino	393	59,5	267	40,4	147,1	660
Bom Retiro	77	45,0	94	55,0	81,9	171
Pouso Alegre	1225	61,0	786	39,0	155,8	2011
Total do Município	4286	59,0	2968	41,0	144,4	7254

Fonte: Mapa de População de Pouso Alegre (1833- 1835). Localizados no APM, Notação MP, CX 06 doc 02.

TEBELA 20:
Distribuição da população cativa, segundo a idade por Distrito
(Município de Pouso Alegre, 1833- 1835):

Distrito	06- 14	%	15-29	%	30- 60	%	+ 60	%	Total
Capivari	97	48,2	80	39,8	24	11,9	—	—	201
Sta. Rita	117	45,8	117	45,8	21	8,2	—	—	255
Cambuí	258	38,0	269	39,6	110	16,2	42	6,1	679
Camanducaia	229	28,8	372	46,7	180	22,6	14	1,7	795
Cotias	442	31,7	576	41,4	334	24,0	38	2,7	1390
S. J. Formigas	349	38,0	371	40,3	177	19,2	22	2,3	919
Antas	53	30,6	60	34,6	57	32,9	3,0	1,7	173
Ouro Fino	321	48,6	202	30,6	132	20,0	5,0	0,7	660
Bom Retiro	67	39,1	66	38,5	30	17,5	8,0	4,6	171
Pouso Alegre	702	35,0	925	46,0	369	18,3	18	0,7	2011
Total	2635	36,3	3038	41,8	1434	19,7	147	2,0	7254

* De 1871 a 1888 foram identificados apenas 20 indígenas (06 meninos e 14 meninas).

Fonte: Mapa de População de Pouso Alegre (1833- 1835). Localizados no APM, Notação MP, CX 06 doc 02.

TABELA 21:
Distribuição da População Cativa, segundo a Faixa Etária:
(Pouso Alegre 1820-1888)

Período	Homens		Mulheres		Total	Homens		Mulheres		Tot	Homens		Mulheres		Tot
	Faixa Etária														
	0-14		0-14			15-40		15-40			+40		+40		
		%		%	%		%		%			%		%	%
1820-29*	32	16,4	36	18,5	35,0	75	38,6	38	19,5	58,1	7	3,6	6	3,0	6,6
1830-39	59	20,1	48	16,3	36,5	68	23,2	53	18,0	40,8	28	9,5	37	12,6	22,1
1840-49**	114	15,0	117	15,4	30,4	196	25,8	133	17,5	40,3	49	6,4	26	3,4	9,8
1850-59	184	19,6	137	14,6	34,2	256	27,2	168	18,0	45,2	83	8,8	110	11,7	20,5
1860-69	124	15,5	121	15,2	30,7	223	28,0	155	19,4	47,4	95	11,9	77	9,6	21,5
1870-79	28	12,5	31	13,9	26,4	46	20,6	63	28,5	49,1	45	20,1	10	4,4	24,5
1880-88***	07	9,5	7	9,5	19,1	21	28,7	28	38,3	67,1	05	6,8	05	6,8	13,6

Fonte: Inventários post-mortem. (1820-1888). Cartórios do 1 e 2 Ofício, localizados no FMPA.

*Do total de 290 escravos identificados para o período de 1820-1829; 96 não mencionaram idade.

**Do total de 728 escravos identificados para o período de 1840-1849; 93 não mencionaram idade.

*** * De 1871 a 1888 foram identificados apenas 20 ingênuos (06 meninos e 14 meninas).

TABELA 22:
Distribuição da população por idade no Distrito de Pouso Alegre (1833- 1835):

Faixa etária	Livres	%	Escravos	%	Soma %
0 -14	2330	48,4	702	35,0	44,3
15 - 30	1328	27,6	925	46,0	32,9
30 - 60	998	20,7	369	18,3	20,0
60 - +	150	3,1	15	0,7	2,4
Total	4806	100	2011	100	100

Fonte: Mapa de População de Pouso Alegre (1833- 1835). Localizados no APM, Notação MP, CX 06 doc 02.

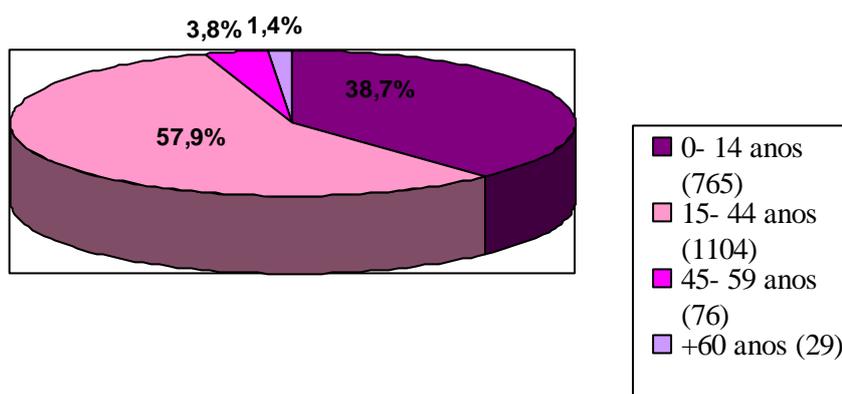
TABELA 23:
Distribuição da população por idade no Distrito de Pouso Alegre em 1838.

* Percentual em relação ao número total de habitantes computados no total de 7715

Faixa etária	Livres	%	Escravos	%
0 -14	2343	30,3	765	9,9
15 - 44	2078	26,9	1104	14,3
45 - 59	1156	14,9	76	0,9
60 - +	164	2,1	29	0,3
Total	5741	74,4	1974	25,6

Fonte Listas Nominativas do Distrito de Pouso Alegre de 1838. Localizados no APM, Notação MP, CX 06 doc 01.

Gráfico 4:
Distribuição da População Cativa por Idade no ano de 1838.



** Fonte Listas Nominativas do Distrito de Pouso Alegre de 1838. Ver APM, Notação MP, CX 06 doc 01.

TABELA 24:
Distribuição da população cativa no município de Pouso Alegre por sexo e idade (1873)

Idade	Homens	%	Mulheres	%	soma	%
06- 15	214	5,6	164	4,3	378	9,9
16- 40	1482	38,8	1394	36,5	2876	75,4
41- 60	230	6,0	253	6,6	483	12,6
60- +	37	0,9	39	1,0	76	1,9

Fonte: Banco Digital do Recenseamento Geral do Império de 1872-1873. Dados referentes à Minas Gerais foram corrigidos e coordenados por Pedro Puntoni e Equipe CEDEPLAR-UFGM. In: Diretoria Geral de Estatística. Recenseamento Geral do Império de 1872. Rio de Janeiro. Typ. Leuzinger. Tip. Comercial, 1876. 12 vol., localizados na BNARJ.

TABELA 25:

**Razão de crianças por mulheres em idade reprodutiva
(Pouso Alegre, 1820-1888):**

Período	Nº. de mulheres 15- 44 anos	Nº. de crianças 0- 9 anos	Razão C/M
1820/29	39	54	138.4
1830/39	62	71	114.5
1840/49	133	155	116.5
1850/59	172	221	128.4
1860/69	155	151	97.4
1870/79	63	28	44.4
1880/88	28	09	32.1

* A razão de criança/mulher foi obtida através da divisão do número de crianças de idade de 0 a 9 anos pelo número de mulheres de idade de 15 a 44 anos, multiplicado por 100.

Fonte: Inventários post-mortem. (1820-1888). Cartórios do 1 e 2 Ofícios, localizados no FMPA.

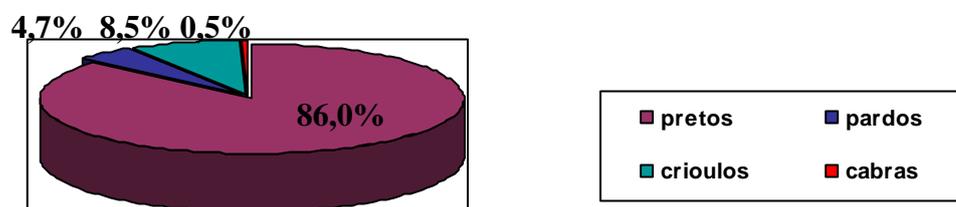
TABELA 26:

**Distribuição da população cativa do Município de Pouso Alegre, segundo a cor
(1833- 1835):**

Distritos	Pretos	%	Pardos	%	Total
Capivari	197	98,0	04	2,0	201
Cambuí	655	96,4	24	3,5	679
Santa Rita	248	97,2	07	2,7	255
Camanducaia	631	79,3	164	20,6	795
Bom Retiro	155	90,6	16	9,3	171
Antas	150	86,7	23	13,2	173
Ouro Fino	520	78,7	140	21,2	660
São José das Formigas	767	83,4	152	16,5	919
Cotias	1203	86,5	187	13,4	1390
Pouso Alegre	1865	92,7	146	7,2	2011
Total do Município	6391	88,1	863	11,8	7254

Fonte: Mapa de População de Pouso Alegre (1833- 1835). Localizados no APM, Notação MP, CX 06 doc 02.

Gráfico 5:
Distribuição da população escrava no Distrito de Pouso Alegre, segundo a cor (1838)



Fonte: Listas Nominativas do Distrito de Pouso Alegre de 1838. Ver APM, Notação MP, CX 06 doc 01.

TABELA 27:
Batizados de escravos “Adultos”, segundo a “procedência africana”
(Freguesia de Pouso Alegre, 1812-1851):

Período	Centro-Oeste Africano							África Oriental		Total	
	Angola	Berguela	Cassange	Congo	Guiné	Cambinda	Monjolo	Rebolo	Mozambique		Adulto*
1812	1	2			4	6	2		4	1	19
-15											
1816		5		17	2	29			8	12	71
-19											
1820	1	5	1	7	8	7	1	2	6	40	74
-23											
1824	1	2		6	8	8	4		5	27	58
-27											
1828					1	1				88	97
-31											
1832		2		1				1		18	23
-35											
1836										6	6
-39											
1840										1	1
-43											
1844											
-47											
1848										2	2
-51											
1852										1	1
-53											

* Reunimos na classificação de “Adultos” os escravos genericamente assim identificados ou como “Africanos”, “de Nação”, “da Costa da África”, sem distinguir, portanto, nenhum tipo de procedência étnica.

** Fontes: Livro 1 (1812-1821); Livro 2 (1821-1825); Livro 3 (1825-1837); Livro 4 e 7 (1837-1858); Livro 5 (1841-1843); Livro 6 (1847-1853); Livro 7 (1857-1861); Livro 8 (1861-1866); Livro 9 (1866-1873). Localizados na MSBJ.

TABELA 28:

**Distribuição de escravos, segundo a “procedência africana”
(Município de Pouso Alegre, 1820-1850)**

África Central (Centro-Oeste Africano)	1820-1850
Congo	36
Cambinda	50
Monjolo	3
Angola	3
Benguela	27
Cassange	10
Rebolo	10
Ganguela	6
África Ocidental	
Mina	1
África Oriental	
Moçambique	7
“Nação”*	729
Total	882

* Reunimos na classificação escravos “de Nação” todos aqueles genericamente assim identificados ou como “Africanos”, “da Costa”, “da Costa da África”, sem distinguir, portanto, nenhum tipo de procedência étnica.

Fonte: Inventários post-mortem. (1820-1888). Cartórios do 1 e 2 Ofício, localizados no FMFA

4. A REDE DE PARENTESCO E DE SOCIABILIDADE ESCRAVA NA FREGUESIA DE SÃO BOM JESUS DOS MÁRTIRES

Os negros são muito afeiçoados às esposas e filhos, a seus outros parentes quando os possuem, e a seus malungos ou companheiros da viagem que os trouxe da África. É muito agradável ver o respeito que devotam aos idosos. Aos africanos de idade avançada nas propriedades nunca falta o necessário quando está em poder de seus companheiros de cativeiro supri-lo. (KOSTER, 1978, p.203)

Ao lançar mão de um olhar peculiar acerca dos “lares negros” Henrique Koster, viajante inglês que se estabeleceu em Pernambuco durante a década de 1810, certamente se distanciou de seus contemporâneos estrangeiros ao creditar um estado de permanência no que se refere ao sentimento de afetividade e estabelecimento dos laços de parentesco e solidariedade forjados no interior da senzala.

Ao testemunhar a postura de reverência prestada entre aqueles que compartilhavam de agruras comuns do cativeiro ao parceiro mais velho, junto ao afeiçoamento cotidiano havido entre esposas e filhos, e entes afins, Koster consegue filtrar com bastante singularidade as pressuposições européias de que teria se disseminado por aqui um estado de devassidão e promiscuidade perene, quase próximos a um estado animalesco, onde estes seres estariam destituídos de todas as formas de valores, costumes e organizações autônomas.

Não obstante, estes *olhares brancos* acerca dos *lares negros* contribuíram com afinco para a construção do paradigma do estado de anomia social, ou seja, da ausência de normas sociais, decorrente da desestruturação na formação do indivíduo, gerado pela ausência da família. Ressaltando, sobretudo, os acontecimentos que geraram forte impacto para as possibilidades de vivência familiar na senzala, este seguimento argumentava que a política de violência senhorial, somada ao acentuado desequilíbrio entre os sexos, decorrente da forte inserção ao tráfico, junto a atividade contestatória do escravo em gerar filhos, fizeram com que a ausência da organização familiar na vida daqueles indivíduos os imputasse a um estado de despersonalização, os transformando em mera extensão da vontade senhorial, introjetando

dessa forma, a condição de *instrumentum vocale*.¹⁴⁹

Em reação à esta visão, o conjunto de estudos demográficos dos anos 1970¹⁵⁰, junto ao movimento de revisionismo da escravidão, que tomou força durante o centenário da abolição e o processo de redemocratização do país, as práticas familiares deixaram de ser vistas como patologia social e passaram a ser valorizadas como ações políticas no campo contraditório de lutas cotidianas no contexto da escravidão. Pioneiro neste propósito de questionar a ausência ou a instabilidade da família escrava no Brasil. Robert Slenes conclui em sua tese de doutoramento, em 1976, que:

Nesse estudo de cunho demográfico, havia concluído que a família conjugal escrava, apesar de sua vulnerabilidade face às condições da escravidão, havia emergido como uma instituição social viável nas regiões de *plantation* do sudeste como consequência, a família provavelmente ajudou muitos escravos a reterem sua identidade e lidarem efetivamente com as pressões psicológicas da escravidão. (SLENES, 1976, apud, SLENES, 1999, p.14)

Nesse sentido, a partir destas invocações teórico-metodológicas incorporadas ao estudo da família escrava, esta instituição passou ser tratada com acentuada relevância, não só pelo significado que desempenhou no processo de reestruturação das relações sociais dos estrangeiros desarraigados, mas, sobretudo pelo papel fundamental que exercia na socialização do indivíduo nascido em cativo. Mesmo levando-se em conta as séries de limitações impostas à sedimentação de permanência destes vínculos, era costume quase inviolável respeitar pelo menos o núcleo de parentesco primário e mais direto formado entre mãe e filho, quando se encontrava em período de amamentação e nos seus anos iniciais de vida. Sendo assim, a criança recebia em seus anos iniciais, aprendizados relacionados aos valores familiares próprios, crenças religiosas e outras visões de mundo que a acompanharia durante a vida. Evidentemente que todo este conjunto de saber transmitido não se dissociava de uma multiplicidade de experiências e embates mantidos com outros grupos sociais.

Para além da relação primária e direta formada entre mãe e filhos, a historiografia recente sobre o tema demonstra o quanto estes agentes lutavam com afinco para manter e estender suas relações de parentesco ao longo de suas trajetórias. A iniciativa senhorial em dismantelar uma sólida comunidade, com laços duradouros de parentesco poderia significar uma fracassada investida e custar elevados prejuízos a estabilidade social na propriedade.

¹⁴⁹ Conferir Nota 3. (Introdução).

¹⁵⁰ Conferir Nota 2. (Introdução).

Desta forma, retomando ao argumento proposto, a instituição familiar deitava raízes profundas sobre a vida do escravo, de modo que suas relações de parentesco engendradas, mesmo quando fragmentares ou interrompidas pela violência da escravidão, ainda sim, eram capazes de lhe conferir uma identidade própria. Isto posto mesmo quando esta derivava-se de uma identidade mais ampla, sugerida pela adesão a um determinado segmento ou grupo social.

Desta forma, este processo de individuação, conferido, por exemplo, pelo primeiro ato de nomear o inocente cativo durante a unção realizada na pia batismal, transitava em sentido contrário à desumanização precedente, implantada pelo escravismo. Nesse sentido, a organização familiar, sem necessariamente prendê-la a um padrão nuclear, possibilitava, além da socialização do cativo, a capacidade de suportar os rigores da escravidão conferindo-lhe sentidos autônomos, o que o tornava mais articulado para lutar ou negociar contra as imposições consideradas injustas, ou a favor daquelas consideradas justas e tradicionalmente legitimadas pelo conjunto de direitos costumeiros.

Não obstante, as interpretações historiográficas dispensadas às significações políticas conferidas pelas organizações familiares no cativeiro não têm sido unívocas. Precursora neste propósito de desvelar outras facetas das relações escravistas pela perspectiva da família escrava, a história social da escravidão nos Estados Unidos constituiu-se como uma das frentes cruciais de discussão para o avanço não só das revisões da experiência negra no Brasil, mas, sobretudo, no que se refere às ações políticas atribuídas à organização familiar no cativeiro.

Lançando mão de uma ampla documentação qualitativa baseada em cartas pessoais ditadas por escravos e ex-escravos, Eugene Genovese argumenta que a família nuclear, intergeracional e extensa era uma instituição forte e altamente valorizada pelos escravos. Entretanto, o autor assevera que esta instância manifestou-se como uma das contradições pilares do escravismo, uma vez que constituía-se como uma das principais instâncias regidas pelo *ethos paternalista*, ou seja, pelo conjunto de valores edificados na dupla interface relacional entre senhores e escravos, que presumia previamente a condição humanitária do escravo, para desta forma tornar possível sua escravização. Segundo o autor era a prevalência deste conjunto de valores que legitimava as relações de poder no contexto da escravidão. A despeito disso, o autor assevera que:

A aceitação da tutela e dependência está inerente à brutalidade, por mais orgânica que seja a ordem paternalista. Todavia o paternalismo sulista reconhecia, necessariamente, a humanidade dos escravos – não só seu livre arbítrio como também o talento e a capacidade, sem a qual o fato de aceitarem uma doutrina de obrigações recíprocas não teria sentido algum. Assim, os escravos encontraram uma oportunidade de traduzir o próprio paternalismo numa doutrina diferente da imaginada por seus senhores e de transformá-la em arma de resistência às asserções de que a escravidão era uma condição natural para os negros, de que os negros eram racialmente inferiores e de que os escravos negros não tinham quaisquer direitos próprios. Assim, ao aceitar um ethos paternalista e ao legitimar o domínio de classe, os escravos desenvolveram sua poderosa defesa contra a desumanização implícita da escravidão. (GENOVESE, 1988, p. 25)

Aprimorando esta vertente e discordando de alguns pontos da perspectiva apresentada por Genovese, Herbert Gutman argumenta que a família não era um recurso acessível somente a poucos escravos.¹⁵¹ No seu entendimento, a organização familiar instituiu-se como célula fundamental na estrutura produtiva dos plantéis. Para explicar o comportamento de expansão demográfica no interior de cada unidade, o autor elaborou três fases analíticas para compreender o ciclo de desenvolvimento da comunidade escrava. D.Libby e Grimaldi ponderam através de uma releitura do mencionado autor que:

A primeira fase constituía-se naquela em que as famílias escravas e as comunidades de cativos baseadas em redes de parentesco se encontravam em formação e a reprodução era simples ou ligeiramente ampliada. Na segunda fase as famílias e as comunidades se encontravam plenamente formadas e estáveis. Já a terceira fase era de desagregação dos plantéis, das famílias e das comunidades, ora em função das mudanças estruturais, como a substituição das atividades produtivas e o fluxo migratório geral do povoado pela marcha do algodão para o interior sulista. Evidentemente, durante a última fase o potencial de reprodução diminuía, mas o ciclo seria retomado com a renovação da constituição de famílias e comunidades. (LIBBY & GRIMALDI, 1988, p.420-421)

Já em estudo antropológico desenvolvido por Richard Mintz e Sidney Price (2003), postulou-se a existência de princípios subjacentes à ampla diversidade etno-linguística instaurada no contexto da escravidão das Américas. Para estes, as comunidades escravas só puderam ser instituídas porque novos padrões normativos de conduta foram criados para atender novas necessidades e “objetivos cotidianos” vivenciados pelos escravos. Nesse sentido, durante o processo de estruturação das comunidades escravas no Novo Mundo, o

¹⁵¹ O principal ponto de divergência entre as interpretações de Gutman e Genovese consiste no de que, enquanto o primeiro percebia na família, um importante espaço social para o fortalecimento de laços horizontais entre a cultura negra, Genovese a percebeu como principal veículo de estreitamento dos laços verticais, mesmo admitindo-a como forte elemento de edificação de uma consciência comunitária. Cf: GUTMAN, Herbert. *The black family in slavery and freedom, 1725-1925*. New York: Vintage, 1976. Cf.: GENOVESE, Eugene. *A Terra prometida: O mundo em que os escravos criaram*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

parentesco exerceu papel fundamental. Deste modo, para o entendimento dos significados construídos em torno das relações familiares, os autores recorreram ao conceito de família antecedente à diáspora africana, como também valorizaram os laços sociais forjados nos comboios durante a travessia, que adquiriram *status* de relações tão próximas quanto às consangüíneas. Apesar do conceito de família africana, menciona os autores que as relações de parentesco possuíam:

(...) importância cabal (...) na estruturação das relações inter-pessoais e na definição do lugar de um dado indivíduo na sociedade; a ênfase na descendência unilinear e a importância, para cada indivíduo, das linhagens de parentes vivos mortos daí resultantes, estendendo-se no tempo para trás ou para frente ou num nível mais abstrato, o uso da terra como recurso para definir o tempo e a ascendência, sendo os ancestrais venerados localmente sendo a história e a genealogia particularizadas em pedaços de solo específicos. (MINTZ & PRICE, 2003, p. 92-93)

Desta forma, o escravo recém-chegado ainda que lhes fosse desprovidos as redes de parentesco antes vivenciadas, ainda sim teria continuado a ver nestas, o fundamento das relações sociais sedimentadas com base no conceito de linhagem. Diante da ausência da parentela consangüínea, mesmo assim os escravos modelaram seus novos laços sociais, muitas vezes, tomando emprestados os termos de parentesco da cultura senhorial para designar pessoas próximas como “mano”, “tio”, vovó”. Contudo, essas releituras das relações sociais, tomadas a partir do simbolismo do parentesco, só se transformaram em elementos de base para a estruturação de comunidades, quando houve a estabilização do grupo no tempo e no espaço, ou pelo menos a estabilização suficiente de grupos familiares para permitir a socialização da prole no interior deste mesmo grupo.

Deste modo, as repercussões geradas por estas revisões na história social da escravidão norte-americana foram amplas aqui no Brasil. O impacto desta discussão acerca das significações políticas engendradas pelas organizações familiares pode ser apreendido no instigante debate que se instaurou na década 1990 entre Slenes, Florentino & Góes e Hebe Mattos, atualmente considerado a matriz principal da discussão da família escrava no Brasil. Vale ressaltar que esta historiografia inaugurada pelos mencionados autores insere-se num âmbito maior de renovação teórico-metodológica de nível internacional, por admitir que modelos macro-sociais, de teor incisivamente economicista, propostos pelos sistemas marxistas não se adequam mais as questões que nossa sociedade, ainda sob vigência da *crise dos paradigmas* se coloca. Não obstante, matrizes teóricas representadas pela História

Cultural Francesa, História Social Inglesa ¹⁵², juntamente com a micro-história italiana, ao renovarem seus instrumentos e métodos de investigação, contribuíram com grande afinco na construção das novas concepções da família escrava no Brasil.

Nesse sentido, partindo destas novas abordagens acerca do cativo no Brasil que autores como Roberto Góes e Manolo Florentino (1997) observaram na família escrava a condição *sine qua non* para a preservação das relações escravistas. Ao considerá-la como espaço “profícuo de reconstrução de padrões mentais e comportamentos dos recém-chegados” estes autores viram na urgência senhorial em estimular a formação destes vínculos familiares, uma política de incentivos senhoriais relacionada tanto ao processo de estrangeirização do cativo, ou seja, sua transformação de prisioneiro em escravo, ao ter que submetê-lo à uma série de regras de convivência imposta pelo cativo, quanto a implantação da política de estabilização social, necessária para amenização do “estado de guerra” instaurado pelos conflitos étnico-culturais transportados pelo tráfico.

Outrossim, para os autores duas constatações reiteram este estado potencial de guerra deflagrado entre *estabelecidos e outsiders* instaurado pelas constantes remessas de africanos pelo tráfico-atlântico, são estas: a forte tendência à prática endogâmica por origem étnica na constituição dos casamentos e a maior capacidade dos recém-chegados em aparentar-se. Esta segunda característica pode ser observada nas relações de parentesco mantidas após o ato da partilha. Enquanto 75% das famílias encabeçadas por crioulos mantiveram-se unidas, entre o grupo africano esta participação atinge quase 90%. (FLORENTINO & GÓES, 1997, p. 120)

Nesse sentido, este potencial da capacidade de aparentar-se observada para este grupo, justifica-se pela necessidade de canalizar o estranhamento e adversidade havidos entre os estrangeiros, como também pela tentativa de se criar uma face do “nós escravo”, já que o “plantel não era, em princípio, a tradução de um ‘nós’, [mas sim], uma reunião forçada e penosa de singularidades e dessemelhanças (...)” (Idem, p. 35)

¹⁵² Exponente principal da revisão marxista na Inglaterra, E. P. Thompson trouxe imensa contribuição para os pesquisadores brasileiros, que estavam preocupados em repensar a experiência negra no Brasil. Quando o autor tratou da formação da classe operária inglesa, este procurou reformular uma série de categorias, que revistas, acabaram se tornando fundamentos-chaves para estas revisões. O conceito de classe social, por exemplo, passou a ser visto não mais como um produto pronto, acabado, engessado, como no marxismo ortodoxo, mas como algo dinâmico, que está constantemente se refazendo no permanente entrecruzar-se dos condicionantes e das ações históricas dos sujeitos. É posta em xeque a tradicional dicotomia “*infra*” e “*super*” estrutura; a contingência histórica, acompanhada pela imprevisibilidade e poder das ações dos sujeitos serão enfatizadas e irão ocupar postos privilegiados nesta reinterpretação da experiência escrava. Sobre os reflexos dessa influência ver LARA, Sivia

Não obstante, Florentino & Góes (1997) concluem que a família escrava tornou-se elemento fundamental para a estruturação das relações escravistas tornando-se, portanto, a pedra pilar que sustentou o cativo, tornando a experiência vivenciada neste espaço possível de ser suportada. Nesse sentido, o *status* comum de escravo não foi uma condição suficiente para agregar uma identidade maior de coesão de grupo, ou, nas palavras destes autores “capaz de aparar as arestas entre uns e outros” (Idem, *Ibidem*).

Em direção oposta, Slenes discorda da existência de um estado de guerra latente inerente à comunidade escrava. Para o autor, o potencial de sociabilidade alcançado pelos vínculos comunitários seria maior que o estado de dissensão entre os pares de cativo, sem contar que grande parte da população crioula do sudeste, referente à primeira metade do século XIX, dizia respeito às primeiras gerações de descendentes de africanos que teriam muito mais elementos comuns que conferiam um elo de identificação com aquele grupo, do que de divergência acirrada e pré-concebida como observaram os autores supracitados. Apesar desta questão menciona o autor:

Diferentemente de Florentino e Góes, no entanto, não vejo que os esforços dos escravos de criarem laços familiares tenham introduzido a paz nas senzalas, no que diz respeito à sua relação com a casa grande, ou melhor, argumentaria que a “renda política” auferida pelos senhores da família escrava garantiria-lhes apenas o cativo cotidiano possível, que apesar das aparências, era inerentemente instável. (SLENES, 1999, p. 17)

Desta forma, mesmo discordando dos autores, quanto ao direcionamento político tomado por estas organizações familiares, Slenes aproxima-se destes quando, ao analisar as razões práticas e simbólicas que levaram os cativos a valorizar os laços de parentesco consanguíneo e fictício, assume que as *esperanças e recordações* do universo cultural africano foram fundamentais para o processo de inserção social dos africanos. Consoante este posicionamento, menciona:

(...) apesar da separação radical de suas sociedades de origem [os africanos] teriam lutado com determinação ferrenha para organizar suas vidas, na medida do possível, de acordo com a gramática profunda da família linhagem. Encontrando ou forjando condições mínimas para manter grupos estáveis no tempo, sua tendência teria sido de empenhar-se na formação de novas famílias conjugais, famílias extensas e grupos de parentesco ancorados no tempo. (Idem, p. 147)

À esta gramática profunda comum entre diferentes etnias africanas de origem etno-linguística Banto atribui-se à uma concepção de família linhagem que está relacionada tanto à

religiosidade, pelo culto dos ancestrais, quanto a uma cosmologia de mundo sustentada na oposição entre *ventura e desventura* onde o universo seria regido pela harmonia e pelo infortúnio, e a sobreposição de um sobre o outro devia-se à relação instaurado entre espíritos e pessoas. Desta forma, a manutenção do culto aos ancestrais seria fundamental para assegurar o nível de equilíbrio entre o mundo material e espiritual. Retomando as considerações do africanista Igor Kopytoff, Slenes ressalta, pela fala deste que:

(...) as raízes africanas não eram concebidas como localizadas num lugar (...) mas sim num grupo de parentesco, nos ancestrais, numa posição genealógica (...). Os africanos levam seus ancestrais consigo quando mudam de um lugar para o outro, não importando onde estes ancestrais estejam enterrados.” (KOPYTOFF, ano. Apud, SLENES, 1999, p.)

Neste sentido, as *heranças* culturais edificadas antes mesmo da diáspora do Atlântico foram redimensionadas e re-significadas à luz das situações concretas e experiências vividas, como também desempenharam o papel de princípio organizador social e mental destas sociedades que aqui se estabeleceram. Não obstante, estas redes de parentesco sedimentadas ao longo do tempo, nas grandes escravarias do Sudeste, reuniam uma série de códigos culturais comuns, que ao longo prazo, tornou-se armas de resistência, justamente por edificar uma identidade comum, gerando um sentimento de pertença de grupo àqueles indivíduos. Esta identidade comum, ou o que o autor designa como *laços de coesão* seriam superiores à *dissensão* interna instaurada na senzala, sendo possível limitar, ou melhor, redimensionar a renda política auferida pelos senhores.

Em reação à esta assertiva, Hebe Mattos concorda com que foi possível a gestação de relações comunitárias no interior do cativo, mas considera que estas não tiveram potencial suficiente para edificar uma identidade cultural autônoma no nível postulado por Slenes, ao ponto de se aproximar de uma Identidade de proto-nação Banto. Entretanto, este estudo ressalta que a família era, antes de tudo, um recurso voltado para poucos escravos, sendo com isso, um instrumento que gerava acentuada disputa interna na senzala. Ao estabelecer-se como elemento de distinção social, o acesso à família abria espaço para conquista de privilégios, como a obtenção de uma economia própria, próxima a uma unidade de produção de proto-campesinato livre. Funcionando como processo de diferenciação e assentamento das escalas hierárquicas no interior da senzala, os vínculos familiares constituíram-se como espécie de capital social para a aquisição da lavoura de roça, ao mesmo tempo em que estreitava um nível de aproximação maior com a comunidade de pobres livres.

Para além do debate sobre os significados da composição familiar cativa Sheila de Castro Faria, afirma que há certo consenso entre os historiadores de que as relações familiares e de parentesco – consangüíneo e ritual – instauraram sim uma comunidade entre a população escrava e a “geração de identidades de grupo”. (FARIA, 1998). Para a autora, os escravos formaram comunidades, não apenas entre os pertencentes as grandes unidades, mas também entre os de propriedades menores, uma vez que os laços de parentesco compadresco podia se dar entre cativos de unidades de senhores diferentes. Nesse sentido, a autora reconhece que os escravos de grandes senhores tinham mais chances do que os de pequenas unidades, mas não anula a possibilidade de edificação de uma comunidade escrava em pequenos núcleos.

Este argumento contrapõe-se às considerações tecidas por Carlos Engemann (2005) a respeito de formação de comunidades entre cativos de pequenos plantéis. Para o autor, só as grandes unidades produtivas tinham condições de formar comunidades, pois o convívio em um mesmo espaço era fundamental para a sua constituição. Sheila de Castro Faria salienta que apesar de Engemann observar que os laços de compadrio podiam ocorrer entre escravos de unidades distintas, em momento algum ele indica que eles “tenderiam a criar uma comunidade escrava mais ampla” do que a que se apresentava nas escravarias maiores.

Outra importante produção no tocante às relações de compadrio e as possibilidades de edificação de comunidades é o trabalho de Stuart Schwartz (2005). Em sua obra *Segredos Internos*, o autor desenvolve um profícuo estudo sobre as relações familiares e de compadrio estabelecidas pelos escravos através do ritual católico do batismo. Em sua análise, o autor assegura que os laços de parentesco ao contrário dos matrimoniais podiam ultrapassar as fronteiras das propriedades. De sua reflexão sobre o parentesco ritual, instituído através do batismo, emergiu a conclusão de que senhores nunca - ou raramente - apadrinhavam os filhos de suas escravas. Constatou também que havia uma unânime predileção por padrinhos livres, o que é interpretado pelo autor como uma estratégia exercida pelos escravos para garantirem maior proteção e segurança ao afilhado mantido no cativo. Esse padrão encontrado para o recôncavo baiano será detectado em outros estudos desenvolvidos por estudiosos da escravidão.¹⁵³

¹⁵³ Nos referimos principalmente aos trabalhos como: BOTELHO, Tarcísio. *Batismo e compadrio de escravos. Montes Claros, século XIX. Locus: Revista de História, Juiz de Fora, vol 3, nº 1, 1997.* NEVES, Maria de Fátima Rodrigues. *Infância de faces negras: a criança escrava brasileira no século XIX.* Dissertação de Mestrado. USP, 1993. FLORENTINO & GÓES. *A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico Atlântico no Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 1997.*

Tecidas estas considerações acerca do debate historiográfico sobre a família escrava, abordaremos, neste capítulo, o debate que vem sendo travado para a província em Minas Gerais em torno desta temática. Após perpassarmos este trajeto, que se empenhou em descortinar significados, construídos pelos “números”, medidas que tangenciaram os elementos antecedentes, definidores, até certo ponto, das condições de se gerar e manter famílias no espaço do cativo procuramos, neste momento de amadurecimento de nosso trabalho, refinarmos nossa análise, através do acompanhamento de comportamento legítimo e consensual de família, a fim de apreendermos tessituras mais próximas ao singular, alcançando assim, outras dimensões não capturáveis pelo recurso da quantificação de nosso objeto. Para esse fim, recorreremos, à guisa de encerramento, às “ferramentas” metodológicas vinculadas à microanálise, que se prima, sobretudo pela “redução de escala” do objeto. Acentuamos além das tendências quantificáveis, alguns “estudos de caso” referentes ao próprio ato do “casar-se” cativo. Nesse intuito elegemos, sobretudo, aqueles processos que apresentaram incidência de “impedimentos matrimoniais”, outra informação passível de ser filtrada pelo tratamento da qualificação.

Deste modo, empreendemos neste capítulo a averiguação da incidência da união legítima entre a população escrava através do entrecruzamento de dois seguimentos documentais bastante conhecidos, (registros paroquiais de batismo e casamentos, mapas de população de 1833-35). Dedicamos também, espaço especial à análise das denominadas “uniões mistas” efetuadas entre cativos e livres/libertos, destacando sua possibilidade na Freguesia, além dos possíveis significados construídos por estes agentes. Tecemos considerações concernentes aos “padrões gerais de escolhas”, referente à endogamia e exogamia, (entendido aqui, segundo os critérios de estatuto jurídico e de origem).

No item “Sob a unção dos santos óleos: significados do parentesco fictício e sociabilidade escrava na Freguesia de São Bom Jesus dos Mártires” dedicamos espaço exclusivo aos padrões de compadrio tecidos no âmbito da Freguesia. Constituiu-se nosso objetivo a tessitura de reflexões acerca dos fatores que influenciavam os padrões das relações compadrescas, tais como: capacidade de inserção ao tráfico, dimensão das escravarias, fatores de legitimidade e distribuição entre os sexos entre a população escrava.

Por fim encerramos nossa análise por meio de estudos de caso nas propriedades denominadas “Fazenda das Limeiras” e “Fazenda do Capão Grosso”. Neste primeira, empreendemos reflexões para além das relações familiares intra-domiciliares. Observamos algumas experiências de liberdade entrelaçadas à projetos familiares intra-cativeiros. Na

segunda, reconstituímos as relações de parentesco consangüíneo e fictício engendrados no interior da propriedade pertencente ao Tenente cel. Manoel Leite Ferreira de Mello. Procuramos, através do entrecruzamento do inventário *post-mortem* e testamento do referido proprietário,¹⁵⁴ junto ao alistamento domiciliar de 1838¹⁵⁵ e assentos paroquiais referentes à sua escravaria, desenvolvermos uma análise longitudinal desta micro-comunidade escrava de modo que procuramos condensar as principais frentes de análise trabalhadas ao longo desta reflexão, tais como: as uniões legítimas e ilegítimas; as redes de parentesco consangüínea e fictícia e nível de estabilidade familiar no cativo.

4.1 A FAMÍLIA ESCRAVA E SUAS INCURSÕES NA HISTORIOGRAFIA DE MINAS GERAIS

O debate em torno da família escrava em Minas Gerais começa romper nesta última década limites estritamente demográficos, para lançar-se em abordagens que priorizam, por meio de experiências particularizadas de grupos familiares, a apreensão de comportamentos sociais, que o procedimento da quantificação por si só, não consegue responder, em se tratando de níveis mais específicos à multiplicidade de experiências de cativo que se instaurou no contexto diversificado da escravidão da província. No entanto, após as incitações clássicas de Martins (1980), teria se perguntado se a origem do extenso plantel de escravos mineiro, se explicaria somente pela imigração forçada de almas, ou teria sido definida também por um processo de crescimento natural. Instigadas por estas questões, surgiram como desdobramentos do movimento revisionista, pesquisas promovidas por Libby & Grimaldi (1988), Libby & Paiva (1995), Cano & Luna (1983), Costa & Luna (1981) e de Tarcísio Botelho (1994), que vieram desempenhar um papel fundamental neste processo de desmistificação quanto à origem do plantel mineiro, por trazerem à tona evidências empíricas de processos de reprodução natural em diversas localidades da província.

À este comportamento demográfico, em que importação e crescimento não são mais tidos como elementos mutuamente excludentes, atribui-se primeiramente um comportamento peculiar resultante de um processo de consolidação de uma economia amplamente diversificada, que se instaurou na província após o reordenamento econômico durante o período pós- crise do ouro. Nesse sentido, a regionalização crescente como caminho

¹⁵⁴ Cf.: Inventário *post-mortem*: Coronel Manoel Leite Ferreira de Mello (inventariado). Data de abertura: 22/04/1869. Testamento de Coronel Manoel Leite Ferreira de Mello. Data de abertura: 09/10/1944. (anexo ao Inventário). Localizados no FMPA.

¹⁵⁵ Domicílio nº 133 pertencente ao Tenente Cel. Manoel Leite Ferreira de Mello. Cf.: Listas Nominativas do Distrito de Pouso Alegre de 1838. Localizados no APM, Notação MP, CX 06 doc 01.

metodológico, tomado a partir destas investigações, vem demonstrando perfis demográficos que destoam de uma explicação unívoca para explicar às formas de reprodução do “apego” de Minas à escravidão.

Quanto à demarcação de uma abordagem de cunho cultural dispensado ao tema, podemos considerar que esta proposta ainda segue com passos tímidos nos estudos debruçados no tema da escravidão de Minas Oitocentista, ainda muito envolvidos nas questões em torno do potencial reprodutivo da população escrava, portanto bastante imersos numa perspectiva demográfica do tema. Entretanto, é preciso frisar que trabalhos dedicados ao cotidiano de centros urbanos auríferos na capitania conseguiram abrir margens para outra frente historiográfica, ao dispensar ao objeto da família escrava tratamentos de níveis qualitativos, em que a atuação de seus agentes históricos assume a cena principal em detrimento de análises excessivamente centradas na quantificação, onde os sujeitos permanecem no anonimato, em razão da generalização de dados quantificados.

Nesse sentido, partindo desta nova frente historiográfica, pioneiro foi o trabalho de Luciano Figueiredo (1997) na temática da família, ainda no período de expansão aurífera nos principais centros urbanos de Minas. Utilizando-se, sobretudo, de devassas eclesiásticas, o autor desvendou arranjos familiares, principalmente entre as camadas empobrecidas, bastante avessas ao padrão paradigmático da família patriarcal amplamente divulgada pela tese clássica de Gilberto Freyre.

Segundo o autor, teria predominado nas Minas Setecentista, uma “ordem às avessas” que, ao mesmo tempo em que era condenada pelas instâncias de poder, era também amplamente aceita pela maioria da população. Entre os processos inquisitoriais investigados, foram identificadas práticas recorrentes como mancebia, ou seja, o “viver de portas adentro”, defloramento, relações “ilícitas” como práticas adulterinas e, até mesmo, a prática da “prostituição dissimulada”, em que filhas ou mulheres buscariam, neste recurso, uma forma de acrescentar ou até mesmo manter a renda domiciliar, mesmo sob o consentimento de pais e maridos.

Além do comportamento avesso ao modelo cristão de constituição familiar, o autor demonstra que estes diversificados arranjos familiares, que estiveram sempre na contramão da política de normatização familiar empreendida pela Coroa e pelo poder eclesiástico, não foram somente marcados pela instabilidade, mas também por formas autônomas de

relacionamentos prolongados. A esta peculiaridade, o autor assinala a edificação de arranjos familiares multi-domiciliares, à que atribui-lhes o nome de “família fracionada”. Para Figueiredo, teria sido esta uma estratégia elaborada por estes agentes, para burlar as autoridades eclesiásticas, que puniam severamente mancebias públicas e práticas consideradas escandalosas ou subversivas àquela sociedade aos olhos da Igreja. Sendo assim, mesmo diante deste universo opressivo, esta instituição se demonstraria ineficiente e incapaz de adestrar os comportamentos familiares difundidos, pois o “cotidiano superava, com sua força avassaladora, as fraquezas institucionais”. (FIGUEIREDO, 1997, p. 146)

No bojo destas tensas relações sociais, que envolviam grupos familiares, este estudo assevera a marcante incompatibilidade entre a família escrava e contexto econômico da mineração junto à paisagem urbana de Vila Rica. Nesse sentido, a intensa influência do tráfico de escravos, junto à ampla disponibilidade de mão de obra imediata, desinteressaria aos proprietários mineradores de buscar na constituição familiar, uma ampliação da propriedade escravista, via incentivo à procriação. (Idem, p. 93)

Desta forma, mesmo contribuindo para o estudo da família entre as camadas populares, este estudo pouco colaborou de fato, para o entendimento das possibilidades de organização familiar no interior do cativo, justamente por reiterar uma concepção clássica acerca da família escrava. Nesse sentido, concordamos que a maciça insistência no aspecto da instabilidade familiar escrava, baseada em argumentos já superados pela historiografia, tal como a incompatibilidade entre a viabilização daquela com o próprio regime escravista, se manifestou como ponto frágil nesta discussão.

Como contraponto, em estudo desenvolvido por Eduardo França Paiva, a partir do levantamento de 357 testamentos para a comarca do Rio das Velhas no século XVIII, a família escrava recebe outra abordagem. Neste esforço de análise, em lugar da instabilidade e intenso intercurso sexual entre os escravos, o autor reconhece os significados construídos por aqueles em torno dos vínculos familiares duradouros. Em palavras do autor:

(...) a formação de famílias significou a construção de laços de solidariedade entre os escravos, ajuda mútua, suporte material e espiritual. A família funcionava como receptora de angústias e expectativas comuns e como fortificante para a luta cotidiana. Ela tornou-se um dos mecanismos de defesa e sua estruturação impôs-se como estratégia de resistência à desumanização e à indignidade do cativo. (PAIVA, 1995, p. 121)

Desta forma, a família cativa foi tida como meio de “resistir a desumanização” das

relações escravistas. A partir desta abordagem, mesmo quando o autor enfoca a ocorrência entre o arranjo resultante do intercurso sexual entre senhores e escravas, desenvolve argumentos em que ambas as partes sofriam perdas e ganhos, mesmo reconhecendo o lado mais forte da contenda. Para França Paiva, do total de mães escravas identificadas, metade delas foi alforriada gratuita ou condicionalmente, quando não tramitadas em acordos de coação. Já entre as testadoras forras africanas, a participação familiar entre seus cativos era significativamente maior, em relação aos testadores brancos. (Idem, *Ibidem*, p. 120-123)

Uma interpretação atribuída a este fenômeno, ou seja, de incentivo familiar entre a escravaria pertencente às testadoras forras, foi desenvolvida por Sheila de Castro Faria (2004) em estudo sobre as “pretas-sinhás” das cidades do Rio de Janeiro e São João del Rei. Para a autora, as mulheres africanas de etnia mina, que protagonizaram a rede de comércio urbano ambulante conhecido como vendas do tabuleiro, optaram, por razões tanto práticas como culturais, em não ter filhos consangüíneos. Em contrapartida, seus depoimentos testamentários demonstraram que suas experiências de família eram integralmente formadas a partir de alianças de convívio coabitacional ou rituais e não pela tradicional via do parentesco consangüíneo ou pela ligação matrimonial.

Segundo este estudo, esta forma *sui generis* de organização familiar, constituiu-se também como veículo fundamental tanto de edificação de patrimônio material e cultural, visto que os ensinamentos dos segredos culinários eram transmitidos às escravas destas mercadoras, como também de mobilidade social, pois um grande número destas se tornava herdeiras ou futuras mercadoras forras, assim como foram suas antigas proprietárias. A autora ressalva que, apesar dos laços comunitários havidos, o elemento da exploração não se fazia ausente, tendo em vista que esta relação de parentesco entre as pretas-minas mercadoras com suas escravas seguidas de suas eventuais crias, era forjada tanto por laços de convívio quanto pela própria relação escravista. Deste modo, este arranjo familiar mesmo incorporando elementos atributos do *modus vivendi* da lógica cultural senhorial, ao assumir a propriedade escravista como fundamento desta relação, também representava o ambíguo espaço para a construção de uma outra identidade cultural de grupo familiar, baseada não na linhagem consangüínea, mas em outros ritos simbólicos familiares, que possibilitavam a transmissão de uma herança cultural baseada no conhecimento da arte culinária e práticas do ofício de mercadoras. Desta forma, esta organização singular de vínculos comunitários e de vivência familiar, constituiu-se como uma das múltiplas facetas do “viver escravo” no Brasil e mais um

dos caminhos encontrados para resistir ao sistema escravista.

Retomando a abordagem do tema pela perspectiva demográfica desenvolvida para o período oitocentista, Tarcísio Botelho, ao estudar o processo de reprodução das escravarias do município de Montes Claros, região dedicada à cultura de alimentos, algodão e atividade da pecuária a nível de subsistência local, demonstrou que houve uma relação estreita entre capacidade produtiva da escravaria e economia mercantil de subsistência. Segundo o autor, o impacto da reprodução ampliada, verificada no interior das escravarias investigadas “não deixa dúvidas quanto à estratégia de manutenção e aumento do plantel adotado pelos proprietários”. (BOTELHO, 1994, p. 84)

Revisando as ponderações de Gorender a despeito do incentivo familiar no cativo como um recurso inviável e anti-econômico para a ampliação do plantel, o autor assevera que dentro das peculiaridades da economia de Montes Claros este recurso não era tido como anti-econômico. Entretanto, esta era também uma questão controversa e poderia provocar oscilações entre as posições senhoriais, conforme as circunstâncias engendradas. Não obstante, o posicionamento tomado por cada proprietário (se a reprodução seria uma estratégia vantajosa ou não) dependeria “não apenas de critérios estritamente econômicos, mas de toda uma estratégia de preservação, expansão e controle [político] da escravaria”. (Idem, *Ibidem*, p. 117)

Nesse sentido, mesmo reconhecendo a importância dos vínculos familiares e os ganhos que estes poderiam acarretar à sobrevivência do indivíduo mantido em cativo, há que se reconhecer o interesse político senhorial em manter e dar continuidade à força de trabalho, por meio do recurso da manutenção da integridade familiar escrava em seus plantéis. Não obstante, este estudo teve uma importância fundamental ao constatar o nível de formação e estabilidade familiar em pequenas unidades, com até 10 escravos. Desta forma, além de comprovar o investimento no recurso da expansão natural, aderida pelos pequenos proprietários, como forma de manutenção/ ampliação e controle político de seus plantéis, o estudo nos instiga à uma relativização quanto à relação direta engendrada entre a dimensão dos plantéis e potencial de agenciamento familiar, amplamente divulgado pelos estudos clássicos acerca da família escrava, principalmente entre as regiões agro-exportadoras do

Sudeste.¹⁵⁶

Outro estudo de envergadura, que assinalou avanços na abordagem da família escrava na província, refere-se à pesquisa desenvolvida por Heloísa Maria Teixeira (2001) acerca do papel das famílias escravas no processo de formação e ampliação dos plantéis escravistas no Termo de Mariana durante o período de esfacelamento da instituição escravista, conhecido durante a segunda metade do século XIX. Assim como Botelho, a autora se preocupou em responder questões em torno das formas buscadas pelos proprietários para organizarem e reporem sua mão-de-obra. Porém, nesta abordagem optou-se pelo enfoque político tomado por este empreendimento, no período do pós-fechamento do tráfico-Atlântico, quando a preocupação referente à mão-de-obra adquiriu, para os senhores, uma ressonância muito maior que em períodos de ampla oferta do braço africano no mercado.

Baseado numa análise intensiva de 396 inventários *post-mortem*, este estudo também constatou elevadas razões entre criança e mulher, verificada para população escrava e ingênua de Mariana. À esta elevada participação de crianças, deve-se acrescentar o acentuado nível de estabilidade conhecido pelas famílias escravas em Mariana. Em análise do destino conferido à estas famílias após o ato da partilha, a autora comprovou que mais da metade, ou seja, 51,2% daquelas permaneceram unidas integralmente, ao passo que somente 7,8% foram totalmente esfaceladas. (Idem, *Ibidem*, p. 133). Nesse sentido, concluiu-se neste estudo, que a família escrava foi um recurso estratégico almejado pelos senhores, a fim de assegurarem a manutenção e continuidade de seus plantéis. No entanto, mesmo durante o processo de deslegitimação das relações escravistas e acentuação do tráfico interno, a criança escrava, posteriormente o ingênuo, era mão de obra bastante requisitada pelo mercado ilegal naquele contexto. Já em comparação com o estudo supracitado para Montes Claros, a reprodução natural da escravaria não foi um recurso buscado por pequenos escravistas em Mariana, mas sim conheceu, em plantéis acima de 10 escravos, maiores possibilidades de ocorrência. (Idem, p. 80)

Outro estudo tangenciado por estas questões relacionadas à articulação entre nível de

¹⁵⁶ Sobre esta relação entre dimensão do plantel e potencial de estabilidade familiar, Cf.: FLORENTINO, Manolo & GÓES, José Roberto. *A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico Atlântico no Rio de Janeiro*: Civ. Brasileira, 1997. Cf.: SLENES, Robert, *Na senzala uma flor*. Esperanças e Recordações na formação da família escrava. Brasil, sudeste, século XIX. Nova Fronteira, 1999. MATTOS de CASTRO, Hebe Maria. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. SCHWARTZ, Stuart. *Segredos internos*. Engenhos e escravos na sociedade colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 3 ed, 2005.

propriedade e possibilidade de sedimentação de comunidade da família cativa, foi desenvolvido por Rômulo Andrade (1998) na Zona da Mata mineira, região caracterizada pela intensa inserção ao tráfico de escravos e economia agro-exportadora pelo cultivo do café. Nesta investigação, o autor desenvolve um estudo comparativo entre estruturas agrárias distintas – Juiz de Fora, Zona da Mata sul mineira, economia agro-exportadora; e Muriaé, Zona da Mata leste mineira, dedicada à economia diversificada de alimentos e cultivo da cana-de-açúcar.

Nesta análise comparativa, o autor constatou que o tipo de estrutura agrária era um incidente direto no comportamento demográfico da população escrava e na constituição familiar no cativo. Entre os resultantes empreendidos, observou-se que: 29% dos escravos adultos mencionados no alistamento de 1872 em Juiz de Fora, referia-se à escravos casados ou viúvos e mais da metade destes, inseria-se em grandes plantéis. Já em Muriaé, este índice cai para 21% e sua concentração se dava em propriedades de médio porte. Com relação à frequência de ligação de parentesco, o autor encontrou uma participação de 71% e 54% respectivamente para Juiz de Fora e Muriaé. Já referente ao índice de legitimidade, extraído do mesmo conjunto de listas de matrículas para o ano de 1872, entre os mencionados municípios, Andrade ratificou uma superioridade de 53% para Juiz de Fora, em relação à participação de 43% de filhos legítimos para Muriaé.

Desta forma, partindo destas inferências o autor observou que a hegemonia de grandes unidades produtivas de café constituídas pelo elevado número de escravos, fez com que a presença da família nuclear se fizesse majoritária nesta estrutura agrária, mesmo levando em consideração que “desde muito cedo o escravo era arrancado de seu convívio familiar”. (Idem, *Ibidem*, p. 31) Em contrapartida, em Muriaé, constituída pela economia diversificada de alimentos e pequenas lavouras de café, predominou a formação de *famílias quebradas*, situadas em propriedades de pequenos e médios plantéis de escravos.

Quanto aos significados atribuídos a estes arranjos familiares, o autor salienta que a família escrava constituía uma forma de adaptação ao sistema escravista. Entende-se por adaptação, não como comportamento de passividade frente à adversidade da escravidão, mas uma forma de resistência diária, que permitia própria reprodução daquele sistema. Entretanto, o convívio familiar era um meio muito almejado pelo escravo, para impedir que a “coisificação social de seu ser imposta pelo meio de produção, se convertesse em coisificação subjetiva”. (ANDRADE, 1995, p. 35)

Em outro instigante artigo acerca da transação comercial de famílias escravas no mercado interno da Zona da Mata mineira, o mencionado autor, utilizando-se da mesma metodologia de Fragoso e Florentino para a região fluminense de Paraíba do Sul, procurou responder às questões concernentes aos impactos sofridos pela escravidão local após o cerceamento do tráfico internacional de escravos. Além disso, procura avaliar as mudanças substanciais vivenciadas por senhores e escravos após a intensificação do mercado inter/intraprovincial e promulgação da Lei de 1871 no contexto local, durante o processo de esfacelamento da instituição escravista. (ANDRADE, 1998a)

Analisando um conjunto de escrituras de compra e venda de escravos, o autor constatou que dos escravos comercializados em Juiz de Fora, cerca de 10% envolvia famílias nucleares, enquanto que 12% integravam *famílias parciais*, ou seja, aquelas formadas entre mães solteiras e seus filhos. Quanto ao impacto agenciado pela Lei de 1871 nestas transações de compra e venda, o autor assevera que houve uma sensível redução de vendas de crianças isoladas, ao passo que esta indissociação entre mães cativas e suas crias, se impôs não só pelo imperativo da lei, mas pelo interesse crescente pela mão-de-obra de ingênuos.

Já com relação aos significados engendrados em torno da ocorrência deste “mercado de famílias” na região da Zona da Mata mineira, o autor considera tratar-se de uma questão controversa, pois ao mesmo tempo em que é apreensível a preocupação senhorial em manter a integridade destes laços familiares, por razões políticas, já sabidas, ao mesmo tempo verificou-se a interferência atuante da própria família no agenciamento deste mercado de compra e venda de escravos.

Avançando nesta discussão acerca dos significados dos vínculos comunitários no cativo, durante os anos de desmantelamento da instituição escravista, ainda no município de Juiz de Fora, Raquel Francisco (2007), desenvolve uma instigante análise acerca da luta empreendida por famílias de escravos libertos contra aqueles que reivindicavam a tutoria de seus filhos. Segundo este estudo, somente a partir da Lei de 1871 que os menores afro-descendentes libertos e ingênuos passariam interessar às reivindicações de famílias abastadas, em processos de tutorias. Antes disso, este procedimento jurídico era direcionado apenas aos órfãos de famílias bem situadas que possuíam bens a serem administrados. Desta forma, os processos de tutoria direcionados às crianças ingênuas e libertas, podem ser entendidos como um dos desdobramentos da Lei Rio Branco, que instigou, por um lado a libertação gradual destes descendentes de cativo nascidos após a promulgação da lei, despertando, ao mesmo

tempo, a preocupação senhorial de se gerar novos mecanismos de subordinação e dependência desta nova camada social ascendente. Sendo assim, a posse de crianças libertas ou ingênuas, por meio da tutoria, foi um recurso legal utilizado pelos senhores, para assegurarem a força de trabalho destes potenciais trabalhadores. Sob o discurso a proteção, da boa educação e amparo aos menores, aqueles senhores buscavam, por meio deste gesto tão humanitário, garantir “bons criados” para os serviços domésticos ou até mesmo braços para a lavoura, já que a força de trabalho no campo era uma questão que não deixava de preocupar os proprietários naquele momento.

Avançando com o tema de tensões sociais e reordenamento de relações entre senhores e escravos, nos anos finais da escravidão no município de Juiz de Fora, Elione Guimarães (2006), estende sua análise para os anos posteriores do pós- abolição a fim de entender o complexo processo de reorganização social e os caminhos buscados para a reestruturação familiar daquelas famílias recém saídas do cativeiro no contexto urbano e rural daquele município de imensa diversificação étnica.¹⁵⁷

Abordando estudos de casos acerca de tensas disputas de terras entre famílias remanescentes da escravidão e fazendeiros, durante o processo de intensa valorização mercantil da propriedade agrária na Zona da Mata mineira, em função do *boom* cafeeiro do final do século XIX, a autora, reconstituiu as pressões cotidianas enfrentadas por aquelas famílias e as formas legais, até mesmo violentas, utilizadas pelas famílias abastadas para promoverem a expulsão daqueles grupos tradicionalmente ligados à terra, seja pela prática do proto-campesinato escravo, seja pela aquisição formal de terras, efetuadas em testamentos.

Neste processo, Guimarães salienta a importância de alianças familiares engendradas ainda nos tempos do cativeiro para enfrentarem a luta empreendida, tanto contra os herdeiros legais da família senhorial, quanto com os proprietários circunvizinhos. Em desfecho, a autora menciona:

As evidências demonstram que em Juiz de Fora os cativos não mediram esforços para reestruturar suas famílias: casaram-se, procuraram recuperar a guarda de suas crianças (mesmo que o objetivo não fosse só afetivo, mas também uma maneira de aumentar a mão de obra familiar), buscaram através da imprensa, encontrar seus entes queridos. Muitos deles permaneceram nas fazendas onde haviam sido escravizados, trabalhando

¹⁵⁷ O município sofreu intenso processo de imigração, principalmente de italianos e alemães no fim do século XIX. Mais informações, cf.: RIBEIRO, *Mônica. Imigração e Industrialização: os alemães e os italianos em Juiz de Fora (1854-1920)*. Dissertação de Mestrado. Niterói: UFF, 1991.

como assalariados, colonos, parceiros. Outros abandonaram as propriedades dos ex-senhores e partiram em busca de outras alternativas. (...) As tensões e os conflitos oriundos do escravismo não se esgotaram com a Lei, que em 1888 aboliu a escravidão. (GUIMARÃES, 2006, p. 308-309)

Ainda sobre estas questões acerca do processo de redefinição e reordenamento das relações escravistas, durante a segunda metade dos oitocentos na província, Sheldon Carvalho (2008), empreende um estudo sistemático, a partir de 421 escrituras de compra e venda de escravos, 405 inventários *post-mortem*, acompanhados de 120 testamentos, somados às 36 ações de liberdade. A partir deste amplo material levantado para o Termo de Barbacena, dinâmico centro mercantil articulado à economia de abastecimento interno da província, o autor procura reconstituir as “perspectivas de senhores e escravos” elaboradas a partir de um intenso processo de transformações inerentes à perda de legitimidade das relações escravistas, no contexto de deterioramento da instituição no Brasil.

Segundo o autor, neste complexo processo de re-significação das relações de poder, fundamentadas em tradicionais valores do *ethos* paternalista, os complexos familiares oriundos do cativo “reproduziam um poderoso sistema de dominação e exploração escravista no Termo de Barbacena.” (Idem, *Ibidem*, p. 19) Remando o clássico debate entre Slenes e Florentino/Góes, o autor reitera que o investimento político nas famílias escravas, muitas vezes “potencializava e reforçava o poder de domínio dos senhores, ao mesmo tempo em que possibilitava uma libertação fortemente gradual em campo cotidiano.” (Idem, *Ibidem*)

Desta forma, este estudo salienta que neste processo de corrosão da escravidão, a família escrava também esteve submetida à re-significações constantes, mediante aquele quadro de intensas mudanças e reordenamento social. Nesse sentido, constituindo-se como “capital social e político” na luta contra a escravidão, através da forte mobilização para a aquisição do pecúlio, acompanhado pelo engajamento político de libertação de seus membros em ações de liberdade, o grupo familiar erigiu-se, de fato, como contradição tácita do próprio sistema escravista, ao servir, concomitantemente, aos projetos senhoriais, que visavam, naquele contexto, assegurar a fixação de libertos em suas propriedades, por meio de novos mecanismos de dominação elaborados a partir do tradicional *ethos* paternalista.

Sendo assim, o lado mais forte da contenda buscava manter como prerrogativa o ato de conceder roças, tempo livre, moradias e outros privilégios, lidos pela ótica de cima, como maneiras buscadas para fazer valer sua autoridade moral. Estas prerrogativas tinham, sobretudo, como premissas a iniciativa senhorial de tentar “manipular este sentimento de

família.” (Idem, *Ibidem*, p. 300)

Ainda sobre o significado político da família escrava, recuando para um período de extensão maior do século XIX, Maria Lúcia Resende Teixeira (2007), em estudo sobre as relações escravistas num distrito que representou uma das maiores concentrações de escravos africanos na Comarca do Rio das Mortes, enfatizou o papel disciplinador empenhado pela família escrava na localidade. Em palavras da autora:

Acenar com a possibilidade de constituição de uma família fazia do escravo um ser obediente do qual, depois de alguns anos seria dada a possibilidade de uma vida quase normal, exceto por sua permanência como cativo. Isto disciplinaria o escravo. Depois a existência da família garantiria o equilíbrio da propriedade, já que ela se compunha de poucos brancos dominando um número muito superior de negros cativos. O cativo com sonhos de casamento seria mais dócil. Aquele que já tivesse família era o mais enraizado no cativeiro e na propriedade, ao mesmo tempo em que representava o esteio de toda escravaria. (TEIXEIRA, 2007, p. 144)

Entretanto, esta relativa tranqüilidade das senzalas assentada nas políticas de incentivo à família, já não conformou o contexto de escravidão do município de Carrancas, na mesma Comarca do Rio das Mortes onde uma grande insurreição escrava, a maior já conhecida no Sudeste, assolou as propriedades da família Junqueira no Sul de Minas. Ao estudar este movimento, Marcos Andrade (1996) salientou o alto teor de relações de parentesco havido entre os escravos pertencentes à fazenda Bela Cruz, propriedade onde eclodiu a mencionada revolta. Dentre os envolvidos no motim, o próprio líder de senzala e mentor da conspiração violenta contra a família senhorial, Ventura Mina, possuía vínculos de parentesco, incluindo seu filho, André Crioulo, roceiro e carreiro, considerado um dos principais atuantes na execução de alguns integrantes da casa grande nas fazendas Campo Alegre e Bela Cruz.

Não obstante, este significativo envolvimento familiar entre os integrantes estratégicos neste movimento violento de rebelião escrava, nos chama atenção para a necessidade de se relativizar o papel disciplinador atribuído ao significado da família escrava no contexto da escravidão brasileira. Sendo assim, há que se salientar o papel controverso tomado por esta instituição no engendramento das relações escravistas, onde tanto os escravos quanto os senhores atuavam continuamente dentro de suas expectativas sociais, forjadas e inerentes à própria experiência ambígua do cativeiro, em que deveres e obrigações mútuas eram elaborados a partir de relações de poder assimétricas, sedimentadas no nível de convivência. Nesse sentido, diante da ambivalência neste processo, em que ambos os lados da contenda se

forjavam mutuamente, permanece cada vez mais difícil atribuir uma visão unilateral, no que compete aos significados engendrados pela organização familiar no cativeiro.

A guisa de encerramento desta discussão, não poderíamos deixar de mencionar o trabalho recentemente defendido por Jonis Freire acerca da formação de redes familiares em grandes propriedades na região da Zona da Mata mineira, a partir de uma perspectiva microanalítica de estudo. Utilizando-se do método nominativo para acompanhar, ao longo do tempo, o comportamento de dispersão e manutenção de redes familiares em escravarias específicas, o autor trouxe para historiografia mineira um tratamento inovador ao objeto da família escrava no âmbito da província. Afastando-se do emprego maciço de métodos quantitativos e optando pela redução da escala do objeto, o autor alcançou, em sua análise, aspectos singulares da escravidão local, ao constatar que muitos dos cativos inventariados analisados conseguiram re-estruturar suas relações familiares após o advento do impacto da partilha. Sendo assim, muitos destes conseguiram estender seus espaços de convívio, quando permaneciam em propriedades vizinhas ou na própria sede, quando esta era preservada de ações de venda pelos herdeiros.

Tecida esta discussão, vale salientar que nosso objetivo concentrou-se, sobretudo, no esforço de aproximarmos as pesquisas em torno da família escrava no espaço da capitania/província de Minas Gerais. Não obstante, confrontamos, ao logo da análise com duas diretrizes historiográficas em torno do tema: a primeira - referente ao desdobramento da historiografia revisionista, considerada fortemente atrelada à uma abordagem econômica e demográfica – a segunda de cunho cultural, ensaia com passos tímidos seu desenvolvimento em Minas. No entanto, o tratamento dispensado ao singular, em torno da valorização das trajetórias familiares e objetos tomados pela escala reduzida de análise vêm abrindo margens às novas frentes de abordagens, para além das fronteiras demográficas, enquanto que o primeiro seguimento ainda segue bastante engajado em desvendar o potencial de reprodução da população escrava em diferentes regiões da província.

No item a seguir discutiremos os significados construídos em torno do rito matrimonial e como esta instituição foi adquirindo, a partir das trocas culturais adjacentes ao contexto escravista, novas releituras a partir de percepções culturais próprias dos cativos. Nesse sentido, apresentaremos também os resultados empíricos de nossa pesquisa concernentes ao comportamento legítimo de união verificada para a população escrava, ao longo do período eleito. Não obstante, procuramos confrontar os índices de nupcialidade

referentes à população cativa acima de 15 anos, extraídos do mapeamento populacional de 1833-1835, com os índices de legitimidade extraídos do conjunto de nove livros de assentos batismais abertos para a paróquia de São Bom Jesus dos Mártires, entre o período de 1812-1873.

4.2 EM FACE DA UNIÃO LEGÍTIMA: ASPECTOS CONJUGAIS DA FAMÍLIA NEGRA NA FREGUESIA DE SÃO BOM JESUS DOS MÁRTIRES

O estudo das práticas matrimoniais entre a população cativa tem se revelado frente relevante para o entendimento da experiência do “viver em família” e dos significados que isso acarretava na sobrevivência cotidiana no cativo. No entanto, é importante lembrar que uma grande parte das uniões cativas, independente de terem sido estáveis ou temporárias, não perpassaram pelo crivo oficial da pena do pároco.¹⁵⁸ Não obstante, como já nos indicou a historiografia do tema, o baixo índice de legitimidade nunca fora sinônimo direto de instabilidade como regra das relações sexuais e/ou afetivas sedimentadas no cativo. Caso afirmássemos o inverso, estaríamos retomando o paradigma tão superado da promiscuidade e desenlace familiar, contundentemente rebatido pela geração de historiadores dos anos 80, que demonstraram com propriedade, o profundo significado que a constituição de parentesco e estabilidade nas relações adquiriram para esses agentes.¹⁵⁹

¹⁵⁸ Eram inúmeros empecilhos para o escravo obter acesso ao casamento, além da permissão senhorial, lembrando que em casos de oposição do senhor, este, embora não houvesse nenhum respaldo jurídico que impedisse tal intento, sua recusa era, certamente, um fator inibidor às uniões, tendo em vista que na maioria das vezes, era ele quem cumpria as despesas das taxas a serem pagas. A burocracia eclesiástica, com suas inúmeras exigências à serem utilizadas na tramitação dos processos, como certidões de batismo ou óbito (quando viúvo), a fim de detectar os “impedimentos” ao matrimônio, onerava ainda mais a cerimônia, além de desestimular os envolvidos, quando vindos de outras partes externas da freguesia, ao terem que retornar às suas paróquias de origem, afim de comprovarem a data de batismo e o estado de aptidão, de “livres e desimpedidos”. Outro elemento de peso, consiste o fato de que feita a união legal, o senhor teria que se responsabilizar pela permanência da união, caso contrário, poderia incitar além de fortes reações de violência dos cativos envolvidos, alguma oposição da Igreja local, tendo em vista que a “brecha” tida em sua legislação, em favor da não separação dos cativos, poderia leva-los à reivindicar seus direitos, quando fossem descumpridas. Cf.: FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento*. Fortuna e Família no cotidiano colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p. 289-339.

¹⁵⁹ Referimos-nos, sobretudo aos trabalhos: FRAGOSO, João L. & FLORENTINO, M. Marcelino, filho de Inocência Crioula, neto de Joana Cambinda: um estudo sobre as famílias escravas em Paraíba do Sul (1835-1872). In: Revista *Estudos Econômicos*. Número 17 (2) São Paulo IPE-USP, 1987. FLORENTINO & GÓES, A paz das senzalas. Famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, 1790- c.1850. . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987. SLENES, Robert W., *Na senzala uma flor*. Esperanças e recordações da família escrava. Brasil Sudeste, século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. MATTOSO, Kátia. Família e sociedade na Bahia do século XIX. São Paulo/Brasília: Corrupio/ CNPq, 1988. MATTOS [DE CASTRO], *Das Cores do silêncio*: os significados da liberdade no Sudeste escravista- Brasil, século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. MOTTA, José Flávio, *Corpos escravos, vontades livres*: estrutura de posses de cativos e família escrava em núcleo cafeeiro (Bananal, 1801- 1829). Tese de doutorado em economia, USP, 1990. RIOS, Ana Maria Lugão, “ *Família e transição* (Famílias negras em Paraíba do Sul, 1889-1920) Dissertação de Mestrado em História, UFF, 1990.

Entender o comportamento conjugal codificado, naquilo que se denominou como “padrões de escolhas”- entende-se aqui, ato de escolha, nunca no sentido arbitrário, mas sempre sedimentado numa “via de mão dupla”, coagido pelos diversos interesses dos agentes envolvidos - constitui-se numa ferramenta analítica de suma importância para apreensão das possíveis expectativas “em jogo”, para além dos critérios afetivos e sexuais.

Entretanto, o casamento cristão ¹⁶⁰ instituído na América Portuguesa através da “política de normatização familiar” ¹⁶¹ promovida pela Igreja, sob o respaldo do Estado, que fundamentava-se em valores morais de monogamia, fidelidade e indissolubilidade, sobretudo conjugados, à finalidade de preservação e transmissão seletiva do patrimônio entre os “bem-nascidos” ou entre àqueles firmados como “nobreza da terra” adquiriu sentidos totalmente novos para o grupo social dos cativos.

Nesse sentido, a adoção do matrimônio enquanto rito, proveniente de uma normatização social e linguagem religiosa do grupo dominante, desempenhou outras finalidades para os contraentes escravos, que passaram a enxergar neste, um dos atenuantes para as agruras diárias da escravidão. Numa acepção mais ampla, deve se admitir que as finalidades propostas inicialmente por esta instituição foram recebendo novas significações de acordo com as necessidades experienciadas por cada grupo social que a fizesse atingir.

Utilizando, portanto, o referencial teórico que prima, sobretudo, pelo processo de releitura, da reelaboração e ressignificação dos códigos culturais, conforme as imprevisões,

¹⁶⁰ O casamento pode ser entendido como um rito de passagem, expresso na socialização de um ato privado. Dentro da doutrina católico-cristã, o matrimônio instituiu-se como sacramento a partir do Concílio de Latrão (1215). Contudo, antes de sua normatização oficial era reconhecido como uma prática de domínio exclusivo da família, mas com o passar do tempo, tornou-se cerimonial público, de controle normativo da Igreja. Suas normas de conduta, ou seja, de como proceder numa vida conjugal, foram ratificadas pelo Concílio de Trento (1545-1563), que receberiam uma leitura própria no contexto colonial do Brasil, baseadas nos impasses colocados pela sociedade escravista, que foram impressas na forma da legislação canônica conhecida como Constituições Primeiras do Arcebispo da Bahia, instaurada em 1707. Junto à esta, havia também o código laico (Ordenações Filipinas), que reconhecia, além da união legítima, sancionada pela Igreja, o “casamento presumido”, ou “por juras”, ou seja, àquele não sancionado, mas fruto de uma coabitação prolongada. Cf.: FIGUEIREDO, Luciano. *Barrocas Famílias: Vida familiar em Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: Hucitec, 1997. ANDRADE, Rômulo. *Limites impostos pela escravidão à Comunidade Escrava e seus vínculos de parentesco: Zona da Mata e Minas Gerais, século XIX*. Tese de Doutorado. (Departamento de História). São Paulo: USP, 2005. LOTT, Miriam Moura. *Na forma do ritual romano. Casamento e família em Viva Rica (1804-1839)*. Belo Horizonte: Annablume, 2008.

¹⁶¹ A política de normatização familiar foi instituída a partir do século XVII, em território colonial, quando a Coroa e a Igreja, promoveram amplo incentivo às uniões legítimas, com finalidade de garantir o estabelecimento efetivo de colonos, o que se tornava difícil quando seus protagonistas não apresentavam enlacs familiares sólidos capazes de gerar enraizamento. Esta política manifestou de inúmeras formas, dentre elas destacam-se as perseguições decorrentes das visitas eclesiais, concessões de sesmarias àqueles casados, ou desprovido de uma relação ilícita que gerasse mal estar público, até mesmo o incentivo à migração de casais açorianos ao invés de homens solteiros. No entanto, Luciano Figueiredo, em seu estudo para Vila Rica, esmiúça o fracasso deste intento, ocasionado pela persistente tensão entre “normas impostas” e costumes naquela sociedade colonial. Cf.: FIGUEIREDO, Luciano. *Barrocas Famílias: Vida familiar em Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: Hucitec, 1997.

conflitos e limitações enfrentados pelos agentes, partimos da concepção de que a adoção do matrimônio, principalmente quando se refere a africanos, perpassava por um processo de reiteração e “negociação de signos e símbolos”.¹⁶²

Nesta confluência, Slenes pontua que além dos ganhos materiais advindos de um possível acesso a uma economia autônoma, para o escravo, sobretudo africano, o casamento, acompanhado pela conquista de fogo domiciliar separado da senzala coletiva, permitia a “criação de espaço psicológico e emocional”, capaz de gerar condições fundamentais para que houvesse a “recriação de ritos de convivência familiar africana” na senzala. Para o autor, quando o escravo adquiria a aliança do matrimônio “podia ter mais esperança de tornar sua vida na escravidão, uma vida de ‘gente’”. (SLENES, 1999, p. 189)

Outros sentidos foram atribuídos ao matrimônio de escravos. Além do acesso à tais recursos materiais e “ganhos simbólicos”, o casamento foi lido em outras análises, tal como a família, como forte instrumento de diferenciação na senzala. A conquista de tal privilégio poderia abrir aos envolvidos, possibilidades de se elevarem sobre os demais pares de infortúnio, que não tivessem a mesma oportunidade. O casamento seria nesta vertente, sinônimo de disputa para se alcançar um posto mais elevado na escala hierárquica, oriunda da estratificação social gerada também na senzala. Nesse sentido, o enlace cumpriria menos um papel de elemento aglutinador comunitário, um forte estímulo às paixões acirradas e disputas individuais, incapaz de reunir forças para sedimentar uma comunidade de âmbito maior no cativeiro. (MATTOS, 1998)

Outra explicação oferecida consiste no argumento de que o matrimônio firmou-se como importante canal de socialização ao recém-chegado extraditado da África. O “estrangeiro”, para tornar-se escravo, teria que passar por um processo de integração à comunidade de escravos já estabelecida e a união conjugal, nestas circunstâncias tão adversas, significaria, muitas vezes, o primeiro passo em direção ao enraizamento de laços familiares, capazes de atenuar o referido “estado de guerra latente”, impulsionada pelas constantes remessas de pertencentes dos mais diversos grupos étnicos submetidos à violenta reunião forçada no cativeiro. (FLORENTINO & GÓES, 1997)

¹⁶² Sobre o conceito de “recriação cultural” e “negociação simbólica” cf.: MINTZ & PRICE, *O nascimento da Cultura Afro – Americana: uma perspectiva antropológica*. Rio de Janeiro: Pallas, 2003, p. 27-56. SOUZA, Marina de Mello. *Reis Negros no Brasil escravista: História da festa de coroação do Rei Congo*. Belo Horizonte: ed. UFMG, 2002. SLENES, Robert. *Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava. Brasil Sudeste, no século XIX, 1999, ____ A árvore de Nsanda replantada: Cultos do Kongo de aflição e identidade escrava no sudeste brasileiro, século XIX*. In: LIBBY, Douglas C. & FURTADO, Júnia Ferreira, trabalho livre, trabalho escravo. Brasil e Europa, séculos XVIII e XIX. São Paulo: Annablume, 2006, p. 273-317. BORGES, Célia Maia. *Escravos e Libertos nas Irmandades do Rosário: devoção e solidariedade - Minas Gerais - séculos XVIII e XIX*. 1. ed. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2005. v. 1. 252 .

Estas frentes de abordagens, embora divergentes em muitos pontos, são unânimes em afirmar a valorização que tal instituição significava aos escravos. Miriam Lott (2008), utilizando um trocadilho com Gorender, quando este se referia ao crime, como primeiro ato humano, acentua que se fossemos eleger, sob licença metafórica, o “primeiro ato humano do escravo” que fosse então o casamento, já que este era prescrito como direito humano e divino estendidos também àqueles que “estivessem à serviço de Outrem” como previa as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia. Segundo estas:

Conforme o Direito Divino e humano os escravos, e escravas podem casar com outras pessoas captivas, ou livres, e seus senhores lhe não podem impedir o Matrimônio, nem o uso delle em tempo e lugar conveniente, nem por esse respeito os podem tratar pior, nem vender para outros lugares remotos, para onde o outro por ser captivo, ou por ter outro justo impedimento não o possa seguir, e fazendo o contrário pecão mortalmente (...).¹⁶³

Sendo assim, apesar deste reconhecimento da Igreja, e a concessão jurídica do enlace permitida até mesmo com integrantes de outros grupos sociais, é factível a preocupação que tal instância tinha em esclarecer, que tal estado conjugal em nada alteraria a condição social do escravo. Nota-se junto a isso, a delegação de responsabilidade pela permanência do casal, ao proprietário. Tais observações eram espécies de medidas prévias a fim de se evitarem confrontos entre a instância e o senhor. Entretanto, não tido com “bons olhos”, a Igreja envolvida em problemas domésticos entre o senhor e sua escravaria:

(...) e tomao sobre suas consciências , as culpas de seus escravos, que por este temor se deixão muitas vezes estar , e permanecer em estado de condenação. Pelo que lhe mandamos e lhe encarregamos muito, que não ponhão impedimentos a seus escravos para se casarem, nem com ameaços e com mão tratamento lhes encontrem o uso do Matrimônio em tempo e lugar conveniente, nem depois de casados os vendão as partes remotas de fora, onde suas mulheres por serem escravas , ou terem outro impedimento legítimo os não possam seguir. E declaramos , que posto que casem , ficão escravos, como de antes erão, e obrigados a todo serviço de seo senhor”¹⁶⁴

Feita esta breve exposição acerca do matrimônio, apresentaremos deste momento em diante os dados referentes à nupcialidade, coligidos pelo esforço deste levantamento pra a Freguesia de São Bom Jesus junto ao seu município pertencente. Referente aos mapas de população (1833-1835) para o município de Pouso Alegre verificamos que, da população cativa, considerando o cômputo total de homens e mulheres acima de 15 anos; 36,8% eram casados ou viúvos. Consoante a distribuição de escravos, nesta mesma categoria, por distrito,

¹⁶³ Fonte: *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia...*, (D. Sebastião Monteiro da Vide) Livro Primeiro, Título LXXI, parágrafo 303. São Paulo Typografia, 1853.

¹⁶⁴ Fonte: *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia...*, (D. Sebastião Monteiro da Vide) Livro Primeiro, Título LXXI, parágrafo 303. São Paulo Typografia, 1853.

observamos que a participação mais elevada de uniões matrimoniais concentrou-se em Cambuí, com 46,8% do total de escravos acima de 15 anos, ao passo que a menor, fora identificada para São José das Formigas, que apesar de seu adensamento populacional cativo, apresentou a menor participação de casados, com 19%, neste quesito. (Cf.: TABELA 29, p. 202) ¹⁶⁵

Seguidos de Cambuí, Bom Retiro (44,7%) e Pouso Alegre (44,0%) foram os distritos que apresentaram as maiores participações, em relação ao total de cada população cativa correspondente, em idade acima de 15 anos. Lembrando que, o primeiro distrito, junto com Antas, compunha as menores populações de escravos do Município e, mesmo assim, aquele apresentou a segunda maior taxa de nupcialidade dentre os demais distritos. ¹⁶⁶ (Cf.: TABELA 29, p. 202)

Discriminando o estado conjugal, segundo a cor, observamos que, mesmo levando-se em consideração a participação maior de pretos do que de pardos, a indicação de casamento realizado neste último grupo, era proporcionalmente menor. Não obstante, essa característica, valeu como regra para quase todos os distritos, menos para Cotias e São José das Formigas, que apresentaram percentuais de nupcialidade, entre o grupo de pardos, superiores ao segmento de pretos. Já para o conjunto total do município, verificou-se a tendência acima prescrita, ou seja, de que pretos efetuaram mais casamentos legítimos que pardos. (Cf.: TABELA 29, p. 202)

Já com relação a este mesmo levantamento para o grupo de “pretos livres”, obtivemos um resultado peculiar: altos índices de nupcialidade neste grupo, o que não era muito recorrente aos padrões ratificados para a escravidão no centro-sul do Brasil. Para o cômputo do município, esta participação representou 38,3%, só no distrito de Pouso Alegre, este índice foi de 57,1% para o mesmo segmento, situados na faixa etária, superior à 15 anos. Em Ouro Fino, este índice, atingiu a surpreendente participação de 73%, ou seja, a maioria esmagadora de pretos livres, acima da idade supracitada, desenvolveu laços conjugais, sancionados pela Igreja. ¹⁶⁷ (Cf. TABELA 29, p. 202)

Em estudo anterior, acerca do fenômeno de nupcialidade entre forros para as Vilas de São João del Rei e Baependi, Guerzoni Filho e Roberto Netto (1988) demonstraram, para esta última, que em 1831; 57,6% de forros acima de 12 anos eram casados, enquanto que 7,4% eram viúvos. Em São João del Rei, fora estimado um valor aproximado de 57,1% de

¹⁶⁵ Fonte: Mapa de População de Pouso Alegre (1833- 1835). Ver APM, Notação MP, CX 06 doc 02

¹⁶⁶ Fonte: Mapa de População de Pouso Alegre (1833- 1835). Ver APM, Notação MP, CX 06 doc 02

¹⁶⁷ Fonte: Mapa de População de Pouso Alegre (1833- 1835). Localizados no APM, Notação MP, CX 06 doc 02

indivíduos casados e 5,8% de viúvos, dentro deste mesmo segmento. Estas estimativas demonstram não ter sido o Sul de Minas¹⁶⁸, um fenômeno isolado neste critério na ampla região da Comarca do Rio das Mortes.¹⁶⁹

Este mesmo estudo demonstrou padrões similares de participação cativa no consórcio legítimo nas localidades mencionadas. Em Baependi, a participação de casados e viúvos computada a faixa etária acima de 12 anos, foi de 35,4%. Enquanto em São João del Rei, esta mesma avaliação foi estimada em 33,2%, para o mesmo grupo indicado naquele recenseamento. (Idem. Ibidem) Comparando estes aos dados mencionados acima para o município de Pouso Alegre (36,8%), observamos uma participação ainda superior para nossa localidade de estudo. Se tomarmos os distritos separadamente, este índice se eleva, alcançando padrões mais elevados até mesmo às regiões de grandes propriedades escravistas, dedicadas à monocultura de exportação.

Slenes, ao traçar um quadro comparativo entre as principais economias exportadoras pertencentes às províncias fluminense e paulista, demonstrou que pelo recenseamento de 1804, realizado nesta última, regiões como o Centro-Oeste e Vale do Paraíba, apresentaram participações de 36,2% e 37,1%, dentre os cativos adultos, respectivamente. (SLENES, 1999, p. 267) Já os números obtidos para Rio de Janeiro, embora não correspondentes ao mesmo período, são sugestivos, pois indicam um engajamento bem inferior, num período não muito discrepante, quando comparados ao Sul de Minas e à província paulista. Regiões como Paraíba do Sul, Cantagalo e Comarca de Campos em 1850, obtiveram participações entre 19,5%; 14,2% e 27%, neste mesmo quesito, respectivamente. (Idem, Ibidem)

Em regiões paulistas, também dedicadas à economia de mantimentos, num período em que o cultivo do café não era tão expressivo na província, observamos participações relativamente menores de nupcialidade ao nosso quadro apresentado. Francisco Vidal Luna (1988) demonstrou que, para o total de sua amostra para 13 localidades, extraída do recenseamento de 1829, efetuou-se uma participação estimada a 27,5% de cativos casados ou

¹⁶⁸ Embora o Termo de Campanha e boa parte do Sul de Minas, incluindo a ampla região que congregou a Vila de Pouso Alegre deixa de pertencer, em termos administrativos, à Comarca do Rio das Mortes em 1833, podemos considerar que a vasta área recém desmembrada carregou, durante muito tempo, muitas características comuns àquela demarcação territorial a que pertencia. Não obstante, podemos agregar, além dos altos índices de legitimidade verificados para algumas de suas localidades pesquisadas, a forte inserção regional ao tráfico-atlântico de escravos, como também a presença de grandes unidades escravistas “a altura das unidades agro-exportadoras” nesta região de economia de abastecimento interno, que extrapolava, portanto, os limites jurídico-administrativos.

¹⁶⁹ Em estudo para a o Distrito de Lage, também pertencente à mencionada Comarca, Teixeira apresentou altas taxas de crescimento formal entre os escravos. Em 1795, 30,4% das mulheres escravas eram casadas. Já o índice de 1838 apresentou um índice de 28,8% de mulheres cativas acima de 15 anos, inseridas neste mesmo estado civil. Cf.: TEIXEIRA, Maria Lúcia Resende Chaves. *Família escrava e riqueza na Comarca do Rio das Mortes: O Distrito de Lage e o Quarteirão do Mosquito*. São Paulo: Annablume, 2007, p. 111.

viúvos, acima de 15 anos. Esta avaliação computada para cada município levantado, não ultrapassou a participação de 37,2%, atribuída à Sorocaba, dinâmico entreposto comercial de abastecimento, conhecido por sua tradicional “feira de muares”. Enquanto a maior participação identificada para as localidades que compunham o município de Pouso Alegre, atingiu um percentual de quase 47%, no período aventado.

Este parâmetro, efetuado numa temporalidade relativamente próxima, nos trouxe apontamentos significativos e peculiares para o Sul de Minas. Enquanto nas regiões mineradoras atestou-se baixíssimo índice de nupcialidade, até mesmo para o início do século XIX,¹⁷⁰ seja pelo grande desnível entre homens e mulheres, ocasionados pelas altas razões de masculinidade, seja pela própria paisagem urbana, que incitava o escravo engajar-se em outros investimentos de ganhos, que não perpassavam prioritariamente pela família legítima; o Sul de Minas, particularmente as localidades inclusas na amostragem para Pouso Alegre, demonstraram engajamentos instigantes da população cativa às uniões legítimas, mais similares às regiões de grande lavoura, que abrigavam grandes plantéis de escravos, do que às outras tradicionais economias de subsistência, como São Paulo (em período não dominado pela produção cafeeira) e Paraná. esta peculiaridade encontrada, podemos atribuir à presença significativa de plantéis de porte maior, ratificada não só para o âmbito do município, mas também para os Termos de Campanha e Baependi, como também para a freguesia vizinha de Itajubá.

Utilizando outra frente importante de apreensão acerca da incidência de legitimidade, verificamos, pelos registros paroquiais de batismo, a mesma tendência à alta participação de uniões oficialmente sancionadas.¹⁷¹ Ao levantarmos o conjunto de assentos dedicados aos “inocentes” escravos, arrolados em oito livros de assentos da Matriz de São Bom Jesus dos Mártires, dentre o período de 1812 a 1873, computamos que do total de 3.180 inocentes escravos, 1.696, ou seja, 53,3 destes, eram oriundos de uniões legítimas.¹⁷²

¹⁷⁰ Apenas 2% de casais cativos foram recenseados em Vila Rica em 1804. Miriam Lott confirma esta restrita participação, ao demonstrar que entre 1804 a 1839, somente 8% das uniões foram representadas pelas uniões cativas. Cf.: LOTT, Miriam Moura. *Na forma do ritual romano. Casamento e família em Viva Rica (1804-1839)*. Belo Horizonte: Annablume, 2008, p. 122

¹⁷¹ Um dos pioneiros trabalhos em demonstrar empiricamente a relevância da legitimidade de filhos escravos, tomada a partir de registros paroquiais de batismo, foi o de Sheila Faria, ao constar uma participação que alcançou 51% de legitimidade entre os filhos em São Salvador dos Goitacazes e 86,8% em Nossa Senhora das Neves, ambas, freguesias fluminenses. Esta constatação foi de suma importância, ao abrir frentes para se pensar outras possibilidades de padrões diferentes do apresentado por Schwartz, no Recôncavo que estimou quase absoluta presença do estado ilegítimo dos filhos inocentes escravos. Cf.: FÁRIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento. Fortuna e Família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p.

¹⁷² Foram considerados filhos legítimos, “inocentes” escravos que apresentaram as seguintes indicações em seus assentos batismais: “*Filho legítimo de...*” *Filho de* (nome do pai) *e de sua mulher* (nome da mãe).” Cf.: Livros de Batismo: Livro 1 (1812-1821); Livro 2 (1821-1826); Livro 3 (1825-1837); Livro 4 (1837-1858); Livro 5

O Acompanhamento desta variação (Cf.: TABELA 30, p. 203), nos permite vislumbrar uma trajetória ascendente, intercaladas de curtas interrupções entre os sub-períodos demarcados entre 1812-1859, acompanhado por uma tendência de declínio no período subsequente.¹⁷³ Tendência esta, que torna-se mais incisiva quando comparamos os dados obtidos a partir dos mapas de população (1833-1835) que demonstraram elevadas participações de cativos casados, com os, extraídos do Recenseamento de 1872, que indicaram apenas 170 indivíduos cativos, 61 homens e 41 mulheres, somados à 68 viúvos que se declararam viverem sob condições legítimas de união naquele levantamento.¹⁷⁴

Entretanto, o advento de declínio durante a segunda metade do século XIX, não ocorreu de forma isolada. Muitos trabalhos demonstram que o declínio das taxas de nupcialidade aconteceu em diversas regiões do Império.¹⁷⁵ Vale ressaltar que, a diminuição do casamento entre os escravos não significou ausência da família escrava, mas apenas a perda da legitimidade do matrimônio cativo frente às mudanças sociais instauradas naquele período, junto ao desgaste paulatino da própria instituição escravista. A estes fatores podemos acrescentar a própria postura do escravo frente à instituição, por não enxergar mais nesta, uma necessidade prioritária para sedimentar seus laços de parentesco.

Numa acepção mais ampla, podemos inferir deste balanço, que estas altas incidências de legitimidade nos apresentaram um comportamento da população cativa específico da região da Comarca do Rio das Mortes e afastado do conjunto de investigações, apresentado para o restante da província mineira. Utilizando-se da mesma base de registros paroquiais de batismos, para averiguar a incidência de legitimidade, estes trabalhos, centrados, sobretudo em Vila Rica, Montes Claros, Zona da Mata e São João del Rei, estimaram, cada um, uma conformação predominantemente ilegítima dos filhos escravos levados à pia batismal.

O pioneiro estudo para província, dedicado para Vila Rica demonstrou uma supremacia de 98% de filhos naturais, dentre os escravos na urbana Vila Rica do século XVIII. (COSTA & LUNA, 1981, p. 105-109) Em estudo para São João Del Rei, Bruguer (2000) estimou uma oscilação entre 55,4% a 87,5% de participação de filhos ilegítimos dentre

(1841-1843); Livro 6 (1847-1853); Livro 7 (1857-1861); Livro 8 (1861-1866); Livro 9 (1866-1873). Localizados na MSBJ.

¹⁷³ Fonte: Livros 1 (1812); Livro 2 (1821-1826); Livro 3 (1825-1837); Livro 4 (1837-1858). MSBJ

¹⁷⁴ Fonte: Mapa de População de Pouso Alegre (1833- 1835). Localizados no APM, Notação MP, CX 06 doc 02

¹⁷⁵ Sobre a queda da legitimidade entre a população escrava na segunda metade do século XIX, cf.: FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento: fortuna e famílias no cotidiano colonial*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. SLENES, Robert, *Na senzala uma flor*. Esperanças e recordações na formação da família escrava. Brasil, Sudeste, século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. MATTOS de CASTRO, Hebe Maria. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

o período de 1756 a 1853, levados a pia batismal, do total de 3.823 dos inocentes cativos arrolados pelos assentos presentes na Matriz de Nossa Senhora do Pilar de São João Del Rei. Botelho, para região de Montes Claros também confirma essa tendência, ao constatar que, do período de 1815-1876, esta localidade estudada assumiu um comportamento “ilegítimo” de união oscilante entre 83,3% a 88,7%. (BOTELHO, 1994, p. 144)

Outro estudo, representando a Freguesia de São Bom Jesus do Rio Pardo (Zona da Mata Mineira), segue o mesmo padrão. Para o total de 1964 escravos crioulos arrolados, referente ao período de 1838 a 1887, este estudo estimou que 70,7% eram filhos de “pais incógnitos” ou naturais. (FREIRE, 2005, p. 51-73) Rômulo Andrade estendendo esta região da Zona da Mata Mineira para a Fluminense, demonstrou, em estudos comparados, uma absoluta presença 90% da participação de filhos naturais para a freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Bananal, embora Juiz de Fora tenha alcançado níveis menores, com 53% desta mesma variação, para o período de 1851 a 1888. (ANDRADE, 2009, p. 1-18) Ainda nesta mesma região da Zona da Mata Mineira, Victoria Andrade confirmou este mesmo padrão para a Freguesia de São Paulo de Muriaé, demonstrando uma ilegitimidade de quase 70% para o período de 1852-1888. (ANDRADE, 2006, p. 84-100)

Em síntese, esta apreensão da grande incidência de filhos legítimos da população escrava da freguesia, em consonância à tendência averiguada pelo recenseamento (1833-35), pelo fato deste apresentar elevadas participações de cativos adultos tanto no Distrito (44,0%), quanto no Município (36,8%), na forma legítima de união, abre-nos nova frente para pensarmos não só a conformação desta variação, mas das próprias condições em que eram compostos estes arranjos familiares de cativo no Sul de Minas, além de trazer outras propostas explicativas em direção ao desafio tomado para entendermos as múltiplas singularidades que compunham o contexto mineiro oitocentista.

4.3 O CASAMENTO CATIVO NA FREGUESIA E OS “PADRÕES DE ESCOLHAS ENTRE OS CÔNJUGES”.

Feita esta prévia análise da incidência do matrimônio, extraída de recenseamentos locais e assentos de batismo da paróquia estudada, nos centraremos neste tópico, no objetivo de tecermos considerações, a partir dos resultados obtidos através dos assentos de casamento abertos entre 1810-1888. Do levantamento de 1.854 autos de casamentos arroladas para este período, 1.638 destes referiam-se a casais livres, enquanto que, 187 (10%) assentos, foram dedicados à casais escravos. Dentre as uniões minoritárias estavam, um pouco mais de 1%, somadas em 20 assentos envolvendo pessoas forras; e ou nove alianças, seladas entre cativos

e livres/libertos. Não encontramos nenhum caso de união interplantel entre os autos consultados.¹⁷⁶ (Cf. TABELA 31, p. 204)

Distribuindo essa amostragem em intervalos de quatro anos, observamos que as uniões entre livres eram significativamente majoritárias, o que não deixa de reproduzir um traço característico da escravidão, uma vez que, se fez prevalecer como regra, o predomínio da legitimidade entre os livres, seja pelos maiores recursos de acesso, como pela própria proporção demográfica que representava em relação aos escravos, além das séries de limitações dirigidas à estes, já mencionadas no início do capítulo. (Cf. TABELAS 30 e 31, p.203-204)

Acompanhando a frequência destas uniões observamos que ocorreram pelo menos duas uniões ao ano, em média. Avaliando este quadro de participação por sub-períodos, verificamos que as maiores participações efetuaram-se entre 1831-1835, quando realizaram-se 61 casamentos escravos, correspondente ao percentual de 43,2% do total das uniões efetuadas no mesmo período. Chama-nos atenção, o fato de que incidência ocorreu justamente no momento em que intensificaram-se as pressões internacionais para o cerceamento ao tráfico-Atlântico, eclodidas na Lei de proibição de 1831. Certamente alguns senhores da freguesia perceberam no incentivo às uniões, uma forma de assegurar a continuidade de seus plantéis, já que a importação de estrangeiros não seria mais uma viabilidade possível. A presença de quase 40% de africanos identificados no período anterior a 1830, no arrolamento de inventários do Município, evidencia que, apesar do predomínio crioulo, havia uma importância considerável da participação do tráfico no quadro de reposições destes plantéis. Nesse sentido, podemos cogitar certo impacto da proibição capaz de exercer algum incentivo a estes senhores levarem mais seus cativos ao altar.

Passando a considerar os padrões de composição destes casamentos, vale esclarecer que essas “escolhas” não se construíam de forma aleatória, havia uma lógica própria que subjazia seu funcionamento. A esta, podemos atribuir desde fatores externos, associados às pressões demográficas, como altas razões de masculinidade, africanidade, que inibiam as “opções” possíveis no “mercado matrimonial” no cativo, como também aqueles associados às preferências não meramente subjetivas, mas elaboradas a partir da própria hierarquia de valores daqueles agentes envolvidos. Sendo assim um africano benguela que se unia à uma

¹⁷⁶ Fonte: Livro de Casamentos (1832-1856); MSBJ; Autos de Casamentos, Maços: 35 (1811-1812); 36 (1813-1814); 37 (1815-1816); 38 (1817-1819); 39 (1820-1824); 40 (1823); 41 (1825-1826); 42 (1827); 43 (1828-1829); 44 (1830-1832); 45 (1833-1834); 46 (1835-1837); 47 (1838-1839); 48 (1840-1842); 49 (1843-1844); 50 (1845-1847); 51 (1848); 52 (1849); 53 (1850-1851); 54 (1852-1854); 55, (1855-1857); 56 (1858-1859); 57 (1860-1864); 58 (1865-1869); 59 (1870-1874); 60 (1875-1884); 61 (1885-1901), localizados na CMPA

mulher africana de seu mesmo “grupo étnico”, certamente fortes razões culturais foram levados em conta neste ato de escolha. Vale ressaltar que, além destes atributos altamente valorizados pelos contraentes, como a origem, “etnia” e cor, esta servindo de desígnio de lócus social ocupado na senzala, havia outro fator que funcionava como inibidor decisivo da livre vontade dos envolvidos: os interditos senhoriais.

Partindo destas premissas, observamos que, da análise desenvolvida para os 187 assentos de casamentos identificados no cômputo total da freguesia de Pouso Alegre, o fenômeno da exogamia, por origem, [africano(a)/ crioula(o)], se impôs em 53,7%. Em segundo lugar, predominou em 38%, a endogamia entre crioulos e, por último, sobrou dentro deste mesmo critério, a participação de 23% de casais africanos do total mencionado. Dentre os referidos casais exogâmicos, 74,8% eram formados por homem africano e mulher crioula, o que nos leva inferir, no primeiro momento, ter sido esta, uma forte expressão da combinação entre tráfico-Atlântico e reprodução natural, representado pela preferência incontestável do tráfico pelo braço masculino.¹⁷⁷ (Cf. TABELA 32, p.205)

Entretanto, esta afirmação se complexifica quando centramos nossa análise em períodos, capazes de nos oferecer maiores minúcias destas escolhas. Referente aos períodos (1816-1820) e (1821-1825), verificamos que a exogamia por origem, reinavam quase em absoluto ao atingir participações de 71,4% e 80% dos casais respectivamente. Nos anos que se seguem ao intervalo de 1826-30, acentua-se a participação crioula, representando a preferência endogâmica de 61,5% dos casais.¹⁷⁸ (Cf. TABELA 32, p. 205)

Já referente ao intervalo (1831-35), em que obtivemos a maior frequência de casamentos de escravos na freguesia, apreendemos grandes dificuldades em nos aproximarmos destas “escolhas”, por conta da omissão da origem dos nubentes em 39,3% dos registros consultados no Livro de Casamentos¹⁷⁹. Considerando os assentos completos nestas informações, obtivemos o seguinte: 48,6%, dos casais, ambos pares eram africanos; 16,2% dos consórcios referiam-se a pares crioulos; e 35%, eram uniões compostas por africanos e crioulos. Deste último grupo, a maioria dos nubentes masculinos (53,8%) eram

¹⁷⁷ Fonte: Livro de Casamentos (1832-1856); MSBJ; Autos de Casamentos, Maços: 35 (1811-1812); 36 (1813-1814); 37 (1815-1816); 38 (1817-1819); 39 (1820-1824); 40 (1823); 41 (1825-1826); 42 (1827); 43 (1828-1829); 44 (1830-1832); 45 (1833-1834); 46 (1835-1837); 47 (1838-1839); 48 (1840-1842); 49 (1843-1844); 50 (1845-1847); 51 (1848); 52 (1849); 53 (1850-1851); 54 (1852-1854); 55, (1855-1857); 56 (1858-1859); 57 (1860-1864); 58 (1865-1869); 59 (1870-1874); 60 (1875-1884); 61 (1885-1901), localizados na CMPA..

¹⁷⁸ Autos de Casamentos, Maços: 35 (1811-1812); 36 (1813-1814); 37 (1815-1816); 38 (1817-1819); 39 (1820-1824); 40 (1823); 41 (1825-1826); 42 (1827); 43 (1828-1829); 44 (1830-1832)

¹⁷⁹ Livro de Casamentos (1832-1856); MSBJ; Maços: 35 (1811-1812); 36 (1813-1814); 37 (1815-1816); 38 (1817-1819); 39 (1820-1824); 40 (1823); 41 (1825-1826); 42 (1827); 43 (1828-1829); 44 (1830-1832); 45 (1833-1834); CMPA.

crioulos unidos às mulheres africanas, enquanto que 46,1% era composto por africanos unidos às mulheres crioulas. Observa-se aqui, a tendência das africanas, tradicionalmente privilegiadas no “mercado matrimonial” de se unirem a escravos nativos.¹⁸⁰ (Cf. TABELA 32, p. 205)

Em intervalos posteriores, tomados entre o período 1846-1855, visualizamos o retorno desta tendência exogâmica, só que com a formação de pares masculinos africanos e mulheres crioulas. Dos 15 casais identificados, inseridos nesta categoria, apenas um dos pares mencionados, era crioulo. Entre 1846-50, dos 11 casais apontados, apenas um era formado por nubentes africanos, enquanto que seis eram enlances exogâmicos por origem. No período que segue (1847-55), dos 16 casais mencionados nas atas, nove seguiram a mesma tendência acima, enquanto que cinco praticaram a endogamia entre crioulos e dois, a mesma prática entre africanos.¹⁸¹ (Cf. TABELA 32, p. 205).

Desta forma, conjecturamos se este padrão de exogamia por origem, não seria uma tendência suscetível às economias de abastecimento interno com dinâmica capacidade de inserção ao tráfico-atlântico. Para o estudo de São José do Rio das Mortes (Tiradentes), área também dedicada à lavoura de subsistência, encontrou-se padrão similar. Dos 310 casais arrolados no levantamento de uma ampla amostra de 525 inventários, 45,5% eram compostos por africanos e crioulos, enquanto que 35% por africanos, com maior tendência à endogamia étnica, principalmente entre os grupos Angola e Rebolo. Em sentido parcialmente inverso ao nosso, este estudo, comprovou também que a menor participação ao casamento efetuou-se entre crioulos, que representaram apenas 10,3% dos casais informados.

Consoante estes resultados, menciona este estudo que:

A maior mestiçagem entre africanos e nativos, representada pelo número de casais mistos, se dá em dois momentos (...), no declínio da mineração e na retomada de africanos a partir da década de 1810. A mesma dinâmica aparecem decaindo nos registros de casamento. Parece-nos, que aquele primeiro momento, a queda de importações a mestiçagem e noutro, mesmo decaindo o número de casais, a chegada de africanos favoreceu a reprodução natural através dos casamentos mistos, ou de africanos, especialmente nas médias e grandes escravarias. (GRAÇA FILHO, PINTO & MALAQUIAS, 2007, p. 203).

Esta referência nos deixa clara a importância enfatizada na combinação entre tráfico e reprodução natural para emersão desta tendência. O movimento entre o declínio e a retomada

¹⁸⁰ 50 (1845-1847); 51 (1848); 52 (1849); 53 (1850-1851); 54 (1852-1854); localizados na CMPA. Livro de Casamentos (1832-1856), localizados na MSBJ.

¹⁸¹ 50 (1845-1847); 51 (1848); 52 (1849); 53 (1850-1851); 54 (1852-1854); 55, (1855-1857); 56 (1858-1859); 57 (1860-1864); 58 (1865-1869); 59 (1870-1874); 60 (1875-1884); 61 (1885-1901), localizados na CMPA.

de importações favoreceram a profusão destes “casais mistos”, certamente servindo como estímulo a maioria dos recém-chegados, principalmente homens, à procura de parceiras nativas, quando o consórcio com uma de origem mais próxima às suas, não fosse possível. No entanto, ainda a despeito das preferências endogâmicas, ponderam os autores, com suporte em Slenes, que a exogamia étnica foi uma prática aceitável em São José, apesar dos escravos africanos tenderem à procurar pares de mesma origem. (Idem, *Ibidem*).

Numa investigação realizada para o Termo de Barbacena, entreposto comercial de envergadura voltada para economia interna de abastecimento, Ana Paula Rangel (2008) visualizou em sua amostra, que dos 594 casais levantados, 61% praticaram endogamia por origem, enquanto que a tendência inversa fora atestada para os crioulos, ou seja, os africanos casaram-se mais entre si, enquanto aqueles mencionados demonstraram-se mais “flexíveis” em unirem-se com outro grupo. À esta tendência exogâmica, sobretudo entre as mulheres crioulas, (62% destas tenderam a formar par com/ africanos), atribui-se às imposições geradas pelo tráfico, que impulsionaram muitos destes homens estrangeiros cativos à efetuarem enlace com mulheres nativas, na rara presença de africanas. Quanto à este grupo de mulheres cativas, reconheceu-se, neste estudo, a preponderante tendência (86%) destas procurarem enlaces com companheiros de mesma origem e sua privilegiada posição demarcada no “mercado matrimonial”, enquanto às mulheres crioulas ficariam com o excedente do tráfico. (Idem, p. 52-55)

Quanto sua referência às “uniões mistas”, lê-se àquelas entre crioulos e africanos, estas alcançaram uma participação nada desprezível de quase 40%. A este advento, a autora assevera que, sendo preferencial que africanos e nativos casassem entre si, a procura de pares de origens distintas remeteria muito mais à imposições externas à vontade, do que à ação de escolha propriamente dita. Ao mencionar a conhecida passagem de Saint-Hilaire sobre o negro africano que esperava que seu senhor comprasse uma negra da Costa para que pudesse se casar,¹⁸² a autora responde à passagem, admitindo que as escolhas divergentes eram efetuadas, quando as possibilidades de se encontrar um par próximo de origem eram interditas. No entanto às condições geradas no cativeiro também foram determinantes:

A africanidade não era o critério soberano de aproximação entre os escravos, as condições no interior do cativeiro promoviam também os

¹⁸² Sobre o diálogo entre o viajante e o escravo, segue na íntegra: “Você é da costa da África; não sente saudade de sua terra? – Não: isto aqui é melhor; não tinha ainda barba quando vim para cá; habituei-me com a vida que passo. (...) É casado? – Não: mas vou me casar dentro de pouco tempo; quando se fica assim, sempre só, o coração não vive satisfeito. Meu senhor me ofereceu primeiro uma crioula, mas não a quero mais: as crioulas desprezam os negros da costa. Vou me casar com outra mulher que minha senhora acaba de comprar; essa é da minha terra e fala a minha língua.”. Cf.: SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Geras*. Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo: USP, 1975, p. 53

casamentos mistos do ponto de vista da naturalidade, por exemplo. Pode ser que os africanos preferissem casar-se com africanos e os crioulos com crioulos, mas nem sempre era possível que as ‘crioulas desprezassem os negros da costa’, como vimos mais de 62% das escravas crioulas que se casaram em Barbacena no período estudado se uniram a africanos. E nem sempre os “negros da costa” conseguiriam uma esposa que ‘fosse da sua terra e falasse a sua língua’. (RANGEL, 2008, p. 56)

Ao que condiz à preferência praticada pelos africanos, deve-se considerar se a atribuição contundente às imposições do tráfico, ao advento de uniões entre crioulos e africanos, não seria uma maneira de acentuar de forma exagerada a adversidade entre africanos e crioulos, subestimando a capacidade de integração surgida das necessidades enfrentadas no ambiente de cativeiro. Esta foi uma questão pontuada, que abriu uma importante frente de discussão no instigante debate entre Slenes e Florentino & Góes. Enquanto estes últimos são contundentes em enfatizar o conflito étnico, manifesto, sobretudo, nas maneiras de escolher parceiros no consórcio do casamento, Slenes adverte para as duas práticas de convivência, sem oposições drásticas:

Seria errado, portanto, ler estes dados__ que confirmam a preferência do grupo crioulo [ou africano] pelo semelhante__ como evidência de fortes tensões “étnicas”. Ao contrário eles traduzem exatamente aquilo que seria de esperar-se num contexto social que juntava à força, “estrangeiros”, para logo em seguida começar a transformá-los em “comunidades” reais, mas nem por isso dividida em grupos de identidades fortemente opostas. (SLENES, 1999, p. 78)

Estas considerações tomadas se fazem pertinentes para admitirmos que as proposições demográficas não deixaram de se colocar como fatores importantes na edificação destas possibilidades de escolha, sobretudo no que se refere às uniões entre africanos homens e mulheres crioulas, lidas no primeiro momento, a partir da combinação entre tráfico e crescimento natural da escravaria. No entanto, consideramos que, para além do “problema aritmético”, alguma disponibilidade destes próprios agentes deve ser levada em conta na efetuação destas uniões. Nesse sentido, ao fenômeno da supremacia exogâmica, nem sempre o critério de origem africana se impôs como palavra última nestas uniões, se assim fosse, esta explicação seria inadequada para justificar o evento da maioria das mulheres africanas selando união com homens crioulos no período destacada de 1831-1835.

Vale ressaltar que, enquanto aos levantamentos dedicados à grande lavoura de exportação indicara, grosso modo, uma frequência predominante de casamentos entre africanos, com maiores tendências endogâmicas, apesar de conviverem, em menor ou maior grau, às outras formas de união, aventamos ter se efetivado nas economias de abastecimento

interno, forte vocação à exogamia por origem, principalmente naqueles contextos em que se abriu possibilidade à conjugação entre tráfico junto ao crescimento natural da escravaria. Fato que não elimina, certamente as possibilidades de outros padrões.¹⁸³ Outra tendência, por nós encontrada, que vai ao encontro desta afirmação, refere-se ao aparecimento na freguesia, de incidência de uniões entre crioulos e seus pares numa proporção muito maior que àqueles consórcios efetuados entre africanos, advento que se articula, em grande peso, mais uma vez, à uma inferência aberta pelo crescimento endógeno.

Após tecermos considerações acerca dos “padrões de escolhas” efetuados entre os cônjuges escravos, na análise seguinte dedicaremos um espaço especial para estudos de caso de algumas uniões, a fim de refletirmos acerca dos raros consórcios legítimos havidos entre livres e escravos e as dificuldades de oficialização deste arranjo, quando era imanente ao plano consensual.

4.4 UNIÕES LEGÍTIMAS ENTRE LIVRES E ESCRAVOS E AS INCURSÕES DESTE “ARRANJO” NO PLANO CONSENSUAL:

Segundo Miriam Lott, em primeira instância, o casamento efetuado entre livres/libertos e cativos, era a forma de união mais surpreendente que uma sociedade escravista poderia efetuar. Entretanto estas não foram tão inconcebíveis ao universo

¹⁸³ Em Minas, essas tendências de escolhas divergem entre si. Ao Termo de Mariana, Almeida identificou uma forte tendência às uniões entre africanos e crioulos, padrão semelhante, conforme mencionado, ao contexto de São José do Rio das Mortes. Rômulo Andrade, trabalhando sua análise em uma região mineira de conformação econômica voltada à monocultura de exportação do café, encontrou em Juiz de Fora, padrões que se aproximam aos tradicionais *plantations* do sudeste, sobretudo no que se refere ao predomínio africano de uniões, com grande tendência à endogamia étnica. No Termo de Barbacena, trabalho também mencionado, prevaleceram às uniões africanas de cunho endogâmico étnico, apesar desta amostragem considerar uma proliferação nada desprezível de uniões mistas entre crioulos e africanos. Em Campanha, em estudo preliminar, Paiva & Klein acentuaram também a presença de casais africanos, em estudo conjunto, efetuado pela consulta de listas nominativas. Neste, 25,9% entre homens e 49,4% entre as mulheres africanos acima de 15 anos eram casados, já entre os crioulos esta estimativa foi de 15,6% e 33,2%, na mesma ordem. Cf.: ALMEIDA, Carla M. de C. “Demografia e laços de parentesco na população mineira: Mariana 1750-1850. In: População e Família, CEDHAL/USP, v.1, n 1, jan/jun. 1998.pp. 235-260. GRAÇA FILHO, A., PINTO, F., MALAQUIAS, C. Famílias escravas em Minas Gerais nos inventários e registros de casamento. O caso de São José do Rio das Mortes. In: *Vária História*, Belo Horizonte, vol. 23, n. 37: p. 184-207, jan/jun 2007. ANDRADE, Rômulo Garcia de, “Família escrava e estrutura agrária na Minas Gerais oitocentista” In: População e Família, CEDHAL/USP, v.1, jan/jun. 1998, p. 181-209. ____ “Havia um mercado de famílias escravas? (A propósito de uma hipótese recente historiografia da escravidão)”. *Lócus: revista de história*. Juiz de Fora, v.4, n. 1, 1998, p. 93-104. ____ “Limites impostos pela escravidão comunidade escrava e seus vínculos de parentesco: Zona da Mata de Minas Gerais, século XIX”. 2 v. São Paulo: PPGHIS/FFLCH:USP, 1995; RANGEL, Ana Paula dos Santos. *Nos Limites da Escolha*. Matrimônio e Família entre Escravos e Forros. Termo de Barbacena – 1781-1821. Rio de Janeiro: UFRJ/ IFCS, 2008. (Dissertação de Mestrado em História), PAIVA & KLEIN, Herbert S. Escravos e Livres nas Minas Gerais do século XIX: Campanha, 1831. São Paulo: *Estudos Econômicos*, 22 (1): 133-134, jan-abr. 1992. LOTT, Miriam Moura. *Na forma do ritual romano*. Casamento e família em Viva Rica (1804-1839). Belo Horizonte: Annablume, 2008.

escravista, tendo em vista que, era mais provável que o escravo efetuasse laço legítimo com membro da condição social oposta, do que com o mesmo de sua condição em propriedade distinta. No entanto, de início, poderiam ser colocadas infundáveis dificuldades para este tipo de enlace, começando pelo problema da coabitação, estendendo-se até outras interdições mais drásticas à convivência do casal, como venda, transferências à outras localidades no momento de partilha de herança. Em síntese, a mobilidade do cônjuge estava implacavelmente subordinada às contingências da vida senhorial. Não obstante, estas uniões eram juridicamente reconhecidas e demarcavam também as instigantes inserções destes atores do cativo ao mundo social dos livres. (LOTT, 2008).

Ao cônjuge livre era pelos ditames das *Cosntituições...*, imputada à obrigação em assinar o “termo de seguimento”. Não obstante, esta cláusula demarcaria uma postura de descomprometida da Igreja em envolver-se diretamente nas questões referentes aos problemas de cunho “doméstico” do senhor com sua senzala, caso este lhes privassem o direito à consumação do matrimônio. Para tanto, atribuía-se, ao cônjuge livre, o dever de acompanhar seu parceiro mantido em cativo. Essa prerrogativa abre-nos a frente inicial. Para interrogarmos se esta imposição não serviria como estímulo ao senhor, a fim de utilizá-la para aumentar sua força de trabalho, por meio da possibilidade de enxergar nestes futuros cônjuges, potenciais agregados, uma vez que, senhor- cônjuge escravo- cônjuge livre, estariam, direta, ou indiretamente ligados entre si. A anuência em se fazer selar e, até certo ponto, permitir alguma estabilidade de convivência, não estariam ausentes das prerrogativas senhoriais.

Entretanto, os sentidos atribuídos a estas uniões se multiplicam, pois a aliança consensual ou legítima poderia conformar-se em potencial ponto de partida ao caminho de alcance para liberdade. Paiva (1995), em seus estudos testamentários, demonstra como este tornou-se um caminho instituído pelas cativas da Comarca do Rio das Velhas que se uniam aos homens livres de poder, pelo estado de mancebia, conseguindo angariar recursos para a obtenção da própria alforria.

Stuart Schwartz (2005), ao referir-se às uniões legítimas, salienta que, quando obtemos alianças em que poderiam gerar filhos legais livres do cativo, então compreendemos uma aliança emancipacionista. Quando a união se forjava na condição oposta, estaríamos diante de um arranjo que, ao condenar à prole ao cativo, conformaria, por um lado, vantagens senhoriais, mas abriria, por outro, maiores condições para que o pai estendesse sua condição de liberdade aos filhos escravos pelo “ventre nascido”. Entretanto, em outro estudo, Machado analisa este tipo de arranjo conformada em São José dos Pinhais acrescentando que:

(...) o casamento era uma das estratégias socialmente disponíveis para conquistar a liberdade para si e para sua geração, ainda que nesse empenho, eles se tornassem partícipes do processo de produção e de reiteração das hierarquias sociais. (MAHADO, 2006, p. 489-516)

Analisando o padrão encontrado para estas uniões, na Freguesia de São Bom Jesus dos Mártires, verificamos que, dentre as nove alianças, cinco ratificaram o consórcio de cativos e livres, enquanto que os outros quatro, referiam-se à aliança entre escravos e forros. Observando a composição entre os sexos destas uniões, averiguamos que todas alianças, com a exceção de uma, forjaram-se do arranjo entre homens escravos com mulheres livres ou forras. Como podemos observar, do intercuro sexual estabelecido entre escravos e livres, as que apresentaram maiores oportunidades de se serem levadas “à beira do altar”, eram aquelas que assegurariam à prole e sua descendência, a condição legal de livre. O quadro a seguir exprime detalhadamente estas variações:

QUADRO 2: UNIÕES “MISTAS” Freguesia de Pouso Alegre (1811-1888):¹⁸⁴

CÔNJUGE ESCRAVO	CÔNJUGE LIVRE/FORRO	ANO
Thereza Crioula (prop. José Dias Medeiros)	José Joaquim Preto Forro	1823
Domingos (pop. Francisco Leme Barbosa)	Claudina Maria de Jesus forra	1823
Adão Cabra (prop. João Bernardes)	Rita Tenória Forra	1812
Paulo de Nação (prop. Josefa Maria de Jesus)	Benta Ferreira Forra	1833
Manoel Crioulo (prop Ana Rosa de Assunção)	Joana Francisca de Jesus	1853
Francisco Jacinto (José Jacinto de Araújo)	Umbelina Nogueira	1855
Custódio Crioulo (João de M. Rodriges)	Silvéria Maria Livre	1856
Manoel Escravo (Manoel Vieira)	Ana Cordeira	1838
Theodorico Crioulo	Francisaca Maria de Jesus	1883

Entretanto, em incursões averiguadas em assentos batismais, identificamos que dentre alguns escravos interligados consensualmente ou na forma legítima à seus respectivos pares que apresentaram estado de livre, foi-lhes possível atingir a mesma condição social do parceiro. Não obstante, esta identificação foi possível quando os mesmos nomes, acompanhados pela referencia do senhor ou do cônjuge, apareceram nos arrolamentos seguintes, sejam como padrinhos ou pais, referenciados como “*ex-escravo de...*”, ou “*forros*” repetindo o mesmo prenome e apresentando a nova condição social. Este foi, portanto, o caso de Domingos, escravo de Thomé Francisco e Vicência Forra, localizados como pais legítimos

¹⁸⁴ Fonte: Livro de Casamentos (1832-1856); MSBJ; Autos de Casamentos, Maços: 35 (1811-1812); 36 (1813-1814); 37 (1815-1816); 38 (1817-1819); 39 (1820-1824); 40 (1823); 41 (1825-1826); 42 (1827); 43 (1828-1829); 44 (1830-1832); 45 (1833-1834); 46 (1835-1837); 47 (1838-1839); 48 (1840-1842); 49 (1843-1844); 50 (1845-1847); 51 (1848); 52 (1849); 53 (1850-1851); 54 (1852-1854); 55, (1855-1857); 56 (1858-1859); 57 (1860-1864); 58 (1865-1869); 59 (1870-1874); 60 (1875-1884); 61 (1885-1901), localizados na CMPA..

de Ana em 1857. Passados pouco mais de três anos, “ressurgem” como “Forros” nas filiações legítimas de Joaquina, em 1860 e no ano seguinte de Joana.¹⁸⁵

Outro arranjo que também demarcou terreno na transição do mundo escravo para o livre, embora não tenha tomado como ponto de partida seu estado legítimo de união, mas sim este, como ponto de chegada, foi a trajetória de aliança traçada entre João Francisco Vaz e Marcelina Parda Forra, que oficializaram sua união em 15 de julho de 1849.¹⁸⁶ Entretanto, o forro João Francisco, já vinha de uma outra experiência de matrimônio, era viúvo de Genoveva Gomes de Godoi, sepultada em Araraquara, freguesia de São Paulo. Migrante de outra província, não sabemos ao certo quando João Francisco se deslocou e estabeleceu-se na freguesia de São Bom Jesus. Entretanto, quando este sacramentou o enlace com Marcelina, ex-escrava de D. Eufrásia, esta, viúva do capitão da Guarda Nacional Antônio de Barros Mello, já traziam uma trajetória de aliança consensual, que antecedia, no mínimo 26 anos de uma aliança mediada pela condição de cativo de Marcelina e seus filhos.¹⁸⁷

Acompanhando, no sentido retrospectivo à união legitimada já em estado de liberdade de Marcelina, verificamos que, o referido casal, tinha gerado em cativo, sete filhos, sendo que a primeira filha recebeu sacramento em 1823 com o reconhecimento paterno do forro João Francisco, e a último filho identificado, recebeu os “santos óleos” no mesmo ano em que seus pais se casaram. A união mista forjada, no plano consensual entre um forro e uma escrava, edificou-se com o mesmo teor de estabilidade havido entre aquelas que incorriam sob sancionamento direto da Igreja. Nesse sentido, consideramos como método para averiguar o nível de estabilidade de uma união entre escravos, o número de filhos havido entre o casal. Não obstante, consideramos para este fim, o período avaliado entre o nascimento do primeiro filho identificado ao filho mais novo do casal.

O diagrama a seguir procura situar a trajetória familiar de João Francisco e Marcelina, ta trajetória construída a partir do entrecruzamento dos assentos de batismo dos setes filhos contraídos pelo casal, com seu casamento realizado em 15 de julho de 1849.¹⁸⁸

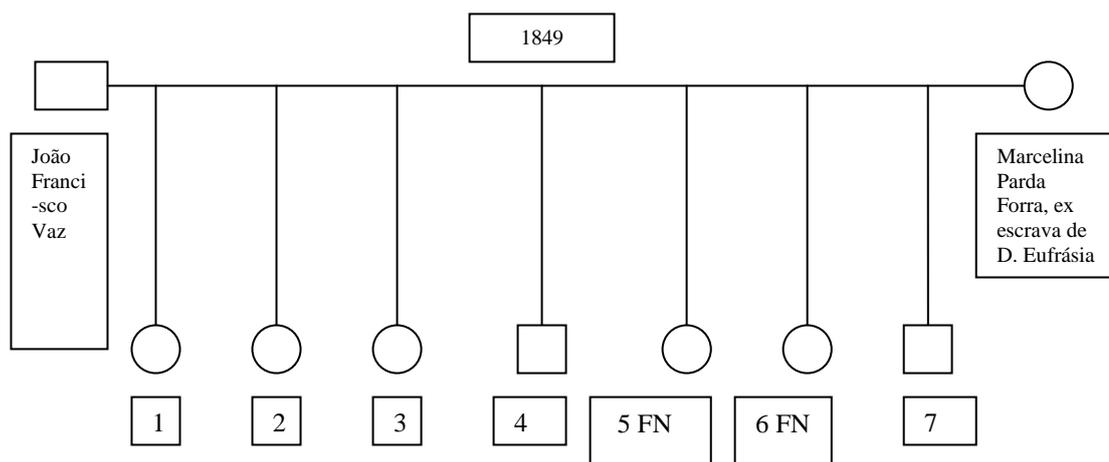
¹⁸⁵ Assentos de Batismo: Laura escrava; (1823), Livro 2; Justina escrava (14/11/1824) Livro 2; Porfíria escrava (18/02/1827) Livro 3; Bazília escrava (05/06/1931), Livro 3; Paulino escravo (21/06/1829), Livro 3; América escrava (1838), Livro 4; Polidório, escravo (08/02/1849). Livro 5. Localizado na MSBJ.

¹⁸⁶ Fonte: Casamento de João Francisco Vaz e Marcelina Parda Forra.. 15/07/1849. Ver: CMPA

¹⁸⁷ Fonte: Casamento de João Francisco Vaz e Marcelina Parda Forra.. 15/07/1849. Ver: CMPA.

¹⁸⁸ Cf.: Auto de Casamento de João Francisco Vaz e Marcelina Parda Forra. (15/07/1849).Localizado na CMPA.

DIAGRAMA 1
Trajétória familiar de João Francisco Vaz e Marcelina Parda Forra ¹⁸⁹



Seguem na ordem os filhos batizados, batizados como “filho (a) de João Francisco Vaz Preto Forro e Marcelina, escrava de ...No entanto, apenas Bazília e América aparecem como “filhas naturais de Marcelina...”, fato que podemos atribuir aos aumentos da rigidez na confecção dos livros pela Igreja, ou por prerrogativa pessoal do Pároco, tendo em vista, que os ostros filhos foram mencionados como “filhos legítimos do casal”:

- 1) Laura: batizada em 1823; Padrinhos: Zerfeino José de Lima “Pardo Livre” e Carlota, “Parda Cativa” de D. Escolástica. Ver Livro 2/ MSBJ;
- 2) Porfíria batizada em 18/02/1827. Padrinhos: Joaquim casado, escravo de D. Eufrásia e Romana, escrava de D. Joaquina. Ver Livro 3/ MSBJ.
- 3) Justina, batizada em 14/11/1824; Padrinhos: Domingos , escravo do Pe. José Bento e Romana , escrava de D. Brandina, filha de D. Eufrásia. Ver: Livro 2/ MSBJ;
- 4) Paulino, batizado em 21/06/1829. Padrinhos: Malaquias, casado, escravo do Cel Manoel Leite Ferreira e Carlota solteira, escrava do Sargento-mor Joaquim Leite Ferreira de Mello, da Freguesia de Santa Catarina. Ver Livro 2/ MSBJ;
- 5) Bazília, batizada em 05/06/1831. Padrinhos: José Mathias e sua mulher Lauriana. Ver Livro 3/ MSBJ;
- 6) América, batizada em 1838. Padrinhos: Luís e Romana (escravos). Ver: Livro 4./ MSBJ;
- 7) Polidório, batizado em 08/02/ 1849. Padrinhos: Silvério Antônio da Costa e Gertrudes Maria. Ver: Livro 5/ MSBJ.

Entretanto, quanto à prática de se “levar ao altar” uniões com certo nível de estabilidade também fora indiciada por Slenes (1999). Ao identificar os filhos naturais, como potenciais filhos do mesmo contraente, o autor salienta à viabilidade de uniões estáveis antecedentes à oficialidade do sacramento, quando este era atingido. Entretanto a estabilidade

¹⁸⁹ Cf.: Auto de Casamento de João Francisco Vaz e Marcelina Parda Forra. (15/07/1849). Localizado na CMPA. Assentos de Batismo: Laura escrava; (1823), Livro 2; Justina escrava (14/11/1824) Livro 2; Porfíria escrava (18/02/1827) Livro 3; Bazília escrava (05/06/1831), Livro 3; Paulino escravo (21/06/1829), Livro 3; América escrava (1838), Livro 4; Polidório, escravo (08/02/1849). Livro 5. Localizado na MSBJ.

da união, averiguado para o estudo de caso referente à união de João Francisco e Marcelina constituiu-se como um dos elementos basilares para a conquista da alforria da ex-escrava. Não obstante, esta união, marcada entre o percurso do cativo à liberdade, nos leva a inferir o quanto à escolha de um parceiro no mundo livre, poderia demarcar uma via de entrada para fora do mundo do cativo. No entanto esta política de investimentos demarcaria anos, quando não um projeto de vida inteira. Nesse sentido, o esforço averiguado em libertar o respectivo parceiro do jugo da escravidão, demarcava o primeiro passo para um projeto familiar para além do cativo. Viver em liberdade significava também viver a liberdade em família, por certo que estes projetos que envolviam alforrias, quase sempre envolviam histórias familiares. A alforria não era, muitas vezes, um projeto exclusivamente individual.

Outro aspecto importante a ser considerado nesta trajetória, refere-se ao apontamento de João Francisco, como migrante, proveniente de uma freguesia de outra província. Cacilda Machado (2006a), ao analisar a origem de homens livres pardos ou pretos forros que estenderam laços conjugais para o universo do cativo, ponderou que a maioria tivera sua procedência “forasteira” à freguesia. Segunda a mesma autora, para estes homens, recém chegados, sem nenhum laço social estabelecido com a comunidade local, o casamento, aqui também acrescentamos o enlace informal, poderia se efetuar como primeiro passo ao enraizamento à comunidade de pretos pobres livres e escravos. Neste sentido, com alguns pontos de aproximação com Hebe Mattos, não se instalaria uma oposição frontal entre escravos e livres de cor. A união legítima acrescentada à intensa disseminação de uniões livres entre escravos pardos livres ou forros, deslegitima o paradigma de uma oposição radicalmente necessária entre “mundo escravo” e “mundo livre”, lê-se este último, por despossuídos. “Trocando em miúdos”, as imprevisões e poucos recursos aproximariam horizontalmente, grupos definidos pelas tênues fronteiras da escravidão.

Ao referirmos sobre o padrão de uniões mistas, verificamos que a tendência inclinou-se para o enlace constituído entre homens escravos e mulheres livres, no plano legítimo. Numa leitura primária poderíamos aventar se a liberação da prole sob jugo do cativo constituiria em incentivos aos escravos, ou quando tomado em sentido oposto, ao senhor. No entanto, estas relações eram dúbias, marcada por tensas intenções entrelaçadas. Da mesma forma que o referido evento apontava possibilidades de libertar o parceiro do jugo do cativo, constituía em possibilidades de ganhos ao senhor, uma vez que este poderia auferir uma força de trabalho adicional, quando o parceiro livre agregava-se em seu domicílio com interesse de manter proximidade física com seu parceiro.

Entre as uniões consensuais aventamos a possibilidade de ocorrência maior do arranjo oposto. Entretanto a união mantida “anos a fio” na informalidade, alcançou um resultado “bem sucedido” de liberdade. Entretanto, esta escolha matrimonial ou de arranjo informal em nada asseguraria o alcance deste mesmo desfecho. Nesse sentido nosso intuito em mapearmos esses padrões referentes às escolhas de parceiros, apenas nos instiga mensurarmos possíveis rumos, indícios de comportamento entre grupos, que nos ofereçam alguma tessitura de reflexão em direção ao “universo das possibilidades”, terminantemente atrelado às contingências históricas. Pois como bem aventou Sandra Graham, em seu estudo à escrava Caetana “temos que nos contentar, não com conclusões claramente persuasivas, mas com o processo incerto de juntar possibilidades historicamente fundadas”. (GRAHAM, 2005, p. 13)

No item que segue, desenvolvemos um tratamento especial àquelas escolhas proferidas que sofreram, no ato da efetuação do consórcio legítimo, algum “impedimento”, ou seja, interdito formal que implicasse alguma contradição aos valores normatizados pela Igreja. No entanto, observamos que, em grande parte, a maioria destes interditos formais era dispensada pela prática de penitências ou pagamento de taxas eclesiásticas. Nossa intenção, portanto, na análise a seguir assentou-se na direção de apreendermos as possibilidades de “leitura” destes agentes escravos envolvidos, tomada sobre o conjunto normativo formal de valores postulados pela Igreja Católica, em casos em que fossem colocados alguma interdição eclesiástica à efetuação do casamento institucional.

4.5 OS IMPEDIMENTOS MATRIMONIAIS E AS UNIÕES ESCRAVAS

(...) Com favor de Deus, querem casar Joaquim Crioulo natural e baptizado na Freguesia de Paraíba Nova, escravo de Antônio José de Lima e Feliciano Crioula, natural e baptizada nesta Freguesia.

(...)

Depoimento do Contraente:

(...) disse que hé solteiro, livre e desempleado, e se caza muito de sua livre vontade (...)

Depoimento da Contrainde:

(...) disse que logo que obrigada de seu senhor, a se cazar e que nisso não concentia, nem tinha desejo de semelhante matrimônio. E que seo senhor lhe dissera em casa, que se ella dissesse que não queria se casar, que a castigaria asperamente (...)

(...) Nestes autos (...)consta não resultar outro impedimento. Contudo, do depoimento da contrainde, fica constado que ella he constringida e violentada para se cazar, faltando assim o livre concentimento para casarse, o que he incidente que anulla o Matrimônio, para tanto e mais dos autos, julgo os contrahintes inhabilitados para se cazarem.

Pouso Alegre, trinta de outubro (...) de mil oitocentos e trinta.¹⁹⁰ [grifos nossos]

Antes de tecermos considerações ao interdito propriamente, que levou a anulação do casamento entre Joaquim e Feliciano, chama-nos atenção, ao lermos este documento, o campo de tensões em aberto, que nos remete à dimensão de inúmeros conflitos latentes às pressões que a instituição da escravidão impunha a estes agentes. Neste auto, identificamos expressões de mandos do senhor, ameaças de violência, castigos, imperativos senhoriais na tentativa de suprimir, em absoluto, a vontade do “outro”. Caso *sui generis*, o casamento escravo aqui, não se firmou como um projeto de vantagem ou “privilégio” do cativo. Em resposta à imposição senhorial, Feliciano põe abaixo todo propósito de seu proprietário, que creditamos ter sido sinônimo de altas expectativas na efetivação desta união, ao ponto de gerar-lhe ameaças contundentes de castigos físicos.¹⁹¹ Entretanto, observamos também que, para além de conflitos sociais entre grupos, o assentamento de um aparente embate estabelecido entre duas intenções subjetivas: o nubente Joaquim, prestes à aceitar de “muita livre vontade” o matrimônio, e a recusa de Feliciano, que desmantela qualquer investida possível de Joaquim. Até onde foi possível a documentação “falar”, não conseguimos atingir as possíveis coerções colocadas pelo senhor, ao escravo Joaquim. Não obstante, a esfera destas “falas”, sempre indiretas, nos causa barreiras perenes, na tentativa de aprendermos aquelas intenções, escolhas, subjetividades do indivíduo, que poderiam se demonstrar capazes de superar o coletivo, imposições, regras e comportamentos esperados entre grupos. Mais um apenas, dos muitos embates entre o “geral e o singular”.

Deixando estas conjecturas quase insolúveis ao campo da história, nossa intenção neste tópico é refletir acerca dos impedimentos matrimoniais que se fizeram presentes entre uniões escravas e como seus agentes envolvidos lidaram com os chamados “interditos”. Tomando como parâmetro a definição do Sínodo da Bahia, estes impedimentos poderiam ocorrer em qualquer união, sem distinção de grupo social. Entretanto, eles foram classificados

¹⁹⁰ Auto de Casamento de Joaquim Crioulo e Feliciano Crioula (30/10/1830). Cf.: Maço 39. Localizado na CMPA.

¹⁹¹ Um caso semelhante foi encontrado por Sandra Grahann na região do Vale do Paraíba paulista, por meio da consulta de um processo de anulação matrimonial, que envolvia uma escrava doméstica, Caetana, que recusava-se “deitar-se com o marido”, após a ter-se casado obrigada pelo seu senhor. A recusa foi tão persistente, que seu proprietário entrou com pedido de anulação ao Tribunal Eclesiástico, que deu início à um logo processo litigioso. Cf.: GRAHAM. *Caetana diz não*. Histórias de mulheres da sociedade escravista brasileira. São Paulo: cia. das letras, 2005.

pela legislação canônica em: *dirimentes*,¹⁹² quando os nubentes apresentavam algum interdito de teor grave, o que resultaria, portanto, na anulação do matrimônio; e *impedientes*, àqueles suscetíveis ao pedido de dispensa, abrindo possibilidade de liberar os intentos à realização da união.¹⁹³

O procedimento utilizado pela Igreja para identificá-los era denominado abertura de “Denúncias de banhos” ou “Proclamas”. Na abertura destes processos, o pároco declarava aos seus fiéis, durante as três missas dominicais ou três dias santos que antecediam à celebração, o nome dos “pretendentes” a fim de identificar algum interdito, caso houvesse. Entretanto, estas denúncias acerca dos atos proferidos pelos nubentes, sempre foi uma política incentivada pelas autoridades eclesiásticas:

(...) os ditos párochos declararão ao povo que comettem grave peccado, os que encobrem os impedimentos. Sabendo-os, ou denunciando-os, ainda que sejam pai, mãe ou irmãos, dos contrahentes, e que ainda debaixo de segredo natural (como não seja de confissão sacramental, ou não seja mais prova que fama pública de que sabem muitas pessoas ou uma testemunha de certeza. E porque o determinar a prova, que é bastante, pertence ao juiz; tem por obrigação toda pessoa, que por qualquer via tiver notícia de algum impedimento, de o manifestar ao Párocho, que ele denuncia ao Vigário Geral.¹⁹⁴

Entretanto, como veremos com a análise de outros impedimentos, apesar deste senso inquisitorial promovido pela Igreja, através da incitação à vigilância mútua, intento não muito difícil de estabelecer, em se tratando de numa sociedade que se pautava fundamentalmente sob a égide da “estreiteza” de relações, deve-se levar em conta, a grande disparidade entre discurso legítimo e comportamento cotidiano, que era posto em prática. Sheila Faria (1998) recomenda que alguns desses impedimentos não passavam de “letra morta” e que alguns interditos como parentesco, “defloramento”, “conversação prolongada entre homem e mulher”, até serviam como incentivadores à agilização dos processos de dispensa, principalmente entre a população livre. Era, “trocando em miúdos”, o confronto dialético

¹⁹² Foram atribuídos impedimentos dirimentos, a saber: cognação (parentesco consanguineo até quarto grau e parentesco espiritual, contraído entre padrinhos e afilhados e compadres); voto de celibato, crime de adultério, disparidade de religião, impotência, cópula ou “tratos ilícitos” com parente de até 4 grau de parentesco com o nubente; bigamia, etc. Dentre os impedientes, estavam: a proibição da celebração acompanhada de cerimônia do rito em determinadas épocas do ano, como o período da Quaresma e do Advento (quatro domingos precedentes ao Natal); a prática de se casar “por juras”, (exponsais); Cf.: Constituições...Título LXVII: Dos impedimentos do Matrimônio...p. 117.

¹⁹³ Fonte: Constituições...Título LXVII: Dos impedimentos do Matrimônio...p. 117.

¹⁹⁴ Fonte: Constituições...Título LXVII: Dos impedimentos do Matrimônio...p. 116.

entre o conjunto de normas costumeiras erigido no embate entre grupos e direito normativo, representado pela legislação canônica.¹⁹⁵

Retomando ao interdito que se colocou em favor do depoimento de Feliciano, observamos que este, não tivera origem em nenhuma denúncia, mesmo porque efetuou-se de um ato abrupto da escrava, prescindindo, portanto, de qualquer pedido de dispensa, ou outra exigência burocrática para fazer anular aquela união forçada. O que deslegitimou o “arranjo” prévio senhorial ou porque não a própria autoridade daquele proprietário, naquele momento de recusa tão obstinada de sua escrava?

Passemos por partes. Em primeiro lugar, o depoimento público de Feliciano infringiu um dos princípios e práticas fundamentais ao rito católico: a declaração do consentimento dos nubentes no ato da celebração.¹⁹⁶ A recusa por parte de ambos, ou apenas de um dos contraentes, em pleno ato cerimonial, em que era realizado sempre sob acompanhamento de no mínimo duas testemunhas, certamente deslegitimaria o esforço de ritualização pública e sagrada do intento. Muito mais do que fazer uso de uma linguagem normativa prescrita em Lei, Feliciano, buscava no sedimentado costume da espera do “sim”, fazer valer um projeto, em que lhe fosse viável dentro de sua condição de cativa. Mesmo nesta condição, era possível que “previsse”, com algum cálculo, mesmo que incerto, o rumo de conseqüências de sua atitude, baseado nos códigos de condutas e valores que regiam àquela sociedade.

A historiografia da escravidão vem enfatizando há algum tempo, os “usos” efetuados pelos escravos, quando lhes eram permitida alguma “brecha”, seja pelo discurso legal, ou de qualquer outra linguagem legitimadora daquela sociedade. Entretanto, nunca é prescindível afirmar que, o que estava “em jogo” nestes questionamentos, não era a instituição em si, ou a condição de escravo, mas os acordos descumpridos, costumes violados, espaços de negociação estremecidos, que funcionavam não como atenuantes da escravidão, mas como engrenagens que permitiam, além da “convivência” minimamente suportável de grupos postos em confronto, a modificação de “fronteiras” de lugares e papéis, que apesar de rígidas, nunca eram imutáveis na lógica “real” de funcionamento daquela sociedade, que se definia, sobretudo, pelo princípio de estratificação social.

Acompanhando os resquícios da trajetória de Feliciano pelos registros paroquiais de batismo, identificamos que quando a personagem foi levada ao altar, já era mãe de duas

¹⁹⁵ Baseamos nossa concepção acerca do confronto entre Direito Positivo e Direito Consuetudinário a partir do conceito de economia moral elaborado por E.P. Thompson. Cf.: THOMPSON, E. P. *Costumes em comum*. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Cia das Letras, 1998, p. 150-267.

¹⁹⁶ Na seção dedicada aos impedimentos dirimentes, a legislação pontua que “em casos de força, quando os contrahentes, ou algum deles for constrangido a casar por medo” o casamento seria anulado. Cf.: *Constituições...*p. 118

filhas: Maria e Thomazia¹⁹⁷. Ambas, filhas de “pais incógnitos” e apadrinhadas por “pais espirituais” livres. Entretanto, este advento acrescenta-nos dimensões importantes nesta problemática, pois caso a escrava possuísse algum parceiro estável, que não correspondesse ao intento projetado, na figura de Joaquim, certamente demarcaria focos de tensões entre o senhor e os “contrariados”. Esta conjectura sustenta-se no argumento aventado por Slenes acerca da existência de um possível “acordo prévio” entre o senhor e os “potenciais cônjuges”. Conforme já mencionamos, estas alianças não eram tecidas aleatoriamente, haviam arranjos entre os envolvidos, limitações, expectativas e projetos que se esbarravam sempre nas prerrogativas de mando da “casa grande”. Referente aos processos de escolha, menciona o mesmo autor que:

(...) dificilmente uma política de casamentos forçados, sem base alguma nos desejos dos trabalhadores pudesse ser tão eficaz (...) A hipótese mais provável, portanto, é a de que o interesse dos donos no casamento do escravo tenha se traduzido numa política de encorajar os cativos a procurar uniões formais, deixando a escolha dos casais, mas reservando ao senhor o direito paternalista de seguir, persuadir, pressionar e finalmente provar ou vetar os nomes escolhidos. (SLENES, 199, p. 94)

Feito este breve exercício de interrogarmos às possibilidades que emergiram pelo curto fragmento de vidas entrecruzadas num intento que nem chegaram às vias de fato, nos possibilitou abrimos mais de mais de uma frente de discussão. Além do aspecto “teatralizado” do rito, mesmo àqueles não acompanhados de cerimonial, indicamos aqui, leituras próprias e contraditórias que poderiam ser engendradas por diversos grupos sociais, dentre eles, os escravos. O impedimento de “constrangimento ao nubente”, prescrito pelo Sínodo como àqueles “casos, decorrente de força e medo”, além de prescrever uma falta grave pela doutrina tridentina, adaptada na colônia na forma das *Constituições...* promoveu sustento à prática de se valorizar a “mútua aceitação” declarada pelos depoimentos dos nubentes durante o ato de sacralização da união.

Vale ressaltar, que ao enfatizarmos a importância da teatralização do “ato do consentir”, não estamos de forma alguma, subtraindo as séries de coerções e pressões sociais que não só moviam, mas definiam, em primeira ordem, à própria instância do casamento escravo. Entretanto, não estamos também com isso, anulando qualquer possibilidade de ocorrência de afetividade, como elemento motivador, pois como bem demonstrou Figueiredo, em estudo sobre as “barrocas famílias”, os interesses de ordem afetiva, constituiu-se uma

¹⁹⁷ Maria recebeu batismo em 17 de agosto de 1819. Foram seus padrinhos, Antônio Ferreira da Costa e Ana Clara. Sua irmã Thomazia recebeu o sacramento em 13 de agosto de 1827, foram padrinhos: Joaquim José Dias e Mariana Roetz. Ver: Assentos de Batismos, Livro 1 (1815-1825), MSBJ.

realidade muito mais próxima aos grupos menos favorecidos, do que às classes abastadas, onde os interesses norteadores do matrimônio estariam muito mais subordinados à política de preservação de riquezas e outras práticas nobiliárquicas do que as questões de ordem afetiva. Não obstante, a aproximação desta possibilidade, até mesmo àqueles que estavam sob jugo do cativo, condição que os coagiam à “entregar” seus projetos ao crivo da “licença senhorial”, não estariam isentos deste “campo de forças” que se estabelecia como imperativo maior naquela instância social.

Atinente ao depoimento de Feliciano, enquanto seus motivos que sustentaram sua obstinada recusa em não casar-se com Joaquim permanecem para nós, implacavelmente silenciados nesta documentação. Sua “palavra”, que naquele momento desmantelou uma ordem senhorial, sustentou-se, portanto, na legitimidade do espaço de declaração de aceitação cedido aos nubentes durante o ato de efetivação do rito, mesmo quando este, tomado pelo âmbito geral, não passasse de uma “cena ensaiada”.

Dentre os processos consultados de uniões entre escravos, os que apresentaram algum impedimento, este foi o único processo que levou à dissolução da união de fato. A seguir, trataremos de interditos mais recorrentes, que referia-se às faltas “morais” ou “impedimentos” bastante tolerados e eximidos através da prática das chamadas concessões de dispensas. Eram interditos que não possuíam nenhuma consonância legítima com as práticas costumeiras e adquiriam saídas facilmente “contornadas” pelo pagamento de taxas extras e cumprimento de penitências. Dentre os mais recorrentes, estavam as uniões de cognação ou parentesco¹⁹⁸ e as uniões que apresentavam ocorrência de “tractos ilícitos”, vida de “portas a dentro” ou “conversação prolongada entre homem e mulher”, ou seja, relações de tendiam ao advento do concubinato.

Quanto à ocorrência deste último, prática amplamente disseminada entre os subalternos, era presumida como prática proibida não só entre homens livres, como também entre os escravos. Em seu Livro V, Título XXII, são esclarecidas minúcias do estado de mancebia que iam desde sua concepção até como pessoas não envolvidas teriam que de proceder para denunciá-lo. Definida como “ilícita conversação entre homem e mulher continuada”, era necessário comprova-la como ato público e sua repercussão como “escândalo social”. O casamento do Preto livre Benedito Manoel de Palma e Cândida Maria

¹⁹⁸ Consoante a definição das Constituições..., estavam “impedidos” de contraírem matrimônio: parentes consanguíneos, até o quarto grau (primos); parentes afins, ou seja entre membros das famílias que se uniram por matrimônio, mesmo em casos de morte de um dos cônjuges, o viúvo (a) estaria impedido de adquirir matrimônio com algum consanguíneo do falecido cônjuge; além do parentesco legal, ou seja entre perfilho e “pais adotivos”; e parentes espirituais, entre pais, padrinhos e afilhados. Cf.: Constituições...p. 116

de Jesus nos explicita a importância dada ao caráter público destas relações, acompanhada sempre por uma postura complacente, encoberta por um “verniz” de intolerância” no discurso:

(...) Benedito Manoel de Palma, ex escravo de Francisco Cândido de Faria, nascido, batizado e residente nesta Freguesia, considerando tão prejudicial tem sido o estado pecaminoso em que por fragilidade há tempos vive. Não só a salvação de sua alma, como também a sociedade pelo escândalo que a esta tem dado, está presentemente resolvido a corrigir-se de um tal estado, recebendo-se em Matrimônio, Cândida Maria de Jesus, por óbito de Dominciano Januares de Souza, também residente nesta Paróquia, e por isso vem cheio de maior respeito e humildade rogar a Va Reva, a graça de desonra-los dos proclamas, a licença para ser feito o casamento a qualquer hora, independente da provisão, visto serem os nubentes pobres, certificando a Va Reva, que nenhum outro impedimento comunica entre elles.”¹⁹⁹

Outra forma de interdição muito recorrente nas dispensas de matrimônio entre forros e escravos, referia-se àquela tomada por “cognação de afinidade”. A este parentesco entendia-se, pelo corpo normativo desta legislação canônica, por aquele que se contrai entre homem e mulher após o matrimônio, e conseqüentemente, suas respectivas famílias. Sendo assim, contraia-se parentesco afim entre entes consangüíneos dos respectivos cônjuges até o quarto grau. Esta ligação estendia-se mesmo depois da morte de um dos cônjuges.²⁰⁰

O auto que consultamos de Antônio Crioulo e Felícia Crioula transcorreu às dez horas da manhã do dia de 16 de fevereiro de 1841 na mesma matriz da Freguesia de São Bom Jesus dos Mártires, quando ambos cativos não se encontraram “aptos e justos” para se casarem, por apresentarem impedimento pela referente cognação por afinidade. Esta interdição se dava em razão da “finada Ignácia com quem o orador foi casado, ter sido “irman da oradora Felícia”.²⁰¹ Como conduzido no primeiro processo, as penas incutidas ao casal de cativos, para se livrarem do “estado de condenação” constituíram-se em:

(...) absteram-se de toda e qualquer comunicação, pena de nulidade. Rezarão dez Rozários (...) a Sagrada Morte e payxão de Nosso Senhor Jesus Christo pelas Almas do Purgatório. Jejuarão hum dia, varrerão à Igreja uma vez cada hum, Irão às missas que se disserem na Igreja, por tempo de oito dias, a que tudo assim feito (...) voltem em segredo de justiça a este Juízo.²⁰²

¹⁹⁹ Fonte: Auto de Casamento de Antônio Manoel de Palma e Cândida Maria de Jesus (18/02/1880. Maço. CMPA.

²⁰⁰ Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia..., (D. Sebastião Monteiro da Vide) Livro Primeiro, Título LXXI, parágrafo 303. São Paulo Typografia, 1853.

²⁰¹ Fonte: Auto de Casamento de Antônio e Felícia (16/02/1841). Maço 50, localizado na CMPA

²⁰² Fonte: Auto de Casamento de Antônio e Felícia (16/02/1841). Maço 50, localizado na CMPA.

Em acrescento ao assento, mencionou-se a seguinte observação: “(...) Certifico que os escravos Antônio e Felícia (...), cumpriram as penitências constantes no mandado (...)”.²⁰³

Outro impedimento freqüente habilitado às concessões de dispensa era a união consanguínea de quarto grau. O Auto que selecionamos, refere-se à união entre Theodoro e Joana,²⁰⁴ escravos de José Francisco P. dos Reis, que elegemos nesta análise, pelo fato desta apresentar além do interdito de “parentesco de quarto grau”, ocorrido entre primos, a indicação de uma rede familiar de maior alcance, que conseguimos traçar com auxílio de assentos de batismo. Conforme já discutimos em item anterior, a endogamia de parentesco era uma condição muito propícia entre cativos nativos pertencentes à mesma propriedade, que pretendessem selar de forma legítima suas uniões.²⁰⁵ Entretanto, para evitar-se a ocorrência entre consangüíneos próximos, os cativos, em resposta, buscariam seus respectivos parceiros em outra propriedade, usando o recurso da informalidade, em resposta à interdição senhorial em legitimar alianças inter-plantéis.

Este não fora, portanto, o recurso tomado pelo mencionado casal de escravos ao “preferirem” efetuar aliança, mesmo apresentando à ligação de quarto grau de parentesco.²⁰⁶ O apontamento de filiação de ambos os cônjuges, constitui-se como fator crucial para identificarmos outros membros da família, como “potenciais” responsáveis pelo “interdito”.

Dizem os pobres e humildes oradores Theodoro, escravo de José Francisco Pereira dos Reis, filho legítimo de Justino e Francisca, escravos de Francisco Antônio Pereira, nascido e batizado na Freguesia de Estiva e Joana, escrava do mesmo, filha legítima de José e Angélica, escravos de José Custódio Pereira, nascida e batizada nesta Freguesia de Pouso Alegre e sendo os contrahentes inhabilitados para contrahirem Matrimônio, por estarem ligados com impedimento de quarto grau (...).²⁰⁷

A filiação identificada de ambos nubentes, sob o auxílio de assentos batismais, nos permitiu mapearmos este arranjo familiar, numa dimensão maior. Perseguindo os “rastros familiares” de Theodoro e Joana, constatamos o pertencimento, destes agentes à uma rede de parentesco multi-domiciliar, edificada nas propriedades da família “Pereira”. (Cf.: DIAGRAMA 2)

²⁰³ Fonte: Auto de Casamento de Antônio e Felícia (16/02/1841). Maço 50, localizado na CMPA.

²⁰⁴ Fonte: Auto de Casamento de Theodoro e Joana (05/01/1883), localizado na CMPA

²⁰⁵ A endogamia de parentesco era também uma prática muito recorrente entre a população livre, principalmente entre os grupos abastados, que buscavam através de alianças matrimoniais entre parentes próximos impedir a dispersão patrimonial, como também restringir o acesso ao grupo familiar. Cf.: OLIVEIRA, Mônica, Ribeiro, *Negócios de Família: mercado, Terra e poder na formação da cafeicultura mineira- 1780-1870*. Bauru/ SP: EDUSC; Juiz de Fora, MG: FUNALFA, 2005.

²⁰⁶ A licença matrimonial de Theodoro e Joana dói concedida pelo cumprimento de penitências e pagamento de mulas: “ (...) *casar-se-ão, receberão a sagrada comunhão, pagarão a taxa de cinco mil réis (...)*”. Ver Auto de Casamento de Theodoro e Joana (05/01/1883), localizado na CMPA.

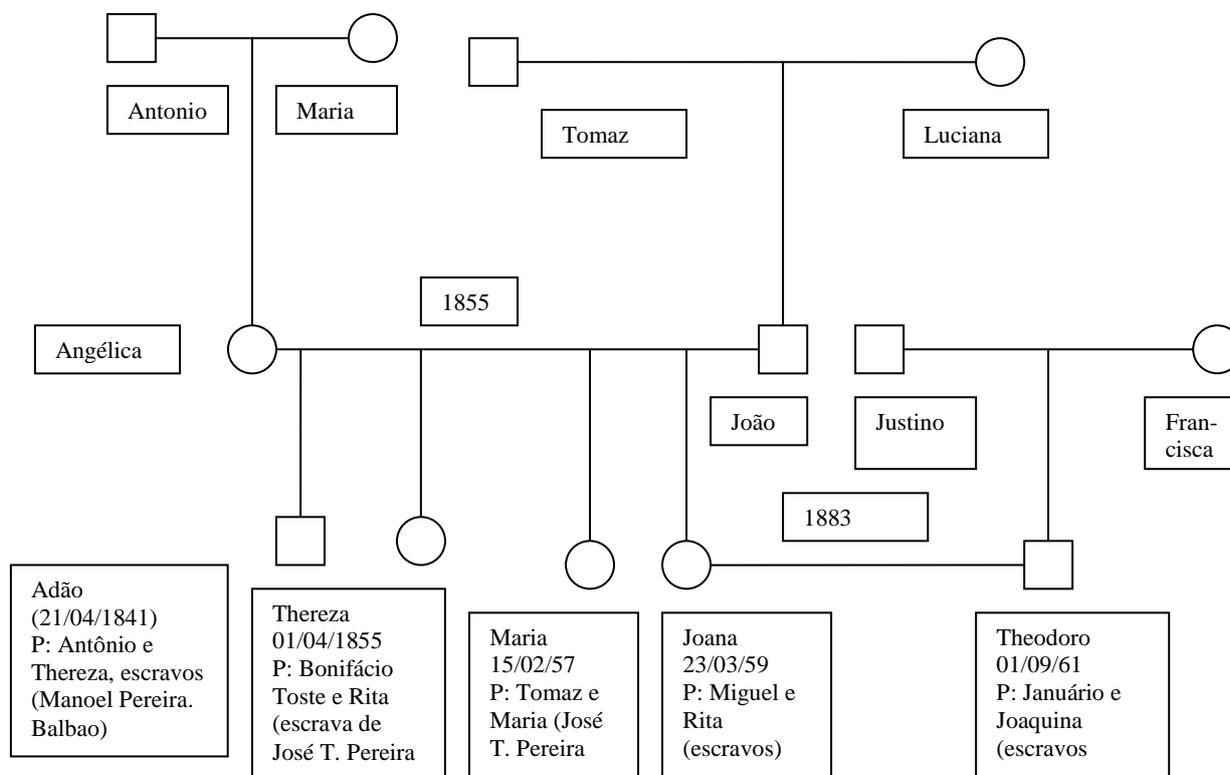
²⁰⁷ Fonte: Auto de Casamento de Theodoro Crioulo e Joana Crioula (05/01/1883). Localizado na CMPA.

No entanto, devemos estar atentos às interdições consangüíneas entre uniões escravas, pois estas podem constituir-se como uma via de recurso para se chegar às famílias estendidas. O cuidado evidenciado pelo pároco, em esmiuçar cuidadosamente a composição destes impedimentos consangüíneos, identificando o grau da cogação, e em certos casos até os nomes “responsáveis” pela ligação de impedimento, torna-se recurso metodológico viável para alcançarmos as ditas “relações indiretas”, terminantemente omitidas, na maioria do corpo documental, que comumente se utiliza para o estudo da família escrava, por priorizarem as ditas ligações parentais diretas (entre mãe e filhos, pai mãe e filhos...).²⁰⁸

Além deste propósito metodológico, uma atenção maior aos interditos consangüíneos pode averiguar com maior consistência, até que ponto a endogamia de parentesco se fazia como uma prática aceita no cativeiro. O diagrama que segue, nos clarifica este mapeamento viabilizado pelas informações justificadas no impedimento, somadas as consultas de outros registros paroquiais:

²⁰⁸ Em outros registros de casamento que apresentaram impedimento por cogação consangüínea, foi um elemento comum o detalhamento de parentesco evidenciando a causa do interdito. Pelo assento de casamento de Paulo Crioulo e Romana Crioula, realizado em 13/05/1847, foi declarado que ambos estavam impedidos porque “(...) *Sivéria he irmam de Luzia, que daquella nasceu Luciana, desta nasceu o orador Paulo, e que de Luzia nasceu Joaquina, desta nascia a oradora Romana (...)*”. Cf.: Auto de Casamento de Paulo Crioulo e Romana Crioula. (13/05/1847). Maço 50. Localizado na CMPA

DIAGRAMA 2
Família escrava estendida, identificada através das interdições consangüíneas ²⁰⁹



Ao tecermos estas considerações acerca dos impedimentos e das dispensas matrimoniais, observamos a partir desta ampla disponibilidade da Igreja em conceder dispensas, uma postura de flexibilização desta instância, mediante as incompatibilidades tangíveis entre norma e costume. Entretanto, na inteligência desta instituição, era ciência por parte de suas autoridades que à integrava, o imperativo de uma necessária adequação de seu corpo normativo canônico às exigências sociais cotidianas daquela sociedade. Quanto à anulação do casamento de Feliciano, verificamos que sua relutância foi o único interdito localizado na Freguesia capaz de levar a anulação sem ao menos uma concessão de abertura do pedido de dispensa. Neste sentido, cogitamos ter se estabelecido uma valorização costumeira do depoimento dos nubentes no ato de efetivação do matrimônio, que mesmo sob

²⁰⁹ Cf.: Auto de Casamento de João e Angélica (19/02/ 1851). Localizado na CMPA. Auto de Casamento de Theodoro e Joana (05/01/1883). Localizado na CMPA. Assento de Batismo de Adão (21/04/1841). Livro 5; Assento de Thereza (01/01/55); Livro 4e 7; Assento de Maria 15/02/57. Livro 4 e 7. Assento de Batismo de Joana (23/03/59), Livro 7; Assento de Batismo de Theodoro (01/09/1861); Livro 7; localizados na MSBJ.

pressões sociais externas aos “motivos pessoais”, houve espaço para efetuação de escolhas, mesmo que limitadas.

No item seguinte trataremos de algumas incursões familiares tecidas tanto no plano legítimo quanto consensual, ocorridas na micro-dimensão da propriedade do Capitão José Maria de Freitas, tomadas a partir do entrecruzamento de inventários *post-mortem*, alistamento domiciliar (1838) e registros paroquiais. Procuramos através do curto fragmento biográfico de um ex-escravo, incursionarmos em “arranjos familiares” informais que ultrapassaram os limites estabelecidos pela propriedade.

4.6 FAZENDA DAS LIMEIRAS

A propriedade “Fazenda das Limeiras”, dedicada ao cultivo de “roças” e “campos de criar” foi palco de instigantes trajetórias familiares sedimentadas tanto pelas incursões legítimas de uniões como consensuais. Dentre o arrolamento de domicílios do Distrito de Pouso Alegre de 1838, esta propriedade apresentou-se “chefiada” pelo Capitão José Maria de Freitas descrito no alistamento como branco, lavrador, de 78 anos e casado com Maria Fiúza de Almeida, de 59 anos. Neste mesmo domicílio ainda foram arrolados os nomes de 19 escravos mais três agregados.²¹⁰

No que concerne a composição desta escravaria, observamos que do total de 19 escravos apresentados, 10 eram mulheres e o restante homens. Todos descritos como “pretos”, apenas Eleutério, de 23 anos, relacionado como “pardo”. Deste conjunto, identificou-se 7 crianças menores de 12 anos. Consoante ao estado conjugal relacionado aos escravos adultos, foram mencionados três casais com seus respectivos arranjos familiares subjacentes à Lista.²¹¹

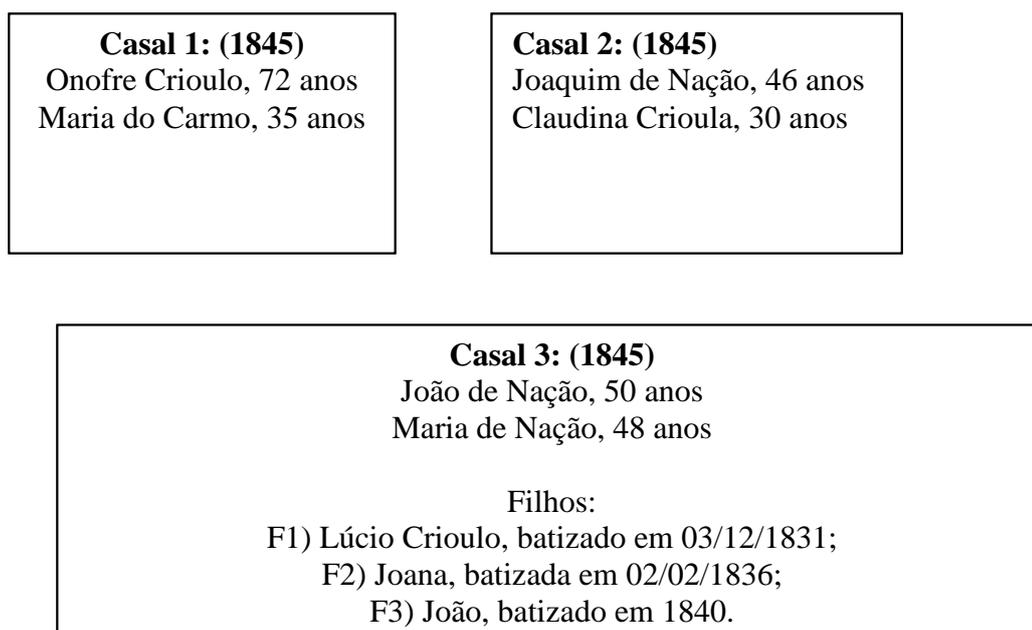
A partir do cruzamento deste alistamento com o inventário da propriedade aberto em 1845, pela ocasião da morte do Capitão, observamos que do total de 19 escravos, houve o acréscimo de apenas um cativo. Entretanto, neste espaço de sete anos, entre o recenseamento e a partilha de bens, três escravos (Justino Crioulo, “mais ou menos oito anos”; Umbelina “sete anos” e Modesto Crioulo “cinco anos”), nasceram após o inquérito censitário; enquanto que Pedro e Mariana de 71 anos, esta provavelmente falecida neste intervalo, não apareceram no

²¹⁰ Foram nomeados agregados: Silvério (13 anos), Leopoldina (13 anos) e Joaquim (3 anos). Cf.: Listas Nominativas do Distrito de Pouso Alegre de 1838. Localizadas no APM, Notação MP, CX 06 doc 01.

²¹¹ Não eram mencionadas explicitamente as ligações de parentesco nestas Listas Nominativas. Apreensão destas só é possível através da ligação nominativa dos membros arrolados com outros documentos em que estes “aparecem” arrolados, seguidos de alguma menção de parentesco. Os documentos mais suscetíveis à estas menções são os inventários, e registros paroquiais. Cf.: Listas Nominativas do Distrito de Pouso Alegre de 1838. Localizadas no APM, Notação MP, CX 06 doc 01.

arrolamento de partilha de bens em 1845.²¹² Dentre o total de 20 escravos mencionados no ato da partilha, ratificamos nominalmente os três casais sugeridos pelo recenseamento pela menção através da indicação de seis cativos em estado conjugal de casados. Dentre os “arranjos”²¹³ explicitados no arrolamento da partilha, estavam “subentendidos” no alistamento, os seguintes:

DIAGRAMA 3: RELAÇÕES DE PARENTESCO NA FAZENDA DAS LIMEIRAS:



Neste processo de desmembramento familiar observamos, além do engendramento destas três uniões estáveis, dois momentos decisivos na trajetória destas famílias, tais como a separação do casal Joaquim de Nação e Claudina Crioula; a alforria condicional declarada em

²¹² Os escravos arrolados na Lista Nominativa de 1838 e na partilha de bens do inventário *post mortem* de José Maria de Freitas foram: Onofre Crioulo, Maria do Carmo, Joaquim de Nação, Claudina Crioula, João de Nação, Maria de Nação, Jacinta Crioula, Maria de Nação, Joaquim de Nação, Francisco de Nação, Felipe Crioulo, Luís Crioulo, Joana Crioula, Fausta Crioula e Pedro Mulato. Cf.: Listas Nominativas do Distrito de Pouso Alegre de 1838. Localizadas no APM, Notação MP, CX 06 doc 01. Inventário *post-mortem* Capitão José Maria de Freitas (inventariado). Data 06/09/1845. Localizado no FMPA.

²¹³ Das sete crianças mencionadas na Lista, não conseguimos identificar a filiação no arrolamento da partilha a filiação das escravas Jacinta (1836) e Fausta (1826), ambas descritas como “filhas de Maria”, não seguidas de outra referência, velho problema invocado pelos homônimos; e de e dos escravos menores Pedro (1834) e Generoza (1838). Ver: Inventário *post-mortem* Capitão José Maria de Freitas (inventariado). Data 06/09/1845. Localizado no FMPA. Listas Nominativas do Distrito de Pouso Alegre de 1838. Ver APM, Notação MP, CX 06 doc 01. Das crianças mencionadas a filiação identificamos pelos assentos de batismo de Lúcio crioulo, Joana Crioula e João Crioula: Ver Livro 3 (1825-1837) MSBJ..

testamento ao idoso Onofre de 72 anos, casado com Maria. Dentre as disposições mencionadas em testamento, declaradas pelo capitão estavam:

Deixo ao meu escravo Onofre, a quantia de cem mil réis, para ser levado em conta o amor do mesmo, a benefício de sua liberdade com a condição de servir a minha mulher, enquanto for viva e por morte della, ser-lhe-á então conferida a liberdade, o que faço pelos bons serviços que me prestou.²¹⁴

Junto à concessão de liberdade condicional concedida a Onofre, foi registrado no depoimento testamentário do capitão Freitas a admissão de um pecúlio em prol da liberdade de um escravo de nome Eleutério. Não obstante, quanto à liberdade deste último, esta perpassou por uma trajetória pouco distinta da percorrida por Onofre. Além dos investimentos em alianças pessoais, de anos de dedicação à política de favores, que sustentavam uma política de alforrias; a liberdade de Eleutério trazia uma peculiaridade: coartação. Este evento presumia-se num acordo prévio entre senhor e escravo, pelo qual este era responsável pelas despesas imputadas pelo preço da liberdade, através da reunião do pecúlio: (...) O escravo Eleutério, deixo liberto, por haver recebido dele a quantia de oitocentos mil réis, e por me haver servido bem e pela amizade que dele tenho (...).²¹⁵

Até o momento não observamos nenhuma ligação de parentesco entre o mencionado escravo com seus outros pares, também pertencentes ao mesmo plantel do capitão. Quanto a trajetória de Onofre, este permanece casado com Maria do Carmo, ocupando, após a morte da viúva D. Maria Esméria, em 1848, a condição de agregado.²¹⁶ Ocupação também esta exercida pelo ex-escravo Eleutério, desde a morte de seu ex-senhor em 1845. Entretanto passados pouco mais de dez anos após o recebimento da alforria do capitão, aquele se encontrava “bastante enfermo”, acompanhado de seu filho liberto Joaquim, alegando em seu testamento as seguintes disposições:

“ Eu, Eleutério Borges de Almeida, solteiro, de idade de trinta e oito annos, filho natural de Brígida Crioula, nascido e baptizado nesta Freguesia da cidade de Pouzo Alegre, escravo que foi do Capitão Jozé Maria de Freitas, já fallecido. Achando-me gravemente enfermo, esperando a morte, faço as seguintes disposições: [...] Declaro que tenho três filhos que os reconheço como tais, por este meu solene testamento e por meus legítimos herdeiros que são, os seguintes: Joaquim Cabra de idade de doze annos, mais ou menos, filho de Manoela Crioulla, escrava do vigário José Maria de Moura Leite, nascido liberto e que se acha na minha companhia; Lino Mulato, de idade de vinte annos mais ou menos, filho de Justina Crioulla,

²¹⁴ Inventário *post-mortem* Capitão José Maria de Freitas (inventariado). Data 06/09/1845. Localizado no FMPA.

²¹⁵ Inventário *post-mortem* Capitão José Maria de Freitas (inventariado). Data 06/09/1845. Localizado no FMPA.

²¹⁶ Inventário *post-mortem* de D. Maria Esméria de Almeida. (inventariada). Data 29/02/1848. Localizado no FMPA.

escrava de Demétrio Antunes de Azevedo, residente no termo da Villa de Caza Branca; e Salvador mulato, de idade de quatro annos, mais ou menos, filho de Esébia, escrava de Manoel Leite Ferreira de Mello. Destes dois últimos meus filhos, Lino e Salvador, que lhes tocar dos bens que deixo com igualdade de meu primeiro filho nomeado, servirá para liberdade dos mesmos [...] E por não saber ler nem escrever, roguei a Antônio Muniz Barreto [...]. Fazenda das Limeiras, Freguesia de Pouzo Alegre, 17 de maio de 1855”²¹⁷

Apreendemos neste momento que boa parte das relações familiares omitidas na confecção do alistamento e Inventário *post mortem* do capitão Freitas, traçadas pelo escravo Eleutério, insurgiram-se pelo depoimento pessoal do ex-escravo. Segundo França Paiva (1995), o depoimento testamentário consiste numa fonte preciosa, pois além de ser descrito na primeira pessoa, sempre se instituiu num espaço revelador não somente aos últimos desejos do moribundo, mas por estabelecer reparos de “erros” cometidos ao longo da vida, além de demarcar concessões de amparos materiais e espirituais aos entes próximos de seu círculo de convívio. Este momento serviria também para confirmar e reatar alianças com seus entes protetores e protegidos. Era um espaço, sobretudo, propício à ratificação e reconhecimento de descendentes consangüíneos, contraídos fora do matrimônio legítimo.

Entretanto observamos que além do reconhecimento de seus três filhos: Lino (20 anos), Joaquim (12 anos) e Salvador (4 anos); Eleutério teceu, em primeiro plano, relações temporárias, demarcadas pelas incursões sexuais e/ou afetivas instáveis com as respectivas mulheres escravas, mães de seus filhos pertencentes a outras propriedades; como também consolidou vínculos paternos com seus filhos, que pela exceção de Joaquim, se encontravam ambos apartados pelos limites impostos pela escravidão. Nesse sentido, importante salientar que, mesmo sob condição de separação domiciliar, estes vínculos não estariam totalmente solapados, havia-se possibilidade de “recriação” e perpetuação de enlaces de parentesco, mesmo consangüíneo, a partir das difíceis e limitadas condições de contato familiar para além dos limites de domicílio.

Não obstante, há que se reconhecer que a circulação e mobilidade entre escravos de propriedades distintas se faziam frequentes e viabilizando estes contatos familiares multi-domiciliares. Segundo Teixeira (2006), eram inúmeras as formas de contato que colocavam estes escravos num intenso intercuro social: seja pelo empréstimo e aluguel de escravos, transportes de algum gado, milho; recados proferidos por cativos de uma propriedade a outra... Enfim, eram inúmeros afazeres cotidianos que dispunham esses escravos lado a lado possibilitando uma intensa mobilidade que ultrapassaram os limites não só do domicílio

²¹⁷ Inventário de Eleutério Borges de Almeida, Nº 25. Data de abertura: 05/08/1855. Localizado no FMPA

urbano, mas dos sítios, roças e fazendas que se avizinham. A despeito deste influxo existente entre escravos de propriedades distintas em São José dos Pinhais, Machado afirma que “a família escrava, muitas vezes atravessava o cativeiro e a liberdade sincrônica e diacronicamente” e que embora as uniões consensuais se fizessem predominantes, era possível que “muitos cativos fizessem parte de uma família estendida ou de uma rede de parentesco, ainda que as formas de sua manutenção se enlaçassem estreitamente com os eventos que se desdobravam na vida dos senhores.” (MACHADO, 2006, p. 168)

Outro aspecto fundamental na análise de curto fragmento biográfico deste ex-escravo, é que além da manifestação destes vínculos paternos, o percurso para a liberdade de Eleutério não se restringiu a um caminho exclusivamente individual. Houve inclusão de seus filhos, o que nos ratifica a assertiva de que os projetos de alforria, muitas vezes estavam entrelaçados aos projetos familiares. A possibilidade de se abrir um canal de acesso à uma nova condição social aos entes mantidos no cativeiro, fazia com que estes recém libertados transitassem numa linha tênue de demarcação entre os “mundos” do cativeiro e da liberdade. Entretanto esta fronteira, não claramente definida fazia com que as experiências tecidas pelo indivíduo alforriado, estivesse sempre atrelada ao universo do cativeiro. Nesse sentido, pondera Fraga Júnior que, não só vivência familiar, mas toda experiência social de um indivíduo recém-libertado jamais poderia “ser pensada fora das lembranças e memórias compartilhadas nos tempos do cativeiro” (FRAGA Jr. p. 17), e que para além das lembranças e memórias, não se rompiam abruptamente os elos de convivência e de permanência da família.

Neste curto fragmento biográfico de Eleutério extraímos a dupla face da família escrava, observamos a primeira, demarcada pela pré-condição de cisão e instabilidade familiar. Ao passo que a segunda demonstra que apesar do iminente risco de instabilidade gerado pelos limites impostos à perpetuação e segurança destes vínculos comunitários, que ainda sim estes agentes permaneciam persistentes no agenciamento de enlaces familiares, mesmo sob condição de separação domiciliar. A experiência de deste ex-escravo abre-nos caminhos para enveredarmos nestes significados construídos frente às imposições de convivência ditadas pela condição de propriedade e pertencimento a domínios distintos, como também, instigam-nos à avançarmos na reflexão acerca destas práticas estratégicas de convivência frente às situações de pré-condição de ruptura e dispersão familiar no âmbito do cativeiro.

No item seguinte discutiremos os significados construídos em torno da instituição do compadrio no contexto da Freguesia de São Bom Jesus dos Mártires de Pouso Alegre. Constituirá nosso próximo objetivo a tessitura de reflexões acerca dos fatores que influenciavam os padrões das relações compadrescas, tais como: capacidade de inserção ao tráfico, dimensão das escravarias, fatores de legitimidade e distribuição entre os sexos entre a população escrava. Tomados pela historiografia da escravidão como tradicionais “códigos sociais” possíveis de serem lidos, procuramos analisar os significados construídos em torno das formas de apadrinhamento, principalmente no que diz respeito a suas articulações em torno do engendramento de relações verticais e horizontais no contexto social da escravidão eleito para este estudo.

4.7 SOB A UNÇÃO DOS SANTOS ÓLEOS: SIGNIFICADOS DO PARENTESCO FICTÍCIO E SOCIABILIDADE ESCRAVA NA FREGUESIA DE SÃO BOM JESUS DOS MÁRTIRES.

A análise das formas de como se engendravam os padrões de compadrio numa sociedade escravista, tem sido na visão da historiografia da escravidão um poderoso instrumento para captar “aspectos importantes de funcionamento da comunidade escrava.” (SCHWARTZ, 2001, 263)

Assim como o parentesco consangüíneo ou aquele gerado pela afinidade do matrimônio, o compadrio também sedimentava bases sólidas, no que diz respeito ao sentimento de pertença e identidade de grupo familiar naquela sociedade. Altamente valorizado por todos os grupos de diferentes escalas sociais, esta instituição adquiriu sentidos políticos que foram sendo recriados e re-elaborados, de acordo com as expectativas dos respectivos agentes envolvidos, como também pelas disponibilidades circunstanciais pertinentes a cada localidade e contexto específico, tais como: capacidade de inserção ao tráfico, dimensão das escravarias, fatores de legitimidade e até mesmo a distribuição da proporção entre os sexos, seriam elementos de incidência direta ou indireta nas possibilidades de escolhas dos pais espirituais a serem levados à pia batismal.

O indivíduo, ao apadrinhar o inocente livre ou escravo, não só se aparentava com seu afilhado, mas também com os pais biológicos deste, se tornando parentes espirituais de seus respectivos compadres. Entretanto, na “roda do compadrio” selava-se aliança entre o núcleo familiar primário do batizando e os indivíduos escolhidos a serem protetores e instrutores morais e de princípios religiosos do rebento a ser ungido.

Segundo Schwartz, esta relação compadresca era fortemente demarcada por um aspecto de mobilidade, onde se poderia “reforçar os laços de parentesco já existentes ou solidificar relações com pessoas de classe social semelhante ou estabelecer laços verticais entre indivíduos socialmente desiguais.” (SCHWARTZ, 2001, 266)

Sendo assim, diferente do matrimônio, o sacramento do batismo permitia aos escravos a possibilidade de extrapolar, com uma frequência muito maior, tanto os limites de propriedade, como os de sua condição social, ao viabilizá-los a tecitura de alianças tanto verticais quanto horizontais, sendo cada uma das iniciativas orientadas por ganhos adicionais próprios e vínculos de dependência e subordinação, como gravitacionava o engodo de relações de reciprocidade e dependência da própria instituição escravista.

Nesse sentido, vale salientar que a instituição do compadrio era eminentemente, hierárquica, mesmo quando edificadas entre pares do mesmo grupo social. As expectativas exigidas e a serem cumpridas por cada ente envolvido no rito, fazia com que esta relação, apesar do forte traço de reciprocidade, estivesse também marcada pelo crivo da desigualdade. Aos padrinhos, eram atribuídas obrigações de servirem como tutores morais e espirituais do afilhado, bem como a assistência de recursos materiais ao longo da vida e a responsabilidade de criação, quando na ausência dos pais. Eram comuns nos depoimentos em testamentos, heranças deixadas aos afilhados, mesmo quando estes se encontravam sob jugo do cativoiro.

Já aos afilhados, eram-lhes exigidos sentimentos de respeito e deferência aos padrinhos. Eram suas obrigações tomar-lhes as bênçãos, a cada encontro efetuado, aceitar conselhos e intervenções, sem repúdio ou contravenção, visitar-lhes, quando se achavam em estado de saúde debilitado, prestar-lhes assistência e reverência, como um filho prestaria a seu pai e mãe biológicos.

Desta forma, fundada pelo ritual do batismo, a instituição do compadrio, mesmo engendrando relações hierárquicas, funcionava como possibilidade de “substituição ou ampliação da família escrava, num sentido mais amplo de formação de uma comunidade negra no Novo Mundo”. (KJFERVE & BRUGGER, 1991) Isto significa que para os escravos a instância recebeu uma nova leitura. Estudos clássicos ²¹⁸ demonstram que além da busca por

²¹⁸ Cf.: GUDEMAN, S. & SCHWARTZ S., Purgando o pecado original: compadrio e batismo de escravos na Bahia no século XVIII, in: REIS, João José (org.), *Escravidão e invenção da liberdade: estudos sobre o negro no Brasil*, São Paulo: Brasiliense, Brasília CNPq, 1988. KJFERVE, Tânia Maria G. & BRUGGER, Silvia Maria. *Compadrio: relação social e libertação espiritual em sociedades escravistas (Campos, 1754-1766)*. *Estudos Afro-Asiáticos*. nº 20. Rio de Janeiro: Cadernos Cândido Mendes, 1991. SCHWARTZ, Stuart. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru: EDUSC, 2001. _____ *Segredos internos*. Engenhos e escravos na sociedade colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 3 ed, 2005. GUEDES, Roberto. *Na pia batismal família e compadrio entre escravos na freguesia de São José do Rio de Janeiro (primeira metade do século XIX)*. Niterói, RJ: Universidade

padrinhos espirituais livres, o compadrio foi um veículo forte de sedimentação de laços intracativeiros. Além da incorporação da linguagem dominante desta instância cultural, os escravos a utilizaram para re-elaborar seus laços inter-étnico-culturais, através da persistência da prática da endogamia de grupo também instigada nesta forma de relação.

Instituído na América Portuguesa pela Igreja Católica, o ritual do batismo representava, simbolicamente, uma das pilastras basilares de sustentação ideológica do empreendimento da colonização e legitimação da escravidão no Novo Mundo, que se fundamentava na doutrina de expansão da fé e conversão do mundo pagão. Sendo assim, ao batizar o escravo recém-chegado, cumpria-se parte desta missão cristã engajada na conversão e doutrinação de novos fiéis. Era da alçada tanto da Igreja, quanto dos senhores libertarem seus escravos de suas crenças pagãs e colocá-los no caminho da verdadeira fé.

Segundo a doutrina tridentina impressa nas adequações previstas pelas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, seria somente por meio do batismo que “as portas do céu se [abriria] e a pessoa [receberia] a salvação pelo primeiro sacramento da Igreja Católica.”²¹⁹ Desta forma, o ritual simbolizava a iniciação do recém-converso à fé cristã, através do ato de purificação do estado de pecado original, como também assegurava a inserção real do indivíduo e seu reconhecimento em diversas esferas daquela sociedade, onde o sagrado se fazia imperativo em diversas instâncias do cotidiano.

Além de prever estes interesses da esfera mental-religiosa, o batismo também serviria, naquele contexto, como escritura pública de posse daquele escravo nascido em cativo, que não tivesse, portanto, passado por nenhum processo de compra ou transferência de propriedade.²²⁰ Vale salientar que a legislação laica do império português, como as Ordenações Filipinas de 1603²²¹ recomendavam que todos os proprietários batizassem seus escravos num período variável, entre um a seis meses após a compra ou nascimento do inocente cativo, caso contrário, seriam aqueles senhores punidos por meio de multas e confisco da mão de obra escrava.

Federal Fluminense, 2000. (Dissertação de Mestrado em História). RIOS, Ana Maria Lugão, “*Família e transição* (Famílias negras em Paraíba do Sul, 1889-1920) Dissertação de Mestrado em História, UFF, 1990.

²¹⁹ Fonte: Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia..., (D. Sebastião Monteiro da Vide) Livro Primeiro, Título LXXI, parágrafo 303. São Paulo Typografia, 1853.

²²⁰ Quando o escravo era comprado havia uma matrícula que documentava a propriedade daquele, ou seja, o nome do proprietário, local da transação comercial, etc. Porém, quando se tratava do escravo inocente, já que não havia sofrido transação comercial, serviria o registro de batismo, como registro de confirmação da propriedade.

²²¹ Fonte: *Ordenações Filipinas*. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian, 1985, vol III. Livros IV e V. Reprodução fac-símile da edição feita por Cândido Mendes de Almeida, Rio de Janeiro, 1870.

Em terras “além-mar” a Igreja procurou regulamentar o ritual do batismo prescrevendo normas que previam um período de oito dias após o nascimento, para o inocente livre ou escravo; presença de um casal de padrinhos (sendo o padrinho maior de 14 anos e a madrinha, de 12 anos de idade). No entanto, eram proibidas participações de membros de ordens religiosas ou párocos como padrinhos, invocação de santos católicos como tutores espirituais, ou a realização do batismo de africanos, sem imputar-lhes nenhuma instrução mínima dos preceitos cristãos católicos, ou a realização do rito sem tomar-lhes o consentimento inicial.²²²

Testemunhos de viajantes europeus, como os de Henry Koster analisados por Schwartz, assinalam como os escravos recém-chegados só recebiam aceitação de seus futuros pares de cativo, após serem batizados e receberem um nome cristão:

(...) em qualquer desavença ou desentendimento trivial, [seus companheiros de cativo], sempre encerrarão um rosário de xingamentos e a palavra pagão. O negro que não foi batizado percebe que é considerado um ser inferior, e embora não perceba o valor que os brancos dão ao batismo, sabe que o estigma pelo qual é censurado desaparecerá com o batismo (...). (KOSTER, 1817, apud SCHWARTZ, 2001, p. 270)

Nesse sentido, o mencionado autor nos chama atenção para a importância do compadrio neste processo de inserção e integração do escravo recém-chegado. Era comum atribuir aos escravos ladinos à missão de integrar e socializar o recém-chegado à nova realidade que o esperava.

Não obstante, referente aos padrões gerais identificados neste estudo e em outros anteriores desenvolvidos em parceria com Gudeman; o mencionado autor demonstrou, em estudo pioneiro para duas paróquias do Recôncavo Baiano de economia agro-exportadora de açúcar, padrões considerados pela historiografia da escravidão, norteadores destas relações de compadrio. O primeiro deles identificados refere-se à larga preferência por padrinhos livres, não menos a 70%. (Idem, *Ibidem.*)

Dentre outras inferências, os autores concluíram que: os senhores nunca ou raramente apadrinhavam seus escravos. Esta constatação serviu-lhes de base para questionar a clássica visão de Gilberto Freyre de que a instituição demarcaria a interiorização de valores clintelistas da família patriarcal, ao levarem como padrinhos à pia batismal, entes ou o próprio senhor da família patriarcal. (GUDEMAN, & SCHWARTZ, 1988)

Para os autores haveria uma oposição latente entre os papéis exercidos pelo senhor e padrinho espiritual, que em suas interpretações se estabeleciam em sentidos contrários. O

²²² Fonte: *Ordenações Filipinas*. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian, 1985, vol III. Livros IV e V. Reprodução fac-símile da edição feita por Cândido Mendes de Almeida, Rio de Janeiro, 1870.

padrinho, além de todas as atribuições mencionadas, cumpriria na conflitante relação senhor - escravo, o papel de interventor e apaziguador de eventuais desacordos entre ambas as partes. (Idem, Ibidem).

Outras inferências obtidas neste mesmo estudo seguem na estrutura hierárquica destas relações desvendadas a partir da mesma quantificação. Consoante esta hierarquia, os cativos quase nunca apadrinhavam rebentos livres ou libertos, já os inocentes daquela mesma condição social poderiam receber pais espirituais de todas as escalas sociais. Os escravos “adultos” eram frequentemente apadrinhados pelos pares da mesma condição e raramente por livres. (Idem, Ibidem)

Já os estudos empreendidos para Minas Gerais, estes padrões gerais indicados pelos brasilianistas vem sendo paulatinamente ratificados. Em estudo para a paróquia de São João del Rei, Silvia Bruguer demonstrou que apenas 1,1% dos padrinhos eram senhores que serviam como tutores espirituais de seus escravos. Quanto ao predomínio de participação de padrinhos eleitos, coube aos pares de indivíduos livres que representaram uma variação de 62% a 77,9% ao padrinho e 36,7 a 70,7% à madrinha. (BRUGGER, 2004) Uma inferência atribuída a este resultante refere-se parcialmente à dimensão da escravaria, já que em se tratando de uma economia interna de abastecimento, a propriedade de pequeno porte esteve largamente difundida, constituindo-se certamente, como barreira na busca de pares da mesma condição.

Em consonância a esta tendência do apadrinhamento de inocentes cativos por pessoas livres, Botelho demonstrou para sua região de estudo, ao norte da província, uma dimensão mais acentuada deste arranjo compadresco, onde os pares de padrinhos livres representaram um variação de 56,0 a 80,8% e padrinhos escravos apenas 5,5 a 11,3% do total de inocentes escravos levados à pia batismal à Paróquia de Montes Claros entre o período de 1815 a 1876. (BOTELHO, 1994, p. 113) A este predomínio quase absoluto de padrinhos livres, acrescenta-se a busca integral por pais espirituais pertencentes a outras propriedades, quando se tratava de pares escolhidos entre a mesma condição social do batizando. Estes dois eventos mencionados podem ser considerados duas facetas do mesmo comportamento demográfico reproduzido em razão das condições impostas pelas limitações engendradas pela dimensão das escravarias, formadas por pequenos e médios plantéis, fazendo com que tanto as alianças verticais ou horizontais refletissem, de certo modo, esta predisposição do contexto da escravidão local.

Esta relação entre a dimensão da posse escravista e compadrio, também foi avaliada por Rômulo Andrade em estudo comparativo entre duas localidades da Zona da Mata mineira

e fluminense - Paróquia de Santo Antônio de Juiz de Fora e de Nossa Senhora da Conceição do Bananal. Ao analisar a rede de compadrio intra-cativeiro efetuada em localidades assentadas em economias díspares, ou seja, a primeira sustentada pela lavoura agro-exportadora de café e a segunda, na economia diversificada de alimentos, o autor demonstrou que no primeiro contexto, a formação de vínculos comunitários intra-cativeiros pela via compadresca tornou-se uma regra frente ao contexto generalizado de grandes propriedades.²²³ Em contrapartida, para a Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Bananal, onde a estrutura de posses era demarcada baixa média de cativos, estabeleceu-se a hegemonia do padrão inverso, onde a busca de pais espirituais quando efetuados entre pares da mesma condição assentava-se para fora dos limites de propriedade. (ANDRADE, 2009, p. 6)

Ainda no município de Juiz de Fora, Raquel Francisco, em análise de livros paroquiais de batismo para três paróquias - Santo Antonio de Juiz de Fora, São Francisco de Paula e Chapéu D'uvras - observou que do total de 1.158 assentos abertos entre o período derradeiro da escravidão, 41,1% eram representados por casais de padrinhos cativos e apenas 29,2%, por pares de padrinhos livres. (FRANCISCO, 2007, p. 81) Em outra investigação, demarcando o aprofundamento de estudos empreendidos na Zona da Mata mineira, Jonis Freire, ao levantar os assentos de batismo da Freguesia do Senhor Bom Jesus do Rio Pardo entre o período de 1838-1888, encontrou um padrão avesso ao encontrado pela autora mencionada para o município de Juiz de Fora. Segundo este levantamento, pode-se ratificar a tendência tradicional da hegemonia de alianças verticais, tecidas nesta localidade em quase 70% dos casos. (FREIRE, 2004)

Para Jonis Freire, embora a grande maioria dos cativos visasse estabelecer relações com indivíduos de status superior ao seu, não significa que, necessariamente, o compadrio tenha funcionado como mecanismo de reforço à instituição escravista. Assevera ainda, que embora tenha ocorrido em menor proporção (30,6%), a busca por pais espirituais nos próprios companheiros de cativeiro demonstrou que a maioria (67,7% dos padrinhos e 65,0% das

²²³ Este padrão de compadrio assentado na preferência por padrinhos escravos foi ratificado também por Raquel Francisco, em estudo para o mesmo município. Cf.: FRANCISCO, Raquel Pereira. *Laços da senzala, arranjos da flor de milho: relações familiares e de parentesco entre a população escrava e liberta – Juiz de Fora (1870-1900)*. Niterói, RJ: Universidade Federal Fluminense, 2007. (Dissertação de Mestrado em História). Em algumas outras localidades do Brasil, este padrão também predominou em períodos distintos. Em Paraíba do Sul (RJ), entre 1872 a 1888, foram registrados 48,46% de assentos de batismo de escravos representados por padrinhos escravos e 18,81% , em que pelo menos um dos pares possuía a mesma condição do batizando. Cf.: RIOS, Ana Maria Lugão, “ *Família e transição* (Famílias negras em Paraíba do Sul, 1889-1920) Dissertação de Mestrado em História, UFF, 1990, p. 53. Outra região de destaque a reproduzir este mesmo comportamento compadresco foi a região fluminense de Inhaúma, pesquisada por José Roberto Góes, onde constatou um predomínio de 66,6% de casais de padrinhos escravos, entre os assentos levantados entre o período de 1816 a 1842. Cf.: GÓES, José Roberto. *O cativeiro imperfeito: um estudo sobre a escravidão no Rio de Janeiro na primeira metade do século XIX*. Vitória: Lineart, 1993.

madrinhas), compartilhava do mesmo espaço de convivência da família do batizando, o que não deixava de fortalecer os vínculos comunitários intra-cativeiro. Esta preferência intra-plantel do enlace compadresco, quando efetuado entre pares iguais, acentuavam ainda mais os compromissos, os vínculos comunitários e sentimento de reciprocidade e ajuda mútua entre os companheiros de suplício, que compartilhavam o mesmo espaço de convívio. (Idem, Ibidem)

Seguindo esta tendência semelhante por padrinhos livres, pontuando ainda o avanço de pesquisas da temática na Zona da Mata mineira, Vitória Andrade (2006) demonstrou em estudo para Paróquia de São Paulo do Muriaé, região de pequenas escravarias, a combinação predominante de padrinhos desta condição social, tanto entre filhos legítimos quanto entre filhos naturais de cativos. Quanto a presença de proprietários sendo levados à pia batismal como tutores de seus próprios escravos, a autora menciona uma ocorrência um pouco acima daquela mencionada pela historiografia, ou seja de que nunca ou raramente os senhores serviriam como padrinhos de seus escravos. Esta inferência, somada a elevada frequência de membros da família senhorial entre os padrinhos de escravos levava a autora relativizar a clássica disparidade considerada entre papéis atribuídos ao senhor e padrinho espiritual, bem como a ausência de reprodução de valores patriarcais, tão ressaltada pelos padrões clássicos apresentados por Gudeman e Schwartz (1988).

Após tecermos estas considerações prévias sobre os significados do compadrio, passemos aos resultantes de nossa pesquisa. Dos nove livros paroquiais abertos aos assentos de batismo na Freguesia de São Bom Jesus dos Mártires,²²⁴ entre os anos de 1812 a 1873, observamos que o senhor quase nunca apadrinhava seus escravos, numa confirmação à principal premissa aventada por Gudeman e Schwartz (1988), ao sugerirem a incompatibilidade entre papéis desempenhados pelo padrinho e proprietário escravista. Deste arranjo mencionado, encontramos entre os assentos, onze proprietários servindo como tutores espirituais de seus próprios escravos. Deste total, apenas Daniel de Nação, batizado em primeiro de janeiro de 1835, por José Antônio de Freitas Lisboa, seu senhor, recebeu a liberdade por meio do sacramento.²²⁵

²²⁴ Fonte: Assentos de Batismo. Livro 1 (1812-1821); Livro 2 (1821-1825); Livro 3 (1825-1837); Livro 4 e 7 (1837-1858); Livro 5 (1841-1843); Livro 6 (1847-1853); Livro 7 (1857-1861); Livro 8 (1861-1866); Livro 9 (1866-1873). Localizados na MSBJ.

²²⁵ Fonte: Alforria de Pia extraída do Assento de Batismo de Daniel de Nação. Data 01/01/1835. Cf.: Livro de Batismos 3 (1825-1837). Localizado na MSBJ

Entre os padrinhos ausentes e invocação de santos protetores, observamos apenas um caso em que ambos os padrinhos estavam ausentes, em razão da invocação de santos, como foi o sacramento para o inocente Felipe, filho de “pai incógnito” e Felisbina solteira, escrava de Dona Umbelina Maria de Barros, que recebeu como padrinhos espirituais, São Sebastião e Nossa Senhora.²²⁶ Já em relação à invocação do próprio pároco, condutor da cerimônia, como protetor espiritual, o que era previsto como desobediência à lei canônica, encontramos a ocorrência de vinte menções destes representantes de Deus empenhados em aceitar estes filhos de escravas, como afilhados de sua proteção.²²⁷

No que confere ao cômputo total para a freguesia de São Bom Jesus dos Mártires de Pouso Alegre, constatamos que do total de 3.533 escravos (destes, 74 eram ingênuos), a maioria, ou seja, 48,4% dos inocentes e adultos cativos receberam pais espirituais livres, ou seja, de status social superior aos seus. No entanto, a participação de padrinhos cativos não deixou de ser relevante, ao alcançar o percentual significativo de 39,1%. (Cf. TABELA 33). Dentre os pares de padrinhos de condição social distinta, observamos que 4,2% eram formados por padrinho livre e madrinha escrava, ressaltando que para o conjunto destes padrinhos livres, 26,8% eram forros. Da combinação inversa, ou seja, padrinho escravo e madrinha livre, apreendemos um resultante de 3,8% de participação, de modo que 52,2% destas madrinhas, era composto por mulheres forras.²²⁸ (Cf. TABELA 33)

Nesta combinação de pais espirituais de *status* social distintos, as madrinhas forras foram sempre preferidas em relação às livres. Esta indicação acentuada de madrinhas forras, neste tipo de arranjo, pode estar relacionada à prática verificada entre este grupo de mulheres em alforriar ou legar alguma herança ou esmola aos seus afilhados. Segundo Faria “deixar algum bem para afilhados era atitude previsível e socialmente esperada”, não só entre indivíduos de algum prestígio social, mas também entre este grupo de mulheres que conseguiram um nível muito peculiar de ascensão na escala hierárquica daquela sociedade. (FARIA, 1998, p. 216)

Analisando a seqüência de batizados entre inocentes cativos e adultos, incluindo o grupo de ingênuos em sub-períodos trienais, entre 1813-1873 pela TABELA 33 (p.206), podemos acompanhar minuciosamente o comportamento destes arranjos compadrescos ao

²²⁶ Fonte: Assento de Batismo de Felipe escravo. Data 13/04/1867. Livro 9 (1866-1877). Localizado na MSBJ.

²²⁷ Fonte: Assentos de Batismo. Livro 1 (1812-1821); Livro 2 (1821-1825); Livro 3 (1825-1837); Livro 4 e 7 (1837-1858); Livro 5 (1841-1843); Livro 6 (1847-1853); Livro 7 (1857-1861); Livro 8 (1861-1866); Livro 9 (1866-1873). Localizados na MSBJ

²²⁸ Fonte: Assentos de Batismo. Livro 1 (1812-1821); Livro 2 (1821-1825); Livro 3 (1825-1837); Livro 4 e 7 (1837-1858); Livro 5 (1841-1843); Livro 6 (1847-1853); Livro 7 (1857-1861); Livro 8 (1861-1866); Livro 9 (1866-1873). Localizados na MSBJ.

longo do período eleito para nosso objeto. De início, entre os intervalos de 1812 a 1817, observamos uma participação tímida de padrinhos escravos, inferior a 30%, mas a partir de 1833-1835, apreendermos que, entre sete intervalos alternados, a participação de pares de padrinhos cativos foi maior em relação aos de pais espirituais livres.²²⁹

Nesse sentido, podemos inferir que a comunidade escrava da freguesia de São Bom Jesus dos Mártires de Pouso Alegre esteve dividida, ao longo do século XIX, entre as alianças verticais, efetuadas com o grupo de *status* social superior e, horizontais, tecidas com seus pares de cativo. O que certo modo, demarca a oscilação entre a expansão e fortalecimento das teias comunitárias intra-cativo, em paralelo à potencialização ou enfraquecimento de alianças clientelísticas, em que ganhos e subordinação acentuavam duas faces da mesma trama vivenciada no interior das relações escravistas.

Seguindo a análise a partir de variáveis como origem, sexo e legitimidade, lidos como fatores de incidência direta na efetivação da escolha de padrinhos, observamos comportamentos heterogêneos, conforme o critério verificado.

A primeira variação a ser considerada, refere-se ao fator origem. Conforme já mencionamos, em estudos anteriores constataram-se padrões diferenciados para inocentes cativos e batizados adultos (africanos), ou seja, africanos, recém chegados, possuíam, em sua maioria, potenciais chances de receberem pares de cativo como pais espirituais. Entre os inocentes cativos era provável que o enlace tenderia ser efetuado com pessoas livres ou cativas, seguindo a lógica norteadora do compadrio, em que o *status* social do padrinho ou madrinha era quase sempre igual ou superior ao do afilhado. Nesse sentido, africanos apadrinhando inocentes cativos ou libertos, ou até mesmo servindo como tutores espirituais de crianças livres eram casos bastante atípicos na “roda do compadrio” da sociedade escravista.

Na freguesia de São Bom Jesus Dos Mártires, entre os 353 escravos “adultos” levados à pia batismal, entre 1812 a 1853, quando se registrou o último africano batizado na freguesia, observamos que a escala hierárquica compadresca supracitada não fora obedecida, na exata retidão na localidade, já que a maior parcela dos pais espirituais destes estrangeiros (51%), era composta por pessoas livres, seguida da participação de 34,2% de padrinhos escravos e 11,8%, por padrinhos de status social distinto, onde 3,5% destes, eram formados pela combinação padrinho livre e madrinha escrava e 5,3%, pela combinação inversa. Vale

²²⁹ Fonte: Assentos de Batismo. Livro 1 (1812-1821); Livro 2 (1821-1825); Livro 3 (1825-1837); Livro 4 e 7 (1837-1858); Livro 5 (1841-1843); Livro 6 (1847-1853); Livro 7 (1857-1861); Livro 8 (1861-1866); Livro 9 (1866-1873). Localizados na MSBJ

salientar que nos anos de intensa entrada de africanos na paróquia, entre o período de 1818-1820, observou-se a superioridade de padrinhos escravos em relação aos livres. No subperíodo seguinte, esta participação eleva-se para 43,6% entre o grupo mencionado.²³⁰ (Cf.: TABELA 34, p.207).

Entre os inocentes nascidos em cativo, a busca por padrinhos livres (48,2%), ao contrário do padrão indicado pela escala hierárquica compadresca, foi inferior em relação àquela observada para os adultos africanos. Conseqüentemente, a predileção por padrinhos escravos no interior daquele mesmo grupo, foi relativamente superior (39,7%) em relação ao outro grupo comparado. (Cf.: TABELA 35, p. 208)²³¹

Seguindo a análise em intervalos trienais, observamos que este comportamento entre o grupo dos inocentes cativos, também sofreu variações ao longo do período analisado. Seguindo relativamente uma tendência ascendente, entre 1812 a 1832, verificamos um crescimento paulatino da participação de pares cativos entre os padrinhos dos nascidos em cativo, atingindo, em intervalos situados entre 1833-35; 1836-38, o percentual de 48,1%, sobrepondo, deste modo, a presença de compadres livres. Entre 1866-68, ponto culminante desta participação escrava na “roda do compadrio” de filhos de escravas observou-se o percentual de 52,3%.²³² (Cf. TABELA 35, p. 208)

Nos anos seguintes à Lei de 1871, identificamos algum impacto observado pelas mudanças de percepção do *status* social do ingênuo, ao apreendermos uma ligeira queda de padrinhos escravos (de 32,2% para 27,7%) e o concomitante aumento de padrinhos livres (de 48,3% para 57,0%).²³³ (Cf. TABELA 35, p. 208) Para Schwartz (2001), esta ascensão de livres entre os padrinhos na roda compadresca de filhos de escravos, que assumiram com a promulgação da Lei o estatuto legal de livres, reflete não só o aumento proporcional de livres, verificado para os anos finais da escravidão, mas a própria mudança de percepção de cativo. As redefinições destas relações, mediante o processo de pulverização da instituição escravista, junto à elevação do *status* social do inocente escravo à condição de ingênuo

²³⁰ Fonte: Assentos de Batismo. Livro 1 (1812-1821); Livro 2 (1821-1825); Livro 3 (1825-1837); Livro 4 e 7 (1837-1858); Livro 5 (1841-1843); Livro 6 (1847-1853); Localizados na MSBJ

²³¹ Fonte: Assentos de Batismo. Livro 1 (1812-1821); Livro 2 (1821-1825); Livro 3 (1825-1837); Livro 4 e 7 (1837-1858); Livro 5 (1841-1843); Livro 6 (1847-1853); Livro 7 (1857-1861); Livro 8 (1861-1866); Livro 9 (1866-1873). Localizados na MSBJ.

²³² Fonte: Assentos de Batismo. Livro 1 (1812-1821); Livro 2 (1821-1825); Livro 3 (1825-1837); Livro 4 e 7 (1837-1858); Livro 5 (1841-1843); Livro 6 (1847-1853); Livro 7 (1857-1861); Livro 8 (1861-1866); Livro 9 (1866-1873). Localizados na MSBJ

²³³ Fonte: Assentos de Batismo. Livro 1 (1812-1821); Livro 2 (1821-1825); Livro 3 (1825-1837); Livro 4 e 7 (1837-1858); Livro 5 (1841-1843); Livro 6 (1847-1853); Livro 7 (1857-1861); Livro 8 (1861-1866); Livro 9 (1866-1873). Localizados na MSBJ

(formalmente livre), fizeram da busca por padrinhos escravos um inconveniente àqueles que não compartilhariam, a princípio, da mesma escala social.

No que diz respeito à valorização do sexo do batizando na incidência de escolhas dos padrinhos, observamos o acentuado equilíbrio do arranjo dirigido às meninas e meninos escravos levados à pia batismal ao longo do período estudado. Sendo assim, o elevado potencial de chances atribuído ao inocente masculino de possuir pais espirituais de *status* social superior, em relação aos padrinhos conferidos à inocente cativa, não foi uma hipótese aventada para a especificidade da freguesia. A indicação de 48,6 e 49% de pares livres de padrinhos para inocentes masculinos e femininos, respectivamente, são inferências muito próximas para assumir, no caso específico, este critério de distinção entre os sexos como fator relevante a ser levado no processo de escolha destes padrinhos.²³⁴ (Cf.: TABELAS 36 e 37, p.209-210)

Já este mesmo critério utilizado para avaliação de padrinhos entre africanos, observamos que apesar de expressivamente inferior em relação ao grupo dos homens, as mulheres adultas efetuaram em 57,4% enlace compadresco com pessoas de estrato social superior aos seus, assumindo vantagem, neste critério, em relação aos africanos masculinos. A esta inferência, podemos conjecturar se este tipo de arranjo não estaria servindo à uma política de reforço da relação paternalista, pelo ritual do batismo, já que haveria potenciais possibilidades destas escravas serem dirigidas aos serviços domésticos e estarem submetidas ao mesmo espaço de convivência de seus senhores. A esta questão, fica esta conjectura em aberto. (Cf. TABELAS 38 e 39, p.211-212).

Quanto a variação concernente à legitimidade, ratificamos a premissa historiográfica de que mães escravas solteiras estariam mais próximas do mundo dos livres ao confiarem seus rebentos à indivíduos de *status* social superior, enquanto que famílias legítimas teceriam teias de solidariedades mais estreitas na comunidade escrava por nomearem como pais espirituais de seus filhos, companheiros de cativo. Sendo assim, observamos a reprodução deste padrão compadresco no seio da comunidade escrava na Freguesia.

Analisando os primeiros anos da abertura de assentos de batismo na paróquia, identificamos acentuada disparidade entre padrinhos livres e escravos, com vantagem dos primeiros, tanto entre os filhos legítimos quanto entre os filhos naturais. Esta constatação explica-se em parte, pelo início da sedimentação da comunidade escrava no contexto da

²³⁴ Fonte: Assentos de Batismo. Livro 1 (1812-1821); Livro 2 (1821-1825); Livro 3 (1825-1837); Livro 4 e 7 (1837-1858); Livro 5 (1841-1843); Livro 6 (1847-1853); Livro 7 (1857-1861); Livro 8 (1861-1866); Livro 9 (1866-1873). Localizados na MSBJ.

fundação da freguesia. No período que segue a fundação da Vila identificamos, em períodos alternados, a sobreposição de padrinhos cativos em relação aos livres no interior do grupo de filhos legítimos, atingindo variações de 43,7% (1830-32) a 61,1% (1866-68). Em relação ao cômputo total de filhos legítimos, estimados em 1.696 inocentes (dentre estes, 26 eram ingênuos), constatamos que 43,1% eram representados por padrinhos livres, 44,2% por padrinhos escravos, 2,7% por forros, 4,4% por padrinhos livres e madrinhas escravas (onde 27,6% destes padrinhos eram forros) e por fim, 3,4% representando padrinhos escravos e madrinhas livres, onde 67,7% destas eram forras.²³⁵ (Cf.: TABELA 40, p.213)

Entre os filhos naturais computados no total de 1.484 inocentes (48 destes, eram ingênuos), 54% representavam crianças cativas apadrinhadas por livres, enquanto que 34,5% representavam o enlace compadresco de endogamia por condição social. Entre as oscilações observadas ao longo do período eleito pela pesquisa, encontramos entre os sub-períodos de 1833-35; 1863-65 e 1866-68 um comportamento oposto ao padrão geral identificado, onde o grupo de padrinhos livres não se sobrepôs ao grupo de padrinhos escravos, estes representando participações de 50,0%, 46,5% e 46,0% do total estimado para cada intervalo, respectivamente.²³⁶ (Cf. TABELA 41, p.214)

Centrando nossa análise, daqui por diante no enlace horizontal tecido na pia batismal, observamos que do total de 1.385 inocentes e adultos cativos, incluindo neste cômputo 20 ingênuos, que receberam como protetores espirituais seus companheiros de cativo, verificamos que a maioria, ou seja, 54,0% deste grupo pertenciam às propriedades distintas a do batizando. Sendo assim, fica expressa aqui a capacidade de extrapolação de fronteiras de propriedade, já que boa parte destes condutores espirituais era buscada em outros plantéis de escravos. Nesse sentido, esta característica assinala muito mais a capacidade de mobilidade espacial e de extensão de redes sociais para além do reduto do plantel escravista, que uma predisposição determinada exclusivamente pela dimensão das escravarias locais. Conforme mencionamos no segundo capítulo, embora a região apresentasse uma presença majoritária de pequenas e médias propriedades, estas não se confrontavam de forma tão dispare às aquelas unidades de porte maior, que conforme observamos atingiram dimensões similares às aquelas difundidas em economias agro-exportadoras.

²³⁵ Fonte: Assentos de Batismo. Livro 1 (1812-1821); Livro 2 (1821-1825); Livro 3 (1825-1837); Livro 4 e 7 (1837-1858); Livro 5 (1841-1843); Livro 6 (1847-1853); Livro 7 (1857-1861); Livro 8 (1861-1866); Livro 9 (1866-1873). Localizados na MSBJ

²³⁶ Fonte: Assentos de Batismo. Livro 1 (1812-1821); Livro 2 (1821-1825); Livro 3 (1825-1837); Livro 4 e 7 (1837-1858); Livro 5 (1841-1843); Livro 6 (1847-1853); Livro 7 (1857-1861); Livro 8 (1861-1866); Livro 9 (1866-1873). Localizados na MSBJ

Não obstante, a presença marcante destas grandes unidades aumentava tanto o potencial de chances de procura por padrinhos na mesma unidade, como também justificaria, por outro lado, o elevado índice de legitimidade. Entretanto, esta relação legitimidade e apadrinhamento, avaliada em primeira mão por Ana Rios (1990), que assinalava a potencialização do enlace intra-cativeiro conforme o aumento da dimensão da escravaria, junto ao advento da legitimidade, não encontrou a mesma ressonância na Freguesia de São Bom Jesus, já que ao contrário do arranjo intraplantel verificado para Paraíba do Sul, as famílias legítimas optaram em efetuar o parentesco ritual com escravos situados em outras unidades.²³⁷ (Cf. TABELA 42, p.215).

Quando havia interesse em manter pelo menos um dos pares pertencentes à mesma unidade como padrinho ou madrinha da criança ungida, certificamos que esta preferência foi atribuída ao padrinho escravo, em detrimento da madrinha buscada fora dos limites do plantel do batizando. Entretanto, esta combinação mencionada não foi considerada um padrão muito recorrente encontrado em outras regiões pesquisadas, já que a predileção pela madrinha cativa pertencente à mesma unidade, justificava-se em razão da praticidade de se substituir a mãe biológica pela madrinha, quando aquela se tornasse ausente, assumindo assim a tutora espiritual, a criação do afilhado. Deste modo, aventamos que a endogamia de propriedade praticada através da busca por padrinhos em detrimento da madrinha, refletiria a ineficiência de possíveis interditos senhoriais na relação de cuidados destas madrinhas para com seus afilhados.

Dispensando um tratamento mais qualitativo à rede de relações compadrescas tecidas na Freguesia de São Bom Jesus dos Mártires de Pouso Alegre, observamos pela eleição da Fazenda do Engenho da Serra, uma das propriedades do influente padre senador José Bento, que mesmo se tratando de uma escravaria de grande porte (ao total eram 56 escravos arrolados em seu testamento), todos seus escravos que foram levados à pia batismal na Matriz da Freguesia, teceram redes compadrescas para fora dos limites da propriedade do senador.²³⁸

Ao mapearmos a rede de compadrio edificada nesta propriedade, através do método da “ligação nominativa”, pelo acompanhamento do nome do proprietário repetido nos assentos

²³⁷ Fonte: Assentos de Batismo. Livro 1 (1812-1821); Livro 2 (1821-1825); Livro 3 (1825-1837); Livro 4 e 7 (1837-1858); Livro 5 (1841-1843); Livro 6 (1847-1853); Livro 7 (1857-1861); Livro 8 (1861-1866); Livro 9 (1866-1873). Localizados na MSBJ

²³⁸ Cf.: Testamento do Senador José Bento Leite Ferreira de Mello. Data de abertura: 06/02/1842. Local: Vila de Pouso Alegre. Comarca do Sapucaí. Localizado no MHTT.

de batismo, observamos que do total de 56 cativos inventariados, encontramos apenas 14 que receberam a sagrada unção na Freguesia.²³⁹ Destes assentos situados entre 1823 a 1837, metade era nascida na própria propriedade e outra referia-se aos escravos africanos.²⁴⁰ Dentre os inocentes cativos, três eram do sexo masculino e quatro, do feminino. Deste mesmo grupo, quatro crianças – Ernesto, Sebastiana, Fiel e Libânia – eram filhos do mesmo casal, José e Generosa Crioula.²⁴¹ Enquanto que Leonarda e Mathias, foram mencionados como filhos de Antônio e Maria, ambos de Nação.²⁴² Já a inocente Rofina foi identificada como filha de Domingos e Mariana.²⁴³

De todas as crianças cativas mencionadas, apenas o inocente Fiel, batizado em seis de maio de 1826, recebeu os santos óleos por pais espirituais de condição livre, vindos da freguesia de São Gonçalo. Todos os demais receberam como protetores espirituais, escravos de outras propriedades, com exceção de Libânia, também filha de José e Generosa, ungida em

²³⁹ Segue a relação nominal dos escravos arrolados em testamento do Senador José Bento: 1) Domingos da Costa da África, 2) Antônio “dito” padeiro, 3) Joaquim Cambinda, 4) João Caetano Pardo, 5) José de Souza “pequeno”, 6) José Garcia, 7) José Benguela, 8) Bento da Costa da África, 9) Luís Carapina, 10) João de Oliveira “dito”, 11) José Congo, 12) Mariana, 13) Maria Rosa, 14) Generosa Crioula, 15) Francisco de Oliveira da Costa da África, 16) Antônio Jacinto “dito”, 17) João Jacinto “dito”, 18) José de Souza, 19) Thomé Pereira de Nação Africana, 20) Antônio Pereira “dito”, 21) Vicente Pereira “dito”, 22) Felipe Mariano “dito”, 23) Libânia Crioula, 24) Sabino Crioulo, 25) João Francisco da Costa da África, 26) Leonarda Crioula, 27) Manoel Antônio Pardo sapateiro, 28) Ernesto Crioulo, 29) Marcelino Pardo, 30) Jesuína “dita”, 31) Camilo “dito”, 32) Eugênio “dito”, 33) José Maria “dito”, 34) Anita Crioula, 35) Felícia “dita”, 36) Marta “dita”, 37) Victória “dita”, 38) Mathias “dito”, 39) Virginia Parda, 40) João cozinheiro, 41) Emília Crioula, 42) Damázia “dita”, 43) Maria Parda, 44) Lourenço da Costa da África, 45) Bernardino Pardo, 46) Porcínia Crioula, 47) Cezário “dito”, 48) Jesuína Parda, 49) Tibúrcia Crioula, 50) Alexandre “dito”, 51) João Grande da Costa da África, 52) Thomaz “dito”, 53) Antônio Congo, 54) Mathias “dito”, 55) José Capitão “dito”, 56) Antônio Camunda. Cf.: Testamento do Senador José Bento Leite Ferreira de Mello. Data de abertura: 06/02/1842. Local: Vila de Pouso Alegre. Comarca do Sapucaí. Localizado no MHTT. Dos escravos do Senador localizados em assentos batismais estavam: Antônio Adulto (25/05/1825), cf. Livro 3 (1825-1837); João Adulto (18/03/1830), cf.: Livro 3 (1825-1837); Francisco Adulto (18/03/1830), cf.: Livro 3 (1825-1837); Antônio Adulto (18/03/1830) cf.: Livro 3 (1825-1837); Maria de Nação (05/01/ 1833), cf.: Livro3 (1825-1837); Manoel de Nação (18/06/1837), cf.: Livro 3 (1825-1837); Bento Africano (18/03/1830), cf.: Livro 3 (1825-1837). Ernesto Crioulo (08/08/1823), cf.: Livro 2 (1821-1825); Sebastiana Crioula (06/02/1825), cf. Livro 2 (1821-1825); Fiel Crioulo (06/05/1826), cf.: Livro 2 (1821-1825); Libânia Crioula (22/09/1830), cf.: Livro 3 (1825-1837); Leonarda Crioula, cf.: Livro 3 (1825-1837); Mathias Crioulo (13/05/1836), cf.: Livro 3 (1825-1837); Rofina (18/10/1830), cf.: Livro 3 (1825-1837). Localizados na MSBJ.

²⁴⁰ Cf. Assentos de Batismo de: Antônio Adulto (25/05/1825), cf. Livro 3 (1825-1837); João Adulto (18/03/1830), cf.: Livro 3 (1825-1837); Francisco Adulto (18/03/1830), cf.: Livro 3 (1825-1837); Antônio Adulto (18/03/1830) cf.: Livro 3 (1825-1837); Maria de Nação (05/01/ 1833), cf.: Livro3 (1825-1837); Manoel de Nação (18/06/1837), cf.: Livro 3 (1825-1837); Bento Africano (18/03/1830), cf.: Livro 3 (1825-1837). Ernesto Crioulo (08/08/1823), cf.: Livro 2 (1821-1825); Sebastiana Crioula (06/02/1825), cf. Livro 2 (1821-1825); Fiel Crioulo (06/05/1826), cf.: Livro 2 (1821-1825); Libânia Crioula (22/09/1830), cf.: Livro 3 (1825-1837); Leonarda Crioula, cf.: Livro 3 (1825-1837); Mathias Crioulo (13/05/1836), cf.: Livro 3 (1825-1837); Rofina (18/10/1830), cf.: Livro 3 (1825-1837). Localizados na MSBJ.

²⁴¹ Cf.: Assentos de Batismo: Ernesto Crioulo (08/08/1823), Livro 2 (1821-1825); Sebastiana Crioula (06/02/1825), Livro 2 (1821-1825); Fiel Crioulo (06/05/1826), Livro 2 (1821-1825); Libânia Crioula (22/09/1830), Livro 3 (1825-1837). Localizados na MSBJ.

²⁴² Cf.: Assentos de Batismo de: Leonarda Crioula, Livro 3 (1825-1837); Mathias Crioulo (13/05/1836). Localizados na MSBJ.

²⁴³ Assento de Batismo de Rofina (18/10/1830), cf.: Livro 3 (1825-1837). Localizado na MSBJ.

22 de setembro de 1830, recebendo como tutores, além da escrava Claudina, pertencente ao capitão Ignácio João Cobra, o padrinho Emídio Salles, mencionado como preto-forro.²⁴⁴

Entre o grupo dos africanos (seis homens e uma mulher), todos empreenderam relações compadrescas exogâmicas, em relação à pertença de unidade, com exceção de Antônio Africano, batizado em 18 de março de 1830, que além de receber como madrinha a já referida escrava Claudina, também tutora da filha do mencionado casal José e Generosa, seus companheiros de plantel, recebeu como padrinho, o cativo Joaquim, descrito como pajem do senador, em seu depoimento testamentário.²⁴⁵ Certamente, este se situava numa posição privilegiada na escala hierárquica instaurada na escravaria desta fazenda, já que o papel que lhe fora atribuído, demandava além da confiança senhorial, caminhos específicos para o alcance desta função, lembrando que escravos do eito eram desvalorizados perante os escravos domésticos.²⁴⁶ Este arranjo nos ratifica que, mesmo quando se buscava pares de cativo, ou seja, quando se tecia redes horizontais de compadrio, ainda se constituiria, quase sempre, em alianças feitas “para cima”, reproduzindo a lógica de escala crescente, tão defendida pela historiografia do tema.

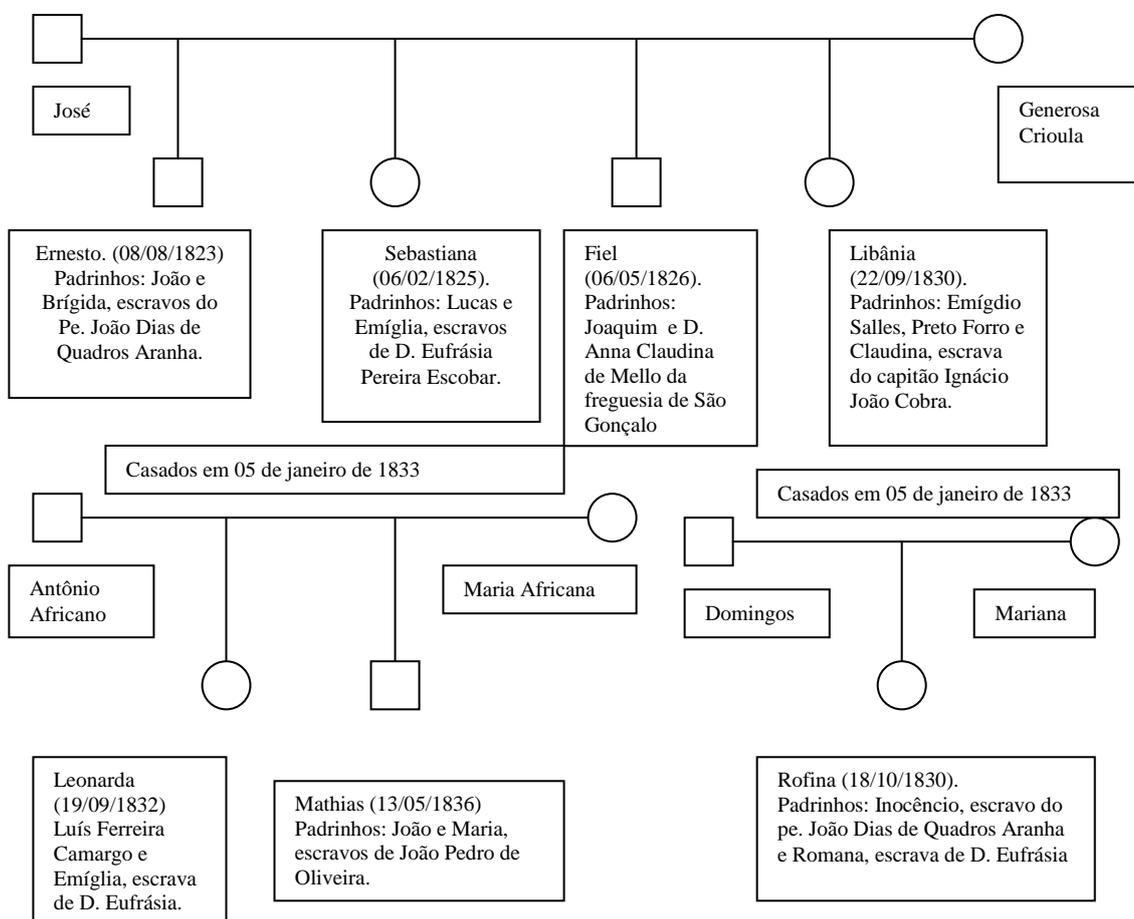
Para entendermos melhor a rede de relações compadrescas engendradas pelos escravos do senador, procuramos expô-la através do mapeamento a seguir, a fim de observarmos nominalmente as teias de sociabilidades construídas entre os escravos de propriedades distintas, descortinando, desta forma, o nível de alianças instauradas entre grupos não co-residentes.

²⁴⁴ Cf.: Assentos de Batismo: Fiel Crioulo (06/05/1826), Livro 2 (1821-1825); Libânia Crioula (22/09/1830), Livro 3 (1825-1837).

²⁴⁵ Cf. Assentos de Batismo de: Antônio Adulto (25/05/1825), cf. Livro 3 (1825-1837); João Adulto (18/03/1830), Livro 3 (1825-1837); Francisco Adulto (18/03/1830), Livro 3 (1825-1837); Antônio Adulto (18/03/1830), Livro 3 (1825-1837); Maria de Nação (05/01/ 1833), Livro3 (1825-1837); Manoel de Nação (18/06/1837), Livro 3 (1825-1837); Bento Africano (18/03/1830), Livro 3 (1825-1837). Localizados na MSBJ.

²⁴⁶ Prova bem sucedida desta política de investimentos individuais, tomados a partir da conquista do sentimento de confiança senhorial, extraída da relação paternalista de domínio, foi a alforria condicional atribuída ao pajem Joaquim, junto com seu companheiro José durante o depoimento testamentário do senador: “ (...) meus escravos José e Joaquim servirão minha filha enquanto ella viver e por sua morte os hei por forros. Estes escravos José e Joaquim me serviram de pajens (...). Cf.: Testamento do Senador José Bento Leite Ferreira de Mello. Data de abertura: 06/02/1842. Local: Vila de Pouso Alegre. Comarca do Sapucaí. Localizado no MHTT.

DIAGRAMA 4: Rede de Compadrios na Fazenda Engenho da Serra pertencente ao Pe. Senador José Bento.



Fonte: Assentos de Batismo: Ernesto Crioulo (08/08/1823), cf.: Livro 2 (1821-1825); Sebastiana Crioula (06/02/1825), cf. Livro 2 (1821-1825); Fiel Crioulo (06/05/1826), cf.: Livro 2 (1821-1825); Libânia Crioula (22/09/1830), cf.: Livro 3 (1825-1837); Leonarda Crioula, cf.: Livro 3 (1825-1837); Mathias Crioulo (13/05/1836), cf.: Livro 3 (1825-1837); Rofina (18/10/1830), cf.: Livro 3 (1825-1837). Localizados na MSBJ. Autos de Casamento: Antônio Africano e Maria Africana (05/01/1833); Domingos e Marina (05/01/1833), cf.: Livro de Casamentos (1832-1856). Localizados na MSBJ

**II) Rede de compadrios na
Fazenda Engenho da Serra
pertencente ao Pe. Senador
José Bento**

Fonte: Assentos de Batismo de: Antônio Adulto (25/05/1825), cf. Livro 3 (1825-1837); João Adulto (18/03/1830), Livro 3 (1825-1837); Francisco Adulto (18/03/1830), Livro 3 (1825-1837); Antônio Adulto (18/03/1830), Livro 3 (1825-1837); Maria de Nação (05/01/1833), Livro 3 (1825-1837); Manoel de Nação (18/06/1837), Livro 3 (1825-1837); Bento Africano (18/03/1830), Livro 3 (1825-1837). Localizados na MSBJ.

Africanos:

Antônio Adulto (25/05/1825)	Padrinho: Apolinário, escravo de D. Catharina de Mello. Madrinha: Rosa, escrava do Tenente Manoel Leite Ferreira de Mello. Padrinho: Joaquim (escravo do senador).
Antônio Africano (18/03/1830)	Madrinha: Claudina, escrava do capitão Ignácio João Cobra. Padrinho: Lucas, escravo de D. Eufrásia Pereira Escobar.
Francisco Adulto (18/03/1830)	Madrinha: Emília, escrava de D. Eufrásia Pereira Escobar. Padrinho: Adão, escravo de do sargento-mor Joaquim Leite Ferreira de Mello.
Maria de Nação (05/01/1833)	Madrinha: Romana, escrava de D. Alda Brandina, filha de D. Eufrásia. Padrinho: Manoel, escravo de do Tenente cel. Francisco de Paula.
Manoel de Nação (18/06/1837)	Madrinha: Romana, escrava de D. Eufrásia. Padrinho: João, escravo do Pe. João Dias de Quadros Aranha.
Bento de Nação (18/03/1830)	Madrinha: Marcelina, escrava de D. Eufrásia. Padrinho: Malaquias, casado. Escravo do tenente cel. Manoel Leite Ferreira de Mello.
Luís Africano	Madrinha: Anna, solteira, escrava do Tenente Manoel Leite Ferreira de Mello.

Como podemos apreender pela observação do diagrama acima, a extensão destas ligações de parentesco espiritual efetuou-se para além dos limites da fazenda Engenho da Serra, em propriedades como as de: Tenente-coronel Manoel Leite Ferreira de Mello e Sargento Joaquim Leite Ferreira.²⁴⁷ Além destas, observamos a exogamia compadresca também instaurada em propriedades escravistas como às do padre João Dias de Quadros Aranha,²⁴⁸ Dona Eufrásia Pereira Escobar,²⁴⁹ e do capitão Ignácio João Cobra.²⁵⁰

Desta forma, esta análise nos serviu de auxílio para entendermos, na escala singular de nosso objeto, a rede de sociabilidade elaborada através de alianças compadrescas entre grupos cativos não co-residentes. Não obstante, este estudo de caso nos leva a inferir que a instituição do compadrio constituiu-se como um instrumento crucial de potencialização das relações multi-domiciliares escravista no contexto da Freguesia, já que a maioria das relações horizontais foi estendida para o nível exterior da propriedade senhorial.

No item a seguir apresentaremos nosso último estudo de caso para este trabalho. Trata-se das relações de parentesco consanguíneo e fictício engendrados no interior da propriedade

²⁴⁷ O Tenente Cel. Manoel Leite Ferreira de Mello e o Sargento Joaquim Leite Ferreira eram irmãos consanguíneos do Senador José Bento, proprietário da Fazenda Engenho da Serra. Cf: QUEIROZ, Amadeu de. *O Senador José Bento*. Belo Horizonte. Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1933.

²⁴⁸ João Dias de Quadros Aranha, foi o segundo presidente da Câmara Municipal da Vila de Pouso Alegre, onde esteve em exercício até 1847. Era aliado político e amigo pessoal do padre senador José Bento. Durante as publicações do periódico liberal Pregoeiro Constitucional, representava seu principal redator. Segundo o Recenseamento do Distrito de Pouso Alegre em 1838, foi arrolado pelo domicílio de número 35, descrito como branco de 54 anos. Neste arrolamento, o vigário é identificado como proprietário de seis escravos: João (30 anos), Francisco (25), Clemente (26), José (22), Sebastião (23) e Cipriano (12). Fonte: Domicílio de João Dias de Quadros Aranha, nº 35, cf.: Fonte: Listas Nominativas do Distrito de Pouso Alegre de 1838. Localizados no APM, Notação MP, CX 06 doc 01.

²⁴⁹ Instalada na Freguesia desde o período de sua fundação, a família Barros Mello, vinda de Itu, São Paulo, estabeleceu-se como uma família de mando na localidade. Desde sua instalação em Pouso Alegre, seus membros teceram redes oligárquicas procurando estabelecer-se em postos da mais alta hierarquia na Freguesia. Viúva do capitão Antônio de Barros Mello, D. Eufrásia manteve-se como destacada escravista na localidade. Seu filho, comendador Antônio de Barros Pereira e Mello tornou-se acirrado oponente político do senador, pela fundação do partido conservador na localidade. Como testemunho desta disputa familiar e política, entre o senador e o comendador, o primeiro registro em seu testamento em que mencionava o temor daquele por vinganças políticas e pessoais dirigiu-se ao mencionado comendador Barros Mello. Outra manifestação de animosidade e indícios de antigas alianças entre as famílias foi a anulação, em testamento, da doação de 6 escravos à família de D. Eufrásia. Segue o trecho: “(...) Declaro que passei papéis de doação à Donna Eufrásia e suas filhas de alguns escravos, como são Joaquim de Nação Africana, à Donna Brandina; Luiza também de mesma Nação, à Donna Joaquina, a qual tem dois filhos e Joana Crioula a qual tem um filho e estas doações nem estão mais insinuadas, nem mais nisso convenho palas ingratidões e insultos que as doadas e sua família me tem feito com maior injustiça, antes pela minha parte e pelo direito que tenho visto de tais doações, forma nulas em suas origens (...)” [Grifos nossos] Cf.: Testamento do Senador José Bento Leite Ferreira de Mello. Data de abertura: 06/02/1842. Local: Vila de Pouso Alegre. Comarca do Sapucaí. Localizado no MHTT.

²⁵⁰ Capitão Ignácio João Cobra foi descrito como juiz de órfãos da freguesia pelo alistamento de 1838. Casou-se com D. Bernarda Guilhermina, união pela qual, gerou-se seis filhos (José Ignácio de Barros, Fernando, Augusto, Maria e Maximiana). Em sua propriedade foram arrolados 14 escravos. Segue a lista nominal: João (40 anos), Luís (19), Severino (14), Silvério (11), Ladislau (10), Faustino (08), Camillo (05), Clemência (38), Claudina (30), Liliane (20), Florência (18), Rofina (06), Amélia (6 meses) e Adolfo (4 anos). Fonte: Domicílio do Capitão Ignácio João Cobra, nº130, cf.: Listas Nominativas do Distrito de Pouso Alegre de 1838. Localizados no APM, Notação MP, CX 06 doc 01.

pertencente ao Tenente cel. Manoel Leite Ferreira de Mello. Procuramos, através do entrecruzamento do inventário *post-mortem* e testamento do referido proprietário,²⁵¹ junto ao alistamento domiciliar de 1838²⁵² e assentos paroquiais referentes à sua escravaria, desenvolvermos uma análise longitudinal desta micro-comunidade escrava de modo que possamos condensar as principais frentes de análise trabalhadas ao longo desta reflexão, tais como: as uniões legítimas e ilegítimas; as redes de parentesco consanguínea e fictícia e nível de estabilidade familiar no cativo.

4.8 FAZENDA DO CAPÃO GROSSO

Nesta propriedade, denominada Capão Grosso, situada “a uma légua do arraial de Pouso Alegre, em direção à Campinas”,²⁵³ identificamos uma profícua rede familiar escrava, que teve como principal matriz, um casal de escravos que deu origem a uma descendência que se estendeu no mínimo três gerações nesta mesma propriedade. Procuramos, a partir desta análise, observar para além desta estabilidade de parentesco sedimentada pelo *quantum* mínimo de tempo e de permanência no mesmo espaço de convivência, incursões de parentesco espiritual, tecidas pela instituição do compadrio, sobretudo para o universo externo ao reduto do plantel.

Esta propriedade, quando recenseada em 1838, apresentou-se chefiada pelo Coronel Manoel Leite Ferreira de Mello, descrito como branco, solteiro, de 46 anos e pai de quatro filhos.²⁵⁴ Entretanto, pela abertura de seu testamento, o mesmo proprietário declarou ter contraído mancebia com Domingas Eleodora Fagundes, união pela qual resultou no reconhecimento de três filhos: Joaquim, José Daniel e Balbina, nos anos que antecederiam sua morte.²⁵⁵

²⁵¹ Cf.: Inventário *post-mortem*: Coronel Manoel Leite Ferreira de Mello (inventariado). Data de abertura: 22/04/1869. Testamento de Coronel Manoel Leite Ferreira de Mello. Data de abertura: 09/10/1944. (anexo ao Inventário). Localizados no FMPA.

²⁵² Domicílio nº 133 pertencente ao Tenente Cel. Manoel Leite Ferreira de Mello. Cf.: Listas Nominativas do Distrito de Pouso Alegre de 1838. Localizados no APM, Notação MP, CX 06 doc 01.

²⁵³ Localização indicada pelo depoimento testamentário do Cel. Manoel Leite F. de Mello. Cf.: Inventário *post-mortem*: Coronel Manoel Leite Ferreira de Mello (inventariado). Data de abertura: 22/04/1869. Testamento de Coronel Manoel Leite Ferreira de Mello. Data de abertura: 09/10/1944. (anexo ao Inventário). Localizados no FMPA.

²⁵⁴ Foram nomeados seus filhos neste alistamento: Antônio José da Silveira, Joaquim Leite, José Daniel e Balbina. Cf.: Listas Nominativas do Distrito de Pouso Alegre de 1838. Localizados no APM, Notação MP, CX 06 doc 01.

²⁵⁵ Em depoimento testamentário do coronel, Antônio José da Silveira, que havia sido indicado como filho pelo alistamento de 1838, foi deserdado pelo pai. Não obstante, este comportamento do coronel reflete uma atitude de vingança em relação à mãe, mencionada como Luciana “de tal”, em função de sua aproximação com figuras políticas inimigas, pertencentes ao grupo conservador, de oposição ao grupo liberal, no qual pertencia o cel. e seu irmão Senador José Bento L.F. de Mello, assassinado em 1844. Segue o trecho em que o cel. deserdou Antonio

No que se refere à avaliação dos bens arrolados durante o levantamento do auto de partilha, pudemos constatar que a referida propriedade tratava-se de uma unidade produtiva de grande porte, dedicada, sobretudo, à produção de gêneros. Entre arrolamento foi possível encontrar “benfeitorias, roças de milho, canas de açúcar, paiol, bois de carros, senzala, moinho”, etc.²⁵⁶

Quanto à sua escravaria, durante o inquérito censitário, o domicílio do coronel apresentou um plantel de 17 escravos, onde 12 eram homens e 5 eram mulheres. Deste total, 35,2%, eram crianças que possuíam idade inferior a 12 anos. No que diz respeito ao estado conjugal dos cativos adultos, apenas Malaquias e Miguelina foram mencionados como casados. Já os escravos Silvério, Anna, Justina, Placidina e Eufênia foram arrolados como filhos do casal.²⁵⁷ Pelo quadro abaixo é possível acompanharmos a descrição apresentada para o domicílio do coronel, segundo o levantamento censitário de 1838:

José, procurando construir uma imagem desregrada da mãe: “(...) Declaro igualmente que Antônio José da Silveira prestimou a fazer-se reconhecer como meu filho e valer-se de alguns actos meus (...) Todavia não pode ser meu herdeiro, não só porque sua mãe, Luciana de tal, moradora de São Gonçalo, antes e depois de sua concepção foi freqüentada por Domingos José Pereira a quem atribuo como pai, freqüentada por Antônio Luís Pinto, de quem teve três filhos antes da concepção e muitos outros. (...) Ligando-se a meus inimigos que procurarão por minha morte, procurando e conseguindo processar o meu muito prezado irmão finado Senador José Bento Leite Ferreira de Mello, dando informações famosas pelas quais ouviram do mesmo (...)” Cf.: Testamento de Coronel Manoel Leite Ferreira de Mello. Data de abertura: 09/10/1944. (anexo ao Inventário). Localizados no FMPA.

²⁵⁶ Fonte: Inventário *post-mortem*: Coronel Manoel Leite Ferreira de Mello (inventariado). Data de abertura: 22/04/1869. Localizado no FMPA.

²⁵⁷ Fonte: Domicílio nº 133 pertencente ao Tenente Cel. Manoel Leite Ferreira de Mello. Cf.: Listas Nominativas

QUADRO 3: RELAÇÃO NOMINAL DE INTEGRANTES DO DOMICÍLIO DO
CEL. MANOEL LEITE FERREIRA DE MELLO (1838):²⁵⁸

Domicílio nº 133 Nome	Idade	cor	Estado conjugal
Cel. Manoel Leite Ferreira de Mello (negociante)	46	branco	solteiro
Filhos: Antônio José da Silva	25		
Joaquim Leite	10	Branco	solteiro
José Daniel	09		
Balbina	08		
Escravos:			
Malaquias	40	Cabra	Casado
Estanislau	25	Pardo	Solteiro
Laurindo	30	Preto	Solteiro
Antônio	25	Preto	Solteiro
Manoel	30	Preto	Solteiro
Paulo	30	Preto	Solteiro
Gabriel	20	Preto	Solteiro
Silvério	10	Preto	Solteiro
Fiel**	08	Preto	Solteiro
Miguelina	36	Parda	casada
Anna	16	Parda	Solteira
Justina	12	Parda	Solteira
Eufênia	10	Parda	Solteira
Antônio	20	Pardo	Solteiro
Placidina	06	Parda	Solteira
João**	06 meses	Pardo	Solteiro
Daniel	30	pardo	Solteiro

* Os nomes em destaque referem-se aos filhos de Malaquias e Miguelina assim identificados pelo Recenseamento de 1838. Fonte: Domicílio nº 133 pertencente ao Tenente Cel. Manoel Leite Ferreira de Mello. Cf.: Listas Nominativas do Distrito de Pouso Alegre de 1838. Localizados no APM, Notação MP, CX 06 doc 01

** Os escravos Fiel e João não foram identificados como filhos do casal Malaquias e Miguelina pelo Recenseamento. Cf.: Listas Nominativas do Distrito de Pouso Alegre de 1838. Localizados no APM, Notação MP, CX 06 doc 01.

Tomando o arrolamento de escravos pela partilha de bens em 1869, após o falecimento do coronel, observamos que aquele plantel de escravos, quase triplicou, ao constarmos um total de 45 cativos inventariados. Entretanto, este aumento assistido atribui-se muito pouco à recorrência ao tráfico, visto que do total mencionado, apenas nove, ou seja, 20,0% foram identificados como africanos, ao passo que, 36 (80,0%), como crioulos. Deste conjunto,

²⁵⁸ Fonte: Domicílio nº 133 pertencente ao Tenente Cel. Manoel Leite Ferreira de Mello. Cf.: Listas Nominativas do Distrito de Pouso Alegre de 1838. Localizados no APM, Notação MP, CX 06 doc 01

certificamos também uma presença de 26,6% de crianças com até 12 anos.²⁵⁹ Segue na íntegra, a relação nominal de escravos arrolados no ato da partilha:

QUADRO 4: RELAÇÃO NOMINAL DE ESCRAVOS PERTENCENTES À FAZENDA CAPÃO GROSSO (1869)²⁶⁰

Nome	Descrição	Idade	Valor (Réis)
1. Antônio Africano	ferreiro	50	600\$000
2. Francisco Crioulo	“aleijado de um braço”	48	500\$000
3. Laurindo Crioulo	“aleijado das pernas”	50	100\$000
4. Domingos Crioulo	-	70	40\$000
5. Antônio Crioulo	“com formigueiro nas pernas”	35	10\$000
6. José Maria Pardo	“aleijado de pernas e braços”	20	5\$000
7. Silvério Pardo	-	32	1: 500\$000
8. Ariel Pardo	-	39	1: 600\$000
9. Sebastião Africano	-	38	1: 600\$000
10. Thomaz Africano	-	38	1: 600\$000
11. Luís Africano	-	38	1: 600\$000
12. Pedro Africano	-	38	1: 500\$000
13. Domingos Africano	-	39	1: 500\$000
14. João Africano	“criminoso e fugido”	40	1: 500\$000
15. Joaquim Africano	-	39	1: 600\$000
16. José Africano	-	38	1: 600\$000
17. Lucas Crioulo	“carreiro, doente de uma perna”	25	1: 500\$000
18. Caetano Pardo	-	27	1: 700\$000
19. Flausino Pardo	carreiro	26	1: 600\$000
20. Amaro Pardo	ferreiro	19	1: 700\$000
21. Pedro Pardo	-	19	1: 600\$000
22. Cesário Pardo	-	10	1: 200\$000
23. Belmiro Cabra	-	11	1: 200\$000
24. Norberto Crioulo	“filho de Vicência”	06	500\$000
25. Cláudio Pardo	“filho de Eufênia”	09	600\$000
26. Bento Pardo	“filho de Eufênia”	06	400\$000
27. Claudino Pardo	“filho de Placidina”	02	300\$000
28. Elias Pardo	-	01	100\$000
29. Justina Parda	-	43	300\$000
30. Alexandrina Parda	-	48	400\$000
31. Anna Parda	-	47	500\$000
32. Felícia Africana	-	35	600\$000
33. Placidina Cabra	-	36	1: 200\$000
34. Vicência Crioula	-	24	1: 200\$000
35. Eusébia Crioula	-	23	1: 300\$000
36. Rosa Crioula	-	22	1: 200\$000
37. Emiliana Parda	-	24	1: 200\$000
38. Maria Parda	-	23	1: 200\$000
39. Ilária Parda	-	22	1: 200\$000
40. Narciza Parda	“filha de Eufênia”	12	1: 000\$000
41. Miguelina Parda	“filha de Placidina”	11	1: 200\$000
42. Braselina Parda	-	14	1: 200\$000
43. Claudina Parda	“Filha de Placidina”	08	800\$000
44. Emyglia Parda	-	05	400\$000
45. Maria Parda	“filha de Anna”	4	300\$000

* Os nomes em destaque referem-se aos filhos do casal Malaquias e Miguelina que foram mantidos na propriedade até o momento da partilha. Cf.: Inventário *post-mortem*: Coronel Manoel Leite Ferreira de Mello (inventariado). Data de abertura: 22/04/1869. Localizado no FMPA

²⁵⁹ Fonte: Inventário *post-mortem*: Coronel Manoel Leite Ferreira de Mello (inventariado). Data de abertura: 22/04/1869. Localizado no FMPA.

²⁶⁰ Fonte: Inventário *post-mortem*: Coronel Manoel Leite Ferreira de Mello (inventariado). Data de abertura: 22/04/1869. Localizado no FMPA

Não obstante, procuramos “costurar”, por meio do intercruzamento entre o alistamento domiciliar (1838), o arrolamento atestado no ato de partilha, junto ao auxílio de registros paroquiais, as relações parentais entre os respectivos entes familiares, a partir da união engendradora entre Malaquias e Miguelina. Entretanto, o nível de estabilidade alcançado por esta união atingiu no mínimo 18 anos de duração, quando levado em conta que a primeira filha (Jacinta), dos seis filhos do casal, foi batizada em 1814 e a última filha (Placidina) declarou-se nascida em 1832, segundo a relação de nomes arrolados no ato de partilha em 1869.²⁶¹ (Cf. Diagrama 5, Anexo 3)

A união protagonizada por Malaquias cabra (40 anos) e Miguelina (36 anos), resultou, ao longo de sua trajetória familiar no nascimento de pelo menos seis filhos (Jacinta, Anna, Justina, Silvério, Eufênia e Placidina), estendendo sua rede familiar para uma geração, com no mínimo, oito netos: Maria, João, Narciza, Cláudio, Bento, Claudina, Placidino e Miguelina.²⁶² Nota-se, portanto, que a repetição do nome da avó (Miguelina) na atribuição do nome da neta pode estar ligada à uma prática de recriação da memória e identidade familiar, através da repetição de nomes de ascendentes consangüíneos. (GUTMAN, 1976).

Não obstante, observamos, por meio deste cruzamento, uma sólida rede comunitária edificada pelo parentesco consangüíneo. Já no que diz respeito às relações parentais engendradas pelo rito do compadrio observamos que a maioria dos escravos identificados nos registros paroquiais, referia-se a netos do casal²⁶³ e receberam pais espirituais livres, com exceção de Miguelina e Bento que receberam como madrinhas, mulheres escravas.²⁶⁴

Entretanto, apesar da geração de netos caracterizar-se pela tecitura de relações verticais via compadresca, comprovamos pelo acompanhamento do comportamento compadresco engendrado pelo casal Malaquias e Miguelina, através da leitura de assentos

²⁶¹ Cf.: Assento de Batismo de Jacinta Crioula. Livro 1 (1812-1821). Localizado na MSBJ. Cf.: Inventário *post-mortem*: Coronel Manoel Leite Ferreira de Mello (inventariado). Data de abertura: 22/04/1869.

²⁶² Cf.: Domicílio nº 133 pertencente ao Tenente Cel. Manoel Leite Ferreira de Mello. Cf. Fonte: Listas Nominativas do Distrito de Pouso Alegre de 1838. Localizados no APM, Notação MP, CX 06 doc 01. Cf.: Inventário *post-mortem*: Coronel Manoel Leite Ferreira de Mello (inventariado). Data de abertura: 22/04/1869. Localizado no FMPA. Cf. Assento de Batismo de Jacinta Crioula. Data: 16/04/1814. Livro 1 (1812-1821). Localizado na MSBJ. Assento de Batismo de Maria Parda. Data: 27/12/1845. Livro 5 (1841-1843). Localizado na MSBJ. Assento de Batismo de João Crioulo (1838). Livro 4 e 7 (1837-1858). Localizado na MSBJ. Cf. Assento de Batismo de Narciza Crioula. Data 27/12/1855. Livro 7 (1857-1861). Localizado na MSBJ. Cf.: Assento de Batismo de Cláudio Pardo. Data: 22/08/1858. Livro 7 (1857-1861). Localizado na MSBJ. Cf.: Assento de Batismo de Bento Crioulo. Livro 7 (1857-1861). Localizado na MSBJ. Cf.: Assento de Batismo de Miguelina Parda. Data: 08/02/1855. Livro 7 (1857-1861). Localizado na MSBJ. Cf.: Assento de Batismo de Claudina Parda. Data: 15/08/1859. Livro 7 (1857-1861). Localizado na MSBJ.

²⁶³ Com exceção de Jacinta, mencionada como filha do casal, batizada em 16/04/1814. Cf.: Assento de Batismo de Jacinta Crioula. Livro 1 (1812-1821). Localizado na MSBJ.

²⁶⁴ Cf.: Assento de Batismo de Bento Crioulo. Livro 7 (1857-1861). Cf.: Assento de Batismo de Miguelina Parda. Data: 08/02/1855. Livro 7 (1857-1861). Localizados na MSBJ.

batismais arrolados na Paróquia de São Bom Jesus dos Mártires de Pouso Alegre, observamos que o casal foi requisitado com frequência a servirem de pais espirituais de inocentes cativos ou africanos recém-instalados em outras propriedades. Só entre 1826 a 1833, o casal aparece como padrinhos quatro vezes ungiendo “Adulta” Maria de Nação e três filhos de escravos pertencentes às propriedades de José Francisco de Oliveira, Cel. Ignácio João Cobra e Dona Eufrásia Pereira Escobar.²⁶⁵

Não obstante, quando tomamos as relações compadrescas engendradas somente pelo escravo Malaquias, observamos que estendeu sua rede de parentesco espiritual para nove propriedades distintas, ao servir como padrinho de dez escravos, entre 1823 a 1837. Analisando o perfil de seus afilhados obtivemos que quatro eram africanos (dois homens e duas mulheres) e seis eram inocentes cativos (3 meninos e 3 meninas).²⁶⁶ Entre os inocentes ungidos, identificamos Paulino, batizado em 21 de junho de 1829, filho de João Francisco Vaz e Marcelina escrava, personagens que analisamos no item 4.6 quando discutimos acerca das uniões entre livres e escravos.²⁶⁷ Não obstante, esta constatação nos leva a refletir o nível de intensidade engendrado por Malaquias, no que confere à sua capacidade de circulação entre grupos de libertos e escravos, como de extensão de redes horizontais para além da fronteira da propriedade a que pertencia. Isso se reflete não só em sua prática de apadrinhamento para fora dos limites do plantel, mas pelos pares que o acompanhava na união prestada perante a pia batismal. Quando não sua mulher Miguelina, ou sua filha Jacintha, todas as madrinhas escolhidas para servirem de seu par nas celebrações, pertenciam a outros plantéis, com exceção da madrinha Benta, declarada como forra, no assento de Joaquina Africana em 1830.²⁶⁸ (Cf.: DIAGRAMA 5, p.216)

²⁶⁵ Cf.: Assento de Batismo de Francisca Crioula. Data 28/12/1833. Livro 3 (1825-1837). Localizado na MSBJ. Cf.: Assento de Batismo de Silvério Crioulo. Data 29/03/1826. Livro 3 (1825-1837). Localizado na MSBJ. Cf.: Assento de Batismo de Felicidade Crioula. Data: 08/03/1829. Livro 3 (1825-1837). Localizado na MSBJ. Cf.: Assento de Batismo de Maria de Nação. Data 21/06/1830. Livro 3 (1825-1837). Localizado na MSBJ.

²⁶⁶ Cf.: Assento de Batismo de Francisca Crioula. Data 28/12/1833. Livro 3 (1825-1837). Localizado na MSBJ. Assento de Batismo de Antônio Crioulo. Data 09/04/1837. Cf. Livro 3 (1825-1837). Localizado na MSBJ. Assento de Batismo de Luís Africano. Data: 18/03/1830. Cf. Livro 3 (1825-1837). Localizado na MSBJ. Assento de Batismo de Silvério Crioulo. Data 29/03/1826. Cf. Livro 3 (1825-1837). Localizado na MSBJ. Assento de Batismo de Joaquina Crioula. Data: 22/08/1830. Cf. Livro 3 (1825-1837). Localizado na MSBJ. Assento de Batismo de Felicidade Crioula. Data: 08/03/1829. Cf. Livro 3 (1825-1837). Localizado na MSBJ. Assento de Batismo de Paulino Crioulo. Data: 21/06/1829. Cf. Livro 3 (1825-1837). Localizado na MSBJ. Assento de Batismo de Miguel Africano. Data: 04/04/1831. Cf. Livro 3 (1825-1837). Localizado na MSBJ. Assento de Batismo de Maria de Nação. Data 21/06/1830. Cf. Livro 3 (1825-1837). Localizado na MSBJ. Assento de Batismo de Joaquina Africana. Data: 21/06/1830. Cf. Livro 3 (1825-1837). Localizado na MSBJ.

²⁶⁷ Conferir item 4.6 “Uniões legítimas entre livres e escravos e as incursões deste ‘arranjo’ no plano consensual.”

²⁶⁸ Assento de Batismo de Joaquina Crioula. Data: 22/08/1830. Cf. Livro 3 (1825-1837). Localizado na MSBJ.

Como podemos perceber, esta propriedade de escravos apresentou tanto a capacidade de extensão de laços horizontais, quanto verticais, no que se refere ao engendramento de relações parentais via compadrio. Tecidas estas considerações acerca do nível de estabilidade entre as relações de parentesco consangüíneo e a capacidade de extensão da parentela, via compadrio, tanto por meio de laços verticais quanto horizontais, passemos agora analisar o destino tomado por estes escravos após o ato da partilha ocorrido após a morte do coronel em 1869.

Conforme assegura a discussão historiográfica sobre a família escrava, a morte do senhor representava grande momento de tensão e instabilidade para a comunidade familiar assentada numa propriedade por um *quantum* mínimo de tempo de convivência e de compartilhamento do mesmo espaço. Este acontecimento, muitas vezes representava a dissolução da família conjugal ou a separação entre mães e filhos menores para q quitação de dívidas ou partilha efetuada entre os herdeiros.

Gutman (1976), em estudo para as escravarias do Sul dos EUA foi pioneiro em aventar a relação existente entre o ciclo de vida dos senhores e a estabilidade das famílias escravas. No Brasil, sem desconsiderar o forte impacto que este acontecimento significava ao cotidiano destas famílias escravas, estudos como de Florentino & Góes (1997), conforme mencionamos no início do capítulo, foram pioneiros na constatação de que propriedades assentadas em grandes plantéis de escravos houve mais chances destas famílias permanecerem unidas após o ato da partilha. Não obstante, Teixeira também aventou esta possibilidade para o Termo de Mariana-MG, ao constatar que 51,2% das famílias inventariadas permaneceram integralmente unidas após a morte do senhor. (TEIXEIRA, 2001, p. 133).

Já em estudo dedicado à estrutura escravista de pequenos e médios plantéis, autores como Costa, Slenes e Schwartz demonstraram que 77,3% dos casos de transações entre escravos herdados referiam-se a plantéis com até 09 cativos. (COSTA, SLENES & SCHWARTZ, 1987, p. 264) Nesse sentido, estes autores concluem que os fatores desestabilizadores da comunidade escrava, como o impacto observado pelo auto da partilha de heranças, atua de forma diferenciada em plantéis de menor ou maior escala.

Não obstante, C. Rocha (1999) assevera a necessidade de se desenvolver abordagens mais qualitativas no que compete às investigações de trajetórias familiares para o período pós-morte do senhor. Considerando o advento da separação formal, este estudo comprovou a possibilidade das famílias permanecerem unidas mesmo legalmente apartadas, prática que atendia também à uma política de não dispersão do patrimônio familiar. Esta constatação foi

possível através do cruzamento de inventários com o uso de fontes alternativas para este fim, tais como: registros paroquiais, listas nominativas, recenseamentos, listas de matrículas, etc.

Considerando que estudos de caso não atendem a perspectiva de avaliar o nível de estabilidade e desmembramento de famílias de uma localidade inteira, admitimos como proposta a utilização desta frente metodológica apenas para desenvolvermos uma abordagem qualitativa acerca do micro-contexto constituído na Fazenda do Capão Grosso na Freguesia de Pouso Alegre. Tecidas estas considerações, observamos que o ato da partilha de bens deflagrada após a morte do Cel. Manoel Leite Ferreira de Mello gerou abalos na comunidade escrava assentada naquela propriedade.

Sua companheira, Domingas Leodora de Figueiredo, por não ser herdeira legítima do coronel, herdou grande parte de seus bens em forma de pagamento de dívidas passivas. No auto de partilha constou-se como forma de seu pagamento além da “fazenda de cafezais e campos denominado Capão Grosso, as benfeitorias da mesma fazenda, às roças de milho, cannas, arroz (...)”²⁶⁹, grande parte da escravaria (53,2%). Enquanto que a outra parte foi dividida entre os herdeiros ou levados à praça para quitação de dívidas. (Cf.: Quadro 5, Anexo 3)

No que se refere à comunidade familiar erigida por Malaquias e Miguelina, observamos que dos 14 escravos identificados como seus descendentes consangüíneos, 10 sofreram ruptura familiar integral ou parcial.²⁷⁰ Entre os que foram mantidos na propriedade, Placidina (36 anos) foi apartada de seus três filhos menores: Claudina (8 anos), Miguelina (11 anos) e Claudino Pardo (02 anos), ficando estes dois últimos para o herdeiro Joaquim e a primeira, ao herdeiro José Daniel. Quanto à Justina Parda, irmão de Placidina, também filha de Malaquias e Miguelina, foi mantida na propriedade. Não obstante, o destino de seu filho, João Pardo, já adulto, não foi mencionado, nem seu nome esteve arrolado entre os escravos inventariados.²⁷¹

Quanto ao neto Cláudio Pardo (09 anos) - filho de Eufênia, irmão de Bento (06 anos) e Narciza (12 anos) - foi apartado de seus irmãos. Não obstante, o nome da mãe destes escravos também não constou no arrolamento do auto de partilha, provavelmente esta foi vendida ou transmitida por uma outra transmissão de propriedade deixando de pertencer, portanto, à

²⁶⁹ Fonte: Inventário *post-mortem*: Coronel Manoel Leite Ferreira de Mello (inventariado). Data de abertura: 22/04/1869. Localizado no FMPA.

²⁷⁰ O casal Malaquias e Miguelina não foi arrolado durante o auto de partilha de bens. Conjecturamos a hipótese do falecimento deste, baseado na avançada idade que estariam em 1869. Fonte: Inventário *post-mortem*: Coronel Manoel Leite Ferreira de Mello (inventariado). Data de abertura: 22/04/1869. Localizado no FMPA

²⁷¹ Fonte: Inventário *post-mortem*: Coronel Manoel Leite Ferreira de Mello (inventariado). Data de abertura: 22/04/1869. Localizado no FMPA.

fazenda do Capão Grosso, antes mesmo do falecimento do coronel. Quanto aos seus filhos Bento e Narciza mantiveram-se unidos ao serem transmitidos ao herdeiro Miguel Constantino, casado com Balbina, filha do mencionado coronel. Já Silvério Pardo - tio dos mencionados cativos e irmão de Eufênia, Justina, Anna, Placidina e Jacintha – foi mantido na propriedade.²⁷²

Entre os escravos que foram levados à praça para a quitação de dívidas, além de Anna Parda, mãe de Maria Parda (04 anos), esta transmitida ao testamenteiro Joaquim Daniel, estavam: João Cândido, descrito como “ex-foragido e criminoso” e Eusébia, mãe de Salvador, alforriado em 1855, por meio do pecúlio deixado por seu pai (Eleutério Forro), personagem que analisamos no item dedicado ao estudo da Fazenda das Limeiras, propriedade que pertenceu ao capitão José Maria de Freitas.²⁷³

Não obstante, outras separações familiares foram deflagradas neste auto de partilha. Norberto Crioulo (09 anos), filho de Vicência Crioula, foi doado ao credor Miguel Constantino de Almeida para a quitação de dívidas. Enquanto que sua mãe foi mantida na fazenda, sob posse de D. Domingas Leodora.²⁷⁴

Quanto aos 17 escravos alistados em 1838, foram mantidos na propriedade: Antônio Ferreiro, Laurindo Crioulo, Placidina Cabra e Justina Parda. Já quanto ao escravo Fiel, também arrolado no alistamento, foi arrematado para a quitação da dívida contraída com o capitão Cândido Antônio de Barros, no valor de 1:600\$000.²⁷⁵

De toda escravaria pertencente à propriedade, o único a ser libertado em testamento foi Estanislau (56 anos). Em depoimento testamentário menciona o coronel: “deixo forro e liberto meo escravo Estanislau pardo, assim como lhe deixo a quantia de duzentos mil réis que meo testamenteiro lhe entregará.”²⁷⁶

Quanto à rede comunitária familiar edificada por Malaquias e Miguelina, embora formalmente esfacelada após a morte do coronel, pudemos constatar que esta obteve-se ganhos parciais ao longo de sua trajetória. Tradicionalmente tratado pela historiografia da

²⁷² Fonte: Inventário *post-mortem*: Coronel Manoel Leite Ferreira de Mello (inventariado). Data de abertura: 22/04/1869. Localizado no FMPA.

²⁷³ Fonte: Inventário *post-mortem*: Coronel Manoel Leite Ferreira de Mello (inventariado). Data de abertura: 22/04/1869. Localizado no FMPA.

²⁷⁴ Fonte: Inventário *post-mortem*: Coronel Manoel Leite Ferreira de Mello (inventariado). Data de abertura: 22/04/1869. Localizado no FMPA.

²⁷⁵ Fonte: Inventário *post-mortem*: Coronel Manoel Leite Ferreira de Mello (inventariado). Data de abertura: 22/04/1869. Localizado no FMPA.

²⁷⁶ Fonte: Testamento de Coronel Manoel Leite Ferreira de Mello. Data de abertura: 09/10/1944. (anexo ao Inventário). Localizados no FMPA.

escravidão, o proto-campesinato escravo sempre demonstrou-se vinculados à projetos familiares de longo prazo. (CARDOSO, 1979).

Considerando que o projeto familiar engendrado por Malaquias e Miguelina não esteve alheio a esta política vinculada à aquisição de terras. Em depoimento testamentário, o mencionado coronel declara que:

“(...) deixo esmolla à Jacintha, mulher de Vicente José de Souza e filha de Miguelina, a quantia de seiscentos mil réis que meo testamenteiro empregará em terras (...) e que a dicta Jacintha terá o uso e fructo, somente passando a domínio de sua morte a seus filhos herdeiros.”²⁷⁷

Conforme aventamos na análise da trajetória de Eleutério Forro, a libertação testamentária ou o legado em terras concedidos no memento da partilha de bens estavam muito presentes no cotidiano da escravidão, porém, inseriam-se em uma política de convívio que demandava anos de negociação. Não obstante, do ponto de vista senhorial, a alforria ou o legado de um pequeno pedaço de terra era tido como concessão exclusiva do senhor, representando a face legítima de sua prerrogativa de poder. Para o escravo, a leitura era outra, a alforria era mais dos elementos que compunham a noção de “cativeiro justo e injusto”, ou seja, um conjunto de valores que resignificava, basicamente, estas “concessões” em direitos adquiridos. (LARA, 1988). Desta forma, estas lutas de liberdade, sustentadas nesta prerrogativa de cativeiro legítimo, foram testemunhadas, por exemplo, em ações judiciais quando escravos, através de curadores, demonstraram uma série de situações, emprestando-se da própria lógica senhorial, que possuíam direitos legítimos em sua condição de liberdade. (CHALOUB, 1990).

Desta forma, a concessão de terras definidas por *Ciro Cardoso* (1979) como proto-campesinato escravo, também estava articulada à esta política de incentivos. Nesse sentido, o histórico de trajetórias familiares presentes neste projeto de aquisição de terras não deve ser tomado de forma unilateral. Da mesma forma que o senhor esperava do escravo obediência e “eterna gratidão” por seus atos “generosos”, procurando estender, desta forma, novas relações de dependência, em contrapartida, o escravo esperava que seus direitos fossem reconhecidos e se possível, transmitidos aos seus familiares.

Como pudemos observar, a liberdade de Eleutério não constituiu-se como projeto individual, com muito empenho este conseguiu transmitir esta condição social aos seus

²⁷⁷ Fonte: Testamento de Coronel Manoel Leite Ferreira de Mello. Dara de abertura: 09/10/1944. (anexo ao Inventário). Localizados no FMPA

descendentes. Da mesma forma, o direito ao uso da terra transmitida à Jacintha²⁷⁸, filha dos escravos Malaquias e Miguelina seria assegurado aos seus filhos herdeiros.

Todavia, apreendemos desta análise que o momento da partilha de bens representava uma das faces mais cruel da escravidão. Filhos menores como Claudino, Miguelina e Claudina foram apartados de sua mãe Placidina. Da mesma forma que Cláudio Pardo foi apartado de seus irmãos Bento e Narciza. Quanto à escrava Anna, mãe de Maria Parda (04 anos) foi levada à praça para a quitação de dívidas entre os herdeiros, enquanto que a menina escrava foi transmitida ao testamenteiro Joaquim Daniel Leite Ferreira de Mello.²⁷⁹

²⁷⁸ A condição social de Jacintha, pela leitura do inventário e testamento do coronel não ficou muito clara se era escrava ou forra, pois, o nome desta não constou no arrolamento de escravos inventariados no auto de partilha. Não obstante, pelo arrolamento dos registros paroquiais, esta foi declarada, em 1814, como escrava, filha de Malaquias e Miguelina. Em testamento, foi mencionada como filha de Miguelina, esposa de Vicente José de Souza, com filhos (não foi mencionado o nome destes), que seriam seus herdeiros. Cf.: Testamento de Coronel Manoel Leite Ferreira de Mello. Dara de abertura: 09/10/1944. (anexo ao Inventário). Localizados no FMPA. Inventário *post-mortem*: Coronel Manoel Leite Ferreira de Mello (inventariado). Data de abertura: 22/04/1869. Localizado no FMPA. Cf. Assento de Batismo de Jacinta Crioula. Livro 1 (1812-1821). Localizado na MSBJ.

²⁷⁹ Fonte: Inventário *post-mortem*: Coronel Manoel Leite Ferreira de Mello (inventariado). Data de abertura: 22/04/1869. Localizado no FMPA.

ANEXO III

TABELA 29:
TABELA 1: ESTADO CONJUGAL DE CATIVOS E PRETOS LIVRES
(Município de Pouso Alegre, 1833-1835)

Distritos	ESCRAVOS												PRETOS LIVRES			
	PARDOS				PRETOS				TOTAL				Casados	%	Solteiros	%
	Casados	%	Solteiros	%	Casados	%	Solteiros	%	Casados	%	Solteiros	%				
P. Alegre	26	38.2	42	67.1	562	45.2	679	54.7	588	44.0	747	56.0	64	57.1	48	42.8
B. Retiro					43	44.7	53	55.2	43	44.7	53	55.2				
Cotias	66	44.5	82	55.4	235	29.3	565	70.6	301	31.7	647	68.2	34	32.0	72	68.0
S.J.Formigas	40	36.6	69	63.3	68	14.7	393	85.2	108	19.0	462	81.0	19	37.2	32	62.7
Antas	8	34.7	15	65.2	35	36.0	62	64.0	43	33.5	85	66.4	35	36.0	62	64.0
Ouro Fino	19	26.7	52	73.2	114	42.5	154	57.4	133	39.2	206	60.7	125	73.0	46	27.0
Camanducaia	11	14.2	66	85.7	206	42.1	283	57.8	217	38.3	349	61.6	25	44.6	31	55.3
Cambuí	3	23.0	10	77.0	193	47.6	212	52.3	196	46.8	222	53.1	8	44.4	10	55.5
Capivari			2	100	39	38.2	63	61.7	39	37.5	65	62.5	39	38.2	63	61.7
Santa Rita			7	100	46	33.3	92	66.6	46	31.7	99	68.2	9	45.0	11	55.0
Município	173	33	345	66.6	1541	37.6	2556	42.8	1714	36.8	2935	63.1	358	47.7	375	51.1

Fonte: Mapa de População de Pouso Alegre (1833- 1835). Localizados no APM, Notação MP, CX 06 doc 02

TABELA 30:
LEGITIMIDADE DOS BATIZANDOS CATIVOS E INGÊNUOS
(Freguesia de São Bom Jesus dos Mártires de Pouso Alegre 1812-1873)

PERÍODO	FL*	%	FN**	%	CRIoulos
1812	24	39.3	37	60.6	61
1814					
1815	38	52.7	34	47.2	72
1817					
1818	56	47.4	62	52.5	118
1820					
1821	108	61.0	69	39.0	177
1823					
1824	140	58.3	100	41.6	240
1826					
1827	115	60.5	75	39.4	190
1829					
1830	135	59.7	91	40.2	226
1832					
1833	120	56.6	92	43.3	212
1835					
1836	110	59.4	75	40.5	185
1838					
1839	101	57.3	75	42.6	176
1841					
1845	47	46.5	54	53.4	101
1847					
1848	80	48.4	85	51.5	165
1850					
1851	115	55.2	93	44.7	208
1853					
1854	137	54.1	116	45.8	253
1856					
1857	147	56.5	113	43.4	260
1859					
1860	86	44.3	108	55.6	194
1862					
1863	47	39.1	73	60.8	120
1865					
1866	36	41.8	50	58.1	86
1868					
1869	28	45.1	34	54.8	62
1871					
1871 / 73 Ingênuos	26	35.1	48	64.8	74
Total	1695	53.3	1484	46.6	3180

* FL. Filhos Legítimos

** FN. Filhos Naturais

Fontes: Livro 1 (1812-1821); Livro 2 (1821-1825); Livro 3 (1825-1837); Livro 4 e 7 (1837-1858)); Livro 5 (1841-1843); Livro 6 (1847-1853); Livro 7 (1857-1861); Livro 8 (1861-1866); Livro 9 (1866-1873). Localizados na MSBJ.

TABELA 31
DISTRIBUIÇÃO DE CASAMENTOS, SEGUNDO A CONDIÇÃO SOCIAL
(Freguesia de São Bom Jesus dos Mártires de Pouso Alegre, 1811-1888)*

PERÍODO	LIVRES	%	ESCRAVOS	%	FORROS	%	TOTAL
1811-1815	144	97,9	1	0,6	1	0,6	147*
1816-1820	166	91,2	14	7,6			182*
1821-1825	150	92,0	11	6,7			161
1826-1830	212	92,5	13	5,6	4	1,7	229
1831-1835	73	51,7	61	43,2	6	4,2	141*
1836-1840	143	85,1	25	14,8			168
1841-1845	91	85,0	15	14,0	1	1,0	107
1846-1850	149	92,5	11	6,8	1	0,6	161
1851-1855	98	83,0	16	13,5	2	1,7	118*
1856-1860	86	81,1	17	16,0	3	2,8	106
1861-1865	79	100					79
1866-1870	77	97,4	2,0	2,5			79
1871-1875	71	100					71
1876-1880	36	97,2			1	2,7	37
1881-1885	34	91,8	1,0	2,7	1	2,8	37*
1886-1888	29	96,6	1,0	3,3			30
SOMA	1.638	88,3	187	10,0	20	1,07	1.854

*Os sub-períodos assinalados, referem-se àqueles que apresentaram incidência de casais mistos (escravos e livres). No entanto os nove casais encontrados para todo período (1811-1888), não foram excluídos da soma total, mas não foram expostos na composição desta tabela, porque sua participação representou apenas 0,4% do total das uniões efetuadas na Freguesia. Segue as referências nominais destas uniões não expostas: Autos: Adão Crioulo e Tenória Forra (20/10/1812); Domingos escravo e Claudina Maria de Jesus (27/10/1823); Joaquim José Preto Forro e Thereza Crioula (04/06/1823); Paulo de Nação Benta Ferreira (16/02/1833); Manoel Crioulo e Joana Francisca de Jesus (27/10/1853); Francisco Jacinto e Umbelina Crioula (30/06/1855); Custódio Crioulo e Silvéria Maria (02/02/1855); Manoel escravo e Ana Cordeira; Theodorico Crioulo e Francisca Maria de Jesus (14/04/1883). Ver: Livro de Casamentos (1832-1856), MSBJ; Autos de Casamentos (listados abaixo), CMPA.

Fonte: Livro de Casamentos (1832-1856); MSBJ; Autos de Casamentos, Maços: 35 (1811-1812); 36 (1813-1814); 37 (1815-1816); 38 (1817-1819); 39 (1820-1824); 40 (1823); 41 (1825-1826); 42 (1827); 43 (1828-1829); 44 (1830-1832); 45 (1833-1834); 46 (1835-1837); 47 (1838-1839); 48 (1840-1842); 49 (1843-1844); 50 (1845-1847); 51 (1848); 52 (1849); 53 (1850-1851); 54 (1852-1854); 55, (1855-1857); 56 (1858-1859); 57 (1860-1864); 58 (1865-1869); 59 (1870-1874); 60 (1875-1884); 61 (1885-1901), localizados na CMPA..

TABELA 32:
UNIÕES ENDOGÂMICAS E EXOGÂMICAS, SEGUNDO A ORIGEM:
(Freguesia de Pouso Alegre, 1810-1888)

PERÍODO	ENDOGAMIA		EXOGAMIA				N.C.*	
	CRIoulos	%	AFRICANOS	%	Africanos+crioulos	%		%
1810-1815			1,0	100				
1816-1820	3	21,4			10	71,4	1	
1821-1825	2	20,0			8	80,0	1	
1826-1830	8	61,5			3	33,3	2	
1831-1835	6	9,8	18	29,5	13		24	39,3
1836-1840			2,0	8,0	1	4,0	22	88,0
1841-1845	3	20,0			2	13,3	10	66,6
1846-1850	3		1		6	54,5	1	
1851-1855	5	31,2	2	12,5	9	56,2		
1856-1860	9	53,0	2	11,7	6	35,2		
1861-1865								
1866-1870	2	100						
1871-1875								
1876-1880								
1881-1885	1	100						
1886-1888								
SOMA	42	21,5	26	13,3	58	33,8	61	31,2

*N.C. Não constaram.

Fonte: Livro de Casamentos (1832-1856); MSBJ; Autos de Casamentos, Maços: 35 (1811-1812); 36 (1813-1814); 37 (1815-1816); 38 (1817-1819); 39 (1820-1824); 40 (1823); 41 (1825-1826); 42 (1827); 43 (1828-1829); 44 (1830-1832); 45 (1833-1834); 46 (1835-1837); 47 (1838-1839); 48 (1840-1842); 49 (1843-1844); 50 (1845-1847); 51 (1848); 52 (1849); 53 (1850-1851); 54 (1852-1854); 55, (1855-1857); 56 (1858-1859); 57 (1860-1864); 58 (1865-1869); 59 (1870-1874); 60 (1875-1884); 61 (1885-1901), localizados na CMPA..

TABELA 33: PADRÕES DE COMPADRIO ENTRE OS CATIVOS NA FREGUEIA DE SÃO BOM JESUS (1812-1873)

Fonte: Assentos de Batismo. Localizados na MSBJ.

N.M. Não Mencionam

Perí- odo	Cati- vos	P. livres	%	padri- nhos forro	%	p.cati- -vos	%	p. livre m.Ca- tiva	%	p.cati- vo m. livre	%	n.m.	%	Soma p. misto	%
1812 1814	76	58	76,3	1	1,3	9	11,8	3	3,9	3	3,9	3	3,9	6	7,8
1815 1817	83	54	65,0	---	---	19	22,8	4	4,8	5	6,0	1	1,2	9	10,8
1818 1820	190	90	47,3	3	1,5	60	31,5	10	5,2	18	9,4	7	3,6	28	14,7
1821 1823	248	133	53,6	1	0,4	92	37,0	6	2,4	11	4,4	5	2,0	17	6,8
1824 1826	269	154	57,2	14	5,2	83	30,8	6	2,2	8	2,9	3	1,1	14	5,2
1827 1829	249	133	53,4	7	2,8	85	34,1	17	6,8	6	2,4	1	0,4	23	9,2
1830 1832	298	142	47,6	4	1,3	120	40,2	15	5,0	10	3,3	8	2,6	25	8,3
1833 1835	226	97	32,7	4	1,7	106	47,0	6	2,6	9	3,9	2	0,8	15	6,6
1836 1838	191	83	43,4	3	1,5	91	47,6	9	4,7	2	1,0	3	1,5	11	5,7
1839 1841	177	76	42,9	9	5,0	55	31,0	6	3,3	5	2,8	26	14,6	11	6,2
1845 1847	101	44	43,5	3	2,9	46	45,5	1	0,9	6	5,9	1	0,9	7	6,9
1848 1850	167	82	49,1	1	0,5	68	40,7	11	6,5	3	1,7	2	1,1	14	8,3
1851 1853	209	91	43,5	2	0,9	94	45,0	5	2,3	11	5,2	5	2,3	10	4,7
1854 1856	253	118	46,6	6	2,3	104	41,1	13	5,1	7	2,7	5	1,9	20	8,0
1857 1859	260	122	47,0	2	0,7	126	48,4	4	1,5	4	1,5	2	0,7	8	3,0
1860 1862	194	91	47,0	3	1,5	84	43,2	7	3,6	8	4,1	1	0,5	15	7,7
1863 1865	120	43	35,8	1	0,8	57	47,5	11	9,1	7	5,8	1	0,8	18	15,0
1866 1868	86	30	34,8	2	2,3	45	52,3	3	3,4	5	5,8	1	1,1	8	9,3
1869 1871	62	30	48,3	2	3,2	20	32,2	5	8,0	5	8,0	—	—	10	16,1
1871 / 73 Ingênuos	74	41	55,4	2	2,7	21	28,3	7	8,3	3	4,1	---	---	10	13,5
Total	3.533	1712	48,4	70	1,9	1385	39,2	149	4,2	136	3,8	77	2,1	285	8,0

TABELA 34: PADRÕES DE COMPADRIO ENTRE AFRICANOS NA FREGUESIA DE SÃO BOM JESUS (1812-1853)

Fonte: Assentos de Batismo. Livro 1 (1812-1821); Livro 2 (1821-1825); Livro 3 (1825-1837); Livro 4 e 7 (1837-1858); Livro 5 (1841-1843); Livro 6 (1847-1853); Localizados na MSBJ

Período	Áfricanos	P. livres	%	p. outros	%	p. cati-vos	%	p. livre m. cativa	%	p. cati vo m. livre	%	n.m.	%	Soma mistos	%
1812 1814	15	12	80,0	-		1	6,6	-		2	13,3	-		2	13,3
1815 1817	11	7	63,6	-		1	9,0	1	9,0	2	18,1	-		3	27,2
1818 1820	72	25	34,7	-		29	40,2	4	5,5	9	12,5	3	4,1	13	18,0
1821 1823	71*	34	47,8	-		31	43,6	3	4,2	2	2,8	1	1,4	5	7,0
1824 1826	29	15	51,7	2	6,8	10	34,4	-	-	1	3,4	-		1	3,4
1827 1829	59	36	61,0	2	3,3	12	20,3	8	13,5	1	1,6	-		9	15,0
1830 1832	72	38	52,7	-		30	41,6	4	5,5	1	1,3	-		5	7,0
1833 1835	14	9	64,2	-		4	28,5	-	-	1	7,1	-		1	7,1
1836 1838	6	2	33,3	-		2	33,3	2	33,3	-		-		2	33,3
1839 1841	1	-	100	-		1	100			-		-		-	
1845 1847	-	-		-		-				-		-		-	
1848 1850	2	2	100	-		-				-		-		-	
1851 1853	1	-		-		-		1	100	-		-		-	
Total	353	180	51,0	4	1,1	121	34,2	23	6,5	19	5,3	4	1,4	42	11,8

TABELA 35: PADRÕES DE COMPADRIO ENTRE OS INOCENTES CATIVOS NA FREGUSIA DE SÃO BOM JESUS (1812-1873)

Fonte: Fonte: Assentos de Batismo. Livro 1 (1812-1821); Livro 2 (1821-1825); Livro 3 (1825-1837); Livro 4 e 7 (1837-1858); Livro 5 (1841-1843); Livro 6 (1847-1853); Livro 7 (1857-1861); Livro 8 (1861-1866); Livro 9 (1866-1873). Localizados na MSBJ.

Período	Crioulos	Padri-nhos livres	%	p. forros	%	p. cativos	%	p. livre m. cativa	%	p. cativo m. livre	%	n.m.	%	Soma p. mistos	%
1812 1814	61	46	75,4	1	1,6	8	13,1	3	4,9	1	1,6	2	3,2	4	6,5
1815 1817	72	47	65,2	---	---	18	25,0	3	4,1	3	4,1	1	1,3	6	8,3
1818 1820	118	65	55,0	3	2,5	31	26,2	6	5,0	9	7,6	4	3,3	15	12,7
1821 1823	177	99	56,0	1	0,5	61	34,4	3	1,6	9	5,0	4	2,2	12	6,7
1824 1826	240	139	58,0	12	5,0	73	30,4	6	2,5	7	3,0	3	1,2	13	5,4
1827 1829	190	97	51,0	5	2,6	73	38,4	9	4,7	5	2,6	1	0,5	14	7,3
1830 1832	226	104	46,0	4	1,7	90	39,8	11	4,8	9	4,0	8	3,5	20	8,8
1833 1835	212	88	41,5	4	1,8	102	48,1	6	2,8	8	3,7	3	1,4	14	6,6
1836 1838	185	81	43,7	3	1,6	89	48,1	7	3,7	2	1,0	3	1,6	9	4,8
1839 1841	176	76	43,1	9	5,1	54	30,6	6	3,4	5	2,8	26	14,7	11	6,2
1845 1847	101	44	43,5	3	3,0	46	45,5	1	0,9	6	6,0	1	0,9	7	7,0
1848 1850	165	80	48,4	1	0,6	68	41,2	10	6,0	3	1,8	2	1,2	13	7,8
1851 1853	208	91	43,7	2	0,9	94	45,1	5	2,4	11	5,2	5	2,4	16	7,6
1854 1856	253	118	46,6	6	2,3	104	41,1	13	5,1	7	2,7	5	2,0	20	8,0
1857 1859	260	122	47,0	2	0,7	106	48,4	4	1,5	4	1,5	2	0,7	8	3,0
1860 1862	194	91	47,0	3	1,5	84	43,2	7	3,6	8	4,1	1	0,5	15	7,7
1863 1865	120	43	35,8	1	0,8	57	47,5	11	9,1	7	5,8	1	0,8	18	15,0
1866 1868	86	30	34,8	2	2,3	45	53,2	3	3,4	5	9,0	1	1,1	8	9,3
1869 1871	62	30	48,3	2	3,2	20	32,2	5	8,0	5	8,0	---	---	10	16,1
Ingê-nuos 1871-73	74	42	57,0	2	2,7	21	27,7	6	8,3	3	4,1	---	---	9	12,1
Total	3180	1533	48,2	66	20,0	1264	39,7	125	3,9	117	3,6	73	2,2	242	7,6

TABELA 36: PADRÕES DE COMPADRIO ENTRE OS INOCENTES CATIVOS DO SEXO MASCULINO NA FREGUESIA DE SÃO BOM JESUS (1812-1873)

N.M. Não Mencionam

Fonte: Assentos de batismo localizados na MSBJ.

Período	F. homens	P. livres	%	p.for-ros	%	p.cati-vos	%	P. livre m. ativa	%	p.cati vo m. livre	%	n.m.	%	Soma mis-tos	%
1812 1814	25	21	84,0	–		3	12,0	–		–		1	4,0	–	
1815 1817	28	18	64,2	–		8	28,5	1	3,5	1	3,5	–		2	7,1
1818 1820	58	39	67,2	–		12	20,6	3	5,1	4	6,8	–		7	12,0
1821 1823	75	41	54,6	–		29	38,6	2	2,6	3	4,0	–		5	6,6
1824 1826	133	77	57,8	6	4,5	38	28,5	3	2,2	4	3,0	3	3,0	7	5,2
1827 1829	100	49	49,0	2	2,0	41	41,0	3	3,0	4	4,0	1	1,0	7	7,0
1830 1832	112	47	42,0	4	3,5	48	42,8	5	4,4	2	1,7	6	5,3	–	
1833 1835	102	39	38,2	3	2,9	48	47,0	5	5,0	6	5,8	1	0,9	11	10,7
1836 1838	105	43	41,0	1	0,9	56	53,3	3	2,8	–		2	1,9	3	2,8
1839 1841	83	41	49,3	1	1,2	20	24,0	5	6,0	3	3,6	13	15,6	8	9,6
1845 1847	52	22	42,3	3	5,7	21	40,3	1	1,9	4	7,6	1	1,9	5	9,6
1848 1850	91	37	40,6	1	1,0	43	47,2	7	7,6	3	3,2			10	11,0
1851 1853	117	55	47,0	1	0,8	51	43,5	4	3,4	5	4,2	1	0,8	9	7,6
1854 1856	128	64	50,0	3	2,3	50	39,0	6	4,6	2	1,5	3	2,3	8	6,2
1857 1859	139	75	54,0	–		58	41,7	2	1,4	4	2,8			6	4,3
1860 1862	85	44	46,3	–		41	43,1	4	4,2	6	6,3			10	10,5
1863 1865	59	25	42,3	–		26	44,0	5	8,4	2	3,3	1	1,6	7	11,8
1866 1868	46	16	34,7	1	2,1	25	54,3	3	6,5	1	2,1			4	8,6
1869 1871	31	17	54,8	–		10	32,2	1	3,2	3	9,6			4	13,0
Ingênuos 1871-73	36	17	47,2	1	2,7	11	30,5	3	8,3	3	8,3	1	2,7	–	
Total	1615	786	48,6	29	1,7	639	39,5	66	4,0	60	3,7	33	2,0	126	7,8

TABELA 37: PADRÕES DE COMPADRIO ENTRE OS INOCENTES CATIVOS DO SEXO FEMININO NA FREGUESIA DE SÃO BOM JESUS (1812-1873)

N.M. Não Mencionam

Fonte: Assentos de batismo localizados na MSBJ.

Perí- odo	F.mu- -lhers	P. livres	%	p.for- ros	%	p.cati- -vos	%	P. livre m. ativa	%	p.cati- vo m. livre	%	n.m.	%	Soma- mis- fos	%
1812 1814	36	23	63.8	3	8.3	4	11.1	3	8.3	1	2.7	2	5.5	4	11.1
1815 1817	44	30	68.1	-		9	20.4	2	4.5	2	4.5	1	2.2	4	9.0
1818 1820	59	35	59.3	1	1.6	15	25.4	2	3.3	2	3.3	4	6.7	4	6.7
1821 1823	102	62	60.7	1	0.9	32	31.3	1	0.9	3	2.9	3	2.9	4	3.9
1824 1826	107	64	59.8	3	2.8	35	32.7	1	0.9	3	2.8	1	0.9	4	3.7
1827 1829	90	46	51.1	5	5.5	33	36.6	6	6.6	-	-	-	-	6	6.6
1830 1832	115	58	50.4	-		42	36.5	5	4.3	6	5.2	4	3.4	11	9.5
1833 1835	110	49	44.5	1	0.9	54	49.0	1	0.9	4	3.6	1	0.9	5	4.5
1836 1838	80	38	47.5	2	2.5	33	41.2	4	5.0	2	2.5	1	1.2	6	7.5
1839 1841	93	39	42.0	4	4.3	34	36.5	1	1.0	2	2.1	13	14.0	3	3.2
1845 1847	49	22	44.8	-		25	51.0	-	-	2	4.0	-	-	2	4.0
1848 1850	74	43	58.1	-		25	33.7	4	5.4	2	2.7	-	-	6	8.1
1851 1853	91	37	40.6	-		43	47.2	1	1.0	6	6.5	4	4.3	7	7.6
1854 1856	125	55	44.0	2	1.6	54	16.0	8	6.4	5	4.0	1	0.8	13	10.4
1857 1859	121	47	38.8	2	1.6	68	56.1	-	-	2	1.6	2	1.6	2	1.6
1860 1862	99	18	49.4	1	1.0	43	43.4	3	3.0	2	2.0	1	1.0	5	5.0
1863 1865	61	15	29.5	1	1.6	31	50.8	6	9.8	5	8.1	-	-	11	18.0
1866 1868	40	14	37.5	1	2.5	19	47.5	2	5.0	3	7.5	-	-	5	12.5
1869 1871	31	24	45.1	-		11	35.4	4	13.0	2	6.4	-	-	6	19.3
Ingênuos 1871-73	38	768	63.1	1	2.6	10	26.3	3	7.8	-	-	-	-	3	7.8
Total	1.565		49.0	28	1.7	620	39.6	57	3.6	54	3.4	38	2.4	111	7.0

TABELA 38: PADRÕES DE COMPADRIO ENTRE MULHERES AFRICANAS NA FREGUESIA DE SÃO BOM JESUS DOS MÁRTIRES (1812-1873)

Fonte: Assentos de Batismo. Livro 1 (1812-1821); Livro 2 (1821-1825); Livro 3 (1825-1837); Livro 4 e 7 (1837-1858); Livro 5 (1841-1843); Livro 6 (1847-1853);. Localizados na MSBJ
N.M. Não Mencionam

Período	A. um lheres	P. livres	%	p-foros	%	p.cati-vos	%	P. livre m. cativa	%	p.cati vo m. livre	%	n.m.	%	Soma-mistos	%
1812 1814	3	2	66.6	-		1	33.3	-		-	-	-	-	-	-
1815 1817	3	2	66.6	-		1	33.3	-		-	-	-	-	-	-
1818 1820	21	9	42.8	-		10	47.6	2	9.5	-	-	-	-	-	-
1821 1823	21	11	52.3	1	4.7	8	38.0	1	4.7	-	-	-	-	-	-
1824 1826	5	5	100	-		-		-		-	-	-	-	-	-
1827 1829	14	9	64.2	2	14.2	2	15.0	1	7.1	-	-	-	-	-	-
1830 1832	26	16	61.5	-		10	38.4	-		-	-	-	-	-	-
1833 1835	5	3	60.0	-		1	20.0	1	20.0	-	-	-	-	-	-
1836 1838	2	-		-		2	100	-		-	-	-	-	-	-
1839 1841	-	-		-		-		-		-	-	-	-	-	-
1845 1847	-	-		-		-		-		-	-	-	-	-	-
1848 1850	-	-		-		-		-		-	-	-	-	-	-
1851 1853	1	1	100	-		-		-		-	-	-	-	-	-
Total	101	58	57,4	3	2,9	35	34,6	5	5,0	-	-	-	-	-	-

TABELA 39: PADRÕES DE COMPADRIO ENTRE HOMENS AFRICANOS NA FREGUESIA DE SÃO BOM JESUS DOS MÁRTIRES (1812-1873)

N.M. Não Mencionam

Fonte: Assentos de Batismo. Livro 1 (1812-1821); Livro 2 (1821-1825); Livro 3 (1825-1837); Livro 4 e 7 (1837-1858); Livro 5 (1841-1843); Livro 6 (1847-1853); Localizados na MSBJ

Período	A. homens	P. livres	%	p-for-ros	%	p.cati-vos	%	P. livre m. ativa	%	p.cati vo m. livre	%	n.m.	%	Soma-mis-tos	%
1812 1814	12	10	83,3	-	-	-	12,5	-	-	2	16,6	-	-	2	2,0
1815 1817	8	6	75,0	-	-	1	38,0	1	12,5	-	-	-	-	1	-
1818 1820	50	15	30,0	1	2,0	19	46,0	2	4,0	9	18,0	3	6,0	11	22,0
1821 1823	50	22	44,0	-	-	23	36,0	2	4,0	2	4,0	1	2,0	4	8,0
1824 1826	25	13	52,0	1	4,0	9	22,2	-	-	1	4,0	1	4,0	2	8,0
1827 1829	45	25	55,5	2	4,4	10	41,3	7	15,5	1	2,2	-	-	8	17,7
1830 1832	46	21	45,6	-	-	19	22,2	4	8,6	1	2,1	1	2,1	5	10,8
1833 1835	9	6	66,6	-	-	2	-	-	-	1	11,2	-	-	1	11,1
1836 1838	3	1	33,3	-	-	-	-	2	66,6	-	-	-	-	2	66,6
1839 1841	1	-	-	-	-	1	100	-	-	-	-	-	-	-	-
1845 1847	2	-	-	-	-	-	-	1	50,0	-	-	-	-	1	50,0
1848 1850	2	1	50,0	-	-	-	-	1	50,0	-	-	-	-	1	50,0
1851 1853	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	253	120	47,8	4	1,5	84	33,4	20	8,0	17	6,7	6	2,3	38	14,7

TABELA 40: PADRÕES DE COMPADRIO ENTRE FILHOS LEGÍTIMOS DE ESCRAVOS. FREGUESIA DE SÃO BOM JESUS DOS MÁRTIRES (1812-1873)

N.M. Não Mencionam.

Fonte: Assentos de Batismo. Livro 1 (1812-1821); Livro 2 (1821-1825); Livro 3 (1825-1837); Livro 4 e 7 (1837-1858); Livro 5 (1841-1843); Livro 6 (1847-1853); Livro 7 (1857-1861); Livro 8 (1861-1866); Livro 9 (1866-1873). Localizados na MSBJ

Perí- odo	F. legíti- mos	P. livres	%	p.for- ros	%	p.cati- vos	%	p. livre m. ativa	%	p.cati- vo m. livre	%	n.m.	%	Soma- mis- tos	%
1812 1814	24	16	66,6	1	4,1	4	16,6	1	4,1	1	4,1	1	4,1	2	8,3
1815 1817	38	24	63,1	-	-	10	26,3	1	2,6	3	7,8	-	-	4	10,5
1818 1820	56	25	44,6	3	5,3	18	32,1	3	5,3	6	10,7	1	1,7	9	16,0
1821 1823	108	60	55,5	1	0,9	37	34,2	3	2,7	5	4,6	2	1,8	8	7,4
1824 1826	140	66	47,1	8	5,7	54	38,5	4	2,8	6	4,2	2	1,4	10	7,1
1827 1829	115	56	48,6	-	-	49	42,6	6	5,2	3	2,6	1	0,8	9	7,8
1830 1832	135	58	42,9	2	1,4	59	43,7	8	5,9	5	3,7	3	2,2	13	9,6
1833 1835	120	51	37,2	3	2,5	56	46,6	5	4,1	3	2,5	-	-	10	8,3
1836 1838	110	41	37,6	3	2,7	58	52,7	5	4,5	-	-	3	2,7	5	4,5
1839 1841	101	38	31,9	4	3,9	34	33,6	3	2,9	4	3,9	18	17,8	7	6,9
1845 1847	47	15	41,2	-	-	26	55,3	1	2,1	4	8,5	1	2,1	5	10,6
1848 1850	80	33	38,2	-	-	40	50,0	6	7,5	1	-	-	-	7	7,5
1851 1853	115	44	43,0	1	0,8	59	51,3	5	4,3	4	3,4	2	1,7	9	7,8
1854 1856	137	59	43,5	5	3,6	57	41,6	11	8,0	3	2,1	2	1,4	14	10,2
1857 1859	147	64	39,5	1	0,6	77	52,3	3	2,0	-	-	2	1,3	3	2,0
1860 1862	86	34	31,9	1	1,1	45	52,3	4	4,6	1	1,1	1	1,1	5	5,8
1863 1865	47	15	27,7	-	-	23	49,0	5	10,6	4	8,5	-	-	9	19,1
1866 1868	36	10	39,2	1	2,7	22	61,1	-	-	3	8,3	1	2,7	3	8,3
1869 1871	28	11	48,1	2	7,1	12	42,8	1	3,5	2	7,1	-	-	3	10,7
Ingênuos 1871-73	26	12	46,1	1	3,8	11	42,3	1	3,8	1	4,0	-	-	2	7,6
Total	1696	732	43,1	37	2,1	751	44,2	76	4,4	59	3,4	40	2,3	137	8,0

TABELA 41: PADRÕES DE COMPADRIO ENTRE FILHOS NATURAIS DE ESCRAVAS. FREGUESIA DE SÃO BOM JESUS DOS MÁRTIRES (1812-1873)

N.M. Não Mencionam

Fonte: Assentos de Batismo. Livro 1 (1812-1821); Livro 2 (1821-1825); Livro 3 (1825-1837); Livro 4 e 7 (1837-1858); Livro 5 (1841-1843); Livro 6 (1847-1853); Livro 7 (1857-1861); Livro 8 (1861-1866); Livro 9 (1866-1873). Localizados na MSBJ

Período	F. naturais	P. livres	%	pforros	%	p.cati-vos	%	P. livre m. ativa	%	p.cati vo m. livre	%	n.m.	%	Soma-mis-tos	%
1812 1814	37	30	81,0	-	-	4	10,8	2	5,4	-	-	1	2,7	2	2,7
1815 1817	34	23	67,6	-	-	8	23,5	2	5,8	-	-	1	2,9	2	5,4
1818 1820	62	40	64,5	-	-	13	20,9	3	3,2	3	4,8	3	4,8	6	9,6
1821 1823	69	39	56,5	-	-	24	34,2	-	-	4	5,7	2	2,8	4	5,7
1824 1826	100	73	73,0	4	4,0	19	19,0	2	2,0	1	1,0	1	1,0	3	3,0
1827 1829	75	41	54,6	5	6,6	24	32,0	3	4,0	2	2,6	-	-	5	6,6
1830 1832	91	46	50,5	2	2,1	31	34,0	3	3,2	4	4,3	5	5,4	7	7,6
1833 1835	92	37	40,2	1	1,0	46	50,0	1	1,0	5	5,4	2	2,1	6	6,5
1836 1838	75	40	53,3	-	-	31	41,3	2	2,6	2	2,6	-	-	4	5,3
1839 1841	75	38	50,6	5	6,6	20	2,6	3	4,0	1	1,3	8	10,6	4	5,3
1845 1847	54	29	53,7	3	5,5	20	37,0	-	-	2	2,7	-	-	2	2,7
1848 1850	85	47	55,2	1	1,1	28	33,0	4	4,7	3	3,5	2	2,3	7	8,2
1851 1853	93	47	50,5	1	1,0	35	37,6	-	-	7	7,5	3	3,2	7	7,5
1854 1856	116	59	50,8	1	0,8	47	40,5	2	1,7	4	3,4	3	2,5	6	5,1
1857 1859	113	58	51,3	1	0,8	49	43,3	1	0,8	4	3,5	-	-	5	4,4
1860 1862	108	57	52,7	2	1,8	39	36,1	3	2,7	7	6,4	-	-	10	9,2
1863 1865	73	28	38,3	1	1,3	34	46,5	6	8,2	3	4,1	1	1,3	9	12,3
1866 1868	50	20	40,0	1	2,0	23	46,0	3	6,0	2	4,0	1	2,0	5	10,0
1869 1871	34	19	55,8	-	-	8	23,5	4	11,7	3	8,8	-	-	7	20,5
Ingênuos 1871-73	48	30	62,5	1	2,0	10	20,8	5	10,4	2	4,1	-	-	-	-
Total	1484	801	54,0	29	2,0	513	34,5	49	3,3	59	3,9	33	2,2	108	7,2

TABELA 42: RELAÇÕES COMPADRESCAS INTRA-CATIVEIRO (1812-1873).

Fonte: Assentos de Batismo. Livro 1 (1812-1821); Livro 2 (1821-1825); Livro 3 (1825-1837); Livro 4 e 7 (1837-1858); Livro 5 (1841-1843); Livro 6 (1847-1853); Livro 7 (1857-1861); Livro 8 (1861-1866); Livro 9 (1866-1873). Localizados na MSBJ

P.(sr.) Padrinho pertencente ao mesmo senhor do batizando escravo.

M. (sr) Madrinha pertencente ao mesmo senhor do batizando escravo.

N.M. Não Menciona

Período	Escravos	Inter-pantele	%	p.(sr)	%	M (sr)	%	Intra-pantele	%	N. M.	%
1812 1814	9	4	44,4	-	-	-	-	5	55,4	-	-
1815 1817	19	8	42,1	-	-	-	-	4	21,0	7	36,8
1818 1820	60	27	45,0	2	3,3	-	-	17	28,3	14	23,3
1821 1823	92	61	66,3	11	12,0	6	6,5	12	13,0	2	2,1
1824 1826	83	55	66,2	6	7,2	3	3,6	19	22,8	-	-
1827 1829	85	59	69,4	5	5,8	3	3,5	18	21,1	-	-
1830 1832	120	84	70,0	10	8,3	1	0,8	21	17,5	4	3,3
1833 1835	106	62	58,4	1	0,9	1	0,9	41	38,6	1	0,9
1836 1838	91	10	11,0	1	1,0	-	-	4	4,3	76	83,5
1839 1841	55	16	31,3	2	3,6	-	-	5	9,0	32	58,1
1845 1847	46	13	28,2	1	2,1	-	-	7	15,2	25	54,3
1848 1850	68	43	63,2	4	5,8	-	-	12	17,6	9	13,2
1851 1853	94	49	52,1	10	10,6	1	1,0	20	21,2	14	14,8
1854 1856	104	53	51,0	10	3,6	1	0,9	17	16,3	23	22,1
1857 1859	126	62	49,2	8	6,3	-	-	26	20,6	30	23,8
1860 1862	84	41	48,8	10	12,0	1	1,1	16	19,0	16	19,0
1863 1865	57	46	80,7	1	1,7	2	3,5	4	7,0	4	7,0
1866 1868	45	31	68,8	1	2,2	1	2,2	8	17,7	4	8,8
1869 1871	21	9	42,8	2	9,5	1	4,7	7	33,3	2	9,5
Ingênuos 1871-73	20	14	70,0	1	5,0	-	-	3	15,0	2	10,0
Total	1385	747	54,0	86	6,2	21	1,5	266	19,2	265	19,1

LEGENDA:

- 1) Malaquias Cabra, 40 anos. Cf.: Domicílio nº 133 pertencente ao Tenente Cel. Manoel Leite Ferreira de Mello. Cf. Fonte: Listas Nominativas do Distrito de Pouso Alegre de 1838. Localizados no APM, Notação MP, CX 06 doc 01
- 2) Miguelina Parda, 36 anos. Cf.: Domicílio nº 133 pertencente ao Tenente Cel. Manoel Leite Ferreira de Mello. Cf. Fonte: Listas Nominativas do Distrito de Pouso Alegre de 1838. Localizados no APM, Notação MP, CX 06 doc 01
- 3) Jacinta Crioula. Filha legítima de Malaquias e Miguelina. Batizada em 16/04/1814. Padrinho: Reverendo Francisco Mendes Ribeiro. Cf. Assento de Batismo de Jacinta Crioula. Livro 1 (1812-1821). Localizado na MSBJ. A escrava foi mencionada como esposa de Vicente José de Souza pelo depoimento testamentário do Cel. Manoel L. F. de Mello. Cf.: Inventário *post-mortem*: Coronel Manoel Leite Ferreira de Mello (inventariado). Data de abertura: 22/04/1869. Testamento de Coronel Manoel Leite Ferreira de Mello. Dara de abertura: 09/10/1944. (anexo ao Inventário). Localizados no FMPA.
- 4) Anna Crioula, 47 anos. Cf.: Inventário *post-mortem*: Coronel Manoel Leite Ferreira de Mello (inventariado). Data de abertura: 22/04/1869. Testamento de Coronel Manoel Leite Ferreira de Mello. Dara de abertura: 09/10/1944. (anexo ao Inventário). Localizados no FMPA. Filiação indicada pelo alistamento de 1838. Filiação indicada pelo Recenseamento de 1838. Cf.: Domicílio nº 133 pertencente ao Tenente Cel. Manoel Leite Ferreira de Mello. Cf.: Listas Nominativas do Distrito de Pouso Alegre de 1838. Localizados no APM, Notação MP, CX 06 doc 01
- 5) Justina Parda, 43 anos. Cf.: Inventário *post-mortem*: Coronel Manoel Leite Ferreira de Mello (inventariado). Data de abertura: 22/04/1869. Testamento de Coronel Manoel Leite Ferreira de Mello. Dara de abertura: 09/10/1944. (anexo ao Inventário). Localizados no FMPA. Filiação indicada pelo Recenseamento de 1838. Cf.: Domicílio nº 133 pertencente ao Tenente Cel. Manoel Leite Ferreira de Mello. Cf.: Listas Nominativas do Distrito de Pouso Alegre de 1838. Localizados no APM, Notação MP, CX 06 doc 01
- 6) Silvério Pardo, 32 anos. Cf.: Inventário *post-mortem*: Coronel Manoel Leite Ferreira de Mello (inventariado). Data de abertura: 22/04/1869. Testamento de Coronel Manoel Leite Ferreira de Mello. Dara de abertura: 09/10/1944. (anexo ao Inventário). Localizados no FMPA. Filiação indicada pelo Recenseamento de 1838. Cf.: Domicílio nº 133 pertencente ao Tenente Cel. Manoel Leite Ferreira de Mello. Cf. Listas Nominativas do Distrito de Pouso Alegre de 1838. Localizados no APM, Notação MP, CX 06 doc 01
- 7) Eufênia Parda. Filiação indicada no alistamento domiciliar de 1838. Cf.: Domicílio nº 133 pertencente ao Tenente Cel. Manoel Leite Ferreira de Mello. Cf. Fonte: Listas Nominativas do Distrito de Pouso Alegre de 1838. Localizados no APM, Notação MP, CX 06 doc 01
- 8) Placidina Cabra, 36 anos. Filiação indicada no alistamento domiciliar de 1838. Cf.: Inventário *post-mortem*: Coronel Manoel Leite Ferreira de Mello (inventariado). Data de abertura: 22/04/1869. Testamento de Coronel Manoel Leite Ferreira de Mello. Dara de abertura: 09/10/1944. (anexo ao Inventário). Localizados no FMPA. Filiação indicada pelo Recenseamento de 1838. Cf.: Domicílio nº 133 pertencente ao Tenente Cel. Manoel Leite Ferreira de Mello. Cf. Fonte: Listas Nominativas do Distrito de Pouso Alegre de 1838. Localizados no APM, Notação MP, CX 06 doc 01
- 9) Vicente José de Souza, escravo. Mencionado, em depoimento testamentário como marido de Jacinta Crioula. Cf.: Inventário *post-mortem*: Coronel Manoel Leite Ferreira de Mello (inventariado). Data de abertura: 22/04/1869. Testamento de Coronel Manoel Leite Ferreira de Mello. Dara de abertura: 09/10/1944. (anexo ao Inventário).
- 10) Maria Parda, 4 anos. Filha natural de Anna, filiação também indicada pelo inventário do coronel. Cf.: Inventário *post-mortem*: Coronel Manoel Leite Ferreira de Mello (inventariado). Data de abertura: 22/04/1869. Testamento de Coronel Manoel Leite Ferreira de Mello. Dara de abertura: 09/10/1944.

(anexo ao Inventário)

11) João Crioulo. Batizado em 1838. Filho natural de Justina. Padrinhos: José Borges de Almeida e João Antônio Pimentel. Cf.: Assento de Batismo de João Crioulo (1838). Livro 4 e 7 (1837-1858). Localizado na MSBJ.

12) Narciza Parda, filha natural de Eufênia. Batizada em 27/12/1855. Padrinhos: Manoel dos Santos e Honória Claudina da Silva. Cf. Assento de Batismo de Narciza Crioula. Data 27/12/1855. Livro 7 (1857-1861). Localizado na MSBJ. Filiação também indicada pelo inventário do coronel. Cf.: Inventário *post-mortem*: Coronel Manoel Leite Ferreira de Mello (inventariado). Data de abertura: 22/04/1869. Testamento de Coronel Manoel Leite Ferreira de Mello. Data de abertura: 09/10/1944. (anexo ao Inventário)

13) Cláudio Pardo, filho natural de Eufênia. Batizado em 22/08/1858. Padrinhos: João Vilhena Fagundes e Maria Generosa. Cf.: Assento de Batismo de Cláudio Pardo. Data: 22/08/1858. Livro 7 (1857-1861). Localizado na MSBJ. Filiação também indicada pelo inventário do coronel. . Cf.: Inventário *post-mortem*: Coronel Manoel Leite Ferreira de Mello (inventariado). Data de abertura: 22/04/1869. Testamento de Coronel Manoel Leite Ferreira de Mello. Data de abertura: 09/10/1944. (anexo ao Inventário)

14) Bento Pardo, filho de Eufênia. Batizado em 01/01/1861. Padrinhos: José Vicente Ferreira e Maria, “escrava do mesmo”. Cf.: Assento de Batismo de Bento Crioulo. Livro 7 (1857-1861). Localizado na MSBJ. Filiação também indicada pelo inventário do coronel. Cf.: Inventário *post-mortem*: Coronel Manoel Leite Ferreira de Mello (inventariado). Data de abertura: 22/04/1869. Testamento de Coronel Manoel Leite Ferreira de Mello. Data de abertura: 09/10/1944. (anexo ao Inventário)

15) Miguelina Parda, filha natural de Placidina. Batizada em 08/02/1855. Padrinhos Joaquim José de Mattos e Fortunata escrava. Cf.: Assento de Batismo de Miguelina Parda. Data: 08/02/1855. . Livro 7 (1857-1861). Localizado na MSBJ. Filiação também indicada pelo inventário do coronel. . Cf.: Inventário *post-mortem*: Coronel Manoel Leite Ferreira de Mello (inventariado). Data de abertura: 22/04/1869. Testamento de Coronel Manoel Leite Ferreira de Mello. Data de abertura: 09/10/1944. (anexo ao Inventário)

16) Claudina Parda, filha natural de Placidina.. Batizada em 15/08/1859. Padrinho: Urbano Dias Ferraz da Luz. Cf.: Assento de Batismo de Claudina Parda. Data: 15/08/1859. Livro 7 (1857-1861). Localizado na MSBJ. Filiação também indicada pelo inventário do coronel. . Cf.: Inventário *post-mortem*: Coronel Manoel Leite Ferreira de Mello (inventariado). Data de abertura: 22/04/1869. Testamento de Coronel Manoel Leite Ferreira de Mello. Data de abertura: 09/10/1944. (anexo ao Inventário)

17) Placidino Crioulo, 02 anos. Filho de Placidina. Filiação indicada pelo inventário do coronel. Cf.: Inventário *post-mortem*: Coronel Manoel Leite Ferreira de Mello (inventariado). Data de abertura: 22/04/1869. Testamento de Coronel Manoel Leite Ferreira de Mello. Data de abertura: 09/10/1944. (anexo ao Inventário)

DIAGRAMA 6: TEIAS COMPADRESCAS TECIDAS PELO ESCRAVO MALAQUIAS:

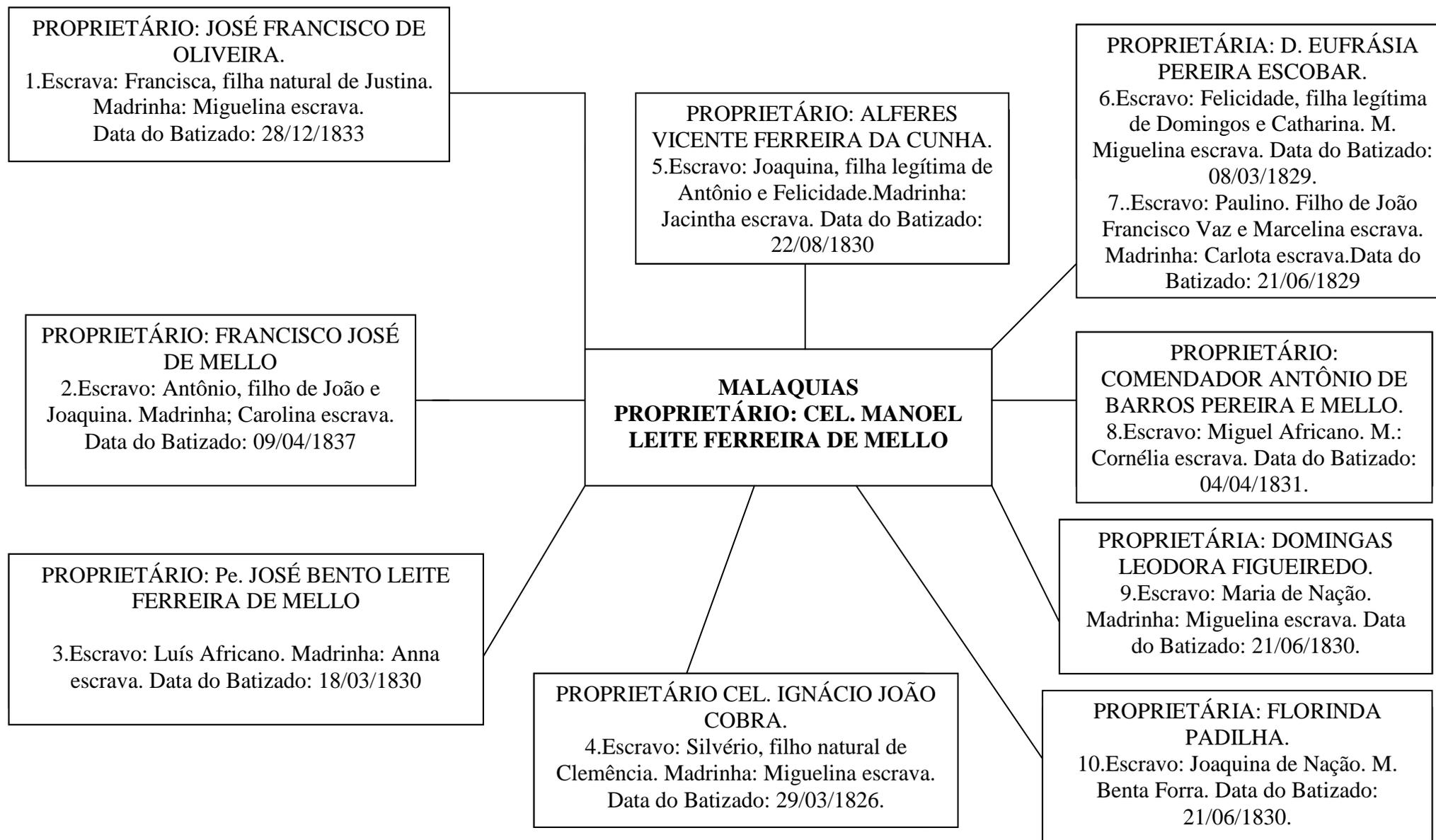


DIAGRAMA 6: TEIAS COMPADRESCAS TECIDAS PELO ESCRAVO MALAQUIAS (Notas):

1. Assento de Batismo de Francisca Crioula. Data 28/12/1833. Cf. Livro 3 (1825-1837). Localizado na MSBJ.
2. Assento de Batismo de Antônio Crioulo. Data 09/04/1837. Cf. Livro 3 (1825-1837). Localizado na MSBJ.
3. Assento de Batismo de Luís Africano. Data: 18/03/1830. Cf. Livro 3 (1825-1837). Localizado na MSBJ.
4. Assento de Batismo de Silvério Crioulo. Data 29/03/1826. Cf. Livro 3 (1825-1837). Localizado na MSBJ.
5. Assento de Batismo de Joaquina Crioula. Data: 22/08/1830. Cf. Livro 3 (1825-1837). Localizado na MSBJ.
6. Assento de Batismo de Felicidade Crioula. Data: 08/03/1829. Cf. Livro 3 (1825-1837). Localizado na MSBJ.
7. Assento de Batismo de Paulino Crioulo. Data: 21/06/1829. Cf. Livro 3 (1825-1837). Localizado na MSBJ.
8. Assento de Batismo de Miguel Africano. Data: 04/04/1831. Cf. Livro 3 (1825-1837). Localizado na MSBJ.
9. Assento de Batismo de Maria de Nação. Data 21/06/1830. Cf. Livro 3 (1825-1837). Localizado na MSBJ.
10. Assento de Batismo de Joaquina Africana. Data: 21/06/1830. Cf. Livro 3 (1825-1837). Localizado na MSBJ.

**QUADRO 5: DIVISÃO DOS ESCRAVOS ENTRE OS HERDEIROS DA
FAZENDA DO CAPÃO GROSSO.***

HERDEIROS:	ESCRAVOS:	VALOR:
1. Bacharel Joaquim Leite Ferreira de Mello	Silvério Pardo Claudino Pardo (menor)** Miguelina Parda Emília Parda (menor)	1:500\$000 300\$000 1:000\$000 1:700\$000
2. José Daniel Leite Ferreira de Mello	Pedro Africano Cezário Pardo Claudina Parda Felícia Africana	1:500\$000 1:200\$000 800\$000 600\$000
3. Miguel Constantino de Almeida (casado com Balbina)	Lucas Crioulo Pedro Pardo Bento Pardo (menor) Ilária Parda Narciza Parda	1:500\$000 1:600\$000 400\$000 1:200\$000 1:000\$000
DÍVIDAS PASSIVAS (pagamento feito aos credores em forma de doação de escravos):		
CREDORES:	ESCRAVOS	VALOR:
Domingas Leodora de Figueiredo	Antônio Ferreira	600\$000
	Laurindo Crioulo	100\$000
	Francisco Crioulo	500\$000
	Francisco Pardo	1:600\$000
	Caetano Pardo	1:700\$000
	Luís Africano	1:600\$000
	Joaquim Africano	1:600\$000
	José Africano	1:600\$000
	Thomaz Africano	1:600\$000
	José Africano	1:500\$000
	Domingos Africano	1:500\$000
	Belmiro Cabra	200\$000
	Cláudio Pardo	600\$000
	Elias Pardo	100\$000
	Domingos “carpinteiro velho”	40\$000
	Antônio Crioulo “com formigueiro na perna”	10\$000
	José Maria pardo “aleijado”	
	Maria Parda	05\$000
	Braselina Parda	1:200\$000
	Placidina Cabra	1:200\$000
Vicência Crioula	1:200\$000	
Alexandrina Parda	1:200\$000	
Marcelina Crioula	400\$000	
Justina Parda	400\$000	
		300\$000
Capitão Cândido Antônio de Barros	Fiel	1:600\$000
	Emiliana Parda	1:300\$000
	Rosa Crioula	1:200\$000
Joaquim Daniel Leite Ferreira de Mello (testamenteiro)	Maria Parda (menor)	300\$000
José Daniel Leite Ferreira de Mello	Sebastião Africano	1:600\$000
Miguel Constantino de Almeida	Norberto Crioulo (menor)	500\$000

* Fonte: Inventário *post-mortem*: Coronel Manoel Leite Ferreira de Mello (inventariado). Data de abertura: 22/04/1869. Localizado no FMPA.

** Termo assim descrito no texto original. Cf.: Fonte: Inventário *post-mortem*: Coronel Manoel Leite Ferreira de Mello (inventariado). Data de abertura: 22/04/1869. Localizado no FMPA

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo que empreendemos em torno da população escrava e suas incursões familiares à forma legítima de união, trouxe-nos elementos peculiares e perturbadores à genérica apreensão que a historiografia mineira vinha até a pouco tratando à complexa e vasta dimensão do Sul de Minas.

Ao tecermos considerações acerca dos dados obtidos em relação à população, verificamos que a freguesia de Pouso Alegre, pelo primeiro levantamento regional (1826), representava a segunda freguesia mais populosa com terceira participação escrava do Termo de Campanha.

Pelo Recenseamento seguinte (1833-35), já desmembrada de Campanha, a freguesia, junto à abrangência da Vila, apresentou uma participação de 7.396 cativos, correspondentes à 23,5% da Comarca Sapucaí e 3,6% da província. Quando comparadas às estimativas de Campanha, verificamos uma participação significativamente maior deste município, por compreender em seu território uma participação de 31,1% de escravos.

Comparando-se os níveis de participação da população por Distrito, obtivemos que, embora Pouso Alegre (sede) possuísse a maior participação em termos absolutos (2.011), apresentou um nível de participação de 29,4%, inferior a outros distritos, com São José das Formigas com 32,5%.

Certificamos por meio da relação de enquadramentos como estrutura etária, razão entre sexos, africanidade e proporção entre crianças e mulheres escravas em idade produtiva, que a inserção de Pouso Alegre (município) ao tráfico, não impossibilitou sua expansão natural. Em síntese para o entendimento deste resultante, verificamos uma majoritária presença crioula, junto à ampla participação de crianças e jovens até 14 anos. A supremacia de “pretos”, demonstrada pelo alistamento de 1838, coloca em evidência a presença africana no Distrito. Entretanto, a não correspondência direta entre nomenclatura “preto” à origem africana, se evidencia em relação à outros dados indiretos, como equilíbrio entre os sexos, presença de crianças, etc., que aproximam a esta população recenseada à população nativa.

Em síntese à esta “querela” entre reprodução natural e aquisição africana à localidade, obtivemos por meio de recursos indiretos, a conformação de duas tendências, pendendo com ênfase à relevância do evento da naturalização da escravaria. No entanto, concordamos com Paiva e Libby, quando enfatizam que “posições unilaterais” devem ser relativizadas, pois em nada contribuem para o entendimento dos comportamentos demográficos mais específicos da população escrava da província.

No que concerne aos padrões de propriedades encontrados na dimensão do Município de Pouso Alegre, constatamos, em primeiro lugar, uma ampla participação deste na instituição escravista. Do total de inventários 678 arrolados, 55,6% possuía alguma propriedade escava. Entretanto, grande parte destes plantéis estava, assim como Campanha e Freguesia de Itajubá, “á altura das propriedades da grande lavoura de exportação”. Foi surpreendente a constatação de plantéis de grande porte, ao lado de pequenos e médios escravistas, em se tratando de uma economia de abastecimento interno.

Do total de 3.340 escravos inventariados, entre 1820-1888, calculamos uma média de 8,8 escravos por propriedade. Quanto ao nível de concentração, verificamos que 49,7% dos escravos concentravam em grandes propriedades e apenas 18 proprietários detiveram 15,5 de toda escravaria arrolada para o período. Referente à população escrava observamos uma hegemonia de 73,5% de crioulos. Não obstante, em períodos de agenciamento do tráfico, a participação africana chegou a quase 40%, o que ratifica a inserção da localidade ao tráfico-atlântico.

Quanto à razão avaliada entre criança/mulher, observamos uma média de 1056 crianças para cada mil mulheres escravas, ao longo do período. Tal proporção verificada se posiciona como a segunda maior média avaliada para a província, sendo superada apenas pelos tradicionais centros auríferos averiguados por Bergad, entre 1770-1888.

Referente à procedência étnica da população africana, os inventários que indicaram esta informação demonstraram que 95% dos africanos, pertenciam ao grupo Centro-Oeste Africano, destacando, em primeiro lugar, o sub-grupo Cambinda, seguido dos sub-grupos Congo e Benguela. Já os assentos de batismo demonstraram compatibilidades em relação à população escrava inventariada. Entre os sub-grupos predominantes estavam: Cambinda, Congo, Guiné e Moçambique.

Por fim, constatamos que o casamento legítimo foi um evento relevante entre os escravos na Freguesia. Entretanto, o padrão demográfico conformado na conjugação entre tráfico e crescimento natural, foi um fator importante na definição da exogamia por origem, (definida pelo padrão homem africano e mulher crioula). Inferimos desta reflexão que, a alta incidência de legitimidade na Freguesia além de se constituir numa “política de incentivos senhoriais”, era também determinada por “espaços de escolhas”, manobradas pelos escravos. Constatamos que o elevado teor de legitimidade entre estes agentes, quando comparada à outras regiões mineiras, abre-nos possibilidades de pensarmos outros padrões “avessos” ao paradigma da ilegitimidade entre a população negra na província.

Em relação à análise desenvolvida em torno do estabelecimento da rede de sociabilidade, via compadresca, inferimos que a comunidade escrava de São Bom Jesus dos Mártires de Pouso Alegre, esteve dividida, ao longo do século XIX, entre alianças verticais e horizontais, o que certo modo demarcou a oscilação entre a expansão e fortalecimento de teias comunitárias em paralelo à expansão ou enfraquecimento das alianças clientelísticas (verticais). Quanto aos padrões compadrescos analisados, verificamos que a maioria dos padrinhos de escravos “adultos” era livre, o que relativiza a tradicional escala padrão que atribui à predileção de batizados africanos por padrinhos africanos ou escravos nativos e não pessoas livres. Entre os crioulos, a participação de padrinhos escravos também foi inferior à de livres, embora em sub-períodos como 1866-1868, aquela chegou a superar a representação de padrinhos livres. Quanto ao fator- sexo do batizando- observamos um relativo equilíbrio entre padrinhos livres e escravos. Não se verificando, portanto a preferência de padrinhos livres aos meninos cativos. Já referente ao fator-legitimidade- verificamos a premissa historiográfica de que mães solteiras estariam mais próximas ao mundo dos livres, enquanto que famílias legítimas teceriam redes de solidariedade mais estreitas com a comunidade escrava.

No que se refere à capacidade de ultrapassar as fronteiras de propriedade, observamos que a maioria dos padrinhos cativos pertencia a plantéis distintos ao dos respectivos batizados. Não obstante, inferimos que esta característica não dizia respeito apenas à dimensão das escravarias, mas, sobretudo, à capacidade de extensão das redes sociais escravas para além do reduto do plantel.

6. FONTES MANUSCRITAS:

Assentos de Batismo. Livro 1 (1812-1821); Livro 2 (1821-1825); Livro 3 (1825-1837); Livro 4 e 7 (1837-1858); Livro 5 (1841-1843); Livro 6 (1847-1853); Livro 7 (1857-1861); Livro 8 (1861-1866); Livro 9 (1866-1873). Localizados na MSBJ.

Assento de Batismo de Adão (21/04/1841). Livro 5. Localizado na MSBJ.

Assento de Batismo de Thereza (01/01/55); Livro 4 e 7. Localizado na MSBJ.

Assento de Batismo de Maria 15/02/57. Livro 4 e 7. Localizado na MSBJ.

Assento de Batismo de Joana (23/03/59), Livro 7. Localizado na MSBJ.

Assento de Batismo de Theodoro (01/09/1861); Livro 7. Localizado na MSBJ.

Assento de Batismo de Felipe escravo. Data 13/04/1867. Livro 9 (1866-1877). Localizado na MSBJ

Assento de Batismo de Jacinta Crioula. Livro 1 (1812-1821). Localizado na MSBJ

Assento de Batismo de Maria Parda . Data: 27/12/1845. Livro 5 (1841-1843). Localizado na MSBJ.

Assento de Batismo de Narciza Crioula. Data 27/12/1855. Livro 7 (1857-1861). Localizado na MSBJ.

Assento de Batismo de Cláudio Pardo. Dara: 22/08/1858. Livro 7 (1857-1861). Localizado na MSBJ.

Assento de Batismo de Bento Crioulo. Livro 7 (1857-1861). Localizado na MSBJ.

Assento de Batismo de Francisca Crioula. Data 28/12/1833. Cf. Livro 3 (1825-1837). Localizado na MSBJ.

Assento de Batismo de Antônio Crioulo. Data 09/04/1837. Cf. Livro 3 (1825-1837). Localizado na MSBJ.

Assento de Batismo de Luís Africano. Data: 18/03/1830. Cf. Livro 3 (1825-1837). Localizado na MSBJ.

Assento de Batismo de Silvério Crioulo. Data 29/03/1826. Cf. Livro 3 (1825-1837). Localizado na MSBJ.

Assento de Batismo de Joaquina Crioula. Data: 22/08/1830. Cf. Livro 3 (1825-1837). Localizado na MSBJ.

Assento de Batismo de Felicidade Crioula. Data: 08/03/1829. Cf. Livro 3 (1825-1837). Localizado na MSBJ.

Assento de Batismo de Paulino Crioulo. Data: 21/06/1829. Cf. Livro 3 (1825-1837).
Localizado na MSBJ.

Assento de Batismo de Miguel Africano. Data: 04/04/1831. Cf. Livro 3 (1825-1837).
Localizado na MSBJ.

Assento de Batismo de Maria de Nação. Data 21/06/1830. Cf. Livro 3 (1825-1837).
Localizado na MSBJ.

Assento de Batismo de Joaquina Africana. Data: 21/06/1830. Cf. Livro 3 (1825-1837).
Localizado na MSBJ.

Alforria de Pia extraída do Assento de Batismo de Daniel de Nação. Data 01/01/1835. Cf.:
Livro de Batismos 3 (1825-1837). Localizada na MSBJ

Assentos de Batismo de: Antônio Adulto (25/05/1825), Livro 3 (1825-1837); Localizados na
MSBJ.

Assento de Batismo de João Adulto (18/03/1830), cf.: Livro 3 (1825-1837). Localizados na
MSBJ.

Assento de Batismo de Francisco Adulto (18/03/1830), Livro 3 (1825-1837). Localizados na
MSBJ.

Assento de Batismo de Antônio Adulto (18/03/1830), Livro 3 (1825-1837). Localizados na
MSBJ.

Assento de Batismo de Maria de Nação (05/01/ 1833), Livro3 (1825-1837). Localizados na
MSBJ.

Assento de Batismo de Assento de Batismo de Manoel de Nação (18/06/1837), Livro 3
(1825-1837). Localizados na MSBJ.

Assento de Batismo de Bento Africano (18/03/1830), Livro 3 (1825-1837). Localizados na
MSBJ.

Assento de Batismo de Ernesto Crioulo (08/08/1823), Livro 2 (1821-1825). Localizados na
MSBJ.

Assento de Batismo de Sebastiana Crioula (06/02/1825), Livro 2 (1821-1825). Localizados
na MSBJ.

Assento de Batismo de Fiel Crioulo (06/05/1826), Livro 2 (1821-1825). Localizados na
MSBJ.

Assento de Batismo de Libânia Crioula (22/09/1830), Livro 3 (1825-1837). Localizados na
MSBJ.

Assento de Batismo de Leonarda Crioula, Livro 3 (1825-1837); Localizados na MSBJ.

Assento de Batismo de Mathias Crioulo (13/05/1836), Livro 3 (1825-1837). Localizados na MSBJ.

Assento de Batismo de Rofina (18/10/1830), Livro 3 (1825-1837). Localizados na MSBJ.

Assentos de casamento: Livro de Casamentos (1832-1856); MSBJ; Autos de Casamentos, Maços: 35 (1811-1812); 36 (1813-1814); 37 (1815-1816); 38 (1817-1819); 39 (1820-1824); 40 (1823); 41 (1825-1826); 42 (1827); 43 (1828-1829); 44 (1830-1832); 45 (1833-1834); 46 (1835-1837); 47 (1838-1839); 48 (1840-1842); 49 (1843-1844); 50 (1845-1847); 51 (1848); 52 (1849); 53 (1850-1851); 54 (1852-1854); 55, (1855-1857); 56 (1858-1859); 57 (1860-1864); 58 (1865-1869); 59 (1870-1874); 60 (1875-1884); 61 (1885-1901), localizados na CMPA.

Auto de Casamento de Antônio Manoel de Palma e Cândida Maria de Jesus (18/02/1880). Localizado na CMPA.

Auto de Casamento de Theodoro Crioulo e Joana Crioula (05/01/1883). Localizado na CMPA

Auto de Casamento de Theodoro e Joana (05/01/1883). Localizado na CMPA

Auto de Casamento de Antônio e Felícia (16/02/1841). Maço 50. Localizado na CMPA

Auto de Casamento de Paulo Crioulo e Romana Crioula. (13/05/1847). Maço 50. Localizado na CMPA

Auto de Casamento de João e Angélica (19/02/ 1851). Localizado na CMPA.

Auto de Casamento de Theodoro e Joana (05/01/1883). Localizado na CMPA.

Banco Digital do Recenseamento Geral do Império de 1872-1873. Dados referentes à Minas Gerais foram corrigidos e coordenados por Pedro Puntoni e Equipe CEDEPLAR-UFGM. In: Diretoria Geral de Estatística. Recenseamento Geral do Império de 1872. Rio de Janeiro. Typ. Leuzinger. Tip. Comercial, 1876. 12 vol., localizados na BNARJ.

Censo de 1826. In: *RAPM*, Fascículo 2, julho a setembro de 1896, p. 630.

Domicílio nº 133 pertencente ao Tenente Cel. Manoel Leite Ferreira de Mello. Cf. Fonte: Listas Nominativas do Distrito de Pouso Alegre de 1838. Localizados no APM, Notação MP, CX 06 doc 01

Inventários *post-mortem*. (1820-1888). Cartórios do 1 e 2 Ofícios, localizados no FMPA.

Inventário *post-mortem* Capitão José Maria de Freitas (inventariado). Data 06/09/1845. Localizado no FMPA.

Inventário *post-mortem* de D. Maria Esméria de Almeida. (inventariada). Data 29/02/1848. Localizado no FMPA

Inventário de Eleutério Borges de Almeida, N° 25. Data de abertura: 05/08/1855. Localizado no FMFA

Inventário *post-mortem*: Coronel Manoel Leite Ferreira de Mello (inventariado). Data de abertura: 22/04/1869. Localizado no FMFA

Listas Nominativas de 1831-1832. Banco de dados elaborados pela Dra. Clotilde Paiva (CEDEPLAR/UFMG), a partir dos Mapas de População de Campanha. Pasta 1, doc 12; Pasta 7, doc 1; Pasta 10, docs 2 e 6; 14-22. Censo realizado entre 10/1831 e 02/01832.

Listas Nominativas do Distrito de Pouso Alegre de 1838. Localizados no APM, Notação MP, CX 06 doc 01.

Livro de Atas Municipais (1831). Localizados no MHTT.

Mapa de População de Município de Pouso Alegre (1833- 1835) Notação MP, CX 06 doc 02., localizados no APM.

Mapas de população de 1833-35. (Município de Campanha). Documentação pertencente ao APM, reproduzida e corrigida pelos pesquisadores Clotilde Paiva e Maria do Carmo Salazar Martins, CEDEPLAR/UFMG. In: MARTINS, Maria do Carmo Salazar. Revisitando a província: comarcas, termos e distritos e população de Minas Gerais em 1833-35. Anais do V Seminário sobre Economia Mineira. Diamantina: CEDEPLAR, 1990. p.12-29.

Processo de Generet et Moribus (Mariano Pinto Tavares) , n° 2-42-1086 (1815). Localizado na CMSP

Testamento do Senador José Bento Leite Ferreira de Mello. Data de abertura: 06/02/1842. Local: Vila de Pouso Alegre. Comarca do Sapucaí. Localizado no MHTT

Testamento de Coronel Manoel Leite Ferreira de Mello. Data de abertura: 09/10/1944. (anexo ao Inventário). Localizados no FMFA

7. FONTES IMPRESSAS:

ANTONIL, André João. *Cultura e Opulência do Brasil*. 3º ed. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Ed. Usp, 1982.

Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia (1853), festas e ordenada pelo... Senhor Sebastião Monteiro da Vide... propostas e aceytas em Synodo Diocesano, que o dito Senhor celebrou em 12 de junho de 1707. São Paulo: Typografia, 2 de dezembro., (D. Sebastião Monteiro da Vide) . São Paulo Typografia, 1853.

ESCHWEGE, Guilherme, Barão de. *Notícias e Reflexões Estadísticas da Província de Minas Gerais. Revista do Arquivo Público Mineiro*, IV, 1899, pp. 746-747.

GUIMARÃES, *História de Itajubá*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1987,

GOUVÊA, Octávio Miranda. *História de Pouso Alegre*. 2.ed. Pouso Alegre: Gráfica Amaral,

KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil*. Recife: Secretaria da Educação e Cultura do Governo do Estado de Pernambuco, 1978.

MATOS, Raimundo José da Cunha. *Corografia Histórica da Província de Minas Gerais (1837)*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1979.

MEMÓRIAS municipais: Campanha. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Ano I, fascículo 3, pp. 457-647. Ouro Preto: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1896.

Ordenações Filipinas. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian, 1985, vol III. Livros IV e V. Reprodução fac-símele da edição feira por Cândido Mendes de Almeida, Rio de Janeiro, 1870.

QUEIROZ, Amadeu de. *O Senador José Bento*. Belo Horizonte. Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1933

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Tradução de Vivaldi Moreira. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1975

SPIX, Johann & MARTIUNS Carl. *Viagem pelo Brasil*. 3 ed. São Paulo: Melhoramentos, 1976. vol. 1.

VALLADÃO, Alfredo. *Campanha da Princesa*. v.1 e v. 2. Rio de Janeiro: Leuzinger S.A., 1937., 1840.

VEIGA, Saturnino Bernardo da. *Almanack Sul Mineiro*. Para o ano de 1874. Typografia do Munitor Sul Mineiro. 1874

Almanack sul mineiro, Campanha: tipografia do Monitor Sul Mineiro, 1884.

VEIGA, Xavier da. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Ano I, Fascículo 3. Ouro Preto: Imprensa Oficial de Minas Gerais, jul-set de 1896.

8. FONTES DIGITAIS:

Relatório de Presidente da Província de 1854. Disponível: www.crl.edu/content/brazil/mina.htm

9. REFERÊNCIAS:

ALMEIDA, Carla M.C. de. *Alterações nas unidades produtivas mineiras: Mariana – 1750-1850*. Dissertação de Mestrado. Niterói: UFF, 1994.

_____. “Demografia e laços de parentesco na população mineira: Mariana 1750-1850. In: *População e Família*, CEDHAL/USP, v.1, n 1, jan/jun. 1998.pp. 235-260

_____. *Homens ricos, homens bons: produção e hierarquização social em Minas Colonial, 1750-1822*. Tese de doutorado. Niterói: UFF, 2001.

_____. *A população escrava em Minas Gerais*. Revista Eletrônica de História do Brasil, Juiz de Fora, UFJF, v.3,n.1.jan/jul.1999.

ALMEIDA, Carla & OLIVEIRA, Mônica (orgs). *Nomes e números*. Alternativas metodológicas para a História Econômica e social. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2006.

ALMEIDA, Paulo. *Arqueologia em Conceição dos Ouros - MG. Pré-história e história, identidade, museu e espacialidade*. Dissertação de Mestrado: MAE/USP, 2004, p. 118.

AMORIM, Maria Norberta. Reconstituição de Próquias e análise demográfica. Estudo comparativo de gerações nascidas em duas paróquias periféricas de Portugal entre 1660-1850. In: REHER, D. *Reconstituição das famílias e outros métodos microanalíticos para a História das Populações*. Vol 1. Porto: Afrontamento, 1993.

ANASTASIA, Carla M. J. & FURTADO, Junia F. *A Estrada Real na história das Minas Gerais*. In Revista: História & Perspectivas, n] 20/21, 1999, UFU.

ANDRADE, Marcos Ferreira de. *Rebeldia e resistência: as revoltas escravas na Província de Minas Gerais. (1831-1840)*. Belo Horizonte. Dissertação de Mestrado em História: UFMG, 1996.

_____. *Família, fortuna e poder no Império do Brasil. Minas Gerais. Campanha da Princesa, (1799-1750)*. Niterói: Tese de Doutorado em História: UFF, 2005.

ANDRADE, Rômulo. Garcia de. *Casamento entre escravos na região cafeeira de Minas Gerais*. In: *Revista da Universidade Rural – Série Ciências Humanas*. V. 22, número 2, jul./dez. 2002, 177-197.

_____, *Família escrava e estrutura agrária na Minas Gerais Oitocentista*. *População e Família*. CEDHAL/USP, v. 1 jan./jun., 1998, p. 181-209.

_____,(a) *Havia um mercado de famílias escravas? (A propósito de uma hipótese recente na historiografia da escravidão)*. In: *Lócus: Revista de História de Juiz de Fora*, v. 4 , 1, 1998, p. 93-104.

_____, Estrutura agrária e família escrava nas Minas Gerais Oitocentista. *Revista Eletrônica do Brasil*, vol 1, n02, 1997. <http://www.rehb.ufjf.br/>.

_____, A família escrava na perspectiva da micro-história (Estudo em torno de um inventário e um testamento oitocentista: Juiz de Fora, 1872-76. In: *Lócus: Revista de História: Núcleo de História Regional/ EDUUFJF*, 1996, p. 99-121.

_____, *Limites impostos pela escravidão à comunidade escrava e seus vínculos de parentesco: Zona da Mata de Minas Gerais, século XIX*. Tese de Doutorado em História. São Paulo: USP, 1995.

_____. Ampliando os estudos sobre a família escrava...*Revista Universidade Rural*, Série Ciências Humanas. Vol, 24 (1-2):101-113, jan/jun, 2002

_____. *Legitimidade, Compadrio e Mortalidade de Escravos*. Freguesias de Minas Gerais e Rio de Janeiro. In: *Revista Eletrônica do Cedeplar*, 2009. Disponível: www.cedeplar.ufmg.br.

ANDRADE, Vitória Fernanda Shettini de. *Batismo e apadrinhamento de filhos de mães escravas, São Paulo do Muriaé. (1852-1888)*. Vassouras: USS, 2006. (Dissertação de Mestrado em História).

ANASTASIA, Carla M. J. & FURTADO, Junia F. A Estrada Real na história das Minas Gerais. In *Revista: História & Perspectivas*, n/ 20/21, 1999, UFU, p.33-55.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. *Arrolando habitantes do passado: as listas nominativas sob um olhar crítico*. In: *Revista Lócus*. Juiz de Fora. Vol 14, nº 1. 2008, p. 113-132.

BARRETO, A. *História Econômica: ensaios*. São Paulo: IPE/USP, 1983. pp. 25-41. ___Estrutura de posse de escravos em Minas Gerais (1804). In: COSTA, (Org). *Brasil: história econômica e demográfica*. São Paulo, Ipê/Usp, 1986.

BARTH, Fredrik. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contracapa, 2000.

BERGAD, Lair. *Escravidão e História Econômica. Demografia de Minas Gerais. 1720-1888*. Bauru: EDUSC, 2004.

BERLIN, Ira. *Gerações de Cativo*. Uma história da escravidão nos Estados Unidos. Rio de Janeiro: Record, 2006.

BORGES, Célia Maia. *Escravos e Libertos nas Irmandades do Rosário: devoção e solidariedade - Minas Gerais - séculos XVIII e XIX*. 1. ed. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2005. v. 1. 25

BOTELHO, Tarcísio. Famílias e escravarias: demografia e família escrava no Norte de Minas Gerais no século XIX. Dissertação de Mestrado em História. São Paulo: USP, 1994.

_____. *População e escravidão nas Minas Gerais, c. 1720*. Anais eletrônicos do 12º Encontro da Associação Brasileira de Estudos de População – ABEP. Belo Horizonte: ABEP, 2000

_____,. Família e escravidão em uma perspectiva demográfica: Minas Gerais (Brasil), século XVIII. In: LIBBY & FURADO (orgs), *Trabalho Livre , trabalho escravo. Brasil e Europa, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: annablume, 2006. p.223-251.

_____, *População e escravidão nas Minas Gerais, c. 1720*. Anais eletrônicos do 12º Encontro da Associação Brasileira de Estudos de População – ABEP. Belo Horizonte:ABEP, 2000.

_____, . Batismo e Compadrio de Escravos: Montes Claros (MG), século XIX. *Locus – Revista de História*, vol. 3. Juiz de Fora: EDUFJF, 1997, p. 108-115.

BRUGGER, Silvia Maria Jardim. *Minas patriarcal*. Família e sociedade (São João del Rei – séculos XVIII e XIX). São Paulo: Annablume, 2007.

_____. Legitimidade, Casamento e Relações Ditas Ilícitas em São João del Rei (1730 - 1850). Diamantina, MG: *Anais do IX Seminário sobre Economia Mineira - CEDEPLAR-UFGM*, 2000.

_____. *Compadrio e Escravidão: uma análise do apadrinhamento de cativos em São João del Rei, 1730-1850* .Trabalho apresentado no XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambú-MG – Brasil, de 20- 24 de Setembro de 2004.

BURKE, Peter. *A Escola dos Annales (1929-1989)*. A Revolução Francesa da Historiografia. São Paulo: UNESP, 1997.

CANO, Wilson & LUNA, Francisco Vidal. Economia escravista em Minas Gerais In: Cadernos IFCH. Unicamp. 10, out. 1983.

_____. A reprodução natural de escravos em Minas Gerias (século XIX): uma hipótese. In: *Ensaio Sobre a formação econômica regional no Brasil*. Campinas, SP: editora da Unicamp, 2002. p. 34-47.

CARDOSO, Ciro F. S. *Agricultura, escravidão e capitalismo*. Petrópolis: Vozes, 1979.

CARRARA, Ângelo. Minas e Currais. Produção Rural e mercado interno de Minas Gerais-1674-1807. JF: EDUFJF. 2006.

CARVALHO, Sheldon Augusto Soares. *As perspectivas de senhores, escravos e libertos em torno do pecúlio e das redes familiares no desagregar da escravidão em Barbacena (1871-1888)*. Dissertação de Mestrado em História. Niterói: UFF, 2008.

CASTILHO, *Entre a Locomotiva e o Fiel da Balança: A transição da mão de obra no Sul de Minas*. Dissertação de Mestrado em História. Juiz de Fora. ICH: UFJF, 2009.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

COSTA, Iraci del Nero da, LUNA, Francisco Vidal. Vila Rica: nota sobre casamentos de escravos (1726- 1826). *África* (Centro de Estudos Africanos da Usp), n 4, 1981, p. 105-109.

COSTA, Maria Lúcia Prado. *Fontes para o Sul de Minas: Os trabalhadores de Paraguaçu e Machado (1850-1900)*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2002.

COSTA, I., SLENES, R. SCHWARTZ, S. A família escrava em Lorena (1801). In: *Estudos Econômicos*. SP, v.17, nº 2, mai/ago, 1987.

CUNHA, Alexandre. *Paisagem e população: algumas vistas de dinâmicas espaciais e movimentos das populações nas Minas do começo do dezenove*. Anais eletrônicos do XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais – ABEP, Ouro Preto, ABEP, 2002.

ENGEMANN, C. *De Laços e de Nós: constituição e dinâmica de comunidades escravas em grandes plantéis do sudeste brasileiro do Oitocentos*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 2006. Carlos.

_____. Da comunidade escrava e suas possibilidades, séculos XVII- XIX. In: FLORENTINO, Manolo (Org). *Tráfico, cativo e liberdade*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2005.

FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento: fortuna e famílias no cotidiano colonial*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

_____. *Sinhás Pretas, Damas Mercadoras. As pretas minas nas cidades do Rio de Janeiro e de São João del Rei (1700-1850)*. Niterói: PPGHI/UFF. (Tese apresentada em concurso para professor titular em História do Brasil), 2004.

FERREIRA, Roberto Guedes. “*Estrutura de Posse e Demografia Escrava em Porto Feliz (São Paulo, 1798-1843)*”. In: Boletim de História Demográfica. Disponível no http://historia_demografica.tripod.com/bhds/bhd41/rg.pdf. Capturado em 01/07/2009. p.6

FIGUEIREDO, Luciano Raposo. *Barrocos Famílias: Vida familiar em Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: Hucitec, 1997

FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras. Uma história do tráfico de escravos entre África e o Rio de Janeiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____, Manolo & GÓES, José Roberto. *A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico Atlântico no Rio de Janeiro*: Civ. Brasileira, 1997.

FRAGA Júnior, Walter. *Caminhos da liberdade: escravidão, emancipação na Bahia, 1870-1910*. (Tese de Doutorado em História). IFCH: UNICAMP, 2004.

FRAGOSO, João Luis R. *Homens de Grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

_____. *Alternativas metodológicas para história econômica e social: micro-história italiana, Fredrik Barth e a história econômica colonial*. In: ALMEIDA, Carla M. de C. e OLIVEIRA, Mônica R. de, (Orgs). *Nomes e Números: alternativas metodológicas para a história econômica e social*. Juiz de Fora: ed. UFJF, 2006.

_____ & FLORENTINO, M. Marcelino, filho de Inocência Crioula, neto de Joana Cambinda: um estudo sobre as famílias escravas em Paraíba do Sul (1835-1872). In: Revista *Estudos Econômicos*. Número 17 (2) São Paulo IPE-USP, 1987.

_____, *O Arcaísmo como projeto*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

FRANCISCO, Raquel Pereira. *Laços da senzala, arranjos da flor de maio: relações familiares e de parentesco entre a população escrava e liberta – Juiz de Fora (1870-1900)*. Niterói, RJ: Universidade Federal Fluminense, 2007. (Dissertação de Mestrado em História).

FREIRE, Jonis. Casamento, Legitimidade e Família. Em Freguesia Escravista na Zona da Mata Mineira. In: Revista *Lócus. Revista de História de Juiz de Fora*. Vol II, ano 1 e 2. p.51-73, 2005.

_____. *Compadrio em uma freguesia escravista: Senhor Bom Jesus do Rio Pardo (MG) (1838-1888)*. Trabalho apresentado no XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambú-MG – Brasil, de 20- 24 de Setembro de 2004.

FREYRE, G. Casa Grande & Senzala. 42. ed. Rio de Janeiro:ed:Record, 2001.

FURTADO, Júnia Ferreira (org.). *Diálogos oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para uma História do Império Ultramarino Português*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.

GENOVESE, Eugene. *A Terra prometida: O mundo em que os escravos criaram*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

GUIMARÃES, Elione Silva. *Múltiplos viveres de afrodescendentes na escravidão e no pós-emancipação*. Família, Trabalho, Terra e Conflito. (Juiz de Fora – MG, 1828-1928). São Paulo: Annablume, 2006.

GINZBURG, Carlo. *O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico*. In: A Micro-história e outros ensaios. Rio de Janeiro: Bertrand, 1991.

GÓES, José Roberto. *O cativo imperfeito: um estudo sobre a escravidão no Rio de Janeiro na primeira metade do século XIX*. Vitória: Lineart, 1993.

GOMES, Ângela. Questão social e historiografia no Brasil do pós-1980: notas para um debate. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n° 34, jul/dez, 2004, p. 157- 183.

GOMES, Flávio dos Santos. *Histórias de quilombolas: Mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX*. São Paulo: Cia. das Letras, 2006.

GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. 4ª ed. São Paulo: Ática, 1985.

GRAHAM, Sandra Lauderdale. *Caetana diz não*. Histórias de mulheres da sociedade escravista brasileira. São Paulo: Cia. das Letras, 2005.

GRAHAM, Richard. *Escravidão, Reforma e Imperialismo*. SP: Perspectiva, 1979. GRAÇA FILHO, A., PINTO, F., MALAQUIAS, C. Famílias escravas em Minas Gerais nos inventários e registros de casamento. O caso de São José do Rio das Mortes. In: *Vária História*, Belo Horizonte, vol. 23, n. 37: p. 184-207, jan/jun 2007.

GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A Princesa do Oeste e o Mito da Decadência de Minas Gerais*. São Paulo: Annablume, 2002.

GUDEMAN, S. & SCHWARTZ S., Purgando o pecado original: compadrio e batismo de escravos na Bahia no século XVIII, in: REIS, João José (org.), *Escravidão e invenção da liberdade: estudos sobre o negro no Brasil*, São Paulo: Brasiliense, Brasília CNPq, 1988.

GUEDES, Roberto. *Na pia batismal família e compadrio entre escravos na freguesia de São José do Rio de Janeiro (primeira metade do século XIX)*. Niterói, RJ: Universidade Federal Fluminense, 2000. (Dissertação de Mestrado em História).

GUERZONI FILHO, Gilberto, & NETTO, Luís Roberto. Índices de nupcialidade da população forra em Minas Gerais no século XIX. *VI Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, Anais. Olinda: ABEP, 1988.

GUTMAN, Herbert. *The black family in slavery and freedom, 1725-1925*. New York: Vintage, 1976.

GUTIERREZ, Horácio. *Senhores e escravos no Paraná, 1800-1830*. Dissertação de mestrado. São Paulo: USP, 1989.

_____. Demografia escrava em economias não-exportadoras: Paraná, 1800-1830. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 17, n. 3, p. 297-314, 1987.

HAMEISTER, Martha Daisson. *Para dar calor à nova povoação: Estudo sobre estratégias e familiares a partir dos registros batismais da Vila de Rio Grande*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.

HIGMAN, B. W. *Slave populations of the British Caribbean, 1807-1839*. Baltimore: Johns H. University Press, 1984.

KARASCH, Mary. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro, 1808-1850*. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

KJFERVE, Tânia Maria G. & BRUGGER, Silvia Maria. Compadrio: relação social e libertação espiritual em sociedades escravistas (Campos, 1754-1766). *Estudos Afro-Asiáticos*. nº 20. Rio de Janeiro: Cadernos Cândido Mendes, 1991.

LABURTHE-TOLRA, Philippe & WARNIER, Jean Pierre. *Etnologia e antropologia*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

LARA, Silvia. *Campos da violência. Escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro – 1750-1808*. Rio de Janeiro: paz e terra, 1988.

_____ "*Blowin in the wind. E. P. Thompson e a experiência negra no Brasil*. In Projeto História, nº 12, 1995.

LENHARO, Alcir. *Tropas da moderação. O abastecimento da Corte na formação política do Brasil (1808-1842)*. São Paulo: Símbolo, 1979.

LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

_____ & PAIVA, *Caminhos alternativos: escravidão e reprodução em Minas Gerais no século XIX*. *Estudos Econômicos*: São Paulo: IPE/USP, 25(2), mai/ago, 1995, pp 203-233.

_____ & *Minas na Mira dos Brazilianistas: reflexões sobre os trabalhos de Higgins e Bergad*. In: BOTELHO, Tarcísio R. (Org.) *História Quantitativa e Serial: um balanço*. Belo Horizonte: ANPUH-MG, 2001, p. 279-304

_____ & GRIMALDI, Márcia. *Economia e estabilidade: economia e comportamento demográfico num regime escravista, Minas Gerais no século XIX*. *Papéis Avulsos*. Rio de Janeiro. N 7, p. 413-442. dez, 1988.

LOTT, Miriam Moura. *Na forma do ritual romano. Casamento e família em Viva Rica (1804-1839)*. Belo Horizonte: Annablume, 2008.

LUNA, Francisco Vidal. *Casamentos em São Paulo*. In: NADALIN, S., MARCÍLIO, M. & BALHANA, A. (orgs). *História da População: estudos sobre a América Latina*. São Paulo, abep, 1990, p. 226-236

_____. *Minas Gerais: escravos e senhores – análise da estrutura populacional econômica de alguns centros mineratórios (1718-1804)*. In: *Ensaio Econômicos*. São Paulo: IPE/USP. V. 8, 1981.

_____. *Observações sobre o casamento de escravos em São Paulo (1829)*. In: *Anais do VI Encontro Nacional de Estudos Populacionais da Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP)*. Olinda, 3; 215-233, 1988.

_____ & COSTA, Iraci del Nero da. *Posse de Escravos em São Paulo no Início do Século XIX*. *Estudos Econômicos*, São Paulo, IPE-USP, 13(1):211- 21, 1983.

_____. *São Paulo: população, atividades e posse de escravos em vinte e cinco localidades (1777-1829)*. *Estudos Econômicos*, São Paulo, 28(1): 99-169, jan-mar 1998. p. 104.

LUNA & KLEIN, *Economia e sociedade escravista: Minas Gerais e São Paulo em 1830*. In: *Estudos Populacionais*., Campinas, v. 21, n. 2, p. 173-193, jul./dez. 2004. pp. 173-193.

MACHADO, C. *A trama das vontades. Negros, pardos e brancos na produção da hierarquia social (São José dos Pinhais, passagem do século XVIII para XIX)*. Rio de Janeiro. Tese de Doutorado em História: UFRJ/IFCH, 2006.

_____. (a) Casamentos de escravos e negros livres e a produção da hierarquia social em uma área distante do tráfico Atlântico. In: FRAGOSO, FLORENTINO, JUCÁ, CAMPOS (Orgs). *Nas rotas do Império*. 1 ed. Vitória Lisboa: Edufes, 2006, pp, 489-516.

MARCÍLIO, Maria Luiza (org.). *Demografia Histórica: Orientações e técnicas e metodológicas*. São Paulo: novos umbrais, 1973.

_____. (org). *População e sociedade*. Petrópolis: Vozes, 1984.

MARTINS, Roberto Borges. *Growing in Silence: the slave economy of nineteenth-century Minas Gerais, Brazil*. PhD Dissertation, Vanderbilt University, 1980.

_____, “Minas no século XIX: tráfico e apego à escravidão à escravidão numa economia não exportadora.” In: *Estudos Econômicos*, vol 13, nº 1: USP, 1983.

MARTINS, Maria do Carmo Salazar. *Revisitando a província: comarcas, termos e distritos e população de Minas Gerais em 1833-35*. Anais do V Seminário sobre Economia Mineira. Diamantina: CEDEPLAR, 1990. pp.12-29.

MARTINS, Maria do Carmo Salazar, LIMA, Maurício Antônio de Castro, SILVA, Helenice Carvalho Cruz. *População de Minas Gerais na segunda metade do século XIX: novas evidências*. Artigo apresentado no X Seminário sobre economia mineira. UFVJM. 2008. Disponível: www.cedeplar.ufmg/diamantina.2002/textos/doc.pdf

MATTOS de CASTRO, Hebe Maria. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

_____. Laços de família e direitos no final da escravidão. In.: ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *História da Vida Privada no Brasil: Império*. 7a reimpressão. São Paulo: Companhia da Letras, 2004.

MATTOSO, Kátia de Queirós. *Ser Escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MAXWELL, Kenneth, *Devassa da devassa: a Inconfidência Mineira, Brasil- Portugal, 1770-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978

METCALF, A. C. Vida familiar dos escravos em São Paulo no século XVIII: o caso de Santana do Parnaíba. *Estudos Econômicos*. SP. 17 (2), 229-243, mai/ago, 1987.

MINTZ & PRICE, *O nascimento da Cultura Afro – Americana: uma perspectiva antropológica*. Rio de Janeiro: Pallas, 2003.

MOTTA, José Flávio, *Corpos escravos, vontades livres: estrutura de posses de cativos e família escrava em núcleo cafeeiro (Bananal, 1801- 1829)*. Tese de doutorado em economia, USP, 1990

NADALIN, Sérgio Odilon. *História e Demografia: elementos para um diálogo*. Campinas: Associação Brasileira de Estudos Populacionais- ABEP, 2004.

NEVES, M. de F. R. das. Ampliando a família escrava: o compadrio de escravos em São Paulo no século XIX. In: NADALIN, S. O., MARCÍLIO, M.L. (orgs.), *História e população: estudos sobre a América Latina*, São Paulo: ABEP, IUSSP, CELADE, Fundação SEADE, 1990

OLIVEIRA, Mônica, Ribeiro, *Negócios de Família: mercado, Terra e poder na formação da cafeicultura mineira- 1780-1870*. Bauru/ SP: EDUSC; Juiz de Fora, MG: FUNALFA, 2005.

_____. *Imigração e Industrialização: os alemães e os italianos em Juiz de Fora (1854-1920)*. Dissertação de Mestrado. Niterói: UFF, 1991.

OSÓRIO, Helem. Para além das charqueadas: estudo do padrão de posse de escravos no Rio Grande do Sul, segunda metade do século XVIII.. Comunicação apresentada no “*Terceiro Encontro: Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*”. Florianópolis: UFSC, 2007.

PAIVA, Clotilde Andrade. População e Economia nas Minas Gerais do século XIX. Tese Doutorado em História. São Paulo: FFLCH/USP, 1996.

_____. & KLEIN, Herbert S. Escravos e Livres nas Minas Gerais do século XIX: Campanha, 1831. São Paulo: *Estudos Econômicos*, 22 (1): 133-134, jan-abr. 1992.

PAIVA, Eduardo França. *Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII: estratégias de resistência através dos testamentos*. São Paulo: Annablume, 1995.

PASCOAL, Isaías. *A economia agrária e poder político no Sul de Minas: formação de uma identidade política conservadora na primeira metade do século XIX*. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. IFCH: UNICAMP, 2000.

_____. *Reprodução e força de trabalho no Sul de Minas_século XIX_ no contexto de uma formação econômica não exportadora*. Tese de Doutorado Em Ciências Sociais, IFCH: UNICAMP, 2005.

PINHEIRO, Fábio. Os condutores de almas africanas: concentração e famílias no tráfico de escravos para Minas Gerais. C. 1809-C. 1830. In: *XIII Anais do XIII Seminário Sobre a Economia Mineira*. Disponível no www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/seminario_diamantina/2008

PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

POUTIGNAT, Philippe. *Teorias da etnicidade*, seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Frederik Barth. São Paulo: UNESP, 1998.

RAMOS, Donald. Vila Rica: profile of a colonial Brazilian urban center. *The Americas*, Washington, v. 35, n 4, p. 495-526, abr. 1979

RANGEL, Ana Paula dos Santos. *Nos Limites da Escolha*. Matrimônio e Família entre Escravos e Forros. Termo de Barbacena – 1781-1821. Rio de Janeiro: UFRJ/ IFCS, 2008. (Dissertação de Mestrado em História)

REIS, João José & SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil*

escravista. São Paulo: cia das letras, 1989.

RESTITUTTI, Cristiano Corte. *As fronteiras da província. Rotas de comércio interprovincial (1839- 1884)*. Dissertação de Mestrado: Araraquara UNESP, 2006.

RIOS, Ana Maria Lugão, “ *Família e transição* (Famílias negras em Paraíba do Sul, 1889-1920) Dissertação de Mestrado em História, UFF, 1990.

ROCHA, Cristiany Miranda. *Histórias de famílias escravas em Campinas ao longo do século XIX*. Dissertação de Mestrado em História. Campinas: UNICAMP/ IFCH, 1999.

SCHWARTZ, Stuart. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru: EDUSC, 2001.

_____. *Segredos internos*. Engenhos e escravos na sociedade colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 3 ed, 2005.

SLENES, Robert, *Na senzala uma flor*. Esperanças e recordações na formação da família escrava. Brasil, Sudeste, século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

_____. *The demography and economics of Brazilian slavery: 1850-1888*. Stanford University, 1976. (Tese de Doutorado)

_____. Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escravista de Minas Gerais no século XIX. *Cadernos IFCH-UNICAMP*, n.17. Campinas, junho 1985. 345

_____. Escravos, cartórios e desburocratização: o que Rui Barbosa não queimou será destruído agora?. *Revista Brasileira de História*, 1985.

_____. Escravidão e família: padrões de casamento e estabilidade familiar numa comunidade escrava. Campinas, século XIX. || In: *Estudos Econômicos*. São Paulo: 17(2), 1987.

_____. Família escrava e trabalho. *Revista Tempo*. Niterói: Universidade Federal Fluminense/Departamento de história. Rio de Janeiro: Sete Letras, nº6, 1998.

_____. Lares negros, olhares brancos: histórias da família escrava no século XIX || . *Revista Brasileira de Historia*, 8:16, mar. 1988. (Reeditado em: Arantes, Antônio Augusto, et al. *Colcha de retalhos: estudos sobre a família no Brasil*. 2ª ed, Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

_____. *Malungu, Ngoma vem!*: África encoberta e descoberta no Brasil. *Cadernos do Museu da Escravatura*, n. 1 (Luanda, Ministério da Cultura, 1995). (Reedição corrigida de: *Malungu, Ngoma vem!*: África coberta e descoberta do [sic: leia-se —no] Brasil. *Revista USP*, n. 12, dez./jan./fev. 1991-92, p.48-67).

_____. Senhores e subalternos no Oeste paulista. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *História da vida privada no Brasil: Império*. 7ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

_____. The Brazilian Internal Slave Trade, 1850-1888: Regional economies, slave experience and the politics of a peculiar market. In: Walter Johnson. (Org.). *Domestic Passages: Internal Slave Trades in the Americas, 1808-1888*. New Haven: Yale University Press, 2005.

_____. *A “Great Arch” descending*: Reflections on manumission rates, slave identities and black social mobility in southeastern Brazil, 1791-1888. Campinas, SP,

novembro de 2008. (Texto apresentado para discussão nas linhas de pesquisa em História Social da Cultura e História Social do Trabalho – CECULT/Unicamp)

SOARES, Marisa de Carvalho. *Devotos da cor*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

SOUZA, Marina de Mello. *Reis Negros no Brasil escravista: História da festa de coroação do Rei Congo*. Belo Horizonte: ed. UFMG, 2002.

SOUZA, Sônia Maria. “Terra, família, solidariedade: Estratégias de sobrevivência camponesa no período de transição – Juiz de Fora (1870- 1920)”. Tese de Doutorado: UFF, 2003.

STECKEL, Richard. A children and Choice: A Comparative Analysis of slave and White Fertility in the Antebellum South. In: *Without Consent or Contract: conditions of slave and transition of freedom*, Technical Papers. Edited by Robert William Fogel and Stanley L. Engerman. New York: WW Norton, 1992, v.2, p. 371

LIBBY, Douglas. As Populações escravas das Minas setecentista: um balanço preliminar (mimeo).

SOBRINHO, Juliano Custódio. *Negócios Internos: estrutura produtiva, mercado e padrão social em uma freguesia sul mineira de Itajubá (1785-1850)*. 2009. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas: Juiz de Fora, 2009.

TEIXEIRA, Heloísa Maria. *Reprodução e famílias escravas em Mariana, (1850-1888)*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: USP, 2001.

TEIXEIRA, Maria Lúcia Resende Chaves. *Família escrava e riqueza na Comarca do Rio das Mortes: O Distrito de Lage e o Quarteirão do Mosquito*. São Paulo: Annablume, 2007.

THOMPSON, E. P. *Costumes em comum*. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

VENÂNCIO, Renato P. Comércio e Fronteira em Minas Gerais. In: FURTADO, Júnia Ferreira, (org) *Diálogos Oceânicos*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.

ZEMELLA, Mafalda. *O abastecimento da Capitania de Minas Gerais*. São Paulo: Hucitec/EDUSP, 2 ed, 1990.

ANEXO 4:

(Evolução dos Limites Administrativos no Sul de Minas)

Quadro 6: Composição do Termo da vila de Campanha (1810) Comarca do Rio das Mortes*

Freguesias do Termo da Vila de Campanha (1810):

Santa Maria do Baependi
Lavras do Funil
Pouso Alto
Jaguari (Camanducaia)
São Francisco de Paula de Ouro Fino
Itajubá
Cabo Verde
Jacuí
Santana do Sapucaí
São Bom Jesus de Pouso Alegre/
Matozinhos
São Gonçalo do Sapucaí
Santa Catharina (Natércia)
Douradinho (Machado)

* A Comarca do Rio das Mortes foi instituída em 1714, no período que antecede a própria criação da capitania de Minas, em que São Paulo e Minas não haviam se desmembrado, e teve como sede a vila de São João del Rei. Com a instituição da capitania de Minas em 1720, esta passa a agrupar, até o final do século XVIII quatro comarcas: Sabará, Serro Frio, Vila Rica e Rio das Mortes. Esta compunha-se, inicialmente, dos seguintes termos: Queluz, Barbacena, Tamanduá, São José del rei e São João del Rei. No final do século XVIII o termo de São João del Rei subdivide-se em função da emancipação da Vila de Campanha, o que deu origem ao seu termo. Em 1833 com o desmembramento da comarca do Rio das Mortes surgem duas comarcas: a do Rio Paraybuna, agrupando os municípios de Baependi, Barbacena e Pomba; e a comarca do Sapucaí, tendo Campanha como sede; mais os termos de Pouso Alegre e São Carlos do Jacuí. O termo de Pouso Alegre, que abrangia seis freguesias; Santana do Sapucaí, Caldas, Jaguary, São José do Paraíso, Ouro Fino, Douradinho e Pouso Alegre. Em 1855, constituía-se de Lavras, Três Pontas, Tamanduá, Piumy, São João del rei, Oliveira e São José del Rei. Em 1872 acrescentara-se à essas os termos Boa Esperança, Formiga e Bom Sucesso. Ver BERGAD, 2004, p 322- 342

Quadro 7:
Composição dos limites administrativos da Vila de Pouso Alegre (1831)
Comarca do Rio das Mortes

Freguesias	Distritos
Senhor Bom Jesus dos Matozinhos (Pouso Alegre)	Pântano Cervo Entre Rios Vargem Grande Capivari/ Itaim
Caldas do Rio Verde	Cabo verde Alfenas Poços de Caldas Caracol Campestre Santa Rita de Caldas
Douradinho	São João Batista Espírito Santo
Jaguari (Camanducaia)	Lopo Rio do Peixe/ Cambuí Itaim / São Domingos Selado
São José do Paraíso (Paraisópolis)	Cachoeiras Sapucaí Mirim
São Francisco de Paula de Ouro Fino	São Pedro Campanha de Toledo S. Isabel
Sapucaí	Coroado Água Lima Dourado/ Machado Dourado

Fonte: *MATOS, Raimundo José da Cunha. Corografia Histórica da Província de Minas Gerais (1837). Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1979. pp. 147.

**Inventários Post-Mortem do século XIX localizados nos Cartório do 1º e 2º ofício do Arquivo do Fórum Municipal de Pouso Alegre (AFMPA)

*** Com a elevação da Vila de Pouso Alegre, Santana do Sapucaí, continua pertencendo ao Termo de Campanha, segundo as Listas Nominativas para o ano de 1831 e os Mapas de População de 1833-1835, Mas no ano de 1874, o mesmo povoado já aparece inserido na cidade de Pouso Alegre. Ver APM. VEIGA, Bernardo Saturnino da. Almanach Sul Mineiro

**Quadro 8:
Vila de Pouso Alegre - 1840
Comarca do Sapucaí***

Freguesias	Distritos
Senhor Bom Jesus dos Matozinhos (Pouso Alegre)	Pântano Cervo Entre Rios Vargem Grande Capivari/ Itaim
Jaguari (Camanducaia)**	Lopo Rio do Peixe/ Cambuí Itaim / São Domingos Selado
São José do Paraíso/ São José Formigas	Conceição dos Ouros São João das Cachoeiras Sapucaí Mirim
São Francisco de Paula de Ouro Fino	Santo Antônio de Jacutinga São Francisco de Paula de Ouro Fino Campo Mystico/ Antas (Buena Brandão) ***Curato de Nossa Sra. do Carmo (Borda da Mata) Curato de Monte Sião

*A Comarca do Sapucaí foi instituída em 1833, com o desmembramento da Comarca do Rio das Mortes. Compunha-se dos termos de Campanha (sede), Jacuhy, Pouso Alegre e depois por Jaguary. Em 1854 com a criação da comarcas de Jaguary e Rio Verde, sofre as perdas dos termos de Jaguary e Campanha ficando com Passos, Jacuí e Caldas. Em 1868 agregava os termos de Caldas, Três Pontas, Alfenas e Boa Esperança Ver BERGAD, pp 322- 342.

** Segundo Amadeu de Queiroz, a primeira tentativa de emancipação de Camanducaia se deu no final de 1833, quando seu líder local, o padre Francisco de Paula Toledo, incitou a população “em massa no Largo da Matriz” daquele povoado, “erigindo pelourinho e criando câmara e mais autoridades”. Pelos relatos do autor, extraídos do ofício da referida freguesia à Câmara municipal de Pouso Alegre, deste mesmo ano, não se tratava apenas de uma conspiração, mas de um movimento local bem articulado, que contava com apoio de autoridades vizinhas como os juizes de paz de Santa Rita, Cambuí e Capivari e um grande engajamento da elite local. Ciente do “motim” a Câmara encaminhou os acontecimentos ao governo da província, que logo se dispôs a reprimir o movimento. Os juizes de paz, foram processados e afastados do cargo e a elevação da freguesia à vila só foi oficialmente promulgada em 1840. QUEIROZ, op. Cit. pp.58-54

*** Curato ou Capela Curada era um limite administrativo eclesiástico do povoado não elevado à categoria de freguesia ou paróquia (limite civil e eclesiástico). Borda do Campo passou a ser Curato em 1834 filiado, inicialmente à Freguesia de Ouro Fino, mas logo se desmembrou desta em função da influência e maior proximidade com a sede da Vila de Pouso Alegre.

Fonte: ***MATOS, Raimundo José da Cunha. Corografia Histórica da Província de Minas Gerais (1837). Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1979. pp. 147. Inventários Post-Mortem do século XIX localizados nos Cartório do 1º e 2º ofícios do FMPA.

Quadro 9:**Município de Pouso Alegre (1848)
Comarca do Sapucaí**

Freguesias	Distritos
Senhor Bom Jesus dos Matozinhos (Pouso Alegre)	Pântano Cervo Entre Rios Vargem Grande Capivari/ Itaim Bom Retiro Santa Rita do Sapucaí **Capela de Estiva
São José do Paraíso/ São José das Formigas	Povoação de São José do Congonhal São João das Cachoeiras Sapucaí Mirim Conceição dos Ouros
São Francisco de Paula de Ouro Fino*	Santo Antônio de Jacutinga São Francisco de Paula de Ouro Fino Campo Mystico/ Antas (Bueno Brandão) ** Curato de Nossa Sra. do Carmo (Borda da Mata) Curato de Monte Sião

*A Freguesia de Ouro Fino eleva-se à Vila, desmembrando-se de Pouso Alegre, 20 anos depois, pela Lei provincial 1570, no ano de 1868.

**O povoado foi elevado à categoria de Distrito somente em 1870, contudo a referência “Capela de Estiva” remonta de um período bem anterior à referida data nos registros de batismos da Freguesia de Pouso Alegre.

Fonte: MATOS, Raimundo José da Cunha. Corografia Histórica da Província de Minas Gerais (1837). Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1979. pp. 147.

**Inventários Post-Mortem do século XIX localizados nos Cartório do 1º e 2º ofício do AFMPA

*** Para o ano de 1855 o Almanack de 1874 descrevem para o município de Pouso Alegre a composição das seguntes freguesias: Congonhal, Santa Anna do Sapucahy, Retiro, Jacutinga, Ouro Fino, Monte Sião (curato), Borda da Mata e Conceição de Estiva. P.220

**Quadro10:
Município de Pouso Alegre em 1868
Comarca de Jaguarý***

Freguesias	Distritos
São Bom Jesus dos Matozinhos (Pouso Alegre)	Pântano Cervo Entre Rios Vargem Grande Capivari/ Itaim Bom Retiro Borda da Mata Santa Rita do Sapucaí Capela de Estiva
São José do Paraíso/ São José das Formigas**	São João das Cachoeiras Sapucaí Mirim Conceição dos Ouros

*Comarca de Jaguarý foi instituída em 1854, compunha-se inicialmente pelas comarcas de Jaguarý e Itajubá. Em 1868, passou incorporar também os limites do termo de Pouso Alegre. Ver BERGAD, pp 322- 342

**A Freguesia São José do Paraíso tentou, frustradamente sua emancipação política em 1867, contudo, o pedido foi anulado pelo poder provincial, que o concedeu somente em 1872.

***Fonte: MATOS, Raimundo José da Cunha. Corografia Histórica da Província de Minas Gerais (1837). Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1979. pp. 147.

Inventários Post-Mortem do século XIX localizados nos Cartório do 1º e 2º Ofícios do (**Quadro VI**)

**Freguesias de Pouso Alegre em 1874
(Comarca de Pouso Alegre)***

Cidade de Pouso Alegre
São Bom Jesus (Pouso Alegre)
Santa Anna do Sapucahy
Borda da Mata
Conceição de Estiva
São José do Congonhal

* A Comarca de Pouso Alegre

**Fonte: MATOS, Raimundo José da Cunha. Corografia Histórica da Província de Minas Gerais (1837). Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1979. p. 147.

***Inventários Post-Mortem do século XIX localizados nos Cartório do 1º e 2º Ofícios do (FMIPA)

TABELA 43: RELAÇÃO ANUAL DE BATIZANDOS NA FREGUESIA DE SÃO BOM JESUS DOS MÁRTIRES (1812-1841)

Fonte: Assentos de Batismo. Livro 1 (1812-1821); Livro 2 (1821-1825); Livro 3 (1825-1837); Livro 4 e 7 (1837-1858); Livro 5 (1841-1843); Livro 6 (1847-1853); Livro 7 (1857-1861); Livro 8 (1861-1866); Livro 9 (1866-1873). Localizados na MSBJ

Período	Idades	%	Catívos	%	Árri-canos	%	Crion-los	%	Soma
1812	263	91,0	26	8,9	1	3,8	25	96,1	289
1813	179	90,4	19	9,5	2	10,5	17	89,4	198
1814	151	82,9	31	17,0	12	38,7	19	61,2	182
1815	236	89,0	29	11,0	4	13,7	25	86,2	265
1816	213	88,0	29	12,0	2	6,8	27	93,1	242
1817	197	88,7	25	11,2	5	20,0	20	80,0	222
1818	233	75,6	75	24,3	50	66,6	25	33,3	308
1819	265	82,2	58	17,7	16	28,0	41	72,0	323
1820	274	82,7	57	17,2	6	10,5	51	89,4	331
1821	202	74,5	69	25,4	20	29,0	49	71,0	271
1822	246	76,8	74	23,1	17	23,0	57	77,0	320
1823	279	72,6	105	27,3	34	32,3	71	67,6	384
1824	303	78,2	84	21,7	8	9,5	36	90,4	387
1825	301	75,8	96	24,1	10	10,4	86	89,5	397
1826	271	75,2	89	20,8	11	12,3	78	87,6	360
1827	356	79,1	94	24,7	32	34,0	62	66,0	450
1828	231	75,2	76	24,0	16	21,0	60	78,9	307
1829	249	75,9	79	25,2	11	14,0	68	86,0	328
1830	276	74,7	91	29,8	28	30,1	65	69,8	367
1831	277	70,1	118	24,3	35	29,6	83	70,3	395
1832	276	75,6	89	25,2	9	10,1	80	89,8	365
1833	219	74,7	74	20,3	5	6,7	69	93,2	293
1834	384	79,6	98	19,7	5	5,1	93	94,8	482
1835	220	80,2	54	24,8	4	7,4	50	92,5	274
1836	215	75,1	71	22,7	2	2,8	69	97,1	286
1837	211	77,2	62	22,7	3	4,8	59	95,1	273
1838	197	77,2	58	17,5	1	1,7	57	98,2	255
1839	192	82,4	45	26,5	—	—	45	100,0	237
1840	196	73,4	71	24,7	1	1,4	70	98,5	267
1841	185	75,2	61	—	—	—	61	—	246

TABELA 44: RELAÇÃO ANUAL DE BATIZANDOS NA FREGUESIA DE SÃO BOM JESUS DOS MÁRTIRES (1845-1873)

Fonte: Assentos de Batismo. Livro 1 (1812-1821); Livro 2 (1821-1825); Livro 3 (1825-1837); Livro 4 e 7 (1837-1858); Livro 5 (1841-1843); Livro 6 (1847-1853); Livro 7 (1857-1861); Livro 8 (1861-1866); Livro 9 (1866-1873). Localizados na MSBJ

Perí- odo	Livres	%	Cati- vos	%	Áfri- canos	%	Criou- los	%	Soma
1845	46	76,6	14	23,3			14	100,0	60
1846	215	78,1	60	21,8			60	100,0	275
1847	161	85,6	27	14,3			27	100,0	188
1848	234	82,1	51	17,8			51	100,0	285
1849	144	68,2	67	31,7			67	100,0	211
1850	283	85,2	49	14,7	2	4,0	47	96,0	332
1851	299	78,6	81	21,3	1	1,2	80	98,7	380
1852	325	82,9	67	17,0			67	100,0	392
1853	210	77,4	61	22,5			61	100,0	271
1854	174	68,7	79	31,2			79	100,0	253
1855	517	83,9	98	16,0			98	100,0	609
1856	362	82,6	76	17,3			76	100,0	438
1857	428	80,3	105	19,6			105	100,0	533
1858	367	88,2	49	11,7			49	100,0	416
1859	384	78,3	106	21,6			106	100,0	490
1860	355	82,7	74	17,2			74	100,0	429
1861	260	79,0	69	21,0			69	100,0	329
1862	312	86,0	51	14,0			51	100,0	363
1863	210	86,0	34	14,0			34	100,0	244
1864	267	83,6	52	16,3			52	100,0	319
1865	288	89,4	34	10,5			34	100,0	322
1866	122	81,3	28	18,6			28	100,0	150
1867	186	86,5	29	13,4			29	100,0	215
1865	190	86,7	29	13,2			29	100,0	219
1869	232	90,6	24	9,3			24	100,0	256
1870	166	90,2	18	9,7			18	100,0	184
1871	183	88,0	20	9,6			20	100,0	208
1871	–	–	7	2,4			7	100,0	–
1872	221	87,6	31	2,3			31	100,0	252
1873	264	88,0	36	12,0			36	100,0	300
Total	14.696		3.533		353		3.180		18.229

ANEXO 5

Segue a relação nominal de inventários *post-mortem* presentes nos Cartórios do 1º e 2º
Ofício do Fórum de Pouso Alegre.

INVENTARIADO	INVENTARIANTE	ANO
1) Ana Flauzina de Andrade	José Alves de Andrade	1856
2) Ana Francisca Brasilina.	Major Francisco de Paula Duarte.	1877
3) Ana Francisca Xavier		1877
4) Ana Jacinta de Jesus	Manoel Joaquim da Silva Pedro Antonio	1836
5) Ana Jacinto de Figueiredo	de Moraes Dutra.	1849
6) Ana Joaquina da Silva	Joaquim Honorato de Almeida	1852
7) Ana Justina de Jesus	Manoel Pinto Ribeiro	1856
8) Ana Joaquina do Esp. Sto	Manoel José Garcia	1848
9) Ana Maria de Toledo	Francisco de Paula A. Ramos	1862
10) Ana Silveira da Silva	Antônio José do Couto	1848
11) Ana Francisca	Luís Tavares	1831
12) Ana Maria Ribeiro	Zeferino José de Faria	1843
13) Ana Joaquina de Souza	Antonio G. da Silva Torres	1841
14) Ana Cândida de Jesus	Antônio Ferreira Rocha	1867
15) Ana Francisca Guimarães	João Fernandes da Costa	1830
16) Ana Francisca Pedroza	Francisco Pereira de Moraes	1838
17) Ana Gerônima dos Santos	V. Ferreira Negrão	1850
18) Ana Francisca Gonçalves	Manoel José Bernardes	1855
19) Ana Ignácia de Jesus	Manoel José Garcia Machado	1858
20) Ana Joaquina	Manoel Pinto de Souza	1840
21) Ana Joaquina de Oliveira	José Máximo de Castro	1855
22) Ana Maria da Costa	Joaquim Rodrigues de Oliveira	1841
23) Ana Maria Pereira Dias	Pedro Dias Pereira	1840
24) Ana Rosa de Jesus	Vidal Barbosa César	1836
25) Ana Rodrigues Moreira	Marcelino Antônio Pereira	1843
26) Ana Thereza de Jesus	José Garcia Duarte	1860
27) Ana Victória do Couto	Antônio Joaquim do Couto	1863
28) Ana Victória Ribeiro	Joaquim Ribeiro Magalhães	1861
29) Ana Theodora de Jesus	Francisco Rodrigues da Costa	1859
30) Ana Victória da Luz	João Antonio Pereira	1851
31) Anna Victória	Francisco Borges Fernandes	1859
32) Ângela Antônia de Moraes	José Rodrigues Baromiro	1860
33) Angélica da Fonseca	Cap. João Pinto da Fonseca	1859
34) Antônio Alves de Moraes	Antônia Maria Pereira	1841
35) Antônio Felício Pereira	Purcina Maria Mercedes	1866
36) Antônio Furtado da Silva	Antônio Rodrigues de Moraes	1852
37) Antônio Ferreira de Freitas	Ana Joaquina do Esp. Sto	1849
38) Antônio Lopes da Silva	Prudência Maria de Jesus	1855
39) Antônio M. de Azevedo	Joaquina Maria de Jesus	1865

40) Antônio Manoel Parreiras	Francisco de Paula Parreiras	1844
41) Antônio Gonçalves Martins	Bárbara Maria de Jesus	1831
42) Antônio Machado de Oliveira	Maria Emília do Espírito Sto	1861
43) Antonio Joaquim de Araújo Moraes	Francisca de Godoy	1853
44) Antônio Luciano de Moraes	Joana A. do Nascimento	1850
45) Antônio Soares da Silva	Francisca Antônia de Oliveira	1851
46) Antônio P. de Souza Palma	Vicência C. da Encarnação	1841
47) Antônio Marques da Silva	Ana Maria de Jesus	1849
48) Antônio Mendes da Silva	Cândida F. Nogueira Mendes	1869
49) Antônio Theodoro de Souza	Rita Honória	1860
50) Antônio Xavier Rezende	Maria Coutinho de Jesus	1851
51) Bárbara Joaquina de Jesus	Francisco Leite da Silva	1854
52) Bento Luís Ferreira	Margarida Roetz de Souza	1837
53) Beatriz Rodrigues Vieira	Generoso Pinto da Silva	1856
54) Benta Maria do Amor Divino	Antônio Severino de Souza	1843
55) Bento de Souza Sobrinho	Gertrudes Maria de Jesus	1834
56) Bento José de Souza	Felipa Maria de Jesus	1855
57) Brás Fernandes (Capitão)	Floriania M. da Conceição	1848
58) Cândido José da Silveira	Rita Balbina Pereira	1856
59) Cândida Leopoldina da Glória	Francisco Custódio Braga	1854
60) Cypriana C. de Almeida	Antônio de Oliveira Carvalho	1878
61) Cypriana Pereira de Moraes	Francisco Pires Ribeiro	1854
62) Catharina Pinto da Silva	Ignácio de Oliveira Pinto	1840
63) Clara Francisca de Oliveira	Antônio Coelho	1855
64) Custódia Coelho	João Moreira neves	1855
65) Custódia Maria de Oliveira	Antônio M. de Vasconcellos	1852
66) Constança Maria de Jesus	Manoel Joaquim Mariano	1858
67) Clementina M. Nascimento	Antônio da Costa	182?
68) Delfina A. Bárbara	Francisco M. Parreiras	1863
69) Dionísia Maria Pereira	Vicente Teixeira da Fonseca	1856
70) Domingos da Silveira Pinheiro	Maria Claudina de Carvalho	1830
71) Domingos Rodrigues Simões	Mariana Eufrásia	1838
72) Domingos J. Rebouças de Palma	Maria Cândida Vilella	1861
73) Domingos Silveira dos Santos	Ana Ignácia de Jesus	1840
74) Domingos Antônio do Couto	Maria Clara de Jesus	1863
75) Domingos Antônio de Castro	Maria Joaquina Dias	1829
76) Domingos Francisco de Castro 77)	Maria Rita de Jesus	1864
Domingos Ferreira da Silva	Mariana Ignácia da Silva	1856
78) Domingos Barbosa Cabral	José Rodrigues do Prado	1849
79) Eleutério Borges de Almeida	José Borges de Almeida	1855
80) Elias Theodoro de Souza	Maria do Carmo de Jesus	1867
81) Escolástica Maria Rosa	João Manoel de Pontes	1825
82) Esmerenciana Fermina	José Gomes Lima	1856
83) Eva Maria de Lima	José Custódio do Amaral	1845
84) Fausta Cândida de Moraes	Antônio Fernandes de Moraes	1871

85) Felisberto Ferreira Rocha	Ana Ignácia de Jesus	1830
86) Feliciano José Pereira (Major)	Evaristo Marques Pereira	1868
87) Felizarda Maria de Jesus	José A. do Couto Sobrinho	1861
88) Floriana Maria de Jesus	Francisco Ribeiro de Toledo	1840
89) Francisco Antônio do Couto	Felizarda Maria de Jesus	1846
90) Francisca de Paula Moreira	Joaquim Severino de Castro	1842
91) Francisca de Oliveira Leite	Vicente Ferreira da Cunha	1836
92) Francisca Maria de Jesus	Cândido Antônio de Lima	1856
93) Francisca Ribeiro de Oliveira	Antônio Félix da M. Paes	1848
94) Francisco Borja de Castro	Maria Magdalena de Jesus	1830
95) Francisco Antônio do Couto	Ana Claudina do Couto	1883
96) Francisco Gonçalves		182?
97) Francisco João da Silva Maia	Isabel Gonçalves Torres	1829
98) Francisco José Ferraz	Dr. Cândido J. de Oliveira	1872
99) Francisco Joaquim de Gouvêa	Joaquina Umbelina de Jesus	1852
100) Francisco Luís Brandão	Theodora Maria de Jesus	1854
101) Francisco Thomaz Vilella	Anna Esméria de Jesus	1849
102) Feliciano Rios	Manoel da Costa da Silva	1825
103) Felícia Maria Tavares	Manoel Pinto Romão	1846
104) Felisberto José de Abreu	Marcolina M. do Espto. Sto.	1866
105) Felisbina da Silva Braga	Ignácio Brandão de Azevedo	1833
106) Felisbina Maria Pereira	Francisco Teixeira da Luz	1862
107) Fernando Antônio Villas Boas	Mariana C. do Evangelho	1865
108) Fidélis Alves Sobrinho	Luciana Flauzina de Jesus	1859
109) Floriana Maria de Jesus	Vicente Fernandes de Moraes	1837
110) Francisca Júlia de Mello	João da Matta M. de Lorena	1860
111) Francisca de Paula de Oliveira	Gabriel Marques da Silva	1852
112) Francisca de Paula de Oliveira	João Diniz da Silveira	1842
113) Francisco de Paula Borges	Ritta Maria Castilho	1859
114) Francisco da Borja Silva	Maria Clara de Jesus	1856
115) Francisco Antônio Barcellos	Francisco A. Barcellos Filho	1851
116) Francisco Domingues da Silva	Maria Rita de Jesus	1882
117) Francisco Ferreira Pinto	Francisca Ribeiro	1846
118) Francisco Ignácio Vieira	Joaquina Maria do Rosário	1849
118) Francisco José de Freitas	Ludovina F. de Ouro Preto	1828
119) Francisco José de Mello	Balbino José de Mello	1857
120) Francisco José Ferreira	Manoel Antonio Ferreira	1851
121) Francisco José Pereira	Magdalena Maria da Costa	1841
122) Francisco Leite do Prado	Conceição de Jesus	1863
123) Francisco Luís Brandão	Ambrosina Áurea Pereira	1865
124) Francisco Pereira de Moraes	Fernando pereira de Moraes	1835
125) Francisco P. Marques Teixeira	Ana Emíglia M. Teixeira	1857
126) Francisca Oliveira Silva	Joaquim Martins de Almeida	1880
127) Florinda Rosa de Assunção	Manoel Joaquim Lopes	1841
128) Francisco Félix de Miranda	José Francisca de Miranda	1871
129) Francisca Maria de Moraes	Antônia Rodrigues Coelho	1842

130) Francisco de Paula Vilhalva	Francisca Maria de Paula	1838
140) Francisco dos Santos Aguiar	Anna Luíza da Conceição	1844
141) Francisco Gonçalves de Figueira	Ana Jacinta	1829
142) Francisco Gonçalves Teixeira	Antônio J. Gonçalves Teixeira	1861
143) Francisco Rodrigues da Silva	Ana Joaquina Pereira	1846
144) Genoveva Maria de Jesus	Francisco Antonio Andrade	1823
145) Germano Moreira Lopes	Jacinta Ana de Jesus	1863
146) Gertrudes Pinheiro Cardoso	José Antonio de Oliveira	1850
147) Graciana Flavio do Carmo	Francisco Ignácio Franco	1835
148) Generoza Maria de Jesus	Antônio Joaquim de Souza	1860
149) Generoza Maria da Silva	Antônio Joaquim de Souza	1860
150) Germano Pereira Vidal	Ana da Silva Pereira	1840
151) Gertrudes Peres D'Ávilla	José Jacinto Ramalho	1835
152) Gustavo Gonçalves Lopes	Afonsino Teixeira Lopes	1887
153) Ignácia Cândida de Jesus	Francisco Joaquim Almeida	1848
154) Ignácia Francisca	Miguel Lopes da Silva	1821
155) Ignácio Gonçalves Lopes	Emília Flavia de Oliveira	1857
156) Ignácio João Cobra	Bernarda Guilhermina Barros Cobra	1843
157) Ignácio Alves Moraes	Emidia Bernardes Maciel	1876
158) Ignácia Rufina de São José	José Bento de Andrade	1850
159) Isabel Maria da Conceição	José Antonio de Almeida	1846
160) Isabel Pereira Ribeiro	Theodoro Marins Almeida	1880
161) Isabel Maria do Espto. Sto.	Joaquim Pereira de Araújo	1840
163) Isméria A. de Jesus	Pedro Caetano da Silva	1858
164) Jacinto José de Faria	Ana Francisca	1851
165) João Antônio Machado	Joana Faustina dos Santos	1846
166) João Cardoso da Silveira	N. Maria da Silveira	1848
167) João Godoy Bueno	Brígida Maria de Jesus	1823
168) João José de Freitas	Andressa Maria de Jesus	1837
169) João Pedro de Oliveira	Anna Jacintha	1865
170) João Zeferino de Carvalho	Maria de C. de Carvalho	1862
171) João Bernardes de Carvalho	Albina Gertrudes M. de Carvalho	1878
172) João Borges Leite	Francisco de Paula Borges	1850
173) João da Silva	Joaquim	1820
174) João Eufrazino de Andrade	Ana Maria Pereira dos Reis	1880
175) João Ferreira dos Santos	Beralda Maria do E. Sto.	1847
176) João Guilherme Fernandes	Maria Victória do Carmo	1844
177) João Honório de Almeida	Francisca Maria da Conceição	1866
178) João José de Carvalho	Salvador José de Carvalho	1866
179) João Antônio de Moraes	Rita Francisca de Almeida	1835
180) João de Miranda e Silva	Maria do Carmo do Esp. Sto	1854
181) João de Souza	Maria Theodora	1830
182) João Pires	Bárbara Fermina de Jesus	1859
183) João Vaz de Lima	Anna Luiza da Silva	1851
184) Joaquina Claudina da Conceição	José Francisco do Prado Lima	1858
185) Joaquina Maria do Sacramento	Antônio Francisco Borges Leite	1862

186) Joaquina da Silveira Maia	Antônio da Silveira Maia	1849
187) Joaquina Maria	Antônio Francisco Borges	1861
188) Joaquina Bibiana Marques	Major Feliciano J. Pereira de Souza	1867
189) Joaquim Luís Brandão	Maria Magdalena de Jesus	1854
190) Joaquim Nery de Souza	Ana Francelina de Mello	1861
191) Joaquim Roberto Góes	Quintiliano Roberto da Costa	1857
192) Joaquim Ignácio Villas Boas	Dionísia Maria Pereira	1826
193) Joaquim Dias dos Santos	Maria Antônia	1828
194) Joaquim Dias Ferraz da Luz	Francisca A. Ferraz da Luz	1865
195) Joaquim Fernandes Chaves	Juventino José de Souza	1856
196) Joaquim Jerônimo Simões	Ana Pereira dos Santos	1847
197) Joaquim Francisco dos Santos	Felisbina Maria do Carmo	1859
198) Joaquim José da Costa	Maria Thereza de Almeida	1866
199) Joaquim Tavares	Florinda Gonçalves de Mello	1861
200) Joaquim Ribeiro de Carvalho	Maria Ribeiro de São José	1855
201) José Antonio de Faria	Mariana Fernandes	1841
202) José Fernandes de Lima	Ana Joaquina de Oliveira	1843
203) José Gonçalves Carvalho Braga	Maria Bárbara S. Vilhena	1856
204) José Jacinto de Araújo	Silvéria Nogueira Silva	1861
205) José Joaquim de Almeida	Bárbara Maria de Jesus	1850
206) José Joaquim de Sampaio	Ana Maria da Glória	1862
207) José Joaquim Godoy	Ana Joaquina de Jesus	1862
208) José Pires Monteiro	Rosa Teixeira de Souza	1838
209) Januário Freitas Muniz	Joaquina Roetz Campos	1853
210) Joana Maria de Jesus	Antônio de Lima Franco	1852
211) Jerônimo da Costa de Abreu	Ana Maria da Costa	1860
212) Joana Faustina dos Santos	José Antônio Machado	1856
213) José Luís Chaves de Almeida	Augusto M. Franco de Almeida	1862
214) Joaquim Rodrigues Antunes	Esmerenciana J. do Bom Sucesso	1848
215) Joaquim Roberto Duarte	Messias José Teixeira	1858
216) Joaquim Rodrigues Lima	João Rodrigues de Oliveira	1845
217) Joaquim Xavier Gusmão	Ana Xavier	1849
218) José Alves Rezende	Maria Francisca de Lima	1842
219) José Antônio da Silveira	Ignácia Ribeiro da Silva	1837
220) José Bento Ferreira	Jesuína Maria Xavier Rezende	1863
221) José Bernardes Malta	Maria Rodrigues da Ponte	1845
222) José Dias Pereira Pinto		1849
223) José Felipe do Amaral	Policina Maria de Jesus	1858
224) José Francisco dos Santos	Francisco Pereira dos Reis	1841
225) José Francisco Fernandes	Francisco Fernandes Ribeiro	1845
226) José Gomes Correa	Delfina Alves de Assis	1850
227) José Gonçalves Teixeira	Rita Severina de Cássia	1856
228) José Joaquim de Gouvêa	Amador José de Gouvêa	1863
229) José Machado de França	Esmerenciana Ferraz de Araújo	1841
230) José Luís Lemes	José Luís Lemes Filho	1856
231) José Pires Vinhaes	Custódia Maria de Jesus	1859

232) José Rodrigues da Costa	Maria Sabina	1835
233) José Rodrigues Simões	Francisco Rodrigues Simões	1840
234) José Alves de Oliveira	Anna Thereza	1848
235) José Antônio de Faria	Mariana Fernandes	1841
235) José Antônio Pimentel	Joaquim Carvalho Pimentel	1864
236) José Bento L. F. de Mello	Manoel L. F. de Mello	1844
237) José Bento de Andrade	Luiza Maria	1854
238) José Cassemiro São Thiago	Ana Victória Mendonça	1849
239) José Claro Pinto de Mello	Maria Magdalena de S. José	1850
240) José Custódio do Amaral	José Jacinto do Amaral	1856
241) José Fernandes Campos	Ana Baptista da Silva	1860
242) José Ferreira Ribeiro	Maria Vicência	1826
243) José Gonçalves Cruz	Brígida Maria de Moraes	1842
244) José Gonçalves de Oliveira	Maria Joaquina de Jesus	1858
245) José Joaquim da Fonseca	Escolástica Maria de Jesus	1841
246) José Luís de Oliveira	Francisca Maria do E. Sto	1859
247) José Martins Coelho	Rita Xavier Rezende	1877
248) José Pereira Filho	Umbelina Maria de Jesus	1845
249) José Antônio de Freitas Lisboa	Maria José de Freitas Vilhena	1857
250) Joana Maria da Silveira	Manoel Pinto dos Santos	1857
251) Justina Esméria de Jesus	José Ferreira Guimarães	1854
252) Justino José Rodrigues	Rita Francisca de Almeida	1844
253) Laura Maria da Conceição	Francisco Rodrigues da Costa	1864
254) Leonel Bernardes Rangel	Leodora Maria de Jesus	1851
255) Lourenço Antonio Pinheiro	Ana Joaquina Toledo	1863
256) Lourenço José Cardoso	Felícia Maria Nascimento	1851
257) Lúcio Antônio Bernardes	Ana Custódia de Oliveira	1861
258) Luís Balbino do Vale	Maria Joaquina das Dores	1865
259) Luzia Ignácia de Jesus	Joaquim Antonio da Costa Pacheco	1840
260) Luís Antônio Duarte	Maria Ignácia de Oliveira	1862
261) Luiz Moreira Frazão	Esméria Maria São Bento	1862
262) Luís Pereira de Moraes	Gertrudes Maria de Araújo	1849
263) Luís Tavares Pacheco		1831
264) Lúcio Pinto Castilho	Ana Joaquina de Souza	1842
265) Lucio Pinto Castilho	Ana Joaquina de Souza	1842
266) Luciana Francisca de Jesus	Francisco Tavares Guerra	1854
267) Luciano Manoel Coimbra	Rita felícia de Abreu	1885
268) Margarida Maria de Jesus	Luciano Souza Novaes	1839
269) Maria Alves de Jesus	Francisco José Pinto	1863
270) Maria Custódia de Oliveira	Daniel Alves Tosta	1872
271) Maria das Dores	José Jacintho Amaral	1864
274) Maria de Jesus	Felisberto Ignácio da Silva	1855
275) Maria de Nazareth Pimentel	Fructuoso de Oliveira Bueno	1861
276) Maria Eugênia de São José	Joaquim Garcia de Oliveira	1846
277) Maria Fernandes dos Reis	José Pereira Ramos	1831
278) Maria Francisca da Cunha	Elias Tavares da Cunha	1856
279) Maria Francisca das Chagas	Antônio Francisco José Chagas	1837
280) Maria Francisca de Paiva		1880
281) Maria Jacintha de Pádua	Antonio Roetz Silva Borba	1864

282) Maria Jesus de Almeida	José Almeida da Silveira	1828
283) Maria Joaquina da Conceição	João Fernandes da Costa	1874
284) Maria Joaquina das Neves	Rafael Gonçalves Pereira	1855
285) Maria Joaquina de Jesus	José Marcelino da Silva	1828
286) Maria Ludovina da Cunha	Miguel Mathias de Oliveira	1862
287) Maria Magdalena Leite	Salvador Souza da Silva	1829
288) Maria Moreira	Jerônimo Mariano da Silva	1858
289) Maria Nazareth	João Guilherme Fernandes	1829
290) Maria Theodora de Carvalho	Francisco Alves de Mello	1886
291) Maria Umbelina do Couto	Joaquim Ignácio Franco	1856
292) Maria Victória de Jesus	José Teixeira Guimarães	1868
293) Maria Josefa Rodrigues	Francisco Gonçalves Teixeira	1855
294) Maria Luíza das Dores	Felisberto Ramos Nogueira	1860
295) Maria Luíza de São José	José Pereira da Silva	1864
296) Maria Theodora Brito	Francisco Vieira de Almeida	1866
297) Maria Caetana de Souza	Manoel Pereira da Paixão	1822
298) Maria Escolástica de Guimarães	Joaquim Gomes Sandim	1863
299) Maria Ignácia Alves	Francisco Assiz de Souza Mendes	1852
300) Maria Ignácia de Jesus	Vigilato Cândido de Almeida	1876
301) Maria da Conceição de São José	Generoso Antônio Guimarães	1850
302) Maria da Costa	João Antônio Leite	1843
303) Maria de Jesus	Poscidônio José Barroso	1886
304) Maria do Carmo de Jesus	Antonio José da Silva	1854
305) Maria do Carmo	Raphael Alves Chaves	1845
306) Maria Ruez dos Santos	Antônio Manoel de Palma (alferes)	1822
307) Maria Francisca de Jesus	Manoel Felipe da Silva	1867
308) Maria Gertrudes de Mello	Francisco José de Mello	1859
309) Maria Jacintha da Conceição	Manoel Gonçalves Cardoso	1859
310) Maria Joana de Oliveira	Joaquim Luís Vieira	1865
311) Modesto Alves Rezende	Mariana Luíza Moraes	1851
312) Maria Joaquina	Messias José de Andrade	1841
313) Maria Joaquina de Jesus	Fortunato Coelho de Oliveira	1856
314) Maria Santiago	Antônio Manoel de Palma	1829
315) Maria Joaquina de Moraes	João Rodrigues de Moraes	1846
316) Maria Lucina da Silva	Manoel Felipe da Silva	1858
317) Maria Victória	Joaquim Caetano de Camargo	1861
318) Maria Esméria de Almeida	José Borges de Almeida	1848
319) Mariana Ignácia da Silva	A. V. de Andrade	1876
320) Mariano Alves Ferraz	Isabel Pedrosa de Moraes	1840
321) Mariano Soares	Ana Ferreira	1850
322) Mathildes Clara de Jesus	João Luis da Costa Silva	1877
323) Martinho Antônio Garcia	Manoel Joaquim	1865
324) Margarida Luíza	Antônio Fernandes da Silveira	1836
325) Mariana Esméria de Jesus	Antônio Gonçalves da Silva	1830

326) Mariana Rosa da Assunção	Domingos E. de Andrade	1859
327) Modesto Antônio Meyer	João Dias Ferraz da Luz	1851
328) Miguel Baptista Carvalho	Theodora Maria de Jesus	1857
329) Manoel Pereira Balbão	Mariana Esméria Ribeiro	1860
330) Manoel da Silveira Pinto	Thomaz Pereira Silva	1848
331) Manoel Diógenes Toledo	Maria Escolástica Conceição	1836
332) Manoel Gonçalves Silva Filho	Anna Cândida de Jesus	1844
333) Manoel Joaquim de Paiva	Maria José da Silveira	1848
334) Manoel José da Silva	Ana Cândida de Jesus	1844
335) Manoel José de Oliveira	Joana Silvéria do Nascimento	1878
336) Manoel Luís Moreira	Francisca Maria dos Santos	1843
337) Manoel Nogueira Bastos	Maria Theodora de Jesus	1849
338) Manoel de Carvalho Beraldo	Mariana Luíza de Jesus	1849
339) Manoel Fernandes do Nascimento	Albina Maria da Conceição	1825
340) Manoel Lopes da Silva	Ana Jacintha Azevedo	1831
341) Manoel Ferreira da Silva	Margarida Rosa Assunção	1862
342) Manoel Ferreira dos Santos	Honória Ferreira da Silva	1864
343) Manoel Joaquim da Silva	Felisbina Moreira Mendonça	1845
344) Manoel José Pinto		1822
345) Manoel Pereira Balbão Filho	Rita Xavier de Rezende	1858
346) Manoel Antônio do Couto	Lucinda Cândida do Couto	1881
347) Manoel Antônio Parreira	Isabel Francisca da Anunciação	1860
348) Manoel Luís Pereira	Ana Jacinta Pereira	1830
349) Manoel Machado França	Escolástica Ferraz Araújo	1851
350) Manoel Pedro da Silva Castro	Verônica Maria de Jesus	1837
351) Manoel Vieira Almeida	Maria Justina de Almeida	1881
352) Miguel Pinto Ribeiro	Justina Maria de S. José	1857
353) Miguel de Almeida Ramos	Mariana Thereza de Jesus	1836
354) Miguel Baptista de Carvalho	Eleodora Maria de Jesus	1857
355) Messias Pereira Balbão	Maria Custódia Pereira	1876
356) Militão Correia Beraldo	Francisca Augusta Ramos	1881
357) Pedro Caetano da Silva	Rita Silva Góes	1835
358) Porfírio Luis de Souza	Maria Silveira de Souza	1848
359) Pedro Borges de Castro	Ignácia Garcia Borges	1865
360) Pulcina Cândida Moreira	João E. Costa Bahia	1853
361) Posidônio Gonçalves Carvalho	Maria Escolástica	1856
362) Prudenciana Umbelina Paiva	Domingos Francisco Castro	1864
363) Purcina Cândida Moreira	João Evangelista da Costa Bahia	1853
364) Raphael Alves Chaves	Maria Paula de Jesus	1853
365) Romualdo Antonio da Silva	Maria Joaquina Conceição	1877
366) Rosa Maria Silva	André Fernandes Chaves	1843
367) Rafael Pinto de Souza	Maria Joaquina Esp. Santo	1845
368) Rita Maria de Paiva	Francisco José da Silva	1855
369) Rosa Teixeira de Silveira	Antonio Teixeira Fonseca	1838
370) Victória Maria Costa	Antonio Diogo Araújo	1841

371) Claudina Maria do Amor Divino	Thomaz Pereira Goulart	1849
372) Claudina Fonseca Mendes	Antônio Mendes da Silva	1859
373) Zacharias Pereira Lima	Ana Dorotéa Silva	1856
374) Comendador J. Garcia Machado	Bárbara Garcia	1876
375) Cel. Manoel Leite F. de Mello	Pe. Joaquim Daniel L. F. de Mello	1869
376) Cap. José Maria de Freitas		1845
377) Francisco Antônio Simões	Joana Cândida de Jesus	1835

ANEXO 6:
RELAÇÃO DE DOMICÍLIOS ESCRAVISTAS ARROLADOS PELO
RECENSEAMENTO DE 1838
(DISTRITO DE POUSO ALEGRE)

Nº.	Nº. Domicílio	Nome do chefe do domicílio	ocupação
1	77	Agostinho Veloso Lima	venda
2	87	Agostinho Veloso da Silva	venda
3	996	Alexandre Moreira Borges	lavoura
4	706	Anna da Costa	lavoura
5	959	Anna Gertrudes	----
6	256	Anna Claudina	----
7	275	Anna Garcia	----
8	681	D. Anna Ignácia da Silva	lavoura
9	1.185	Anna Luiza	lavoura
10	181	Anna Silveira	costura
11	657	André Fernandes	lavoura
12	822	Andressa	---
13	129	Ângelo de A. Sandim	coletor
14	622	D. Antônia do Espírito Santo	----
15	136	Antônia Gomes de Jesus	costura
16	29	Antônia Maria de Jesus	----
17	29	Antônia Maria de Jesus	fiar
18	588	D. Antônia Maria de Paiva	lavoura
19	123	Antônio de Barros Pereira	negociante
20	59	Antônio Bressane Lisboa	soldado
21	517	Antônio Caetano Monteiro	lavoura
22	675	Antônio da Costa de Abreu	lavoura
23	202	Antônio Diciano e Silva	advogado
24	562	Antônio Fernandes	lavoura
25	1081	Antônio Ferreira de Freitas	carpinteiro
25	690	Antônio Ferreira	lavoura
26	828	Antônio Francisco	lavoura
27	542	Antônio Gomes	lavoura
28	794	Antônio Joaquim de Gouvêa	----
29	543	Antônio Joaquim Simões	lavoura
30	489	Antônio José Carneiro	tropeiro
31	387	Antônio José do Couto	lavoura
32	467	Antônio Julião Pereira	lavoura
33	298	Antônio Leite	lavoura
34	383	Antônio Lopes da Silva	lavoura
35	1047	Antônio Manoel Monteiro	lavoura
36	941	Antônio Manoel de Palma	lavoura
37	402	Antônio Marques da Silva	lavoura

38	485	Antônio Mendes da Silva	tropeiro
39	639	Antônio Mendes da Silva	lavoura
40	301	Antônio Pereira Andrade	----
41	221	Antônio Pereira da Silveira	carpinteiro
42	831	Antônio Peres	----
43	692	Antônio Silvério	lavoura
44	483	Antônio da Silveira Pinheiro	lavoura
45	613	Antônio Roetz	lavoura
46	1085	Antônio Vaz de Lima	lavoura
47	546	Antônio Vicente	lavoura
48	415	Antônio Xavier	----
49	236	Antônio Xavier Rezende	lavoura
50	797	Baltazar Gomes	lavoura
51	465	Belizário de tal	lavoura
52	583	Benjamim José da Silva	carpinteiro
53	122	Dr. Bernardino José de Campos	advogado
54	500	Bernardo José de Toledo	lavoura
55	512	Bento Severino da Silva	lavoura
56	598	Bento José de Souza	carreiro
57	804	Cândido Alcebíades	lavoura
58	666	Carlos Luís Moreira	----
59	530	Caterina Velloso	----
60	570	Clemência Maria de Jesus	lavoura
61	700	Custódio Ferreira Rocha	lavoura
62	235	Custódio José de Oliveira	lavoura
63	683	Daniel Alves Tosta	lavoura
64	616	David José de Oliveira	lavoura
65	664	Dionísio Antônio	lavoura
66	646	Domingas Antônia de Oliveira	lavoura
67	367	Domingos Alves	lavoura
68	290	Domingos Dias	lavoura
69	1138	Domingos Gonçalves Reis	lavoura
60	645	Domingos José Ferreira	lavoura
61	463	Domingos Pereira da Costa	seleiro
62	431	Domingos Pereira dos Santos	lavoura
63	1132	Domingos Vaz de Lima	lavoura
64	552	Ermegildo Pereira	lavoura
65	124	D. Eufrásia Pereira Escobar	lavoura
66	134	Estevão de S. Dutra	ferreiro
67	68	Feliciano José de Paiva	sapateiro
68	427	Felisberto da Silva Furtado	lavoura
69	391	Felipe Mariano da Silva	lavoura
70	503	Félix Ribeiro da Silva	lavoura
71	468	Félix da Motta Paes	Lavoura
72	434	Fidélis Lima Brandão	lavoura
73	60	Florinda de Araújo	costura

74	795	Fortunato Luís Brandão	lavoura
75	623	Francisca do Espírito santo	----
76	96	Francisca Neves de Jesus	costura
77	714	Francisco Ângelo	lavoura
78	186	Francisco Álvaro Pinheiro	negociante
79	830	Francisco Alves Lima	----
80	300	Francisco Antônio Barcellos	----
81	779	Francisco Antônio da Costa	lavoura
82	414	Francisco Antônio Machado	lavoura
83	239	Francisco Antônio de Paiva	lavoura
84	617	Francisco Antônio da Silva	lavoura
85	569	Francisco Antônio Roetz	lavoura
86	425	Francisco de Assiz	lavoura
87	498	Francisco Baptista Leite	negociante
88	302	Francisco Barcellos	lavoura
89	370	Francisco Bento Luís Ferreira	lavoura
90	783	Francisco Domingues da Costa	lavoura
91	993	Francisco Ferreira	lavoura
92	572	Francisco Flausino	lavoura
93	964	Francisco José das Chagas	lavoura
94	179	Francisco José Pereira	soldado
95	571	Francisco L. dos Reis	lavoura
96	1176	Francisco Garcia Duarte	lavoura
97	480	Fortunato Gomes Cabral	lavoura
98	187	Francisco Ignácio de Freitas	negociante
99	123	Francisco José de Mello	lavoura
100	104	Francisco Leite Ferreira	----
101	619	Francisco Lobo	lavoura
102	523	Francisco Lopes	lavoura
103	792	Francisco Luís Brandão	lavoura
104	409	Francisco M. Coelho	lavoura
105	994	Francisco M. dos Santos	lavoura
106	401	Francisco Marques Silva	lavoura
107	516	Francisco M. de Mendonça	-----
108	994	Francisco Moreira Borges	lavoura
109	439	Francisco de Oliveira Lobo	carpinteiro
110	396	Francisco de Oliveira Couto	lavoura
111	135	Francisco de Paula da C. Jr.	negociante
112	120	Francisco de Paula Duarte	negociante
113	684	Francisco de Paula Ferreira	lavoura
114	584	Francisco de Paula Fonseca	lavoura
115	126	Francisco de Paula Ferreira de Mello	negociante
116	469	Francisco Ribeiro	lavoura
117	853	Francisco Rosa	Lavoura
118	782	Francisco da Rosa Góes	Lavoura

119	191	Francisco de Salles de Oliveira	Escrivão de órfãos
120	702	Francisco de Souza	negociante
121	16	Francisco de Souza	negociante
122	411	Francisco Vieira de Mendonça	lavoura
123	355	Francisco Xavier Mendonça	lavoura
124	499	Gabriel Leite	lavoura
125	405	Gabriel Marques da Silva	lavoura
126	424	Germano Xavier de Mendonça	lavoura
127	802	Gertrudes	lavoura
128	217	Gertrudes	negociante
129	89	Gertrudes Maria de Oliveira	quitanda
130	99	Isabel Claudina de Jesus	armário
131	576	D. Isabel Maria de Jesus	lavoura
132	83	Ignácia Lima	costura
133	504	Ignácia Maria de Jesus	lavoura
134	107	Ignácio Bicudo	lavoura
135	200	Ignácio Brandão de Azevedo	alferes
136	879	Ignácio da Costa Brandão	lavoura
137	558	Ignácio Ferreira	lavoura
138	1179	Ignácio Ferreira Braga	lavoura
139	201	Ignácio Gonçalves Lopes	negociante
140	365	Ignácio Jesus	lavoura
141	130	Ignácio João Cobra	Juiz de órfãos
142	846	Ignácio José Cobra	---
143	793	Ignácio Luís Brandão	lavoura
144	1163	Ignácio Ribeiro Velloso	lavoura
145	1136	Jacinto Vaz de Lima	lavoura
146	695	Jerônimo da Costa	lavoura
147	258	Jerônimo José de Lima	lavoura
148	576	Jerônimo Teixeira	---
149	580	Joana Dias	lavoura
150	---	João Antônio	lavoura
151	642	João Antônio Ramos	lavoura
152	1128	João Borges de Silveira	lavoura
153	64	João Bressane	tabelião
154	384	João Cândido de Oliveira	lavoura
155	781	João Cardoso	lavoura
156	694	João Carvalho de Souza	lavoura
157	397	João Coutinho	lavoura
158	85	João Dias de Quadros Aranha	vigário
159	1068	João Evangelista	lavoura
160	653	João Fernandes	lavoura
161	876	João Fernandes	lavoura
162	704	João Ferreira de carvalho	lavoura
163	506	João Gonçalves de m.	lavoura
164	356	João Joaquim de Gouvêa	lavoura

165	696	João José de Oliveira	lavoura
166	368	João José da Silva	lavoura
167	412	João Lourenço	lavoura
168	829	João Malaquias	lavoura
169	600	João Manoel Pereira	lavoura
179	949	João Manoel	lavoura
180	127	João Pedro de Oliveira	negociante
181	577	João Pereira da Silva	---
182	784	João Pires	lavoura
183	560	João dos Santos	lavoura
184	345	João da Silva Lemes	lavoura
185	825	João de Souza	---
186	252	João Vaz de Lima	tropeiro
187	633	Joaquim Afonso	---
188	510	Joaquim Antônio de Azevedo	lavoura
189	806	Joaquim Carneiro	lavoura
190	651	Joaquim Fernandes	lavoura
191	581	Joaquim Francisco	lavoura
192	688	Joaquim Francisco da Silva	lavoura
193	41	Joaquim Gonçalves	carapina
194	615	Joaquim Gomes	lavoura
195	---	Joaquim Gomes Correia	roça
196	472	Joaquim José Barcellos	arriador
197	488	Joaquim José Carneiro	lavoura
198	167	Joaquim José de Freitas	negociante
199	418	Joaquim José de Gouvêa	lavoura
200	137	Joaquim José Marques	---
201	52	Joaquim José de Mattos	---
202	53	Joaquim José de Mattos	carapina
203	369	Joaquim José da Silva	lavoura
204	487	Joaquim José da Silveira	lavoura
205	575	Joaquim Lino de Miranda	---
206	721	Joaquim Lourenço	lavoura
207	770	Joaquim Marragão	lavoura
208	473	Joaquim de Oliveira	lavoura
209	87	Joaquim Pedro Maria	negociante
210	505	Joaquim Pinto da Fonseca	lavoura
211	484	Joaquim Pinto Rosa	lavoura
212	121	Joaquim Proberto Duarte	---
213	800	Joaquim da Rosa	lavoura
214	990	Joaquim R. de Oliveira	lavoura
216	764	Joaquim Silveira	lavoura
217	561	Joaquim dos Santos	lavoura
218	---	Joaquim da Silveira	lavoura
219	961	Joaquim Teixeira	lavoura
220	677	Joaquim Teixeira de C.	lavoura

221	586	José Alves Chaves	lavoura
222	1	José Alves Fagundes	----
223	324	José Alves Resende	----
224	511	José Antônio de Andrade	lavoura
225	80	José Antônio de Freitas Lisboa	loja
226	938	José Antônio Machado	lavoura
227	698	José Basílio	lavoura
228	680	José Bernardes	lavoura
229	132	José Borges de Almeida	negociante
230	404	José Caetano de Magalhães	lavoura
231	335	José Coutinho Brasil	lavoura
232	2	José Fagundes Alves	----
233	860	José Fernandes Lima	lavoura
234	701	José Ferreira Rocha	lavoura
235	97	Julião Florêncio Meyer	negócio
236	295	José Francisco	----
237	410	José Francisco dos santos	lavoura
238	551	José Francisco dos Santos	lavoura
239	1131	José Francisco da Silveira	lavoura
240	372	José Francisco da Silva	lavoura
241	70	José Gabriel do Prado	venda
242	1178	José Garcia	lavoura
243	400	José Garcia Machado	lavoura
244	328	José Gomes dos Santos	seleiro
245	772	José Leonardo	carpinteiro
246	292	José Leite	lavoura
247	640	José Luís de Oliveira	lavoura
248	693	José Marcelino	lavoura
249	574	José Maria de Freitas	lavoura
250	579	José Maria de Oliveira	lavoura
251	710	José Mariano de Oliveira	lavoura
252	388	José Mariano da Silva	----
253	----	José M. de Fraga	lavoura
254	413	José M. de Machado	lavoura
255	612	José Mariano da Silveira	----
256	125	José Pedro de Barros	vigário
257	550	José Pereira Ramos	lavoura
258	174	José de Oliveira Leite	(ilegível)
259	549	José Pereira (capitão)	negociante
260	495	José Pereira da silva	lavoura
261	849	José Pinto	----
262	433	João Pinto da Fonseca	lavoura
263	501	João Ramos da Silva	----
264	678	José Teixeira	----
265	541	José Zeferino	lavoura
266	208	José de Souza Coelho	negociante

267	131	José Theodoro da Silva	soldado
268	1167	Julião Ribeiro	lavoura
269	854	Lauriano Francisco	----
270	67	D. Leodora	costura
271	753	Lourenço José Carlos	----
272	521	Ludovina Nefica	lavoura
273	858	Luís Antônio	----
274	315	Luís Pereira da Silva	----
275	266	Luiz Ruez	----
276	22	Marcelo Pereira	jornal
277	520	Maria Antônia	lavoura
278	180	Maria Antônia	costura
279	---	Maria Clara do Nascimento	lavoura
280	958	Maria Eufrásia	lavoura
281	47	Maria Escolástica	----
282	660	Maria Fernandes	lavoura
283	36	Maria Francisca	----
284	952	Maria José Ruez	----
285	392	Maria Moreira	lavoura
286	566	Maria das Neves	lavoura
287	703	Maria Teixeira de carvalho	lavoura
288	960	Maria Theodora	----
289	773	Mariana	lavoura
290	291	Mariano Leite	lavoura
291	486	Manoel Antônio de (ilegível)	lavoura
292	509	Manoel Antônio Alves	----
293	564	Manoel Antônio Ruez	lavoura
294	518	Manoel Caetano Monteiro	lavoura
295	48	Manoel Cassemiro	carapina
296	985	Manoel da Costa	lavoura
297	237	Manoel Coutinho Azevedo	lavoura
298	937	Manoel Ferreira	-----
299	173	Manoel Ferreira dos Santos	negociante
300	1090	Manoel Francisco	carpinteiro
301	826	Manoel Francisco	lavoura
302	419	Manoel Francisco de Miranda	lavoura
303	522	Manoel de Freitas	lavoura
304	1161	Manoel Garcia Duarte	lavoura
305	440	Manoel Gaspar	lavoura
306	767	Manoel Ignácio da Silva	lavoura
307	343	Manoel Joaquim Garcia	lavoura
308	723	Manoel J. de Oliveira	lavoura
309	665	Manoel José da Costa	-----
310	769	Manoel Leonardo Franco	lavoura
311	133	Manoel Leite Ferreira de Mello	negociante
312	432	Manoel Luís dos Santos	lavoura

313	323	Manoel M. de A.	----
314	----	Manoel M. Coelho	lavoura
316	406	Manoel Marques da Silva	lavoura
317	734	Manoel de Moraes	lavoura
318	128	Manoel de Oliveira Cardoso	negociante
319	548	Manoel Pereira	lavoura
320	544	Manoel Pereira Balbão	lavoura
321	554	Manoel Pereira Campos	lavoura
322	1067	Manoel Ribeiro	lavoura
323	1129	Manoel da Silva Pereira	tropeiro
324	832	Manoel de Sousa	----
325	----	Manoel de Souza	negócio
326	54	Manoel de Souza	negócio
327	636	Manoel Vieira	lavoura
328	602	Mathias da Costa Abreu	lavoura
329	81	Maximiano José Brito Lambert	Servidor da Câmara Municipal
330	46	Maximiano Marques	seleiro
331	547	Messias José de Andrade	lavoura
332	573	Miguel Alves Toste	lavoura
333	595	Miguel Lopes da Silva	lavoura
334	685	Miguel Pinto	lavoura
335	878	Miguel Ribeiro	----
336	62	Modesto Antônio Meyer	botica
337	796	Pedro Caetano da Silva	lavoura
338	466	Pedro da Cunha	lavoura
339	86	D. Quitéria Maria de Jesus	venda
340	590	Rafael Alves	lavoura
341	288	Rafael Leite	lavoura
342	1089	Rosa Maria Lopes	negociante
343	100	Rosa Maria de Oliveira	venda
344	399	Severino Antônio da Silva	lavoura
345	361	Silvério Antônio de C.	lavoura
346	708	Sibério Cândido de Almeida	lavoura
347	691	Silvério Lourenço	lavoura
348	805	Thomaz Carneiro	lavoura
349	847	Thomaz Ferreira	----
350	951	Thereza Maria de Jesus	lavoura
351	1127	Thomé Francisco de Souza	lavoura
352	118	Thomé Moreira	padre
353	483	Thomé pereira da Silva	----
354	1101	Vicência Maria	lavoura
355	524	Vicência Maria	lavoura
356	----	Vicente	----
357	192	Vicente Alves Ferreira	Negociante
358	1177	Vicente Ferreira	----
359	1148	Vicente Ferreira Braga	Lavoura

360	234	Vicente Ferreira da Cunha	lavoura
361	743	Vicente Ferreira de Mello	lavoura
362	----	Vicente Ferreira Rosa	lavoura
363	559	Vicente Pereira dos Reis	lavoura
364	799	Vicente da Rosa	lavoura

ANEXO VII
TABELA 46: Lista de ocupação dos chefes de domicílio.
 **241 domicílios não informaram a ocupação.

Ocupação dos chefes de domicílio	Números absolutos	Números percentuais
Lavoura/ roça	657	72,1
jornal	41	4,5
costura	34	3,7
Negócio (negociantes)	32	3,5
sapateiro	23	2,5
Venda (vendedor)	19	2,08
carpinteiro	18	1,9
tropeiro	9	0,9
carapina	8	0,8
alfaiate	7	0,7
ferreiro	6	0,6
fiandeira	6	0,6
carreiro	5	0,5
seleiro	4	0,4
Botica/ armário/ loja	3	0,3
cozer	3	0,3
vigário/ padre	3	0,3
soldado	3	0,3
arriador	3	0,3
pescador	3	0,3
esmolar	2	0,2
meeiro	2	0,2
carroceiro	2	0,2
advogado	2	0,2
caldeiro	2	0,2
coletor	1	0,1
Servidor na Câmara	1	0,1
Professor público	1	0,1
oleiro	1	0,1
Serrador	1	0,1
porteiro	1	0,1
Escrivão de orphãos	1	0,1
tabelião	1	0,1
Juiz de orphãos	1	0,1
alferes	1	0,1
pião	1	0,1
parteira	1	0,1
caseiro	1	0,1
caixeiro	1	0,1
quitanda	1	0,1
taberneiro	1	0,1
feitor	1	0,1

Fonte: Lista Nominativas do Distrito de Pouso Alegre de 1838. Ver APM, Notação MP, CX 06 doc 01